

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ISABEL DE SOUZA LIMA JUNQUEIRA BARRETO**

**MIGRANTES DA DESCOLONIZAÇÃO: PORTUGUESES E LUSO-ANGOLANOS**  
**NO BRASIL (1974-1977)**

**Niterói**

**Setembro 2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ISABEL DE SOUZA LIMA JUNQUEIRA BARRETO**

**MIGRANTES DA DESCOLONIZAÇÃO: PORTUGUESES E LUSO-ANGOLANOS**  
**NO BRASIL (1974-1977)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da**  
**Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para**  
**obtenção do grau de Doutor. Área de concentração: História Social.**

**Orientador: Prof. Dr. Marcelo Bittencourt Ivair Pinto**

**Niterói**

**Setembro 2014**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

B273 Barreto, Isabel de Souza Lima Junqueira.  
Migrantes da descolonização: portugueses e luso-angolanos no Brasil (1974-1977) / Isabel de Souza Lima Junqueira Barreto. – 2014. 246 f. ; il.  
Orientador: Marcelo Bittencourt Ivair Pinto.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2014.  
Bibliografia: f. 234-246.

1. Angola. 2. Descolonização. 3. Migrante. 4. Memória.  
5. Testemunho. I. Pinto, Marcelo Bittencourt Ivair. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.  
III. Título.

CDD 967.304

ISABEL DE SOUZA LIMA JUNQUEIRA BARRETO

**MIGRANTES DA DESCOLONIZAÇÃO: PORTUGUESES E LUSO-ANGOLANOS  
NO BRASIL (1974-1977)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História,  
da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor. Área de concentração: História Social.**

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcelo Bittencourt Ivair Pinto – UFF

Orientador

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Alexsander Gebara – UFF

\_\_\_\_\_  
Prof.a Dr.a Marina Annie Martine Berthet Ribeiro – UFF

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Peter Henry Fry – UFRJ

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho – UFRJ

**Suplentes**

\_\_\_\_\_  
Prof.a Dr.a Andrea Marzano – UNIRIO

\_\_\_\_\_  
Prof.a Dr.a Samantha Viz Quadrat

**Para Eduardo, por tudo com amor e gratidão.**

## Agradecimentos

Há muitas pessoas a quem devo agradecer ao final de mais essa etapa. À minha família, sobretudo ao meu marido, Eduardo, minha mãe Maria Zilma, meu padrasto Frederico e meu tio Antonio Carlos. Estes foram alguns que, ao longo desses quatro anos, acompanharam todo o processo e sabem como o mesmo foi difícil. Não posso deixar de citar também José Eduardo, que me acompanha há muitos anos e a quem eu só tenho a agradecer por tudo.

Agradeço também ao meu orientador, Marcelo Bittencourt, que aceitou me orientar quando, após sete anos, retornei à área de História.

Agradeço a todos que, de alguma forma, colaboraram nessa pesquisa. À professora Zeila Demartini, a Daniel Cunha do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) da Universidade de São Paulo e à Claudia Cardoso. A conversa com os três pesquisadores, que levaram à cabo as primeiras pesquisas sobre o tema desta tese no Brasil, foi relevante para compreender este universo. Agradeço também ao pesquisador Jurandir Zamberlan, que gentilmente me cedeu os números do SINCRE, relativos à imigração portuguesa para o Brasil.

Em 2013 tive a oportunidade de participar da 8ª edição do *International Seminar on Decolonization*, em Washington D.C. Este seminário, foi uma rica experiência, onde aprendi muito com William Roger Louis, Lori Watt, Philippa Levine, Dean Kennedy, Pillarisetti Sudhir e Jason Parker. Não posso deixar de agradecer também a Marian J. Barber, por tudo. Quanto aos demais participantes do seminário, agradeço especialmente Ellen R. Boucher por ter me enviado a conclusão de seu livro, ainda no prelo. Agradeço a ela também a sugestão do livro de Andrea L. Smith. As leituras foram muito úteis. Agradeço também a John Aerni-Flessner, por me indicar nos seus comentários ao rascunho do meu artigo o que não poderia faltar nesta tese. Quanto aos demais, gostaria de agradecer pela convivência durante um mês bastante intenso.

Agradeço também ao Antônio, da Biblioteca do IBGE, pela atenção.

Agradeço ao Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e do Real Gabinete Português de Leitura, Antônio Gomes da Costa, por ter me permitido o acesso ao arquivo da Federação.

Agradeço, também, àqueles que me indicaram pessoas com quem falar. Por último, agradeço àqueles que aceitaram me contar suas histórias de vida e aos demais que participaram

de diferentes maneiras. Em conversas informais, através de trocas de e-mails e até mesmo àqueles que não aceitaram fazer parte dela, pois me mostraram como o tema era delicado. Foi a partir dessa constatação que tomei as escolhas sobre a melhor maneira de lidar com o mesmo.

## Resumo

Em 11 de novembro de 1975, Angola tornava-se um país independente. Entre o final de 1974 e 1977, o Brasil recebeu dezenas de milhares de migrantes da descolonização vindos, majoritariamente, de Angola e de Portugal. O ápice da migração se deu entre 1975 e 1976. Como motivação para esse êxodo, tem-se diferentes questões: o princípio da guerra civil em Angola, a má recepção pela sociedade portuguesa e a profunda crise econômica em Portugal. Devido ao grande fluxo migratório, o governo do ex-presidente Ernesto Geisel cria uma força-tarefa para conceder documentação de permanência e trabalho para esses migrantes. Entre estes, havia um contingente de mão-de-obra qualificada, mas houve também migrantes de baixa qualificação profissional. A negociação para a recepção dessas dezenas de milhares de migrantes foi lenta. Envolveu os governos brasileiro e português, além de organizações internacionais e a comunidade ou “colônia” portuguesa no Brasil. A migração não foi permanente. Cerca de oitenta por cento dos migrantes deixou o país com destino a Portugal na década de 1980. O estudo foi ancorado em depoimentos de alguns desses migrantes, documentação diplomática e na imprensa da época. Buscou-se, no estudo, compreender a construção da memória coletiva desse processo.

**Palavras-Chave:** Angola, descolonização, êxodo, memória, testemunho



## **Abstract**

On November 11<sup>th</sup> 1975 Angola became an independent Country. By the end of the second half of 1974 until 1977, Brazil received tens of thousands of decolonization migrants, who came, specially from Angola and Portugal. The great migration took place between 1975 and 1976. As motivations to the exodus there was different matters, the beginning of civil war in Angola, the bad reception in Portuguese society and the deep economic crisis in Portugal. Because of the big migratory, flux the Brazilian government, at the time led by former president Ernesto Geisel, created a task-force to grant visas of residency and work. Among the migrants there were skilled technicians, but there were also migrants with low qualification. The negotiation process to the reception of the tens of thousands of migrants was slow. The Brazilian and Portuguese governments were involved as international organizations and the Portuguese community, or “colony” in Brazil. This migration was not permanent. About eighty per cent of the migrants left the country and migrated to Portugal during the 1980’s. The study was based on testimonies of some migrants, diplomatic correspondence and the press. The aim of this study was to comprehend the making of the collective memory on this process.

**Key words:** Angola, Decolonization, exodus, memoire, testimony

# Sumário

|  |            |
|--|------------|
| Índice de Ilustrações e Mapas .....  | 11         |
| Índice de Tabelas .....  | 12         |
| Lista de Siglas .....  | 13         |
| Introdução.....  | 15         |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo 1 - O que ficou para trás .....</b>  | <b>31</b>  |
| 1.1. Os últimos anos do colonialismo Português .....   | 31         |
| 1.2. A reação ao 25 de Abril.....  | 35         |
| 1.3. A conjuntura angolana.....  | 39         |
| 1.4. A minoria branca de Angola: estrutura, conflitos internos e seu lugar político e social no pós 25 de abril..... | 49         |
| 1.5. A transição para a independência política e o início da nova guerra .....                                       | 57         |
| 1.6. Sair ou ficar? .....  | 70         |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo 2 - O êxodo: rotas de saída e negociações bilaterais .....</b>   | <b>77</b>  |
| 2.1. Os bastidores da Ponte Aérea e o êxodo .....  | 77         |
| 2.2. As rotas de saída .....   | 93         |
| 2.3. A chegada a Portugal .....  | 101        |
| 2.4. Conversações entre o CIME, a CEE e o governo brasileiro para o recebimento dos imigrantes .....                 | 114        |
| 2.5. As negociações bilaterais entre Brasil e Portugal.....  | 117        |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo 3 - A chegada ao Brasil .....</b>  | <b>131</b> |
| 3.1. O acolhimento da rede familiar.....   | 131        |
| 3.2. Os migrantes sem rede de parentesco.....  | 138        |
| 3.3. As medidas tomadas pelo governo brasileiro.....   | 150        |
| 3.4. O papel da comunidade portuguesa no apoio aos imigrantes .....  | 164        |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo 4 - A inserção na sociedade brasileira .....</b>   | <b>180</b> |
| 4.1. A migração portuguesa e luso-angolana para o Brasil em números .....  | 180        |
| 4.2. A inserção na sociedade brasileira .....  | 193        |
| 4.3. A sociabilidade do grupo.....   | 203        |
| 4.4. A construção de lugares de memória.....   | 211        |

|                                     |            |
|-------------------------------------|------------|
| <b>Conclusão .....</b>              | <b>215</b> |
| <b>Anexo .....</b>                  | <b>224</b> |
| <b>Perfil dos informantes .....</b> | <b>224</b> |
| <b>Fontes e Bibliografia .....</b>  | <b>229</b> |

## Índice de Ilustrações e Mapas

|   | Pág.       |
|---|------------|
| <b>Mapa 1 – Mapa do continente Africano com Angola em destaque.....</b>                                   | <b>28</b>  |
| <b>Mapa 2 – Mapa político de Angola independente.....</b>   | <b>29</b>  |
| <b>Mapa 3 – Angola em novembro de 1975, antes da independência.....</b>                                   | <b>30</b>  |
| <br>  |            |
| <b>Figura 1 - População das Cidades segundo tipos somáticos.....</b>                                      | <b>32</b>  |
| <b>Figura 2 - Passageiros entrados e saídos de Angola entre 1963 a 1972.....</b>                          | <b>33</b>  |
| <b>Figura 3 - Anúncio de empresa brasileira na imprensa de Portugal oferecendo<br/>empregos.....</b>      | <b>157</b> |
| <b>Figura 4 - Organograma do Programa de atendimento aos Portugueses Imigrados<br/>para o Brasil.....</b> | <b>166</b> |
| <b>Figura 5 – Ficha ocorrencial.....</b>  | <b>168</b> |
| <b>Figura 6– Ficha de Controle.....</b>   | <b>170</b> |

## Índice de Tabelas

|  | Pág.       |
|--|------------|
| <b>Tabela 1 - Emigração portuguesa África-Brasil. Dados relativos a processos de apoio no Brasil a emigrantes portugueses oriundos da África. ....</b>         | <b>146</b> |
| <b>Tabela 2 – Emigração portuguesa África-Brasil. Dados relativos a processos de apoio no Brasil a emigrantes portugueses oriundos da África (cont.).....</b>  | <b>146</b> |
| <b>Tabela 3 – Emigração portuguesa África-Brasil. Dados relativos a processos de apoio no Brasil a emigrantes portugueses oriundos da África (cont.) .....</b> | <b>147</b> |
| <b>Tabela 4 - Imigrantes portugueses entrados no Brasil, em caráter permanente segundo o país de nacionalidade .....</b>                                       | <b>183</b> |
| <b>Tabela 5 - Imigrantes portugueses entrados no Brasil, em caráter temporário (1971 - 1980) .....</b>   | <b>184</b> |
| <b>Tabela 6 - Permanência de portugueses concedidas (1971-1980).....</b>   | <b>184</b> |
| <b>Tabela 7 - Turistas portugueses entrados no Brasil – (1971-1980).....</b>   | <b>185</b> |
| <b>Tabela 8 - Portugueses residentes no Brasil, segundo o Censo de 1970...185</b>  |            |
| <b>Tabela 9 - Portugueses residentes no Brasil, segundo o Censo de 1980...185</b>  |            |
| <b>Tabela 10 - Portugueses residentes no Brasil, segundo o Censo de 1991..186</b>  |            |
| <b>Tabela 11 - Portugueses naturalizados Brasileiros, segundo o Censo de 1970 .....</b>  | <b>186</b> |
| <b>Tabela 12 - Portugueses naturalizados Brasileiros, segundo o Censo de 1980.....</b>   | <b>186</b> |
| <b>Tabela 13 - Portugueses naturalizados brasileiros, segundo o Censo de 1991.....</b>   | <b>186</b> |

## **Lista de Siglas**

**ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados**

**AEANG – Associação dos Espoliados de Angola**

**ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil**

**ANI – Agência Nacional de Informações**

**CCPA – Conselho Coordenador do Programa de Angola**

**CEE - Comunidade Econômica Europeia**

**CIME - Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias**

**DAC – Departamento de Aviação Civil**

**FAP – Forças Armadas Portuguesas**

**FLEC - Frente de Libertação do Enclave de Cabinda**

**FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola**

**FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola**

**FRA - Frente Revolucionária Angolana**

**FUA – Frente de Unidade Angolana**

**FRAUL – Fraternidade Ultramarina**

**FRESDA - Frente Socialista de Angola**

**GRAE – Governo da República de Angola no Exílio**

**JSN – Junta de Salvação Nacional**

**MAEP – Movimento de Apoio do Emigrante Português**

**MDA - Movimento Democrático de Angola**

**MFA – Movimento das Forças Armadas**

**MOPUA – Movimento Popular Unido de Angola**

**MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola**

**ONU – Organização das Nações Unidas**

**OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte**

**OUA – Organização da Unidade Africana**

**PCDA - Partido Cristão Democrático de Angola**

**PCP – Partido Comunista Português**

**PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado**

**PS – Partido Socialista**

**PSP – Polícia de Segurança Pública**

**PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado**

**SINCRE - Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros**

**SNI – Serviço Nacional de Informação**

**TAP – Transportes Aéreos Portugueses**

**UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola**

## Introdução

Esta tese versa sobre um tema delicado, de difícil tratamento, que desperta muitas sensibilidades até os dias atuais. Trata-se do êxodo da minoria branca residente em Angola em decorrência do início da guerra civil que se iniciou em 1975, ao longo do processo de transferência de poder, antes mesmo da independência em 11 de novembro daquele ano. Mais propriamente, trataremos de um desdobramento deste que chamarei de “grande tema”: a migração de uma parcela desses milhares de indivíduos para o Brasil.

Além das dezenas de milhares de pessoas que chegaram ao Brasil fugindo da guerra civil em Angola, outros milhares também vinham de Portugal sem uma prévia experiência na África. Buscaram migrar para o Brasil por diferentes fatores: ou por conta de um processo revolucionário com o qual não concordavam ideologicamente ou para fugirem da crise econômica que assolava as terras lusas, naquela conjuntura. Em 25 de Abril de 1974, a longa ditadura do Estado Novo chegava ao seu fim. Iniciava-se a Revolução dos Cravos. Muitos que tinham ligações com o regime deposto fugiram do país. No que se refere à descolonização da África, prevaleceu a defesa de uma descolonização rápida e independência total. Nesse contexto, o Acordo de Alvor, que entrou em vigor em Janeiro de 1975 estabeleceu as normas do processo de transferência de poder que prepararia Angola para sua independência.

Em setembro, mês em que o período de pico do êxodo se iniciou, a embaixada lusitana no Brasil emitiu comunicado anunciando que, no primeiro semestre daquele ano, 4.418 migrantes desembarcaram no país. Destes, 2.228 desembarcaram no Rio de Janeiro e 1.151 em São Paulo. Número bem mais modesto do que os cem mil especulados. Foram requeridos cerca de 2.600 vistos de permanência no mesmo período. O mesmo comunicado informava que a TAP transportava “cerca de duas mil pessoas por dia, de Luanda para Lisboa”.<sup>1</sup>

No dia 03 de outubro, por exemplo, chegaram 150 migrantes trazidos por um avião da Varig. A assistência a eles estava garantida por instituições da comunidade portuguesa, como a Casa de Portugal, a Obra Portuguesa de Assistência e a Beneficência Portuguesa. Estas instituições acolheram também 31 dos 135 migrantes que chegaram dois dias antes e não tinham

---

<sup>1</sup> ANGOLA: Embaixada retifica informações sobre imigrantes. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, p. 17, 2 set. 1975.



onde se instalar.<sup>2</sup> É preciso mencionar que, embora a migração fosse majoritariamente de brancos, deram entrada também mestiços e negros, como Violeta Bundo, alojada, no Clube Vila da Feira, na Tijuca e que fugiu de Angola juntamente com os cinco filhos que teve com um português. Vindo sem o marido e sem recursos, ocorreu a separação dos membros da família. Duas filhas foram levadas do clube por dois casais que se propuseram a criá-las.<sup>3</sup>

Quanto aos que permaneceram em Angola, as fontes primárias consultadas não abordam pormenorizadamente a questão. Foi encontrado apenas um telegrama que apresenta dois tipos que poderiam dar conta da minoria branca: estrangeiros que se encontram em Angola e Angolanos que fugiram para países vizinhos. Sendo que, quanto ao primeiro grupo, não há esclarecimento se é o caso dos cidadãos portugueses que permaneceram em território Angolano.<sup>4</sup>

A correspondência consultada entre Brasília e Luanda é de outra natureza. Datada do ano de 1975, aborda, além do êxodo (a Ponte Aérea e os aviões fretados pela TAP à Varig), visitas de técnicos para reuniões nos ministérios do Planejamento, da Fazenda e com representantes do Banco Central, bem como dos ministros da saúde, da educação e de consultores dos ministérios dos transportes e comunicação angolanos ao Brasil. Os temas das conversações eram as inúmeras possibilidades de cooperação.

Quanto à imprensa angolana, a consulta aos jornais, não esclarece quantos e em que condições ficaram. Seu conteúdo é focado no êxodo e na sua consequência para a sociedade daquele país. Um exemplo é um texto que discorre sobre a necessidade da formação de quadros profissionais, pois, "as clareiras que o êxodo maciço de técnicos aqui radicados provocou em grande parte das atividades produtivas nacionais, são cicatrizes que, tão cedo, não desaparecerão".<sup>5</sup> Uma tentativa de sanar essa carência foi através do estreitamento da parceria com Cuba. Em vários comunicados conjuntos, Cuba ratificaria sua colaboração na preparação das forças armadas, no desenvolvimento da economia, no ensino e na saúde pública.<sup>6</sup>

Um relato sobre as condições de grupos pertencentes à minoria branca que permaneceram em Angola é oferecido por uma fonte secundária. Ficheiros Secretos da Descolonização de

<sup>2</sup> NOVO grupo de 150 refugiados angolanos chegará hoje ao Rio, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 07, 3 out. 1975.

<sup>3</sup> RECEPÇÃO especial, Veja, Editora Abril, São Paulo, edição 371, 15 Out. 1975, p. 30

<sup>4</sup> OURO PRETO, A. C. Comunicado do MPLA. [Telegrama 71700], 21 fev.1976, 2 f., Luanda [para] Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Histórico do Itamaraty, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Ministério das Relações Exteriores, Brasília, DF.

<sup>5</sup> MONTEIRO, M. de C. Pontos de Vista, *O Angolense*, Luanda, p. 11, 7 ago. 1976.

<sup>6</sup> DE Cuba Neto Regressou, *O Angolense*, Luanda, p. 17, 7 ago. 1976.

Angola, de autoria de Leonor Figueiredo. Neste, a autora narra as experiências de portugueses que estiveram presos em Angola por até alguns anos após a independência, em função de suas opções e filiações políticas. Não há, portanto, um relato com informações gerais a respeito das condições dos brancos que ficaram e nem informações acerca de quantos permaneceram. O fato de Angola ainda não contar com censo populacional para o período posterior a independência é outro fator que dificulta a estatística de quantos permaneceram no país.

Outra questão que as fontes não esclarecem é quantos deixaram o Brasil após chegarem. Sabe-se, por dois informantes, que muitos não conseguiram se inserir e migraram novamente. Ou então, se inseriram, mas na década de 1980 retornaram a Portugal. Os Anuários Estatísticos do Brasil consultados no que se refere à migração, não apresentam dados relativos a estrangeiros que deixaram o país, apenas aos que ingressaram, seja a entrada temporária ou permanente. Além disso, contabiliza o número de turistas.

A migração para o Brasil recebeu destaque até mesmo da imprensa internacional. Pela primeira vez na história da imigração portuguesa para o país, este recebeu um elevado percentual de predominantemente mão-de-obra qualificada. Médicos, agrônomos, engenheiros, economistas, entre outros. Muitos sem uma prévia vivência na África que deixaram o país aos milhares após o golpe de 25 de abril de 1974 por oposição ao novo regime. Segundo Raul Leite Ribeiro, então conselheiro da embaixada brasileira em Lisboa, era esperado que oitenta mil imigrantes portugueses chegassem ao país. Destes, oitenta por cento deveriam ser profissionais altamente qualificados. O governo Brasileiro estaria esperando receber entre duzentos e trezentos mil migrantes de Angola. Tal fato, demandaria entendimentos com Lisboa. A primeira onda de migração dos que deixaram Portugal teve uma conotação política. Eram indivíduos com ligações com o Estado Novo, tais como homens de negócios e personalidades políticas. Entre eles estavam Marcello Caetano - ex-Chefe de Governo, o General Antônio de Spínola e o ex-Ministro das Relações Exteriores - Rui Patrício, que assumiu um cargo altamente remunerado na Volkswagen em São Paulo. No ano seguinte seria a vez do General Antônio de Espínola, o Primeiro Presidente da República de Portugal, após a revolução dos Cravos, mas que se demite em função ainda em 1974. O documento de entrada era predominantemente o visto de turista. Com este documento encontraram trabalho, sobretudo no setor privado. Os que permaneciam tiravam seus vistos definitivos.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> HOWE, M. Portugal losing educated elite: many professional fleeing unrest – refugees from Angola also move on,

De acordo com Anuários Estatísticos do Brasil, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, embora o país tenha recebido dezenas de milhares de migrantes, os números eram bem mais modestos. Deve-se registrar aqui também que grande parte dos migrantes recebidos vieram de Angola. Entretanto, o Brasil recebeu também migrantes de outras ex-colônias portuguesas. São elas: Moçambique, Macau e Timor.<sup>8</sup> Este estudo centra-se, porém, naqueles que tiveram vivência em Angola por ser o grupo quantitativamente mais expressivo.

A explicação dessa opção pelo Brasil, reside em fatores políticos ideológicos e econômicos. A abertura do Brasil para o recebimento desses migrantes foi o resultado de um processo lento de negociações entre o governo brasileiro e o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias, de agora em diante CIME, atual Organização Internacional para Migrações.<sup>9</sup> A negociação com o governo português para o recebimento de parte dos migrantes que vinham da África, tinha essa instituição como mediadora.

Tendo preferência por receber migrantes que tivessem meios de se manter, as medidas tomadas visavam atender os interesses estratégicos do governo militar. A mão-de-obra qualificada recebida supriria uma carência técnica do país. A lentidão se deveu ao fato de que Angola e Portugal perdiam essa mão-de-obra qualificada que o Brasil, em parte, absorvia. E esses profissionais tinham uma importância estratégica tanto para Portugal quanto para sua ex-colônia africana. Tal fato podia prejudicar o projeto de aproximação que estava sendo costurado com Angola e também causar dificuldades com Portugal. Se este país desejava firmar um acordo, através do CIME, com o Brasil, para a absorção de parte daqueles que voltavam da África, tal fato não incluía a mão-de-obra qualificada, cuja saída, naquela conjuntura, prejudicava sua combatida economia.

Apesar das diferenças ideológicas entre a ditadura militar brasileira e o novo regime

---

*The New York Times*, New York, p. 7, Sep. 12, 1975. Historical Journals, Newspaper and Current Periodical Reading Room, Library of the Congress, Washington D.C

<sup>8</sup> LOBO, E.M.L. *Imigração Portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: Hucitec, 2001, p. 309.

<sup>9</sup> O Comitê Internacional para as Migrações Europeias foi criado em 1951 sob o nome de Comitê Intergovernamental Provisório para o Movimento dos Migrantes da Europa (CIPMME). Entre 1951 a 1989, a sua denominação mudou muitas vezes. Em 1952, ele foi rebatizado como Comitê Internacional para as Migrações Europeias. Em 1980, passou a se chamar Comissão Internacional para as Migrações. Em 1989, foi novamente rebatizado, dessa vez como Organização Internacional para as Migrações (OIM), como é conhecido hoje. Em um primeiro momento, seu objetivo era ajudar os governos europeus para identificar os países de reassentamento para milhões de pessoas desenraizadas pela Segunda Guerra Mundial. No começo era uma agência de logística operacional, alargou seu alcance ao longo dos anos. Hoje sua missão consiste em prestar serviços para aqueles que necessitam de assistência a migração internacional. A instituição não faz parte da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/about-iom-1/history.html>. Acesso em: 14 de Set. 2013.

português, este último desde cedo buscou a continuidade das relações bilaterais. Entre as motivações, além de questões econômicas, havia questões políticas. As autoridades lusitanas buscavam a cooperação brasileira no processo de transferência de poder em Angola. A isso, Brasília respondeu com o princípio da não intervenção. Depreende-se então que, devido às dificuldades enfrentadas, da parte das autoridades de Lisboa a clivagem ideológica tinha menos peso do que para o governo brasileiro, mais reticente no início.



Angola é o local de nascença ou de vivência de parte desses migrantes. Neste último caso, tal vivência podia variar de alguns anos até duas ou mais décadas. É o local para onde famílias ou indivíduos solteiros se dirigiram desde a década de 1880. Onde muitos entendem estar fincadas as suas raízes. Referem-se a si mesmos como “portugueses”, “angolanos”, “africanos”, “portugueses de Angola”. Estamos, assim, diante de um quadro de identidades múltiplas.<sup>10</sup> Daqui em diante, iremos nos referir àqueles que nasceram em Angola como luso-angolanos. Aqueles que viveram mas não nasceram no país africano serão identificados como portugueses. O leitor deve ter em mente que este termo se refere a todas essas formas de identificação utilizadas por aqueles que nasceram em Angola.

Na chegada ao Brasil, além do apoio familiar, outros meios de suporte foram fornecidos, principalmente para aqueles que aqui aportavam sem nenhum vínculo de parentesco. O governo federal, prevendo que a imigração para o Brasil poderia se tornar uma realidade, aprova, em Agosto de 1975, a formação de uma força-tarefa, proposta pelo Ministro das Relações Exteriores, Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Esta, além do Ministério das Relações Exteriores, teria a participação dos Ministérios da Justiça e do Trabalho. Sua função era arranjar, aos recém-chegados, colocação profissional (por todo o país, não apenas no Rio de Janeiro e São Paulo) e fornecer-lhes os vistos de residência permanente.

Outro ator envolvido na recepção desse grupo foi a comunidade portuguesa, que se opunha ao processo revolucionário em curso em Portugal. Vendo a todos como portugueses, independente do lugar de nascimento, a Associação das Federações Portuguesas e Luso-Brasileiras, sediada no Rio de Janeiro, atuou como um importante meio para sua inserção.



---

<sup>10</sup>DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri, (2006). Reconstruindo identidades múltiplas: imigrantes portugueses e luso-africanos em São Paulo. Athenea Digital, v.10, p. 139.

A motivação do estudo deveu-se ao fato de o tema ter sido esquecido e, portanto, pouco estudado. Pelo que sabemos, os únicos estudos desenvolvidos até agora com este grupo focal foram feitos em São Paulo, por sociólogos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU). Entre eles estão Zeila de Brito Fabri Demartini, Daniel Cunha e Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, da Universidade de São Paulo. Esta tese é, então, um aprofundamento das questões apresentadas por esses pesquisadores. É uma contribuição ao estudo de um tema. Não conhecemos nenhum trabalho feito na área de história sobre essa temática. A pesquisa é, portanto, inédita no campo da historiografia. Pode ser inserida em três campos distintos: história contemporânea da África, história atlântica contemporânea e história contemporânea da migração portuguesa para o Brasil.

A pesquisa de campo teve duas partes: a primeira foi a localização dos imigrantes, seguida de entrevistas de história de vida. A segunda foi a localização e consulta de fontes documentais. A primeira se revelou a mais difícil e baseou-se na história oral como uma metodologia de trabalho, na mesma linha seguida por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. Para ambas, ela “apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho”. Enquanto teoria, a história oral “é capaz apenas de *suscitar*, jamais de *solucionar*, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas”.<sup>11</sup>

Ao estudar o tema proposto, foi necessário ter em mente a relação entre Antropologia e História. Um dos antropólogos que se debruça sobre o tema é Marshall Sahlins, para quem “o que os antropólogos chamam de ‘estrutura’ – as relações simbólicas de ordem cultural – é um objeto histórico”.<sup>12</sup> José Eduardo Aceves Lozano, ao refletir sobre a história oral, aborda a influência antropológica na história. Ao fazê-lo afirma que o interesse no estudo da oralidade veio da Antropologia. Segundo o autor, esse interesse foi suscitado pelo fato da oralidade permitir que sejam desenvolvidos conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com a criação de fontes inéditas. A história oral é interdisciplinar e não se pode deixar de levar em consideração a subjetividade da experiência humana. Esse é um traço fundamental dessa metodologia. A contribuição da antropologia vem da sua tradição etnográfica. Ao entrar em contato com o método antropológico de pesquisa, os historiadores se viram diante de novas técnicas de trabalho, conceitos, temáticas e problemas de estudo. Como exemplo dessa influência, o autor cita o

---

<sup>11</sup> FERREIRA, M.M.; AMADO, J. Apresentação, in: \_\_\_\_\_. *Usos & Abusos da História Oral*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. xvi.

<sup>12</sup> SAHLINS, M. *Ilhas de História*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 7-8.

interesse dos historiadores por questões culturais ou simbólicas.<sup>13</sup> Já Philippe Joutard vê a história oral como podendo ser de dois tipos, política e antropológica. Esta última é voltada para temas diversos como, por exemplo, migrações (um tema privilegiado por essa metodologia), relações de gênero e construção de identidades, sendo esta a tendência predominante.

Outra questão importante e presente em nossa pesquisa é a relação entre história oral e memória. Grande parte dessa discussão esteve ancorada nas reflexões de Michael Pollack, que atenta para o trabalho de enquadramento da memória, para a dificuldade de localização das memórias subterrâneas, que podem vir à tona a partir da história oral.<sup>14</sup>

Um conceito também importante para nossa pesquisa é o de testemunho. Uma experiência extrema, nos diz Michael Pollack e Nathalie Heinich, é reveladora de condições da experiência. A reflexão dos autores a respeito da experiência concentracionária nos fornece elementos adicionais, além dos já citados anteriormente, para pensar a respeito da construção da identidade tanto para o grupo estudado como para os outros. As condições associadas a uma determinada existência produzem princípios geradores e organizadores de práticas de representação. Os estudos sobre o conceito de testemunho, ancorados por sua vez nos de identidade levam, assim, em consideração, situações de transição ou de traumatismos pelas quais passam indivíduos que experimentam uma ruptura com seu mundo habitual. Uma questão importante de se observar quando se está estudando grupos que passaram por acontecimentos considerados traumáticos é o silêncio. Este, dizem os autores, é um obstáculo a qualquer pesquisa, marca os limites entre o possível e o dizível. Assim, permite que se reflita acerca da reconstituição da experiência.<sup>15</sup>

Foram feitas 19 entrevistas, esse número é fruto dos seguintes fatores: Ao contrário de Portugal, onde encontram-se reunidos na Associação dos Espoliados de Angola (AEANG)<sup>16</sup>, no

---

<sup>13</sup> LOZANO, J.E.A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea, In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. Op. Cit., p. 15-19.

<sup>14</sup> POLLACK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 12.

<sup>15</sup> POLLACK, M.; HEINICH, N. Le témoignage. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 62-63, juin 1986, p. 04.

<sup>16</sup> Associação dos Espoliados de Angola (AEANG) - <http://www.aeang.com/>. Acesso em 10 mar. 2013. Seu estatuto define a associação como instituição sem fins lucrativos. Seus objetivos estão delineados no artigo 2º “defender e promover a defesa dos direitos legítimos de todos os associados, nomeadamente os resultantes de confiscos, nacionalizações, intervenções, congelamento de bens e quaisquer outras formas de esbulho de que foram vítimas em Angola; promover o espírito de solidariedade e apoio mútuo entre todos os seus membros; contribuir para as boas relações entre a Associação e as entidades oficiais nacionais bem como as autoridades de Angola, na medida em que interessem aos objectivos da Associação e dos seus Associados”. O artigo 4º define como pessoas que podem fazer parte da associação “todos os indivíduos singulares ou colectivos que tenham vivido ou exercido actividades em

Brasil não há uma organização semelhante; A localização desses imigrantes é algo demorado. Uma vez localizados percebemos que muitos são cautelosos em falar dessas memórias. Há aqueles que se mostram reticentes do tratamento a ser dado ao tema. Outros, que aceitaram colaborar em um primeiro contato, sem ressalvas, nos sinalizaram, ainda mais que o primeiro grupo, como o tema desperta sentimentos como raiva e rancor. Por último, vale ressaltar que a pesquisa teve relativo progresso quando passamos a pedir aos informantes que dessem seus depoimentos baseados em suas histórias de vida. Abandonamos perguntas previamente formuladas, pedindo que os mesmos respondessem as questões que permeiam o trabalho.

Quais as razões da ida para Angola? Como era a vida na sociedade colonial angolana? Qual foi a motivação que impulsionou a escolha do Brasil como destino final? Qual a memória que guardavam desse período? Dessa forma, buscamos, como sugere Paul Thompson, permitir que o interlocutor “exprima livremente suas narrativas fictícias, desenvolva suas teorias sem propósito”.<sup>17</sup>

Nosso objetivo inicial era realizar um estudo que versasse sobre a construção de uma memória coletiva do êxodo e da migração para o Brasil, buscando entender as memórias relativas à sociedade colonial, à guerra de independência e o início da guerra civil. A intenção deste trabalho passou a ser também a de compreender esses indivíduos como retratos de uma sociedade complexa. Esses indivíduos são o reflexo de uma sociedade colonial gerida por um Estado autoritário. Seus relatos mostram como seus valores se perpetuam no tempo, seja de forma crítica ou não. Concordamos com Pierre Laborie quando defende que o papel do historiador:

é tentar compreender, formular explicações, dar sentido e inteligibilidade à desordem do passado. O historiador não é um juiz, não está ali para dizer quem é inocente ou culpado, para absolver ou condenar, para inculpar ou desculpar.<sup>18</sup>

Mas, ao fazer isso, não nos furtamos a uma outra face característica do ofício, da qual fala Alessandro Portelli: “interpretar criticamente todos os documentos e narrativas, inclusive às

---

Angola, mesmo por conta de outrem, e que possam documentar o exercício dessas actividades ou a posse de bens e propriedades, `a data da descolonização, pelos meios usualmente aceites em Direito”.

<sup>17</sup> WEBB, B. *apud* THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 272.

<sup>18</sup> LABORIE, P. Memória e Opinião, In: AZEVEDO, C.; ROLLEMBERG, D.; KNAUSS, P.; BICALHO, M.F.; QUADRAT, S. *Cultura Política, memória e Historiografia*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 08. (Disponível em: [http://www.historia.uff.br/nupehc/files/LABORIE\\_Cap\\_4\\_-\\_Memoria\\_e\\_opinioao.pdf](http://www.historia.uff.br/nupehc/files/LABORIE_Cap_4_-_Memoria_e_opinioao.pdf)). Acesso em: 16 fev. 2014.

delas”.<sup>19</sup> Afinal, como bem coloca Michael Pollack, a fonte oral não difere da escrita, não pode ser tomada como se apresenta, sofrendo, necessariamente, uma crítica interna, visto que, a interpretação do passado passa pela sua intermediação.<sup>20</sup>

Nossos informantes foram, predominantemente migrantes de primeira geração, ou seja, nasceram em Portugal. Dos 19 entrevistados 10 nasceram em Portugal, 1 nasceu no Brasil (filho de portugueses) e 8 nasceram em Angola. 9 têm ensino superior, 1 tem ensino técnico, 4 completaram o Liceu, 2 tem o Liceu incompleto, 3 não informaram o grau de instrução. No que se refere ao estado civil, 1 é divorciada, 14 são casados, 1 é viúva, 3 não informaram. Quanto ao perfil sócio econômico eram, em Angola, predominantemente pertencentes à classe média e à elite da sociedade. Já no Brasil, fazem parte da classe média. Chegaram por via aérea.

Cabem aqui algumas palavras a respeito de como encontramos os entrevistados. A busca de informantes mostrou-se a parte mais difícil do trabalho. A primeira entrevista, feita ainda na fase de concepção do projeto, demonstra essas dificuldades com clareza. Ela foi feita com Henrique. A aproximação foi feita a partir do contato com um de seus filhos. Este, por sua vez, tem relações com um parente nosso. No contato com seu filho, soubemos que Henrique frequenta um almoço anual de aproximadamente vinte luso-angolanos. Ao final de nossa conversa, perguntei se eu poderia ir a um desses almoços. Tive resposta afirmativa. Sobre o perfil socioeconômico daqueles que o frequentam: são, em sua maior parte, empresários.

Uma vez no almoço, fomos oficialmente apresentados. Ali, conversei com alguns dos presentes. Notamos que só havia um mestiço. Ao final do almoço, como nem todos estiveram presentes, foi solicitado que mandássemos um e-mail nos apresentando para que os ausentes, caso quisessem, pudessem entrar em contato. Ao mandarmos o e-mail, recebemos algumas respostas. A partir daí, tivemos os primeiros indícios de como essas pessoas encontram-se distribuídas geograficamente no país. Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Maranhão, são locais de residência de alguns. Os contatos por essa via foram pouco proveitosos.

Paralelamente a essa rede de informantes, foram conseguidos três contatos indicados por três pessoas, com duas das quais cursamos disciplinas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Uma delas nos pôs em contato com Júlia, outra

---

<sup>19</sup> PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum, in: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Ibidem*, p. 106.

<sup>20</sup> POLLACK, M. Memória e Identidade Social, *Memória e Identidade Social*, In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 207.



com João e a última com Carlos. Além desses, contatamos Alice, através de um colega de trabalho. O contato com Rafael foi feito através da Casa do Minho e do Real Gabinete Português de Leitura, duas das muitas instituições culturais portuguesas da cidade do Rio de Janeiro.

Por último, há o caso de Catarina e Lúcia. Chegamos às duas através do Portal SanzalAngola. Tivemos a indicação desse portal através da filha de Nelson e Fernanda, que conhecemos a partir da mesma pessoa que nos pôs em contato com Henrique. Deixamos uma mensagem explicando o objetivo da pesquisa. Houve cinco respostas. Seus locais de residência são: New Jersey, Estados Unidos; Estoril, Portugal; Santo André, São Paulo; Tomar, Portugal e Sydney, Austrália. Desses, três me indicaram contatos.

Os contatos foram feitos por e-mail e permitiram que tivéssemos um panorama inicial do que nos propúnhamos estudar. Foi a partir deles que percebemos o quão delicado é o tema. Muitas possibilidades de contato, mas pouca conversa e menos ainda testemunhos. Ao longo do processo de pesquisa, tal fato ficou ainda mais evidente.

Houve casos em que nos encontramos com possíveis colaboradores para uma conversa prévia, mas não houve desejo de participação na pesquisa. Apesar disso, as conversas se mostraram proveitosas. Foram abordadas questões que nos deram pistas para compreender o período em estudo.

A tentativa de contato mais frustrante deu-se com um conhecido de um estudante da graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Este contato seria importante, pois abriria a possibilidade de contato com outros cinquenta imigrantes com vivência em Angola que residem, como ele, na Vila da Penha. Várias tentativas de encontrá-lo foram feitas, sem sucesso. Evocava sempre compromissos profissionais, nunca chegamos a nos encontrar, nem mesmo para uma conversa prévia. O contato era sempre feito por telefone. Na última tentativa feita, propusemos que nos desse os contatos de seus conhecidos, o que também não teve retorno.

Devido às dificuldades encontradas e ancorados no tratamento dispensado por outras disciplinas como, por exemplo, a própria antropologia, adotamos o anonimato para todos os informantes ouvidos. Essa decisão foi solidificada à medida que a continuação do contato, de acordo com o que prevê a metodologia da história oral, ou seja, uma resposta de alguns entrevistados quanto à leitura das transcrições, não ocorreu. Além disso, a experiência profissional acumulada como pesquisadora de uma produtora municipal de mídia educativa nos ensinou que a imagem ou o nome de indivíduos não devem ser veiculados sem sua autorização.

Dessa forma, sempre que forem citados serão identificados a partir de pseudônimos. Desde já vale lembrar que no anexo consta uma ficha descritiva com o perfil dos entrevistados.

No que se refere às fontes escritas, estas se mostraram bastante pertinentes. Dentre a documentação do governo brasileiro destacamos: a documentação de permanência de imigrantes (nos fichários da Divisão de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras no Arquivo Nacional). Na Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (COREG) também encontramos um relatório a respeito de um movimento batizado de “Viva Portugal”, criado pela comunidade portuguesa no Brasil no período. Este integra o acervo da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça. Acompanha-o recortes de diferentes periódicos sobre suas atividades. No Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília foram encontrados três conjuntos distintos de documentos: reportagens na imprensa internacional (angolana, sobretudo) publicadas entre 1972 e 1974, telegramas trocados entre o Ministério das Relações Exteriores com a embaixada brasileira em Lisboa e a representação especial em Luanda. Além disso, também foram pesquisados ofícios e documentos da série de Correspondência Especial, pertencentes à série Chanceler.

Foi pesquisada também documentação norte-americana. Foi consultada documentação diplomática, mais precisamente telegramas no acervo on-line do *National Archives and Record Administration, NARA*, instituição responsável pela guarda da documentação do Departamento de Estado. Os telegramas em questão foram trocados entre o governo estadunidense e sua representação consular em Luanda, bem como em Brasília e Lisboa. A pesquisa foi centrada nos telegramas do ano de 1975. Foi pesquisada também a imprensa norte-americana. As fontes pesquisadas centram-se no êxodo e na chegada de migrantes ao Brasil.

A imprensa brasileira também foi pesquisada, nos acervos da Biblioteca Nacional, ou nos acervos eletrônicos dos periódicos consultados. Outro conjunto de documentos foi encontrado na Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras. É composto de cartas e currículos de candidatos à imigração, cartas de lideranças de movimentos de colocação profissional de “retornados” (termo pejorativo pelo qual ficaram conhecidos) em Portugal, cartas de portugueses residentes em outros países para as lideranças da comunidade portuguesa no país e cartas de governadores de estados brasileiros em busca de profissionais com determinados perfis técnicos. Há também correspondências de empresas privadas solicitando indicação de profissionais com determinada qualificação. O último conjunto documental é composto pelo

arquivo pessoal do ex-ministro das Relações Exteriores Antônio Francisco Azeredo da Silveira no Centro de Pesquisa em História Contemporânea do Brasil (CPDOC).



Para tentar dar conta desse tema optamos pela seguinte apresentação. O capítulo 1 é dedicado ao golpe de 25 de Abril e às incertezas que o processo revolucionário levou à sociedade em Angola. São abordados o início da deterioração da situação para a minoria de origem europeia, as articulações políticas feitas por esse grupo para tomar parte nas negociações do período de transição para a independência e as reações das lideranças dos movimentos de libertação à queda do Estado Novo. Abordamos o início da guerra civil e o momento escolhido para a saída. Buscamos também abordar, com as poucas fontes de que dispomos, as condições daqueles que lá permaneceram. Como fontes consultadas temos as reportagens de diferentes jornais publicados em Angola encontradas no Ministério das Relações Exteriores, informes do embaixador brasileiro em Portugal sobre a situação política e correspondência diplomática entre autoridades portuguesas e brasileiras. Tais documentos constam do acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty, bem como do arquivo pessoal de Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Recorremos também aos relatos dos informantes e ao livro de Leonor Figueiredo.

O capítulo 2 é dedicado ao êxodo. Abordaremos a saída, bem como suas condições. Serão abordadas a ponte aérea organizada tardiamente pelo governo de Lisboa para a evacuação, as rotas de fuga utilizadas, a disposição de diferentes países para recebê-los e as negociações com o Brasil. As fontes são os relatos dos informantes, correspondência diplomática e reportagens da imprensa brasileira e norte-americana sobre o tema.

O capítulo 3 aborda a chegada ao Brasil. As diferentes redes, o apoio de familiares, da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, o auxílio das autoridades através da força-tarefa e, ainda, os casos em que não houve nenhuma ajuda de nenhuma das instituições listadas, sendo o processo feito individualmente. As fontes utilizadas, além dos depoimentos, serão as encontradas na sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, a documentação do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, a documentação da DSI encontrada na COREG, o arquivo pessoal de Antônio Francisco Azeredo da Silveira, correspondência diplomática e a imprensa.

O capítulo 4, por fim, é dedicado a inserção desses imigrantes. Busca reconstituir as estratégias e os locais selecionados para esse efeito, como reconstruíram ou construíram novas

famílias e como conseguiram se colocar profissionalmente. Além disso, será abordada a construção da memória sobre o processo. Buscaremos mostrar quantos chegaram, quantos ficaram, como mantêm contato entre si e como se relacionam com a comunidade portuguesa. As fontes trabalhadas serão as existentes na Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, os Anuários Estatísticos do Brasil, os Censos de 1970 e 1980, bem como os relatos orais. A conclusão, como de costume, buscará apresentar um balanço do que foi analisado na pesquisa.



Mapa 1 - Mapa do continente Africano com Angola em destaque. Disponível em: <http://landsurveyorsunited.com/group/angola>. Acesso em: 13 jul. 2014.



Map No. 3227 Rev. 2 UNITED NATIONS  
October 1997 (Colour)

Department of Public Information  
Cartographic Section

Mapa 2 – Mapa político de Angola independente.

Fonte: <http://www.un.org/depts/Cartographic/map/profile/angola.pdf>



**Military Situation in Angola, mid-November 1975**

Mapa 3 – Angola em novembro de 1975, antes da independência. Fonte: GLEIJESES, P. *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*, Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 2002, p. 303.

# Capítulo 1

## O que ficou para trás

### 1.1. Os últimos anos do colonialismo Português

Ainda que a guerra de libertação tenha iniciado em Fevereiro de 1961, continuaram chegando dezenas de milhares de portugueses ao longo da década de 1960 até os anos finais do colonialismo. Em 1960, a população branca de Angola totalizava 172.529 indivíduos. O início da guerra colonial gera insegurança. Números de entrados e saídos de Angola naquele ano por via marítima mostram que chegaram a Angola 9.216 portugueses, enquanto saíram 14.187. No total, o saldo negativo foi de 4.961 indivíduos. Em 1962, entretanto, o quadro se reverte. O número de embarcados para Angola é de 19.965. Este número foi “fruto do regresso à colónia de muitos portugueses que a haviam abandonado no ano anterior”. O governo de Lisboa garantiu que “não iria ceder como sucedera no Congo Belga”. Houve, também, a liberalização da migração no espaço nacional, o que incluía metrópole e colónias. Em 1970 a população branca em Angola chegou a 280.101 e em 1973 totalizava 324.000 indivíduos.<sup>21</sup>

Fernando Pimenta aponta números diferentes para o ano de 1970. O autor indica que para aquele ano a população branca de Angola era de 290.000. Em 1974, chegou a 335.000.<sup>22</sup> João Peixoto, ao discorrer sobre os fluxos totais e países de destino da emigração portuguesa no século XX, aponta a escassez de dados rigorosos como um problema do estudo da emigração portuguesa contemporânea.<sup>23</sup>

Apesar das diferenças apontadas, o importante aqui é destacar o crescimento da migração colonial, mesmo após o início da guerra de libertação. Se atentarmos para o número de

<sup>21</sup> Esses dados constam das seguintes fontes primárias consultadas por Claudia Castelo, ESTADO DE ANGOLA, INE, Anuário Estatístico: 1973, Luanda, Imprensa Nacional, 1974. Cf. CASTELO, C. *Passagens para a África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto: Afrontamento, 2007, p. 143, 176, 177.

<sup>22</sup> As fontes utilizadas por Fernando Pimenta são secundárias, para 1970 e 1974. São elas: BENDER, G. ; Yoder, P. Santey. Whites in Angola in the eve of Independence: the politics of numbers, *Africa Today*, 21 (Fall 1974), p. 126 e HEIMER, F. W. O Processo de descolonização em Angola, 1974 - 1976, Lisboa: A Regra do jogo, 1980, p. 106. Cf. PIMENTA, F. T. *Angola, os Brancos e a Independência*, Porto: Edições Afrontamento, 2008, p. 449.

<sup>23</sup> PEIXOTO, J. A Emigração, In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (Dir.). *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 153-154.



passageiros entrados e saídos no período de 1963 a 1972, veremos que entraram 42.416 e saíram 36.325 indivíduos em 1963. Já em 1972 entraram 91.081 indivíduos, enquanto 83.558 saíram.<sup>24</sup> Como entender esse dado? Isso significa que os portugueses não entendiam que o colonialismo estava na sua fase final.

| POPULAÇÃO DAS CIDADES SEGUNDO OS TIPOS SOMÁTICOS |         |         |               |         |              |
|--|---------|---------|---------------|---------|--------------|
| Population des villes par types somatiques       |         |         |               |         |              |
| Population of towns by ethnic composition        |         |         |               |         |              |
| Apuramento provisório                            |         |         | Censo de 1970 |         |              |
| Cidades  | Total   | Branco  | Mestiço       | Pretos  | Outros tipos |
| Luanda . . . . .                                 | 475 328 | 124 817 | 37 974        | 312 290 | 247          |
| Nova Lisboa . . . . .                            | 61 885  | 14 694  | 3 382         | 43 795  | 14           |
| Lobito . . . . .                                 | 59 528  | 14 152  | 2 780         | 42 567  | 29           |
| Benguela . . . . .                               | 40 996  | 10 175  | 4 421         | 26 398  | 2            |
| Sá da Bandeira . . . . .                         | 31 674  | 13 429  | 2 538         | 15 707  | —            |
| Malanje . . . . .                                | 31 599  | 3 470   | 1 907         | 26 222  | —            |
| Cabinda . . . . .                                | 21 124  | 2 646   | 836           | 17 639  | 3            |
| Silva Porto . . . . .                            | 18 941  | 1 570   | 445           | 16 916  | 10           |
| Henrique de Carvalho . . . . .                   | 12 901  | 1 917   | 500           | 10 484  | —            |
| Moçâmedes . . . . .                              | 12 076  | 4 989   | 910           | 6 177   | —            |
| Carmona . . . . .                                | 11 972  | 3 977   | 1 093         | 6 894   | 8            |
| Robert Williams . . . . .                        | 8 894   | 1 542   | 521           | 6 831   | —            |
| Porto Alexandre . . . . .                        | 8 235   | 2 552   | 418           | 5 237   | 28           |
| Novo Redondo . . . . .                           | 7 911   | 1 710   | 838           | 5 363   | —            |
| Salazar . . . . .                                | 7 342   | 1 967   | 766           | 4 609   | —            |
| Gabela . . . . .                                 | 6 930   | 1 875   | 789           | 4 264   | 2            |
| Cubal . . . . .                                  | 6 672   | 1 431   | 345           | 4 896   | —            |
| General Machado . . . . .                        | 5 740   | 755     | 319           | 4 666   | —            |
| São Salvador . . . . .                           | 4 002   | 943     | 159           | 2 894   | 6            |
| Serpa Pinto . . . . .                            | 3 023   | 1 413   | 339           | 1 269   | 2            |
| Santa Comba . . . . .                            | 2 784   | 2 040   | 217           | 527     | —            |
| Negage . . . . .                                 | 2 548   | 1 569   | 260           | 719     | —            |
| Luso . . . . .                                   | 2 539   | 1 569   | 248           | 722     | —            |
| Mariano Machado . . . . .                        | 2 538   | 876     | 243           | 1 417   | 2            |

Figura 1 – População das Cidades segundo tipos somáticos. Fonte: REPÚBLICA PORTUGUESA – ESTADO DE ANGOLA. Informações Estatísticas 1972. Luanda: Direção Provincial dos Serviços de Estatística, 1973, p. 8.

<sup>24</sup> REPÚBLICA PORTUGUESA – ESTADO DE ANGOLA. Informações Estatísticas 1972. Luanda: Direção Provincial dos Serviços de Estatística, 1973, p. 08 e 11.

| PASSAGEIROS ENTRADOS E SAÍDOS      |          |        |
|------------------------------------|----------|--------|
| Passagers entrés et sortis         |          |        |
| Out-and-in passengers              |          |        |
| 1963 a 1972                        |          |        |
| Anos                               | Entrados | Saídos |
| 1963 .. .. .                       | 42 416   | 36 325 |
| 1964 .. .. .                       | 50 937   | 39 441 |
| 1965 .. .. .                       | 52 458   | 40 747 |
| 1966 .. .. .                       | 55 310   | 43 528 |
| 1967 .. .. .                       | 51 510   | 43 251 |
| 1968 .. .. .                       | 59 464   | 52 121 |
| 1969 .. .. .                       | 68 536   | 57 846 |
| 1970 .. .. .                       | 81 013   | 69 007 |
| 1971 .. .. .                       | 95 129   | 86 015 |
| 1972 .. .. .                       | 91 081   | 83 558 |
| Saldo a favor dos entrados .. .. . | + 96 015 |        |

Figura 2 – Passageiros entrados e saídos de Angola entre 1963 a 1972. Fonte: REPÚBLICA PORTUGUESA – ESTADO DE ANGOLA. Informações Estatísticas 1972. Luanda: Direção Provincial dos Serviços de Estatística, 1973, p. 11.

Nos dias que se seguiram ao 4 de Fevereiro de 1961, data que marca o início da luta de libertação em Angola, houve da parte da população de Luanda uma violenta reação. O funeral de sete agentes policiais assassinados foi seguido de perseguições, espancamentos, prisões e mortes. Durante o funeral desses policiais, civis armados investem contra os muceques<sup>25</sup> de Luanda. Deixam inúmeras vítimas. Luanda passa por momentos de pânico e violência. Em 10 de Fevereiro ocorrem novos tumultos na Cadeia de São Paulo de Luanda com mortos e feridos. Grupos de brancos repetem as batidas aos muceques. Como resultado, mais massacres.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> Muceques – Palavra de origem kimbundo que significa areia vermelha. A partir de 1962 passa a designar os bairros da periferia de Luanda, onde viviam os colonizados. Eram doze no total: Sambizanga, Mota, Lixeira, Marçal, Rangel, Adriano Moreira, Gazenga, Calemba, Cemitério Novo, Golfe, Catambor e Prenda.

<sup>26</sup> CASTELO, C. Ibidem, p. 350.

O mesmo ano de 1961 iria conhecer novas ações por parte das autoridades portuguesas numa tentativa de desenhar uma nova relação nas colônias. Em 1961, são criadas as Juntas Provinciais de Povoamento através do Decreto – Lei 43895. Estes órgãos deveriam ser os responsáveis, em cada um dos territórios ultramarinos, pela condução dos assuntos referentes ao povoamento, bem como pela coordenação de iniciativas tanto públicas quanto privadas ligadas a este assunto. No ano seguinte, em Fevereiro, através do decreto 44171, são liberadas a entrada e a fixação dos portugueses em qualquer parte do território (incluindo os territórios ultramarinos).

Neste período, o investimento maior continuava sendo do Estado português. Estava ligado às necessidades de defesa. A iniciativa privada também estava presente, mas a primazia era do governo de Lisboa. Segundo Gervase Clarence-Smith, as melhorias feitas na área de transportes foram feitas em função, sobretudo, das necessidades militares. Foram também criadas estruturas para integrar a indústria e comércio locais. Algumas estradas, por sua vez, tinham uma finalidade mais econômica que militar.<sup>27</sup>

Em seguida vieram as mudanças na legislação colonial. Entre 1961 e 1962 foi aprovada uma nova legislação colonial. Uma das principais mudanças propostas foi a revogação do estatuto do indigenato.<sup>28</sup> Ao fazê-lo, o Estado Novo passava a considerar que todos os habitantes do império passavam a ter igual estatuto. A população estava agora dividida em dois grupos. Se até então a população era dividida em civilizados, assimilados e indígenas, agora a divisão era entre aqueles que seguiam o direito consuetudinário e os que seguiam o direito civil português. Os africanos que optassem pelo último ficariam desobrigados do processo de requerimento e verificações. Sua decisão era vista como irrevogável e passaria aos seus descendentes. As vantagens oferecidas pela adesão ao código civil português eram: a possibilidade de transmitir as terras aos descendentes diretos, de conseguir um emprego no Estado e de votar. Quanto a este último, não estava apenas condicionado à posse de um cartão de identidade, mas também à renda, aos bens e às habilitações literárias.

Como parte dessas reformas, o trabalho obrigatório foi abolido, mas o imposto pessoal foi agravado. O trabalho forçado persistiu na prática até a década de 1970. A punição pela fuga ao

---

<sup>27</sup> CLARENCE-SMITH, G. *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa: Teorema, 1990, p. 220.

<sup>28</sup> O Estatuto do Indigenato - Estabeleceu juridicamente as classificações de “Indígenas” e “assimilados”. O estatuto de “indígena” foi estabelecido no Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, de 1926. Havia todo um conjunto de instituições à parte que regulava a vida desse grupo, entre elas estava a Repartição Superior de Negócios Indígenas. A diferenciação que sofriam era ainda marcada pela obrigatoriedade do pagamento do imposto indígena de captação e do porte da “caderneta indígena” instituída também em 1926. Cf. NETO, M.C. *Ideologias, Contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX*. Paris: Lusotopie, 1997, p. 345.

pagamento de impostos e pelo não trabalho continuava a ser o trabalho correcional. No entanto, a prática do trabalho forçado diminuiu bastante no fim da década de 1960 e a abolição das culturas forçadas, em 1961, pôs fim a um dos maiores motivos de revoltas camponesas. Apesar disso, as concessões monopolistas de algodão se mantiveram até o fim do período colonial, assim como os preços fixos do produto.<sup>29</sup>

Quanto às relações comerciais entre Portugal e o império, estas declinaram na década de 1970. A metrópole voltava sua atenção para a Europa. O império, para alguns ramos da economia portuguesa, passava a ser um entrave nesse processo. Os oligopólios acreditavam que seria possível preservar e até mesmo expandir os negócios com um governo negro moderado. A elite negra, que era necessária, segundo Clarence-Smith, “parecia pronta a desempenhar o seu papel nesse cenário”. Marcello Caetano, continua o autor, “duvidava que o regime sobrevivesse à perda do império”. Veio então a Revolução dos Cravos em Abril de 1974, seguida de um processo de descolonização caótico e, por vezes desastroso”.<sup>30</sup>

## 1.2. A reação ao 25 de Abril

O quadro político angolano era bem complexo quando as autoridades portuguesas pós-25 de Abril, em especial os membros do Movimento das Forças Armadas (MFA) em Angola, estabeleceram os primeiros contatos. Seu objetivo era a negociação de um cessar-fogo e a discussão quanto a um período de transição para a Independência. O programa político do MFA previa as bases do que seria a sua política africana. Quatro princípios a orientavam: o reconhecimento de que a solução era política e não militar, contatos para o estabelecimento da paz, o reconhecimento do direito à autodeterminação, a criação de condições para um debate nacional sobre o problema ultramarino.<sup>31</sup>

Os dirigentes dos movimentos emancipacionistas, por sua vez, não aceitavam soluções parcelares enquanto Portugal não reconhecesse o direito à independência. Esse posicionamento, se por um lado favorecia aqueles com menor poder de reivindicação, porque não chegaram a se envolver na luta armada, prejudicava os projetos de setores metropolitanos em resguardar “casos

---

<sup>29</sup> CLARENCE-SMITH, G. *Ibidem*, p. 226.

<sup>30</sup> CLARENCE-SMITH, G. *Ibidem*, p. 230.

<sup>31</sup> MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado: Revolução e democracia em Portugal*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 88.

especiais”, leia-se: Angola.<sup>32</sup>

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foi o primeiro dos movimentos de libertação angolanos a aceitar o cessar-fogo. Em Julho de 1974, Jonas Savimbi concedeu uma longa entrevista ao jornal *Província de Angola*. Nesta, ao ponderar sobre o significado da queda do Estado Novo, defendeu que a independência de Angola passava pela consolidação da democracia em Portugal, bem como pela preparação da população angolana. Por essas razões, o processo deveria ocorrer com cautela:

(...) na minha opinião, a descolonização em Angola, só poderá ser feita ordeiramente, se a democracia se consolidar em Portugal. É imprescindível. É preciso uma opinião em Portugal que apoie o Governo Provisório na sua missão de descolonização. Mas eu penso mais: a descolonização tem de começar mesmo em Portugal. E a democracia em Portugal não está consolidada e tem que ser consolidada. A liberdade de expressão não é dizer tudo; é dizer aquilo que se deve dizer. Ora, se em Portugal não existe o que acabo de dizer, quanto mais em Angola. E é por isso que entendo, que se deve caminhar com o máximo cuidado. Com muita prudência. Pois devemos preparar a população, as camadas menos evoluídas, com muito cuidado. Explicar aquilo que se deve explicar.<sup>33</sup>

Outros temas importantes tratados nessa entrevista foram a defesa de eleições gerais, a representatividade de cada movimento político, suas posições quanto a independência imediata de Angola e a questão do racismo.

O Movimento Popular de Libertação de Angola, (MPLA), outro dos movimentos de libertação angolanos estava, por sua vez, fragilizado naquele momento. Encontrava-se dividido internamente. No leste, Daniel Chipenda, uma importante liderança, assumia controle de certas bases do movimento. Ao norte, em Brazzaville, um grupo de intelectuais do movimento formara a Revolta Ativa, que divulga seu manifesto contrário à direção em 11 de maio de 1974.<sup>34</sup>

Holden Roberto, a principal liderança do outro movimento de libertação angolano, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) se posicionou favoravelmente a um diálogo com as novas autoridades portuguesas. Em um encontro com cidadãos angolanos residentes no Zaire, (atual República Democrática do Congo), realizado em Kinshasa, disse que os angolanos

<sup>32</sup> CORREIA, P.P. *Descolonização de Angola A jóia da Coroa do Império Português*, Lisboa: Editorial Inquérito, 1991, p. 57, 61 e 62.

<sup>33</sup> MENDES, C. A descolonização de Angola só poderá ser feita ordeiramente com a consolidação da democracia em Portugal – declara Jonas Savimbi, “líder” da UNITA, *Província de Angola*, Luanda, p. 1 e 11, 1 Jul. 1974, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>34</sup> BITTENCOURT, M. *Estamos Juntos: o MPLA e a Luta anticolonial (1961-1974)*, 2002 Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, p. 666.

deveriam ficar vigilantes, pois, o golpe de Estado em Portugal não libertaria Angola, mas explicou a importância dos acontecimentos. Destacou o referendo realizado pela Junta Militar, mas salientou que seus efeitos seriam relativos sobre a luta armada. O líder da FNLA defendia a independência total. Opções como autonomia e a criação de uma federação foram consideradas ultrapassadas. Estava ainda disposto a se encontrar com os dirigentes da Junta Militar desde que o princípio da independência total fosse respeitado.<sup>35</sup>

Tal quadro suscitava debates entre as diferentes agremiações que pleiteavam espaço na cena política. Havia aqueles que, acreditavam que a independência total e imediata traria consigo caos e miséria. Este é o caso de Dongala Garcia, líder do Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA). Na sua concepção, era necessário haver uma africanização dos quadros “gente nossa com pretos e brancos devidamente preparados”. Estes deveriam “tomar conta dos lugares de decisão por forma a mentalizar as pessoas de que algo mudou ... de que algo vai mudar”. Sem isso, haveria caos e miséria. Abordou também o receio dos brancos face ao processo de independência de antigas colônias belgas, francesas e inglesas. Segundo ele, Angola era diferente: “Os portugueses também não são iguais aos belgas e aos ingleses. Radicaram-se. Casaram-se com gente de cor. Misturaram-se com todos nós em todos os sentidos possíveis (...)”.<sup>36</sup>

Nessas palavras percebe-se a influência da teoria do lusotropicalismo, desenhada por Gilberto Freyre na década de 1930 e incorporada no discurso oficial português com fins políticos vinte anos depois. A partir de 1951, o colonialismo português passou a sofrer pressão internacional crescente. Ao adotar oficialmente o lusotropicalismo como modelo explicativo da especificidade portuguesa, o governo português visava fazer frente às críticas que sofria. Sendo uma defesa da colonização portuguesa no Brasil, valorizava a miscigenação e uma pretensa ausência de racismo.<sup>37</sup>

MPLA e FNLA não abandonaram o confronto militar em um primeiro momento, após a mudança na metrópole. Não aceitariam um cessar-fogo sem antes terem o reconhecimento do

<sup>35</sup> BARBOSA, B.B. [Ofício] 3 Mai. 1974, Kinshasa [para] Secretaria de Estado, Brasília, 2 f. Golpe de Estado em Portugal. Repercussão no Zaire. Declarações do Presidente da F.N.L.A. Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>36</sup> DONGALA Garcia, do “P.R.P.A”.: A independência total e imediata só pode conduzir ao caos e a miséria, *Diário de Luanda*, Luanda, p. s/n., 31 Mai. 1974, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>37</sup> CASTELO, C. *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento, 1998.

direito à Independência e a garantia de que o poder seria transferido àqueles que tinham conquistado o direito de representarem os próprios povos.

Os acordos de cessar-fogo foram assinados unilateralmente entre cada movimento de libertação e o Movimento das Forças Armadas (MFA) ao longo do ano de 1974. O diálogo aberto entre o MFA e os movimentos de libertação não foi seguido de diálogo entre eles mesmos. A rivalidade de mais de uma década dificultava a elaboração de uma plataforma comum que apresentasse propostas para solucionar o problema colonial.<sup>38</sup>

Além do MPLA, da FNLA e da UNITA, surgiram outras agremiações políticas para participar do processo de transição. Entre elas estavam o Movimento Democrático do Huambo (MDH), o Movimento Popular de Unidade Angolana (MOPUA)<sup>39</sup>, o Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA), a Frente Revolucionária Angolana (FRA), o Movimento Democrático de Angola (MDA), a Frente de Unidade Angolana (FUA)<sup>40</sup>, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), a Frente Socialista de Angola (FRESDA). A pluralidade política, entretanto, durou até a assinatura do Acordo de Alvor. Naquele momento, os três movimentos de libertação, que brigavam entre si, concordaram pela primeira vez. Foram reconhecidos como os únicos representantes legítimos de Angola no processo de negociações com Portugal. Tiveram apoio tanto da OUA quanto da ONU.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> PEIXOTO, C.B.T. *Limites do Ultramar Português possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951 – 1975)*, Dissertação de Mestrado, Niterói, 2009, p. 142-144.

<sup>39</sup> Criado após o 25 de Abril, o MOPUA tinha como diretrizes programáticas, por exemplo, a defesa da consolidação das liberdades democráticas, pois, entendiam ser esta vital para o futuro da sociedade angolana; eleições gerais por sufrágio universal, direto e secreto, unidade de todos os angolanos, entendendo por isso “todos os que em Angola estão definitivamente radicados e vivamente interessados no seu futuro, independente de sua naturalidade ou origem, raça, etnia, credo político ou religioso”. O movimento defendia um combate à discriminação racial. Não teria lugar nas suas fileiras quem pretendesse perpetuar a dominação de brancos sobre negros ou defendesse a dominação de negros sobre brancos. Era favorável à autodeterminação, sendo na forma de Estado federado ou independente. Cf. HUAMBO: serenidade e confiança no futuro – 2 Províncias étnicas autônomas em federação angolana \*a construção de um mundo novo, *Diário de Luanda*, Luanda, p. 8 e 11, 4 Jul. 1974, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Pasta Territórios não Autônomos Portugal/Angola, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>40</sup> Esta, era diferente daquela fundada em 1961. Na década de 1960, era uma organização clandestina, cujo objetivo era lutar contra o colonialismo. Foi desmantelada pela PIDE. A FUA de 1974, por sua vez, era formada por indivíduos ligados à elite econômica de Angola. Tinham, portanto, interesses que os ligavam ao próprio sistema colonial. Os membros da FUA de 1961, encontravam-se divididos entre o MPLA e outros movimentos. Cf. ESCLARECIMENTO do MDA (Lobito) sobre a FUA, *Diário de Luanda*, Luanda, p. 3, 25 Set. 1974, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Pasta Territórios não Autônomos Portugal/Angola, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>41</sup> CORREIA, P.P.Op. Cit., p. 75.

### 1.3. A conjuntura angolana

A leitura de recortes de jornais angolanos remetidos pelo consulado brasileiro em Luanda para Brasília permitiu que reconstituíssemos o desenrolar da situação política e social em Angola no pós 25 de Abril. Através deles, foi possível verificar a progressiva escalada da tensão racial e social até o 11 de Novembro de 1975, data acordada para a proclamação da independência. Dessa forma, a visão de alguns informantes ouvidos, de que Angola era uma espécie de paraíso, de que não havia racismo, se desfaz. Outros informantes, ao contrário, reconhecem a existência das cisões sociais. Em meados de 1974, o conflito entre brancos e negros estava acentuado. Quem apoiava as teses estado novistas ou soluções federalistas passou a tentar golpes com o intuito de evitar a transferência do poder para os movimentos de libertação. Procuravam manter os privilégios e a estrutura da sociedade colonial. Aderiram então a movimentos clandestinos que postulavam uma solução rodesiana, ou seja, o poder político para a comunidade branca<sup>42</sup>.

O Diário de Luanda, na sua edição de 2 de Julho, defendia que o maior “milagre” do 25 de Abril e do processo que se seguiu foi “desanuviar horizontes, aconselhando uma troca de impressões de índole política que até ali parecia impossível”. Na antiga Nova Lisboa, hoje, Huambo, havia dois movimentos políticos, o MOPUA e o MDH. A efervescência política fez surgir um leque de opiniões que levavam a diferentes direções. Estas podiam ser verificadas nas propostas para uma Angola independente. Entre estas estavam um Estado federado ou independente e uma comunidade de estados federados. Ambos afirmavam estar trabalhando para o esclarecimento das populações, feito em reuniões, nos programas de rádio, e, é claro, nos jornais. Enquanto o MDH parecia ter uma atuação mais local, o MOPUA, buscava levar a sua proposta para todo o território. Chegou a se reunir com o presidente da União Nacionalista Angolana (UNA), o engenheiro Angelino Alberto. Nesta reunião decidiram criar uma frente unida, pois ambos os movimentos tinham propostas similares.<sup>43</sup>

Naquela reunião, um dos membros do MOPUA, Dr. Luís Polanah propôs algo até aquele momento não abordado por nenhum movimento: províncias étnicas, relativamente autônomas, dentro de uma federação. Esta ideia não foi de todo aceita. Em meio ao debate, houve quem defendesse que era a grande solução para a questão. Outros criticaram o modelo proposto pelo

<sup>42</sup> PEIXOTO, C.B.T. Ibidem, p. 149-150.

<sup>43</sup> NO HUAMBO serenidade e confiança no futuro – 1 Horizontes Desanuviados e “leque político” que começa a desdobrar-se \*Frente unida do MOPUA e da UNA, *Diário de Luanda*, Luanda, p. s/n, 2 Jul. 1974, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Pasta Territórios não Autônomos Portugal/Angola, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.



MPLA. Levantou-se também a questão do lugar da população branca numa solução como essa.<sup>44</sup>

Entre o MPLA, a FNLA e a UNITA, alguns membros do MOPUA demonstravam ter preferência pelo último movimento. Havia membros que se dispunham a apoiar Savimbi, sobretudo em um Estado federado. Outros, favoráveis ao seu nome, eram de opinião que este seria mais útil fora do governo, trabalhando na conscientização das massas.<sup>45</sup> Seus posicionamentos políticos eram variados. O MOPUA tentou organizar um congresso que envolveria todos os movimentos e partidos políticos. Este, entretanto, não se concretizou.

No que se refere à tensão social, havia atos violentos de parte a parte, sendo que aos brancos foi permitido durante a vivência colonial ter armas de fogo, o que era proibido aos demais. O MFA era chamado a intervir por todos. Diante da escalada da tensão, o patrulhamento dos muceques, por exemplo, passou a ser de responsabilidade do exército. Essa medida também não surtiu efeito na diminuição da violência. No dia 11 de julho de 1974, o assassinato de um motorista de táxi branco no bairro da Cuca, em Luanda, agrava ainda mais a tensa situação. Segundo Pezarat Correia, o assassinato nunca foi apurado. Grupos de moradores brancos, principalmente taxistas e outros motoristas se organizaram e, armados, fizeram incursões aos muceques. Resultaram vários mortos e feridos negros. Estes responderam com greves, manifestações e atos violentos contra os brancos que ainda residiam ou circulavam por aqueles bairros e que acabaram sendo expulsos.<sup>46</sup>

Taxistas e comerciantes de Luanda eram dois grupos nos quais predominava o apoio ao regime do Estado Novo, como coloca Juliana Bosslett. A relação entre ambos os grupos e a maioria negra e mestiça dos muceques era marcada pela violência e abuso de autoridade. O exercício da atividade de taxista era vedado aos negros. Esse grupo teve papel significativo nos massacres às populações dos muceques após o 4 de fevereiro de 1961. Havia também tensão com os comerciantes brancos que monopolizavam o pequeno comércio local. Havia acusações, antigas, de envenenamento de produtos vendidos aos negros. Na noite do dia 11 de julho os taxistas e comerciantes muniram-se de punhais, cassetetes e armas de fogo. Paravam viaturas em

---

<sup>44</sup> HUAMBO: serenidade e confiança no futuro – 2 Províncias étnicas autônomas em federação angolana \*a construção de um mundo novo, *Diário de Luanda*, Luanda, p. 8 e 11, 4 Jul. 1974, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Pasta Territórios não Autônomos Portugal/Angola, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>45</sup> HUAMBO: serenidade e confiança no futuro – 3 Na hora da decisão de inexorável transcendência para Angola o bom senso tem de imperar \* O dr. Jonas Savimbi em Foco, *Diário de Luanda*, Luanda, p.s/n, 4 Jul. 1974, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Pasta Territórios não Autônomos Portugal/Angola, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>46</sup> CORREIA, P.P. *Ibidem*, p. 80.

que estivessem “pessoas de cor”, destruindo as mesmas e agredindo pessoas. O exército e a polícia intervieram. O grupo deslocou-se para a zona do Cuca, onde houve nova onda de violência. Foram então usadas granadas e caçadeiras. No dia seguinte, a população dos muceques, que não contou com proteção policial, invadiu a casa mortuária do Hospital São Paulo. Cadáveres foram de lá retirados e levados ao palácio do governo. A manifestação foi reprimida pela Polícia de Segurança Pública (PSP).<sup>47</sup>

Os militares negros das Forças Armadas tomaram posição. Marcharam, acompanhados de civis, até a Fortaleza de São Miguel. Criticaram a ação da polícia. A partir de então a segurança nos muceques passou a ser feita pelas Forças Armadas. A violência continuou nos dias seguintes. A entrada de indivíduos armados nos muceques foi proibida em 16 de julho. Apesar disso, diariamente, verificava-se aumento de mortos e feridos e contínua movimentação no Hospital São Paulo.<sup>48</sup>

No muceque do Golfe, por exemplo, onde bandeiras do MPLA estavam hasteadas no cimo das árvores, a população circulava com catanas, punhais ou ferros. As Forças Armadas tentavam recolher aquelas armas. A localidade passou a contar com barricadas. Caixotes, mesas, pedras, troncos, estavam posicionados nas vias de acesso. O objetivo era impedir a entrada de europeus e de não residentes, não importando a etnia. Havia, entretanto, indivíduos de outros muceques, que para lá se dirigiram.<sup>49</sup>

A situação se deteriorava rapidamente. A tensão atingia outros muceques, como, por exemplo, o Prenda, Lixeira, Sambizanga e Mota. Segundo informações dadas por um oficial de serviço no muceque do Prenda, durante uma determinada noite de agosto de 1974 ocorreram três incêndios em estabelecimentos comerciais no local. As patrulhas militares estavam presentes 24 horas. Eram alvo de tiros de “armas vulgares” e metralhadoras. Naquele dia, pela manhã, no muceque Lixeira, havia focos de incêndio. Carros foram apedrejados e seus condutores agredidos por “grupos de africanos”. Os agredidos eram do sexo masculino, portugueses e tinham entre 20 e

---

<sup>47</sup> BOSSLETT, J. C. de F. *A cidade e a guerra: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda*. 2014. 237 f. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2014, p. 196, 197, 201, 202.

<sup>48</sup> BOSSLETT, J.C. de F. Op. Cit., p. 202-204.

<sup>49</sup> O MUCEQUE do golfe isolado, por africanos, de qualquer contacto exterior \*As forças Armadas controlam a situação, *Diário de Luanda*, Luanda, p. s/n, 5 Ago. 1974, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Pasta Territórios não Autônomos Portugal/Angola, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

63 anos. Residiam no Gazenga, em Adriano Moreira e em Zambizanga.<sup>50</sup> A insegurança era agravada por boatos.<sup>51</sup>

Um colono, que vivia em Angola há 24 anos, morador do muceque Cazenga e funcionário do estaleiro da Câmara, Francisco Alves dos Santos, teve sua casa queimada, seu mobiliário destruído, a geladeira e o fogão roubados e as portas e janelas arrancadas. Foi ainda agredido e assaltado. Os agressores não eram moradores do muceque. Alguns moradores informaram-lhe não conhecer os autores da ação. Outro colono, Jacinto da Cruz Costa Matos, cobrador do Sporting Clube de Luanda, radicado na cidade desde 1970, também foi assaltado. Foram levados dinheiro, documentos, uma motocicleta e o relógio. Este também sofreu agressões com catanas e pedras. Outro colono, Guilhermino dos Santos, de 63 anos, natural de Lisboa, residente no bairro operário também sofreu agressões.<sup>52</sup>

As reportagens falam apenas das vítimas europeias. Não abordam a violência dos colonos contra os nativos. Chamaram nossa atenção os termos escolhidos pelas diferentes reportagens para fazer-lhes referencia. Entre eles destacamos “chusma de meliantes”, “bando de meliantes”, “malandrins”, “extremistas”, “bandos extremistas”, “grupos de africanos”. Os colonos, por sua vez, são retratados como aqueles que “vivem honestamente” do trabalho. Ou seja, é possível perceber uma linha editorial que trata pejorativamente aqueles que viviam em situações degradantes na periferia de Luanda, sujeitos a um cotidiano de privações e racismo.

É preciso aqui evocar Albert Memi e sua análise, já clássica, da relação entre colonos e colonizados. Os colonos, independentemente da origem social ou dos seus conhecimentos técnicos acreditam ser, por sua origem metropolitana, ou apenas pela cor da sua pele, superiores aos africanos, nesse caso aos africanos negros. Assim que desembarcam, ou desde o seu nascimento na colônia, vivenciam uma situação que os transforma em colonizadores.<sup>53</sup> Frederick Cooper, vai além de Albert Memi e defende que, dada a complexidade das sociedades coloniais, elas não podem ser compreendidas apenas sob a dicotomia colonizador/colonizado. Uma análise

<sup>50</sup> INCIDENTES nos muceques. O Prenda e o Lixeira as zonas mais afectadas nas últimas horas. No Lixeira: vários incêndios, esta manhã e 13 viaturas destruídas, *Diário de Luanda*, Luanda, p. s/n., 7 Ago. 1974, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Pasta Territórios não Autônomos Portugal/Angola, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>51</sup> A ONDA de boatos está a contribuir para aumentar a intranquilidade, *Diário de Luanda*, Luanda, p. s/n., 7 Ago. 1974, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Pasta Territórios não Autônomos Portugal/Angola, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>52</sup> VÍTIMAS de assaltos e agressões nos arredores de Luanda, *Província de Angola*, Luanda, p. 5, 8 Ago. 1974, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Pasta Territórios não Autônomos Portugal/Angola, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>53</sup> MEMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

que parte desse binômio é reducionista. Reduz a complexidade das relações sociais à relações de poder.<sup>54</sup>

Na trilha desse estranhamento entre colonos e colonizados, surgem as hierarquias sociais. Estas eram encontradas entre brancos, entre brancos e negros/mestiços, mas também entre “assimilados” e “indígenas”. Em 1961, era possível encontrar brancos pobres vivendo em muceques, como vimos nas reportagens acima para os anos 70 e negros e mestiços “assimilados” vivendo em centros urbanos e trabalhando para o Estado colonial.

Retomando a questão da visão dos informantes a respeito do racismo na sociedade, há aqueles que afirmam, pelo menos no que se refere à experiência pessoal no período em que viveram em Angola, terem uma boa relação com os nativos com quem conviviam, reconhecendo, entretanto, que membros da sua família tinham uma postura racista. Este é, por exemplo, o caso de Henrique:

A minha geração colonial ansiava pela independência de suas terras natais. Já a geração do meu pai, mantinha-se fiel ao governo, era salazarista, e tinham traços de racismo. Meu pai não era racista. Minha mãe era, e é até hoje”.<sup>55</sup>

Outro que aborda a questão do ponto de vista geracional é Augusto, que não vê a sua geração como tendo racismo:

[Em] Angola não havia racismo. Estou a falar da minha geração, não estou a falar da geração do meu avô, como todos os colonos, havia colonos bons e colonos maus, não sei, tá? Eu estou a falar pela minha geração.<sup>56</sup>

É interessante notar que ambos fazem parte de gerações diferentes. Henrique nasceu em 1938, na cidade de Sá da Bandeira, hoje Lubango, Augusto em 1951, a setenta quilômetros de Nova Lisboa, hoje Huambo, em uma missão de um médico americano. O caso da família de Catarina, pode ser considerado um terceiro exemplo da diferença de comportamento geracional sobre essa questão. Ela, nascida em 1958, considera que suas relações sociais com os nativos eram normais, mas admite que membros da sua família, no que tange à certas situações envolvendo locais de trabalho, lançavam mão de atitudes paternalistas. Estas não são atribuídas a

<sup>54</sup> COOPER, F. Conflito e Conexão: representando a História Colonial da África, In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 21-73, jul. 2008.

<sup>55</sup> Entrevista com Henrique - advogado nascido em Angola, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009.

<sup>56</sup> Entrevista com Augusto - projetista nascido em Angola, Rio de Janeiro, 05 de junho de 2011.

um racismo, mas a “personalidades exigentes” que demandavam uma determinada postura dos empregados.

[A relação] Era pacífica, era normal. Era como irmãos, como, como, como, como é que eu vou dizer? Como se eu tivesse aqui uma empregada, mas eu a tratava normalmente, sem distinção de cor, sem, sem bater, sem fazer, sem ... havia pessoas sim, que usavam, até certo ponto a violência, ou por que o negro às vezes ele não obedecia, ou os que ... a paciência dessa pessoa também não era muita, mas o meu pai, ele era uma pessoa muito assim... exigente. Gostava das coisas ... era linha dura. Gostava das coisas ... mas não era só com os negros não. Era com os filhos, era com todo mundo. E havia uns empregados que às vezes, às vezes num fim de semana à noite, ou à tarde quando já saíam, por exemplo, depois do almoço todo mundo ia descansar. Ficava só assim o cozinheiro, lá para olhar pela comida que ficava no fogo até o jantar, né, os outros iam sair, iam passear. Alguns desses que saíam voltavam às vezes com algumas bebidas já e não aguentavam continuar o trabalho. Meu pai o que que fazia, dava nele, punha no banheiro, dava-lhe um banho gelado, às vezes dava-lhe assim um tapinha “Oh, você não volta a fazer mais isso, porque você tá trabalhando, você tem que ter... entendeu, meu pai era um pouco autoritário assim com eles, não sei se esse é o termo certo. Mas, é quando eles estavam numa boa, meu pai também estava sempre bem disposto com eles, brincando com eles, nunca foi nem nunca se intitulou racista. Só queria as coisas ali bonitas, bem feitas, não queria ninguém bêbado no trabalho. A única coisa que às vezes ele fazia era dar um tapa num deles. Mas eles, eles também gostavam da gente. Nós tínhamos uma convivência pacífica.<sup>57</sup>

Sua mãe, Lucia, nascida em 1927, completa dizendo “é preciso ter, ter pulso com eles”.<sup>58</sup> Pelas palavras de Catarina, o racismo é identificado com “distinção de cor” e com o bater. É evidente que havia outras possibilidades de lidar com um mal funcionário, caso deixasse a desejar quanto ao trabalho, como por exemplo, a demissão e a contratação de novos empregados. A postura de seu pai, nascido em 1928, autoritário e exigente, embora ela diga que “nunca foi, nem nunca se intitulou racista” remete a uma das faces mais cruéis da realidade em uma sociedade colonial: a violência física. A mesma informante, conta que gostava de, principalmente aos fins de semana, se juntar às lavadeiras do hotel de seus pais, para, com elas almoçar seguindo seus próprios costumes:

eu comia sempre com eles, adorava comer com elas, principalmente as lavadeiras. De manhã, às vezes, principalmente aos sábados e domingos que eu às vezes não tinha nem aula ... aos domingos não, mas aos sábados ou quando dava eu sentava com elas lá em cima no terraço ou onde elas comiam. Sentava com elas no chão, com as pernas cruzadas, com o prato na mão, comendo na mão como elas gostavam, embora a gente desse talheres pra elas, mas elas gostavam mais de comer como elas comiam. Eu comia com elas pra ver se como era, não sei, curiosidade, mas eu gostava delas. Então, pra mim elas representavam...eram negras sim, mas não tinha aquele ódio, não tinha nada contra

<sup>57</sup> Entrevista com Catarina - nascida em Angola e trabalhava junto com os pais, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

<sup>58</sup> Entrevista com Lucia - doméstica, proprietária de um hotel no Lubango, antiga Sá da Bandeira. Nascida em Angola, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

elas.<sup>59</sup>

Estes três casos podem ser utilizados para identificar uma mudança de postura de uma geração para outra. No nosso entender, entretanto, as formas como os dois primeiros refletem sobre a sociedade em que nasceram, têm como motivação as redes sociais que frequentavam. Para Jean François Sirinelli o uso do conceito de geração “exige vigilância e precauções”. Além de ser um fato biológico, ela é cultural. É neste segundo aspecto que o conceito nos interessa. Este pode ser moldado por acontecimentos ou originado em auto-representações e autoproclamações, no sentimento de pertencimento.<sup>60</sup>

A tensão nas relações entre a população de origem europeia e as populações nativas estava presente. O racismo é uma característica estrutural de uma sociedade colonial. Sendo assim, estava presente de forma mais ou menos explícita. Tanto, que há quem fale do racismo como algo velado, fazendo uma comparação com a sociedade brasileira.<sup>61</sup> Tal comparação atesta a associação feita entre as duas antigas colônias portuguesas. A sociedade brasileira, construída sobre a escravização de homens e mulheres trazidos à força tem, no racismo, uma de suas características estruturais. A sociedade colonial angolana tinha, na sua base, o trabalho forçado, que era quase um regime escravista de trabalho. Sendo assim, o reconhecimento ou negação da sua existência nos lembra a ponderação de Alessandro Portelli a respeito das memórias da infância e da juventude, cristalizadas sem mudanças ao longo do tempo, que acabam contribuindo para a formação da memória contemporânea e são por isso problemáticas. Seguindo o autor, podemos dizer que os exemplos acima são exemplos da síndrome “não no meu quintal”, ou seja: a realidade não é percebida porque não foram vítimas do sistema que regia aquela sociedade.<sup>62</sup>

Essa percepção dos informantes tem como horizonte a experiência individual. Ampliando o espectro de análise para a sociedade como um todo, o quadro é bem diferente. Gláucia aponta que os maus tratos e a hierarquização eram mais presentes no norte, região das fazendas de café. Reforça-se assim o que vem sendo até aqui demonstrado:

Havia muita exploração do negro nessa região [norte]. Inclusive, nós em Cabinda víamos isso. Os negros em Cabinda eram mais mal tratados. Eu lembro que a gente foi lá um dia e, e tinha uma fila para entrar no açougue. E, e os próprios negros que estavam na

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> SIRINELLI, J.F. A Geração, In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. Ibidem, 133.

<sup>61</sup> Entrevista com Bianca, dona de casa nascida em Portugal. Seu pai trabalhava no ramo da pesca. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2011.

<sup>62</sup> PORTELLI, A. Op. Cit., p. 113-115.

fila nos faziam entrar na frente. Eu disse “não, eu fico na fila”, o açougueiro veio me buscar para me atender ali porque os negros ficavam um pouco de lado. E nós, como estamos habituados no sul a ser de outra maneira acabou que a gente acabava conquistando esse pessoal, por conta exatamente desse diferencial que a gente dava, entendeu?<sup>63</sup>

Refletir sobre o conceito de racismo auxilia na compreensão daquela sociedade e da visão dos informantes. Em Portugal, segundo Fernando Tavares Pimenta, há a percepção de que o colonialismo português era caracterizado por uma harmonia racial, o que o diferenciava dos demais. Com relação a isso, Adolfo Maria salienta que, ao se analisar uma sociedade colonial, é preciso ter em mente suas numerosas contradições: entre a colônia e a metrópole, entre as populações dominadas e a população dominadora, entre as várias populações que habitam o território, entre dominantes e dominados no seio de cada população.<sup>64</sup>

As questões abordadas por Adolfo Maria são objeto da reflexão de Kwame Anthony Appiah. Não existe raça, o autor é categórico em dizer. O que existe é um conceito, uma construção. Pensar em termos de raça, na sua visão “nos incapacita”, por exemplo, “para lidar com os conflitos ‘intra-raciais’ que nascem das situações muito diferentes dos negros (e brancos e amarelos) nas diversas partes da economia e do mundo”.<sup>65</sup> Tal construção atua diretamente na vida das pessoas. Alguns dos informantes, como vimos, desconstróem a percepção de outros de que, naquela sociedade, havia paz. Mas boa parte deles destaca esse ponto em suas memórias, evocando a boa qualidade de vida. O que os levou a uma alienação com relação a questões políticas, a ponto de, por exemplo, compararem a Angola na qual viveram a um paraíso, diferenciando-a da metrópole. Catarina, por exemplo, nos disse que Angola “produzia, dava, entendeu, você tinha paz, você tinha saúde, você [...] não tinha brigas, você vivia como você queria, entendeu”. Essa visão da sociedade na qual nasceu tem Portugal como universo de comparação. A “paz” é evocada como contraponto a ditadura que governava a metrópole:

Já em Portugal, o regime já era mais salazarista. Era um regime bem mais duro, bem mais opressivo, proibitivo, quer dizer as pessoas não podiam sair a rua, tinham que saber medir as palavras que falavam, porque se não falavam eram presas, é levavam também pancada da polícia, quer dizer, era um regime mais duro, mais autárquico, sei lá.<sup>66</sup>

<sup>63</sup> Entrevista com Glaucia – Nascida em Angola. Graduada em Administração de Empresas. Rio de Janeiro, 05 de maio de 2011.

<sup>64</sup> PIMENTA, F.T. *Angola no percurso de um nacionalista: Conversas com Adolfo Maria*, Porto: Edições Afrontamento, 2005, p. 30.

<sup>65</sup> APPIAH, K.A. *Na Casa do meu Pai: África na Filosofia da Cultura*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 60-61, 75 e 245.

<sup>66</sup> Entrevista com Catarina, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

Ricardo relaciona qualidade de vida e alienação política. Quanto maior a qualidade de vida, maior a alienação “A vida era tão boa que a gente não ligava pra isso. Estávamos vivendo bem. Quem vive bem não fica preocupado com política pra coisa nenhuma”.<sup>67</sup> Ricardo e sua mulher, Gláucia consideram que eram “muito ingênuos” e “meio tapados”.<sup>68</sup>

Augusto, ao falar da qualidade de vida destaca a questão do espaço e da baixa densidade populacional. Estes fatores combinados seriam a razão de uma vida saudável. Esta estava diretamente ligada ao fato de a vida naquele contexto ser vista como um paraíso.

Era uma vida normal. Com a vantagem de ser uma terra muito grande com pouca gente, portanto, havia vantagem de ser uma terra muito grande com pouca gente, portanto, havia a vantagem do espaço. Era uma vida saudável, não tínhamos atropelos, de espécie nenhuma. Era uma espécie de paraíso.<sup>69</sup>

Essa questão do “paraíso”, da “vida normal”, pode ser também enquadrada nas ponderações feitas por Portelli<sup>70</sup> quanto à cristalização das memórias da infância e a sua sobrevivência na vida adulta da qual tratamos acima. Parte apreciável da população de origem europeia se encontrava nas cidades. Em algumas delas, presentes de forma majoritária, pois a população nativa residia afastada das mesmas. Tal fato pode ter influencia na construção dessa visão. Gláucia e Ricardo nasceram na cidade do Lobito. Segundo o censo populacional de 1970, a cidade tinha 14.152 brancos contra 42.567 negros e 3.382 mestiços, numa população total de 59.528 habitantes. Os brancos, então perfaziam 23,7% da população, enquanto os negros correspondiam a 71,5%. Se somarmos a população mestiça à branca teremos que a população de origem europeia subia para 16.932 habitantes, ou seja, a população de origem europeia correspondia a 28,4%, mais de um quarto da população, como é possível verificar na figura 1.

O paraíso, entretanto, era desfrutado por poucos. A violência era vivenciada pelas populações nativas diariamente nas regiões rurais, de forma explícita. Nos centros urbanos, sua demonstração era mais sutil. A vida privada da população branca de Angola foi investigada por Ana Sofia Fonseca. Ao folhearmos suas páginas vemos dois mundos. Um, que era o dito paraíso

---

<sup>67</sup> Entrevista com Ricardo e Gláucia – Ambos são casados. Ricardo tem experiência no ramo comercial. Rio de Janeiro, 05 de maio de 2011.

<sup>68</sup> Op. Cit.

<sup>69</sup> Entrevista com Augusto, Rio de Janeiro, 05 de junho de 2011.

<sup>70</sup> Portelli, *Ibidem*, p. 113.



de parte significativa da população de origem europeia. Nos centros urbanos havia cinemas, estações de rádio, onde havia programas de auditório, os parques, as confeitarias, as lojas de moda, os Liceus. Os cinemas exibiam filmes hollywoodianos. Eram comuns as saídas para caçadas, banhos de mar (os fins de semana na Ilha do Mussulo, por exemplo) ou de piscina, (nesse último caso, o destaque é dado para a piscina pública do Huambo, cuja frequência era proibida para negros). Havia clubes que promoviam festas. Estas, em estilo *Hi Fi*, eram populares entre adolescentes. Havia a presença da Mocidade Portuguesa (inspirada em modelos fascistas como a Juventude Hitlerista). Havia concursos de Miss e corridas de automobilismo. Todas essas atividades faziam parte da vida cotidiana de cidades como Luanda, Lobito, Benguela, Huambo (antiga Nova Lisboa), Lubango (antiga Sá da Bandeira), Moçâmedes, onde viveram nossos informantes, entre outras.<sup>71</sup>

Michael Pollack explicita, de forma objetiva, o que leva a identificações como estas. Lugares com um significado marcante na vida de uma pessoa ou grupo podem ter muita força em suas memórias. Essas sofrem flutuação de acordo com o momento em que são evocadas. A memória é uma construção, sendo assim, um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como coletiva.<sup>72</sup>

Do outro lado estavam aqueles que vivenciavam diariamente o que de pior havia naquela sociedade. Nessa situação estava a maior parte da população nativa. Tendo sua força de trabalho explorada, com condições degradantes de trabalho, um regime laboral extremamente violento, empregado nas atividades econômicas mais rentáveis, como as culturas do algodão e do café e a construção de obras públicas, por exemplo. Esse era o sistema chamado de trabalho forçado.

O angariamento de mão-de-obra era feito por uma autoridade colonial. Esta, procurava o Soba, ou chefe tradicional, para contratar homens para a tropa ou para obras públicas. As palavras de um deles resume a dimensão da realidade colonial, inclusive, a colaboração de elites nativas “O branco mandava, o soba falava e ninguém reclamava. Só de verem o chefe de posto, os jovens fugiam”.<sup>73</sup> A colaboração é fundamental para que se possa compreender o imperialismo em toda a sua complexidade. Ela é um importante mecanismo de controle. As razões para que ela aconteça podem ser várias. Incluem o que a metrópole tem a oferecer em termos de comércio,

---

<sup>71</sup> FONSECA, Ana Sofia. *Angola terra prometida, a vida que os portugueses deixaram*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.

<sup>72</sup> POLLACK, M. Op. Cit., 1992, p. 202-204.

<sup>73</sup> Entrevista de Antunes Joaquim a Ana Sofia Fonseca em Março de 2008. In: FONSECA, Ana Sofia, *Ibidem*, p. 117.

capital, tecnologia, auxílio militar e diplomático ou até mesmo receio de repressão por parte do poder colonial.<sup>74</sup>

Um exemplo de quem viveu este outro lado foi Jaime Araújo, ex-membro da FNLA e Presidente da Liga Nacional Africana, quando recebeu Ana Sofia Fonseca. No seu entender, a sociedade colonial era muito discriminatória, embora não se pudesse falar em um Apartheid. Não era uma questão de ódio, mas de interesse. Para exemplificar tal fato, lembra aqueles brancos pouco favorecidos economicamente, classificados como cidadãos de segunda classe.<sup>75</sup>

#### **1.4. A minoria branca de Angola: estrutura, conflitos internos e seu lugar político e social no pós 25 de abril**

Ao chegarem os colonos encontraram um meio-ambiente muito diverso da metrópole. Das condições climáticas à natureza, passando pelos diferentes povos nativos, tudo despertava uma sensação ao mesmo tempo de fascínio e temor. A relação com “o outro” é, ao nosso ver, uma questão central. E entre os “outros”, entendemos, para o que nos interessa nesta parte do trabalho, os colonos já instalados, descendentes dos grupos de portugueses chegados entre o fim do século XIX e a primeira metade dos noventa. Os colonos chegados a partir da década de 1950 encontraram um ambiente de resistência, tanto de povos locais quanto da minoria branca já estabelecida. Cláudia Castelo, ao abordar essa questão, cita as memórias de Manuel Alfredo de Moraes Martins, funcionário da administração que serviu na cidade de Moçâmedes na década de 1950. Este revela haver então naquela cidade uma “subclasse”<sup>76</sup>, unida, constituída por aqueles que eram chamados de *filhos da terra*. Além disso, os recém-chegados tentavam acompanhar os hábitos de consumo e o nível de vida do grupo. Os salários em Angola eram mais altos que na metrópole, entretanto o nível de vida também o era.<sup>77</sup>

Segundo Adolfo Maria, havia uma oposição, uma antipatia entre os brancos recém-chegados e os já instalados que se acentuou na década de 1950. Suas causas eram de origem econômica, social e ideológica. Havia competição por empregos, uma rivalidade entre a burguesia local e a metropolitana, mas do ponto de vista do branco nascido em Angola uma

<sup>74</sup> ROBINSON, R. “Non-European Foundations of European Imperialism” in: OWEN, E. R. J.; SUTCLIFFE, R. B. *Studies in the Theory of Imperialism*, London: Longman, 1972, p. 117, 120.

<sup>75</sup> Entrevista concedida por Jaime Araújo a Ana Sofia Fonseca, em Fevereiro de 2008, In: : FONSECA, Ana Sofia, Op. Cit., p. 152.

<sup>76</sup> Entre aspas no original.

<sup>77</sup> CASTELO, C. Op. Cit., p. 265.

questão era ainda mais importante: os brancos nascidos em Angola e os colonos mais antigos tinham desenvolvido um apego a Angola, que designavam de “sua terra”. Para muitos dos luso-angolanos, a chegada de portugueses acentuada a partir da década de 1950, “arrogantes e cheios de preconceitos raciais, quer contra os negros e mestiços, quer contra os nascidos e criados em Angola, representava uma afronta e uma humilhação.”<sup>78</sup>

Esta questão foi abordada por informantes que destacam o fato de serem angolanos por critério de nascimento. A identidade, o sentimento de pertencimento àquele lugar tem o nascimento como ponto de partida. Portugal é a terra dos seus ancestrais, dos seus bisavôs. Catarina, nascida na cidade de Nova Sintra, atual Catabola, na província do Bié, em 1958, é bisneta de madeirenses. Quando perguntei a ela em que ano sua família mudou-se para Angola respondeu “Não...a minha família praticamente todos são angolanos”. Portugueses, para ela eram seus bisavós, que imigraram da Ilha da Madeira no final do século XIX “Só os meus bisavós é que eram madeirenses que foram uns dos primeiros colonos a irem pra lá, pra Angola”. Ao abordar a diferenciação entre portugueses e os luso-angolanos, Catarina evoca o sentimento de superioridade dos primeiros: “Os portugueses tinham uma mania que eram melhores que nós”. A reação dos luso-angolanos já instalados, segundo ela era responder “Não, somos bem melhores que vocês”.<sup>79</sup> Os conflitos dos colonos recém chegados, então, não se resumiam ao contato com o nativo ou o mestiço, mas se estendiam também aos brancos nascidos em Angola.

Henrique, ao falar da chegada de seus bisavós em Angola, abordou sua pobreza. Eram camponeses analfabetos também oriundos da Ilha da Madeira. Chegaram a Angola na década de 1880. “Em 1885 chegou uma grande leva de madeirenses que foram para o sudoeste de Angola incentivados pelo governo, que os transportou e deu algumas condições para eles se instalarem na região da Huíla, Serra da Chela”. Para ele o fato de serem pobres e terem migrado em busca de uma vida melhor, fez deles colonos, não colonialistas:

Receberam sementes, gado, transporte. Gente simples, camponeses, analfabetos. Sublinho este fato para demonstrar que eu e minha geração de Angola não descendemos de colonialistas, mas sim de colonos, trabalhadores do campo, gente simples, tão digna de ser chamada angolano como qualquer outro.<sup>80</sup>

Percebe-se que aqui é feita uma diferenciação entre aqueles que migram por melhores

<sup>78</sup> PIMENTA, Fernando Tavares. Op. Cit., 2005, p. 38.

<sup>79</sup> Entrevista com Catarina, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

<sup>80</sup> Entrevista com Henrique, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009.

condições de vida e aqueles que o fazem para exercerem funções burocráticas e administrativas. O fato de terem migrado e adotado aquela terra como nova morada, fez com que construíssem uma auto-representação como angolanos. A identidade portuguesa marca presença quanto ao critério cultural: “Por isso sentimo-nos angolanos, consideramo-nos angolanos, somos angolanos. Somos de cultura portuguesa, obviamente, de fala portuguesa, de influência portuguesa”.<sup>81</sup>

Tais auto-representações podem ser entendidas à luz do que Frederick Cooper e Roger Brubaker argumentam sobre o conceito de identidade tendo em vista questões como: a posição ocupada num espaço multidimensional, um fenômeno coletivo, ou seja, denota uma igualdade entre seus membros. Esta se manifesta na solidariedade, numa disposição ou consciência compartilhada ou ação coletiva; um aspecto central do interesse pessoal, coletivo ou como condição fundamental do viver em sociedade. Nesse sentido, o conceito aponta para algo que deve ser cultivado, valorizado, reconhecido e preservado; um produto da ação política e social invocado para evidenciar o desenvolvimento de uma auto-compreensão, uma solidariedade ou um sentido de grupo que torna possível a ação coletiva e finalmente, um produto de discursos múltiplos e em disputa.<sup>82</sup>

Esse aspecto também é salientado por Kwame Anthony Appiah, que mostra que as identidades nascem de respostas que variam com relação às forças econômicas, políticas e culturais “quase sempre em oposição a outras identidades”. Elas florescem independentemente de suas origens. Por fim, não há espaço para a razão na sua construção. São uma ficção à qual os indivíduos atribuem uma centralidade “é tentador deixar a razão para trás: celebrar e endossar as identidades que, no momento, parecem oferecer a melhor esperança de promover nossos outros objetivos, e silenciar sobre as mentiras e mitos”.<sup>83</sup>

Outro autor que chama atenção para este conceito é Michel Pollack, que argumenta ser a memória um dos elementos que constituem a identidade, seja ela individual ou coletiva. Um elemento importante da construção da autoimagem é que essa não é isenta de mudança, de negociação ou de transformação em função de outrem. A construção da identidade se dá em referência aos outros “em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com os outros”.<sup>84</sup> A identidade, assim

---

<sup>81</sup> Ibidem.

<sup>82</sup> COOPER, F.; BRUBAKER, R. Identity, In: COOPER, F. *Colonialism in Question: theory, knowledge, History*, Berkeley: University of California Press, 2005, p. 59-90.

<sup>83</sup> APPIAH, K.A. Op. Cit., p. 248.

<sup>84</sup> POLLACK, M. Ibidem, 1992, p. 204.

como a memória, pode ser negociada. Não são, portanto, a essência de uma pessoa ou grupo.

Essa consciência de “angolanidade” entre os luso-angolanos foi resultado de um processo. Não se deu imediatamente. A construção desse sentimento de pertença, ocorreu primeiramente nas camadas cultas de negros e mestiços para quem a questão foi sempre fundamental. Entre a minoria luso-angolana seu desenvolvimento foi paulatino e ocorreu a medida que se deu a evolução econômica, política e social de Angola.

Segundo Adolfo Maria, esta questão não é homogênea. Entre a minoria branca, os diferentes graus em que esse sentimento se desenvolveu podem ser resumidos de três formas distintas. A primeira delas é exemplificada pelo colono português, que assimilou traços culturais angolanos, tais como alimentação e comportamento. Este não se via mais como um metropolitano em terra exótica. Se identificou com o espaço, mas não se identifica com a população local, da qual se serviu para a ascensão econômica.

A segunda é aquela vivenciada pelo filho do colono. Este tendo nascido ou migrado ainda criança, experimenta questões diversas. Por um lado é afastado da metrópole. Não a concebe como universo de referência. Apesar disso, seu universo social é marcado por práticas e privilégios que perpetuam o sistema colonial. Nelson se encaixa no segundo caso. Seu pai migrou para Angola sozinho por volta de 1950. Ocupou uma função burocrática na Secretaria de Obras Públicas. Nelson ficou com a mãe e os irmãos em Portugal. Após quatro anos, seu pai se estabilizou no emprego e a família migrou. Nelson então, tinha dez anos, se “sentia bem ali. Ali eu considerava ali a minha terra”.<sup>85</sup>

A última delas é caracterizada por uma identificação total com a cultura, o território e as populações nativas. Na época da independência, este grau de angolanidade estava presente em um número considerável de luso-angolanos em quase todas as cidades e possivelmente também em algumas regiões rurais.<sup>86</sup>

No colonialismo português, como vimos anteriormente, havia uma diferenciação/hierarquização na própria população branca: os “brancos de primeira”, ou seja, nascidos na metrópole e os “brancos de segunda”, cidadãos de segunda classe, nascidos nas colônias. Essa classificação perdurou por todo o período colonial. Estes eram ainda discriminados

---

<sup>85</sup> Entrevista com Nelson – Engenheiro, nascido em Portugal em 1945. Imigrou para Angola aos dez anos. Montes Claros, 12 de outubro de 2012.

<sup>86</sup> PIMENTA, F.T. Ibidem, 2005, p.53-54.

no acesso a certos cargos públicos e no exército,<sup>87</sup> o que levou, na colônia, a formulação de uma identidade em separado. São, portanto, perceptíveis muitas das questões apontadas por Frederick Cooper.<sup>88</sup> Ricardo aborda o tema, sendo possível perceber a crítica diante dessa postura por parte dos portugueses, lembrando a conquista do sul de Portugal pelos árabes e a miscigenação:

(...) havia sim uma diferença entre os portugueses de Portugal e os portugueses de Angola. Eles consideravam portugueses brancos de Angola os “brancos de segunda”. Tem essa diferença, só que eles se esquecem que eles foram colonizados, pelo menos a parte sul, pelos árabes. Então eles não são tão brancos quanto eles pensam.<sup>89</sup>

A reação dos luso-angolanos vinha expressa nos adjetivos “matarroanos”, “besugos”<sup>90</sup>, e até mesmo “boçais por trás das pedras”:

Havia sempre gente racista, principalmente portugueses. Aqueles “boçais de Trás as Pedras” como a gente dizia ah, que principalmente em fazendas. Eles exploravam muito os negros. Tanto que o exército português controlava isso. Era uma das coisas que a gente fazia também no mato.<sup>91</sup>

Uma das informantes ouvidas, Bianca, relata que este termo “branco de segunda” constava inclusive de certidões de nascimento, sendo posteriormente retirado:

Minha irmã mais nova era casada com um rapaz que era professor de matemática, ele é angolano também, ela também nasceu em Angola. E na época, em Angola, filha de portugueses imigrantes tinha a alcunha de ‘branco de segunda’, você sabe disso, né? (...) escrevia na certidão (...) é escrevia na certidão (...) depois que foi tirado isso.<sup>92</sup>

Júlia, por sua vez relatou que essa classificação era atribuída pelos “matarruanos” (homem rude), que lá viviam não sendo, na sua percepção, institucionalizada pelas autoridades metropolitanas ou coloniais. A mesma não confirma a informação dada por Bianca. Isso porque o termo não constava da certidão de nascimento do seu filho, nascido em Angola.<sup>93</sup> Esse exemplo

<sup>87</sup> CARVALHO FILHO, S. de A. As relações étnicas em Angola: as minorias branca e mestiça (1961-1992). (disponível em: [http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r\\_etnicas.htm](http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r_etnicas.htm)). Acesso em 3 nov. 2011.

<sup>88</sup> COOPER, F. 2005, p. 67-82.

<sup>89</sup> Entrevista com Ricardo, Rio de Janeiro, 05 de maio de 2011.

<sup>90</sup> PIMENTA, F.T. Ibidem, 2005, p. 38

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> Entrevista com Bianca, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2011.

<sup>93</sup> Entrevista com Júlia – Portuguesa, filha de um camponês oriundo do norte de Portugal que em Angola tornou-se

evidencia como essa era uma questão conflituosa e que iria assumir outros contornos quando foi posta a questão da cidadania da comunidade branca numa Angola independente.

Esta questão esteve presente, por exemplo, em artigos na imprensa. Defendia-se a ideia de que a sociedade do país independente deveria ser multirracial. A ideia de uma sociedade racista era rechaçada. Para brancos ou mestiços, lá radicados ou nascidos e que não pensavam em migrar com a independência, estavam postas duas alternativas “coexistir pacificamente ou lutar”. Aqueles que tinham possibilidade de escolha deviam escolher entre as nacionalidades angolana e portuguesa. Aos angolanos de todas as etnias competiria “decidir sobre o futuro da nova nação”. Já aos portugueses, seria reservado o mesmo tratamento que recebiam no Brasil.<sup>94</sup>

Em 1975 a questão da cidadania já estava com contornos mais definidos. Seriam Angolanos após o 11 de Novembro aqueles que nasceram em Angola ou que manifestassem o desejo de sê-lo, no caso de indivíduos radicados no território. Quanto a primeira questão, as vozes dissonantes ainda ecoavam. Um exemplo disso é um artigo publicado na revista *Notícia*, em que o autor, João Fernandes, advoga que “pouco interessará fazer considerandos (*sic*) sobre outro tipo de soluções possíveis, diversos caminhos porque se poderia ter adotado”. Ainda segundo o texto, a maioria da população branca de Angola recebeu com bons olhos o governo de transição “bem lhes importa a eles quem esteja no governo desde que mande. E de preferencia mande bem...”.<sup>95</sup> Dessas últimas palavras, depreende-se uma leve discordância quanto ao rumo tomado quanto a questão da cidadania, o que sinaliza para a permanência do debate para além da mesa de negociações entre os movimentos de libertação e o governo de Lisboa.

Quanto à consciência política, estava presente em diferentes graus. De 1940 em diante, o posicionamento desse grupo parecia afunilar para três vertentes. Uma formada por simpatizantes da ditadura salazarista. Outra formada por portugueses opositores do Estado Novo, que se estabeleceram em Angola ou foram para lá deportados por razões políticas. Era o grupo mais politizado. A última era formada por brancos nacionalistas ou favoráveis à independência. Esses grupos eram minoritários dentro da população luso-angolana. Sua maior parte era “politicamente amorfa”, o que vai ao encontro do colocado por Ricardo e Gláucia sobre seu posicionamento

---

proprietário de terras. Atualmente é dona de um estabelecimento comercial. Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 2010.

<sup>94</sup> ANGOLA e a sua Independência, *A Província de Angola*, Luanda, p. s/n., 22 Ago. 1974, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>95</sup> FERNANDES, J. Que fazer dos brancos?, *Notícia*, Luanda, p. 11-14, 15 fev. 1975.

político, como visto acima.

No que diz respeito às ideias sobre a independência e como ela deveria ser construída, havia cerca de cinco posicionamentos distintos. Desprezo pela metrópole e hostilidade com os colonos recém chegados. Desejo de independência, porém com Angola sendo governada por membros da minoria branca, com participação de membros da elite negra e mestiça “assimilada”. Defesa de uma independência à rodesiana. A independência da totalidade da população, com a elite luso-angolana como condutora. Esta posição era defendida por um setor liberal da burguesia. Por último havia um grupo de intelectuais progressistas, influenciado por ideias de esquerda, partidário da entrega do poder à maioria negra.<sup>96</sup>

Os três movimentos de libertação angolanos que vinham da guerra anticolonial tiveram diferentes estratégias para serem aceitos pela comunidade branca. Dos três, a UNITA teve maior sucesso. Após a Revolução dos Cravos, Savimbi cultivou uma imagem de “homem de Estado moderno”, que governaria de maneira conciliatória. Com esse discurso, passou a ser visto de forma positiva pela comunidade branca, como aquele que levaria Angola à descolonização consensual.

O MPLA, devido à sua postura política socialista, afastou a maioria da comunidade branca de Angola. Quanto a FNLA, era identificada com o ódio racial, fruto de suas primeiras ações militares no norte da colônia, quando massacrou alguns colonos brancos. Influenciada por Mobutu, o movimento tentou reverter o quadro. Tentou vender a ideia de um movimento que levaria Angola a um desenvolvimento capitalista, caracterizado pelo respeito à Lei e à ordem. Diziam ainda que teriam apoio internacional para evitar a implantação de um modelo comunista. Por conta desse novo discurso, ela atraiu um apoio cada vez maior, especialmente em Luanda, onde tinha o apoio das “elites econômicas” locais.

Estas questões podem ser verificadas nas falas de alguns de nossos informantes. Como Ricardo, que se filiou à UNITA no final de 1974 após dar baixa no serviço militar. Ricardo era contrário ao MPLA pelo fato de o movimento ser de inclinação comunista. Sua mulher, Gláucia, apontou que esta não era a única razão. Além de questões ideológicas, segundo ela, Agostinho Neto pregava coisas distintas em português e quimbundo. Em quimbundo, sustentava um discurso anti-branco. Para ela, este era um posicionamento errado, pois, era casado com uma portuguesa e tinha filhos mulatos: “Ele era casado com uma mulher branca e ele dizia que tinha

---

<sup>96</sup> PIMENTA, F.T. Ibidem, 2005, p. 35-36.



filhos mulatos e incitava o povo contra os brancos, tava (*sic*) muito errado.” Ricardo complementou a esposa dizendo que o presidente do MPLA passou muito tempo fora de Angola e não conhecia a realidade do território, não tendo conhecimento de que muitos brancos falavam quimbundo: “muitos portugueses falavam quimbundo fluentemente, melhor do que ele. E aí sabia-se o que ele falava em quimbundo, que era incitar os negros contra os brancos e os mulatos. Ele tinha ódio dos mulatos tanto que tinha filhos mulatos.” Na visão de ambos, esta questão fazia de Savimbi e Agostinho Neto dois polos opostos. Quanto ao líder da UNITA:

o que ele pregava em quimbundo (*sic*)<sup>97</sup> pregava em bom português também, que era a união das raças. O outro já não. O outro falava uma coisa em português que era para os brancos escutarem pensando que a maioria dos brancos não falava quimbundo.<sup>98</sup>

Para Ambos, Savimbi era “o único cabeça ali dentro. O resto também eram (*sic*) muito ignorantes”. Holden Roberto, por fim, era visto como um sanguinário. Júlia declaradamente nutria simpatias pelo movimento de Savimbi e por ele próprio. “Era um grande líder. Um grande líder. Tanto que ele dizia “quero a independência, mas sem sangue””. Quanto à mudança de comportamento de Jonas Savimbi em relação aos brancos, Júlia só soube por parentes de um cunhado, que nunca deixaram Angola: “dizem que o Savimbi ficou muito ruim depois que, que Portugal saiu, que a FNLA se juntou ao MPLA, que o Agostinho Neto morreu, diz que ele ficou assim bárbaro, bárbaro, bárbaro. Mas aí eu já não sei, a gente já não estava lá”. Opinião diametralmente oposta a essa tinha de Agostinho Neto. Pelas suas palavras a respeito do presidente do MPLA, é possível perceber raiva e até mesmo ódio “o Agostinho Neto morreu dez anos atrasado. Devia ter morrido dez anos antes. Que era pra não ter provocado essa guerra toda”.<sup>99</sup>

Já Catarina, tem uma visão diferente. Para ela Savimbi “era um traidor” pois, para os brancos o líder da UNITA dizia uma coisa, para os negros, com relação aos brancos, outra, “de dia com os brancos ele falava uma coisa, mas à noite, quando ele ia falar e só se encontrava com os negros ele falava mal dos brancos, que era para por os brancos de lado, os brancos assim, os brancos assado”.<sup>100</sup>

<sup>97</sup> Jonas Savimbi era Ovimbundo. Sua língua natal era umbundo e não quimbundo.

<sup>98</sup> Entrevista com Ricardo e Gláucia, Rio de Janeiro, 5 de maio de 2011.

<sup>99</sup> Entrevista com Júlia, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2010.

<sup>100</sup> Entrevista com Catarina, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

A partir do 25 de Abril o discurso do governo português era o de orientar a população branca a optar por um dos três movimentos que se tornariam, futuramente, partidos políticos. Na família de Fernando Teles, por exemplo, havia respeito pelas diferentes preferências partidárias. Fernando oscilava entre a UNITA e o MPLA.<sup>101</sup>

A divisão dos brancos entre os três movimentos era alvo de grande disputa e segundo alguns informantes, podia levar a morte, caso um simpatizante de um movimento residisse em região com a influência de um movimento rival. Um conhecido de Ricardo, por exemplo, com quem ele e Gláucia encontraram às vésperas de deixar Angola, estava fugindo do MPLA, pois estava sendo procurado por ser membro da UNITA.<sup>102</sup> Um primo de Henrique, residente na cidade de Menongue, antiga Serpa Pinto, no sul, área de influência da UNITA, teria sido assassinado por esse movimento por ser simpatizante do MPLA.<sup>103</sup>

Segundo Franz-Wilhelm Heimer, como os brancos em Angola perderam sua proeminência política, eram encarados como um grupo de potenciais eleitores. Sendo assim, eram tratados com cuidado pelos três movimentos. Os três movimentos utilizaram uma estratégia idêntica: tentaram assegurar suas tradicionais zonas de influência ao mesmo tempo em que tentavam mobilizar uma simpatia e um apoio mais amplos. Não era fácil conciliar ambos os objetivos.<sup>104</sup>

Segundo Fernando Pimenta, devido ao fato de a população branca em Angola ter entrado o período de transição sem referenciais políticos, aqueles que se envolveram formavam uma minoria. Essa minoria ingressou nos três movimentos de libertação, majoritariamente na UNITA. Para uma boa parte dos brancos, Savimbi era um potencial defensor. A UNITA, “pelo menos aparentemente”, foi quem ocupou o espaço político deixado pela FUA que mandou seu último comunicado à imprensa em 15 de janeiro de 1975.<sup>105</sup> Tais questões contrastam com as visões dos informantes acima citadas sobre suas lideranças.

### **1.5. A transição para a independência política e o início da nova guerra**

Os três movimentos de libertação e as autoridades portuguesas se reuniram no Algarve, na localidade de Alvor, entre 10 e 15 de Janeiro de 1975 e definiram os procedimentos da

---

<sup>101</sup> Entrevista de Fernando Teles a Rita Garcia, In: GARCIA, R. *SOS Angola: os dias da Ponte Aérea*, Lisboa: Oficina do Livro 2011, p. 21-22.

<sup>102</sup> Entrevista com Ricardo e Gláucia, Rio de Janeiro, 5 de Maio de 2011.

<sup>103</sup> Entrevista com Henrique, Rio de Janeiro, 17 de Junho de 2009.

<sup>104</sup> HEIMER, F.W. *Ibidem*, p. 63

<sup>105</sup> PIMENTA, F. T. *Angola, os brancos e a independência*, Porto: Afrontamento, 2008, p. 413, 414, 415.

transferência do poder político para os Angolanos. O Acordo de Alvor agendou a independência para 11 de Novembro daquele mesmo ano. Até então, haveria um governo transitório, dirigido por um colegiado de três membros, representando cada um os três movimentos de libertação. O governo português seria representado por um alto-comissário nomeado pelo Presidente da República. Este não poderia intervir no governo.

Pelo acordo acertou-se ainda que seriam feitas eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola. Os candidatos à Assembleia deveriam ser exclusivamente membros dos três movimentos de libertação FNLA, MPLA e UNITA, que foram considerados os representantes legítimos dos angolanos. A Assembleia Constituinte deveria eleger o primeiro presidente do país.

Em 8 de Novembro de 1974, a primeira delegação do MPLA entra em Luanda, comandada por Lúcio Lara, um dos membros fundadores do movimento, filho de um português e uma angolana. Naquela altura, a FNLA já estava na capital. Tinha entrado muito bem fardada, com caminhões e com muito dinheiro. A UNITA também. A chegada dos movimentos de libertação em Angola levou à intensificação das articulações internacionais. União Soviética, Estados Unidos, China, África do Sul e Cuba, entre outros países, se envolvem cada vez mais no conflito. As alianças que foram estabelecidas o aprofundaram. A independência não foi capaz de por término ao processo. Angola, naquele momento, se transformava numa importante peça da Guerra Fria e do confronto regional com a África do Sul.<sup>106</sup> Para David Birmingham, “O conflito não era sobre a libertação, mas sobre quem iria herdar o bolo de uma colónia que se tinha tornado rica e de sucesso”.<sup>107</sup>

Segundo Rui Castro Lopo, em finais de 1974, o MPLA não possuía mais de mil homens organizados. O reforço veio dos angolanos que lutaram no exército português, pois o MPLA mostrava-se mais aberto a recebê-los.<sup>108</sup> Nos arquivos da PIDE, constam panfletos datados a partir de julho de 1974 que demonstram a tentativa do MPLA de angariar apoio dos soldados angolanos que ainda estavam vinculados à tropa portuguesa. Eram convidados a apoiar o movimento com armas e o máximo de munições.<sup>109</sup>

---

<sup>106</sup> BITTENCOURT, M. Op. Cit., p. 707.

<sup>107</sup> BIRMINGHAM, D., *apud* PINTO, A.C. A Guerra colonial e o fim do Império Português. In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI (dir.). *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, Vol. V, p.96.

<sup>108</sup> Entrevista de Rui de Castro Lopo a Marcelo Bittencourt em Luanda, em 19 de outubro de 1997, In: BITTENCOURT, M. *Ibidem*, p. 710.

<sup>109</sup> BITTENCOURT, M. *Ibidem*, p. 710.

Em 31 de Janeiro de 1975, como previsto, o governo de transição entra em vigor. Sua função governativa foi regulamentada em maio pelo decreto-lei n. 36/75.<sup>110</sup> Entretanto, logo as discordâncias entre os movimentos de libertação ficaram evidentes. Foram travadas sérias batalhas partidárias. Não havia confiança entre os membros da junta governativa. Confiança que os representantes portugueses não conseguiam cultivar.

No platô meridional de Benguela também fervilhavam sérias tensões raciais e sociais. O exército português tomou medidas contra insurgências que levaram à concentração de milhares de camponeses em aldeias cercadas. Em Luanda, a tensão que se mantinha desde o ano anterior foi intensificada com a chegada dos movimentos nacionalistas. Motoristas de táxi continuavam liderando ataques aos muceques.<sup>111</sup> Multiplicam-se as reivindicações trabalhistas, os colonos, juntamente com policiais e alguns militares portugueses “cometem atrocidades contra a população angolana nos centros urbanos. A desordem impera. O poder e a presença do Estado português se desfaz, sem que em seu lugar surja algo novo e atuante”.<sup>112</sup>

Transitar pelo país se tornou difícil, segundo alguns de nossos informantes. Havia a necessidade de portar carteira de filiação a um dos movimentos de libertação. Quem aborda essa questão são Alice e Tomás. A estratégia de Alice foi ter carteira de filiação dos três movimentos, um em Benguela, um em Sá da Bandeira e um em Luanda. Quando ela viajava levava todas separadas, pois, “de 4 em 4 quilômetros tinha uma milícia e a gente tinha que saber quem era a milícia, os códigos e tudo, porque na verdade todo mundo era a mesma cor a roupa era da mesma cor, só mudava os códigos”.<sup>113</sup>

Tomás, que serviu ao exército português durante a guerra colonial na cavalaria, mais especificamente nos Dragões, explicou que, caso alguém fosse parado por uma milícia tendo carteira de filiação de um movimento rival era abatido “a UNITA chegou matando todo mundo, a FNLA também chegou matando todo mundo. Se você tinha uma carteirinha do MPLA você era apanhado era abatido e era mais ou menos assim”. Aqueles que não tinham o documento eram presos “Então era melhor não ter carteirinha, você não tinha carteirinha, você também era

---

<sup>110</sup> REGULAMENTADA a função governativa do governo de transição, *A Província de Angola*, Luanda, p. 1, 15 mai. 1975.

<sup>111</sup> MAXWELL, K. Op. Cit., p. 172.

<sup>112</sup> BITTENCOURT, M. Ibidem, p. 713.

<sup>113</sup> Entrevista com Alice – Portuguesa, graduada em administração de Empresas. Funcionária pública do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 31 de março de 2011.

preso”.<sup>114</sup>

Os apoios obtidos fora de Angola também foram importantes. A FNLA, escorada nos apoios do Zaire e dos Estados Unidos (que “reacordaram” o apoio da década de 1960), comprou o Jornal de Angola.<sup>115</sup> Relatos dão conta de que militares portugueses na ainda colônia estavam auxiliando o MPLA com armamento. Este apoio não podia ser oficial. Era feito através de contatos pessoais, ou com pequenos grupos de militares, que transferiam armamento para o MPLA. Lúcio Lara nega o apoio, mas Artur Pestana, conhecido pelo seu pseudônimo Pepetela, escritor de origem portuguesa, nascido em Angola, é um dos que confirmam o fato:

Houve, por exemplo, militares que nos davam armas. Nós não tínhamos armas e havia os militares portugueses que iam aos quartéis e nos passavam as armas, isso certamente houve. De um modo geral, os oficiais, portanto, oficiais ligados aos comandos das Forças Armadas, apoiavam o MPLA.<sup>116</sup>

Essa postura do governo de Lisboa foi criticada pelos informantes. Para Augusto, por exemplo, a postura das autoridades deveria ter sido a imparcialidade e não o auxílio ao MPLA. Contextualizando o caso angolano na conjuntura da Guerra Fria, expõe a opinião que muitos dos nossos informantes sustentam a respeito da condução do processo de descolonização, de que Angola foi entregue ao MPLA:

Nesse momento, em Portugal quem comandava era o partido comunista. Portanto, o Partido Comunista fez a entrega de Angola ao movimento pró soviético, pronto, que é o MPLA de hoje. Não houve consulta de nada, nada. Foi entregue.<sup>117</sup>

Essa parcialidade devia-se ao fato da afinidade ideológica entre autoridades metropolitanas e o MPLA, como colocou Henrique que reforçou a noção de entreguismo:

Os novos governos revolucionários, formados pela extrema esquerda agrupada, nomearam para Angola governadores com ligações com o MPLA, de extrema esquerda, que desarticularam e desativaram o exército português em Angola. O mesmo fizeram na Guiné e em Moçambique. Desfraldaram e arriaram a bandeira portuguesa, entregaram o poder ao MPLA (Angola), a FRELIMO (Moçambique) e ao PAIGC (Guiné),

<sup>114</sup> Entrevista com Tomás – Brasileiro, filho e neto de portugueses. O avô era um industrial do ramo da pesca com negócios em Angola. Serviu ao exército português durante a guerra de independência de Angola. Niterói, maio de 2011.

<sup>115</sup> PINTO, A.C. Op. Cit., p. 95-96.

<sup>116</sup> Entrevista de Pepetela a BITTENCOURT, M. Ibidem, p. 708.

<sup>117</sup> Entrevista com Augusto, Rio de Janeiro, 5 de junho de 2011.

movimentos ideologicamente afinados com Lisboa, e determinaram o regresso das tropas a Portugal, deixando-nos inteiramente abandonados e sem qualquer proteção. Um covardia, uma traição!. É nesse momento que os movimentos guerrilheiros, sem a presença do exército português, avançam e entram em território português, massacrando os brancos desprotegidos e iniciando a guerra civil entre si.<sup>118</sup>

Outra versão é apresentada por Sócrates Dáskalos<sup>119</sup>, para quem “os factos demonstram que a atitude portuguesa nunca favoreceu a estratégia do MPLA mesmo com as instruções precisas dadas por Melo Antunes”.<sup>120</sup> Tais instruções ou não chegaram a Angola, ou, lá chegando, não foram cumpridas. Isto, porque “grande parte dos oficiais do exército português era furiosamente anti-comunista, assim como alguns comandos a alto nível...”. Estes militares “deitaram ao mar milhares e milhares de culatras das armas que eles não queriam que caísse nas mãos do MPLA”. Este mesmo grupo de oficiais “pouco antes das zero horas do dia 11 de novembro convocara os jornalistas para fazer a entrega de Angola ao Povo Angolano, ali representado por ... ninguém !”.<sup>121</sup> Tal fato, demonstra como o governo provisório estava dividido e como as diferenças ideológicas no seio da cúpula do governo e dos oficiais contribuiu para a dificuldade do processo. Dessa forma, não se pode dizer que havia um alinhamento sem clivagens com o MPLA. Sócrates Dáskalos reforça seu argumento contrário ao que afirmam Augusto e Henrique repetindo que

a grande maioria dos oficiais e soldados das FAP [Forças Armadas Portuguesas] eram figadais inimigos do comunismo para eles representado em Angola pelos, como já disse, militantes, simpatizantes e amigos do MPLA.<sup>122</sup>

Vimos acima, que ao contrário do que Henrique sustenta, a minoria branca em Angola estava, sim, armada. Quanto à parcialidade das autoridades portuguesas, houve uma tentativa de neutralizá-la com a conhecida “neutralidade activa”.<sup>123</sup> Segundo Pezarat Correia, Em maio, uma

<sup>118</sup> Entrevista com Henrique, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009.

<sup>119</sup> Sócrates Dáskalos (1921-2002) – Filho de mãe portuguesa e pai grego, nascido em Angola. Por atividades anti-estadonovistas foi perseguido politicamente. cursou engenharia em Portugal. Esteve exilado na França e na Argélia. Foi um dos fundadores da Frente de Unidade Angolana (FUA).

<sup>120</sup> Ernesto Augusto de Melo Antunes (1933 – 1999) – Co-autor do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA). Membro da Comissão coordenadora do MFA. Conselheiro de Estado, integrante dos II e III Governos Provisórios, como ministro sem pasta. Nos IV e V Governos Provisórios, entre 26 de março a 8 de agosto de 1975 e 19 de setembro de 1975 a 22 de julho de 1976, respectivamente. (disponível em: <http://ernestomeloantunes.com.pt/biografiadeernestomeloantunes.htm>). Acesso em 4 jul. 2014.

<sup>121</sup> DÁSKALOS, S. *Um testemunho para a História de Angola*, Lisboa: Vega, 2000, p. 134-135.

<sup>122</sup> DÁSKALOS, S, Op. Cit., p. 135.

<sup>123</sup> CORREIA, P.P. *Ibidem*, p. 80.

nova delegação do MFA de Angola visita Portugal para informar a opinião pública a respeito da gravidade da situação. O Conselho Coordenador do Programa de Angola (CCPA) tinha em mãos um novo estudo que advogava o empenho português no princípio da “neutralidade activa”, o que implicava no afastamento do MFA de alianças preferenciais com qualquer um dos movimentos. Essa medida era uma recusa de ceder a pressões de alguns setores no sentido de um apoio aberto ao MPLA. Aliás, naquele momento, brancos e negros estavam armados.<sup>124</sup> Tal fato foi uma das questões que fez de Angola o barril de pólvora que explodiu no início da guerra civil. Quanto ao sentimento de traição, levantado pelos informantes, deixaremos para comentá-lo mais adiante, quando estivermos abordando o processo que levou à criação da ponte aérea.

No princípio de 1975, grande parte da população branca de Angola não tinha como certo deixá-la. Quanto à participação política, tendo tido ou não um posicionamento claro anteriormente ao 25 de Abril, deveriam escolher entre os três movimentos. João Fernandes, em sua reportagem para a revista *Notícia*, manifestava preocupação quanto a essa questão. Mais especificamente sobre como os militantes dos três movimentos de libertação encarariam as adesões. Na sua visão, essa questão deveria ser trabalhada com seus militantes. Haveria necessidade de técnicos e estes, por exemplo, engenheiros, médicos, arquitetos, devido a uma situação colonial, eram maciçamente brancos.

No que se refere ao interesse dos brancos de inserir-se em suas colunas, os movimentos de libertação tinham, segundo a reportagem uma certa cautela e era necessário buscar compreendê-la, pois, “Habitados a controlar Angola muitos teriam tendência para monopolizar atividades, assenhoreando-se dos postos principais, tomar rapidamente as rédeas de tudo”.<sup>125</sup>

A FNLA, por exemplo, propunha uma sociedade de moldes capitalistas, na qual a discriminação racial deveria ser abolida por razões políticas e econômicas. A fórmula ideal no projeto de sociedade defendido era uma aliança entre a comunidade branca com o capital estrangeiro e o fortalecimento de uma pequena burguesia. Deveria haver uma mobilidade social ascendente e a emigração de pelo menos parte da minoria branca.<sup>126</sup> Essas posições, sobretudo a mudança de discurso quanto à população de origem europeia, estava estampada, por exemplo, nas páginas da edição de 22 de Abril do jornal *A Província de Angola*. Declarações como

---

<sup>124</sup> CORREIA, P.P. *Ibidem*, p. 80.

<sup>125</sup> FERNANDES, J. *Op. Cit.*, p. 14.

<sup>126</sup> HEIMER, F.W. *The Decolonization Conflict in Angola 1974-1976: an essay in political sociology*, Genève: Institut Universitaire de Hautes Etudes Internationales, 1979, p. 34.

“Faremos uma Angola livre para pretos, Brancos e Mestiços”, “Não precisamos de russos nem de ideologias importadas” e “Em Angola o comunismo não vencerá”<sup>127</sup>, podem ser entendidos como não só um exemplo da linha ideológica do movimento, mas, também, como forma de atrair apoio entre o setor anticomunista da minoria branca.

Na sua edição de 15 de Fevereiro, a revista *Notícia* relatou como se deu a Conferência Magna da UNITA na cidade de Silva Porto, atual Cuito, capital da província do Bié. Lá, se encontravam delegados de todas as zonas com presença da UNITA. O tema principal do evento foi a evolução política do governo de transição. A declaração final da conferência, listou em 11 pontos o balanço do momento político e econômico atravessado por Angola e a posição da UNITA. Quanto ao primeiro, acusava a melhoria do clima político do país, o desejo de cooperação, embora ainda houvesse zonas de tensão, mas alertava também para a dificuldade de cooperação entre os três movimentos no campo político-militar e a preocupação que despertava a existência de grupos armados que podiam levar a um impasse no processo de descolonização.<sup>128</sup> Em Abril, Jonas Savimbi sustentava um discurso de construção de uma sociedade socialista.<sup>129</sup> Tal retórica caiu totalmente ao longo do processo, embora mantivesse um tom populista. Uma posição mais favorável ao campesinato foi assumida. O oferecimento de alianças frequentemente parecia ser dirigido aos “homens comuns” entre a comunidade branca.<sup>130</sup>

A efervescência política daquele momento podia ser constatada em pichações nas paredes de Luanda. Demarcavam posicionamentos políticos, celebravam figuras públicas ou repetiam uma palavra de ordem. E estas não apenas se referiam aos três movimentos de libertação, mas também a outras agremiações políticas como os já citados PCDA, FUA e FRA. Havia inclusive pichações endereçadas à comunidade branca, procurando chamar-lhes atenção como “Brancos acordem”.<sup>131</sup> Essa última é de autoria da FRA e exemplifica seu extremismo. Procurava-se com a guerra das paredes, segundo Juliana Bosslett, afirmar que o movimento em que se militava era mais forte que os demais. Dessa forma, as paredes contavam a história dos conflitos na capital.<sup>132</sup>

Entre Janeiro e Maio, o clima era de uma campanha eleitoral em sentido amplo. Cada movimento tentou atrair para si uma larga porção da população em vista das eleições para uma

<sup>127</sup> ENTREVISTA de Holden Roberto à Revista *Manchete*. *A Província de Angola*, Luanda, p. 1-2, 22 abr. 1975.

<sup>128</sup> FARINHA, F. Conferência Magna A UNITA faz o ponto, *Notícia*, Luanda, p.34-40, 15 Fev. 1975

<sup>129</sup> QUEREMOS construir em Angola uma sociedade socialista, *A Província de Angola*, Luanda, p. 9, 22 abr. 1975.

<sup>130</sup> HEIMER, F.W. *Op. Cit.*, p. 34, 59-60.

<sup>131</sup> A GUERRA das paredes, *Notícia*, Luanda, p. 42-45, 15 Fev. 1975.

<sup>132</sup> BOSSLETT, J. C. de F. *Ibidem*, p. 219.



Assembleia Constituinte que, pelo cronograma, deveriam ocorrer em outubro. Houve comícios e paradas, assim como pôsteres e pichações em paredes. Cada movimento contava com ligas femininas que eram utilizadas para demonstrações, mas também para propaganda verbal. Nas cidades e vilas, os movimentos organizavam diferentes atividades. O MPLA promovia conscientização e buscava ampliar a participação popular. A FNLA empregava recursos financeiros de forma variada, doando instalações para uso público. Entre essas podem ser citadas escolas e casas comunitárias. Entre elas, Heimer cita a Casa do Povo, no Cazenga, em Luanda e um hospital em Ndalatando. A UNITA não foi tão bem sucedida nesse terreno da conquista da população Luandense. Cada um dos movimentos contava também com uniões de trabalhadores. O MPLA, por exemplo, contava com a Organização dos Trabalhadores Angolanos. A FNLA dizia haver mais de um milhão de refugiados angolanos no Zaire e começou a transferi-los aos dezenas de milhares para território angolano. Com isso, buscava aumentar o número de votantes.<sup>133</sup>

O que estava em jogo naquele momento era a defesa ou não do poder popular, que tornou-se central em Luanda. FNLA e UNITA mostravam-se hostis ao poder popular. Os Comitês Populares de Bairro defendiam a transferência de poder para o MPLA. A FNLA era vista como “fantoche” dos interesses imperialistas de Mobuto, desejoso de uma maior área de influência na África Austral. A UNITA era rejeitada devido a sua aceitação pela população branca e à colaboração entre a UNITA e as tropas portuguesas durante a luta de libertação.<sup>134</sup>

Começam a ocorrer seguidos e sangrentos combates entre os três movimentos. Em Fevereiro, em Luanda, forças do MPLA cercaram várias delegações da Facção Chipenda, a dissidência surgida no seio do movimento no ano anterior. O que deu início a um tiroteio. Houve também explosões.<sup>135</sup> Esse enfrentamento, para António Costa Pinto iniciou “o ciclo de guerras civis”. Enquanto a FNLA vai progressivamente expulsando o MPLA do norte de Angola, este, em contra-ataque, ganha posições nas cidades. Em Março, simultaneamente a uma intentona de soldados spinolistas em Portugal, eclode a luta entre o MPLA e a FNLA na capital. Em Caxito, no norte, a FNLA efetuou a prisão, o fuzilamento e a mutilação de militantes do MPLA.<sup>136</sup>

Os princípios de uma competição pelo poder nos moldes da estabelecida pelo Acordo de

<sup>133</sup> HEIMER, F.W. *Ibidem*, p. 63.

<sup>134</sup> BOSSLETT, J. C. de F. *Ibidem*, p. 221.

<sup>135</sup> VIOLÊNCIA em Luanda, *Notícia*, Luanda, p. 15-16, 15 Fev. 1975.

<sup>136</sup> MAXWELL, K. *Ibidem*, p. 173.

Alvor, seria funcional sob duas condições: um consenso entre os movimentos em agirem de acordo com as regras estabelecidas ou uma instância de controle capaz de reforçar o respeito à observância dessas regras. Nenhuma das duas condições existia. Segundo Franz Wilhem Heimer, cada um dos três movimentos entendia o princípio de ação segundo as regras estabelecidas para uma competição pacífica pelo poder a seu modo. Com relação à segunda, nem o governo português, nem a ONU, nem a OUA tinham condições, naquele momento, de exercer uma arbitragem.<sup>137</sup>

Foram usados também todos os tipos de pressão e intimidação, como o uso da violência física, fosse para evitar propaganda rival ou para prevenção contra “comportamento desviante” em zonas que “pertenciam” a um movimento ou a outro. Todos, no entanto, em pronunciamentos públicos, mostravam-se determinados a se tornarem aceitos por todos os segmentos da sociedade. Consequentemente tiveram cuidado ao formular suas doutrinas políticas de forma que não chocassem o futuro eleitorado. Eram unânimes em condenar a discriminação racial e étnica. A população branca era, então, vista como um grupo de potenciais eleitores, tratados com cuidado por todos os três movimentos. A maior parte desses acabaram por se tornar simpatizantes da FNLA ou da UNITA.<sup>138</sup>

O MPLA publica um comunicado na edição de 8 de Maio do jornal *A Província de Angola* desmentindo boatos de que desencadearia uma guerra contra a população branca. Atribuindo os boatos “ao imperialismo e a reacção interna”, procurou esclarecer que “nunca pregou a luta contra os brancos, pelo contrário sempre defendeu a linha antirracista. O MPLA conta, no seio da população branca “com inúmeros militantes e responsáveis”. Tais boatos eram vistos como criminosos pelo movimento que os interpretava como tentativas de causar descrédito ao movimento.<sup>139</sup> A FNLA contra atacava no comunicado do seu bureau político o comunicado do MPLA transmitido pela Emissora Oficial de Angola. Acusava-o de ser o responsável pela “situação constrangedora” pela qual passava Luanda após combates armados. Esses ao ocorrerem não só em Luanda levavam a um êxodo em massa da população.<sup>140</sup>

Franz-Wilhelm Heimer, argumenta que o conflito poderia ter sido evitado. O MPLA teria proposto a apresentação de uma lista nominal e um programa comuns nas eleições para a

<sup>137</sup> HEIMER, F.W. Ibidem, p. 60.

<sup>138</sup> HEIMER, F.W. Ibidem, p. 62-63.

<sup>139</sup> COMUNICADOS do Bureau Político do MPLA, *A Província de Angola*, Luanda, p. 3, 8 mai. 1975.

<sup>140</sup> COMUNICADOS do Bureau Político da FNLA, *A Província de Angola*, Luanda, p. 3, 8 mai. 1975

Assembleia Constituinte. Foi negada pela FNLA e pela UNITA. As intenções por trás dessa proposta eram de substituir a competição por um poder compartilhado. Este deveria vigorar, pelo menos até que os fundamentos de um sistema político viável fossem lançados. FNLA e UNITA temiam que a adoção dessa proposta levasse a uma preponderância do MPLA pela superioridade quantitativa e qualitativa dos seus quadros. Os três movimentos se lançaram numa competição. Esta teve duas arenas: uma política e uma militar.<sup>141</sup>

Diante desse quadro, o questionamento a respeito da validade de um sistema político pluralista se colocou. Um sistema desse tipo seria válido, caso não fosse ancorado na competição entre partidos e na decisão da maioria? Levantou-se a hipótese de um modelo federalista, onde cada movimento dominaria em uma ou mais áreas geográficas, que seriam organizadas em unidades políticas/administrativas com um grau relativamente alto de autonomia. Apenas a UNITA estava pronta para aceitar tal modelo. Isso porque esperava contar com a maioria em qualquer arranjo pluralista/democrático. Essa solução era de difícil aceitação para o MPLA por razões ideológicas e geográficas. O corredor mbundu entre Luanda e Malange seria uma base vulnerável. Especialmente se Luanda se tornasse uma espécie de distrito federal. Em última instância, dividir Angola em zonas de influência, seria perpetuar a estrutura contra a qual se lutou uma guerra de guerrilha por mais de uma década. Finalmente a FNLA era contrária porque estava convencida de que prevaleceria por conta de sua força militar.<sup>142</sup>

A componente militar tinha considerável importância. Os recursos militares poderiam solucionar a disputa. No início de 1975 a FNLA contava com cerca de 20.000 homens. Todos eram bem equipados (com equipamento de baixo nível tecnológico) e treinados. Eram todos praticamente bakongos. A maior parte vinha do exílio, mas também dos distritos do Uíge e do Zaire. Contavam também com instrutores chineses, mercenários franceses e possivelmente também belgas e soldados zairenses. Recebia ajuda financeira dos Estados Unidos.<sup>143</sup> Sua supremacia era inconteste no norte. Tinha também presença em Luanda e na região Ndalatando-Malange, no distrito do Huambo e ao norte de Moçâmedes, conforme pode ser visto no mapa 2.<sup>144</sup>

Logo após a assinatura do Acordo de Alvor, a FNLA começou a utilizar sua superioridade

<sup>141</sup> HEIMER, F.W. Ibidem, p. 60-61.

<sup>142</sup> HEIMER, F.W. Ibidem, p. 65.

<sup>143</sup> CORREIA, P.P. Ibidem, p. 145.

<sup>144</sup> HEIMER, F.W. Ibidem, p. 66.

militar para “empurrar” seus rivais. Colocou-se assim, numa variedade de situações. Essas iam de intimidação ao uso da violência. A confrontação era mais intensa com o MPLA. Após alguns confrontos, a FNLA lançou ataques contra as posições do movimento rival em Luanda em finais de Março. Esses persistiram por meses e causaram numerosas baixas entre a população civil, que geralmente apoiava o MPLA. Na primeira batalha por Luanda, em Maio, ficou claro que a FNLA não tinha condições de se impor. No que se refere ao armamento da população em mais uma de suas entrevistas ao *Jornal de Angola*, Holden Roberto afirmou que as populações tinham sido armadas pelo representante português no governo de transição, Rosa Coutinho<sup>145</sup>. O líder da FNLA enfatizou que a entrada de armas era assunto que deveria ser solucionado pelo governo de transição, que deveria impedir a sua chegada já que armas estavam entrando por aviões e barcos.<sup>146</sup>

A própria FNLA, entretanto, se beneficiava da entrada de armas. John Stockwell, o número um da CIA no apoio à UNITA e a FNLA entre 1975 e 1976, revelou que em Maio de 1974, 112 conselheiros chineses se juntaram à FNLA no Zaire. Seu país enviou 450 toneladas de armas. No dia 26 de Janeiro de 1975, os Estados Unidos aprovam um auxílio de 300.000 dólares a Holden Roberto. Em Março os soviéticos intensificam o envio de armas para o MPLA e conselheiros soviéticos e cubanos vão para Angola.

O governo do presidente Gerard Ford aprova um programa paramilitar de 14 milhões de dólares, para financiamento da FNLA e da UNITA contra o MPLA. Apesar disso, a crise interna levou esse apoio a sofrer críticas e posteriormente a ser vetado no Congresso, que ainda se recuperava da perda da guerra do Vietnã.<sup>147</sup> Mobuto, o presidente do vizinho Zaire e principal apoio da FNLA enviou soldados e armas. A UNITA passou a receber apoio estadunidense e sul africano.

Segundo Pezarat Correia, a delegação do MFA de Angola que visitou Portugal em maio também sugeriu uma nova conferência, para a qual, já havia a concordância do MPLA e da UNITA. Esta deveria contar apenas com delegações dos três movimentos. Holden Roberto

<sup>145</sup> António Alva Rosa Coutinho (1926 – 2010) ou Almirante Rosa Coutinho – Quando se deu o 25 de Abril era Capitão de Fragata. Foi designado para ser um dos membros da Junta de Salvação Nacional (JSN). Foi então promovido a Vice-Almirante. Coordenou o serviço de extinção da PIDE-DGS e da Legião Portuguesa. Substituiu o General Silvino Silvério Marques, último dos Governadores-Gerais de Angola. Assumiu como presidente da Junta Governativa de Angola em julho de 1974. A partir de outubro de 1974 ocupa o cargo de Alto-Comissário em Angola. Permaneceu em Angola até a assinatura do Acordo de Alvor em janeiro de 1975.

<sup>146</sup> ENCONTRO de Holden Roberto com a Imprensa “O que me interessa primeiro do que tudo é a liberdade do meu povo”, *A Província de Angola*, Luanda, p. 3, 15 mai. 1975.

<sup>147</sup> PINTO, A.C. *Ibidem*, p. 96.

declarava ser favorável a uma conferência, desde que não contasse com a participação de representantes de Portugal.<sup>148</sup> Naquele momento, a UNITA endurecia o discurso contrário à metrópole. Alinhava-se assim à FNLA que, nunca abandonara um discurso agressivo. Ia tomando forma uma aliança entre os dois movimentos que se prolongou até a independência. Tal encontro deu-se em Nakuru, no Quênia, entre 16 e 21 de Junho. A Cimeira de Nakuru feria o Acordo de Alvor em seus artigos 27º e 58º. Naquela altura do ano, entretanto, este era letra morta.<sup>149</sup>

Seu texto final não fazia referência a Portugal. Nele os três movimentos faziam uma autocrítica. Apontavam como causas da deterioração da situação a introdução de grande quantidade de armamentos após o 25 de Abril e principalmente, após a implantação de suas respectivas bases em Luanda. Tal fato teria ocorrido, segundo o texto final do documento por conta da manutenção de desconfiança mútua, a falta de tolerância política que se manifestou através da violência na atuação dos movimentos de libertação e de seus militantes, a existência de zonas de influência, o armamento da população civil, as inúmeras baixas causadas pelos confrontos que, levam a um recrudescimento do tribalismo, do regionalismo e do racismo e por fim a agitação de forças contrárias ao processo de descolonização.<sup>150</sup>

Poucos dias após o encerramento da cimeira de Nakuru o quadro político militar era ainda mais grave. No princípio de julho ocorreu a “Semana de Unidade Nacional”, uma iniciativa do Governo de Transição. Buscava-se com esse encontro “levar Angola a um caminho que permita a reconstrução nacional”.<sup>151</sup>

A UNITA, neste período manteve-se fora de conflitos. As razões eram, por um lado a fraqueza logística do movimento e o desejo de, com o conflito entre os dois rivais, passar uma imagem de movimento favorável à paz, tirando assim uma vantagem política. Savimbi apostava no aniquilamento mútuo, pois, acreditava que, qualquer um que saísse vencedor, voltaria em seguida sua munição contra a UNITA. O líder do movimento, então, intensificou atividades diplomáticas dentro e fora de Angola.

<sup>148</sup> ENCONTRO de Holden Roberto com a Imprensa “O que me interessa primeiro do que tudo é a liberdade do meu povo”, *A Província de Angola*, Luanda, p. 3, 15 mai. 1975.

<sup>149</sup> CORREIA, P.P. *Ibidem*, p. 140-141.

<sup>150</sup> Texto Final da Cimeira de Nakuru - <http://213.228.181.135/cd25a/documento.asp?Action=&meta01=Ant%F3nio+Belo+-+A25A&meta02=CCPA+-+Conselho+Coordenador+do+Programa+de+Angola&meta03=CCPA+III+-+1975&meta04=NULO&meta05=NULO&meta06=Acordo%2FCimeira+de+Nakuru%2C+16+a+21+de+Junho+de+1975.+15p.&meta12=0019&meta14=0001&meta15=0002&meta16=0015&meta21=Arquivos+Privados&Descritor=&ImgWidth=&ImgHeight=&Zoom=A&TipoDoc=0&TipoDocAnt=&Skin=&DocImageFormat=&inputNextPage=1> ). Acesso em: 28 de out. 2013)

<sup>151</sup> SOB o signo da esperança A Semana da Unidade Nacional, *A Província de Angola*, Luanda, p. 1, 1 jul. 1975

O conflito entre os movimentos liderados por Agostinho Neto e por Holden Roberto, tornou uma solução política para a questão impraticável. O conflito militar levou ambos a pedir cada vez mais apoio do exterior. A FLNA tornou-se assim um símbolo anticomunista, assumindo o papel de anteparo à expansão soviética. Já o MPLA simbolizava a luta anti-imperialista e anti-neocolonialista.<sup>152</sup>

Segundo Pezarat Correia, três ameaças principais se apresentavam com esse cenário: a balcanização do território, o envolvimento das forças portuguesas, pondo em risco a sua pretensa neutralidade e a entrada de forças da FNLA e zaienses em Luanda, o que poderia ocasionar um massacre. Caso isso ocorresse, levaria a população de origem europeia ao pânico generalizado. Diante disso, a Presidência da República e o Conselho da Revolução decidiram-se pela concentração das forças armadas nos centros urbanos. Estes, nomeadamente foram: Cabinda, Santo António do Zaire, Luanda, Lobito, Benguela, Nova Lisboa, Moçâmedes e Sá da Bandeira. Essas cidades eram os terminais aéreos e marítimos para evacuação daqueles que desejassem deixar Angola na direção de Portugal e outros países.<sup>153</sup>

O MPLA continuava recebendo apoio logístico da Iugoslávia e da União soviética, assim como um contingente de 500 a 700 instrutores cubanos. Em 14 de outubro de 1975, tropas sul africanas entraram em território angolano pelo sudoeste africano (atual Namíbia, à época um protetorado da África do Sul) em apoio à UNITA. Em Novembro, as tropas sul africanas já ocupavam toda a área ao sul e a oeste do Huambo, incluindo a cidade do Lobito. Ao norte, a FNLA também atacava.<sup>154</sup> Tinha como objetivo ocupar Luanda e atacar unidades portuguesas que se encontravam na região de Carmona, atual Uíge e em Santo António do Zaire.<sup>155</sup> Os aliados da FNLA e da UNITA eram, todos, membros da Organização das Nações Unidas. Tal fato, levou-os a esperar até 11 de novembro, o que favoreceu o MPLA.<sup>156</sup>

O agravamento da situação levou o comando-chefe em Angola a pedir reforços para Lisboa. Entretanto, a conjuntura em Lisboa também era delicada. Era o “verão quente de 1975”. O agravamento da situação interna e as divergências políticas no seio do Movimento das Forças Armadas faziam com que o processo de descolonização, sobretudo em Angola, ficasse em segundo plano. Não havia condições do envio de tudo o que era solicitado, tanto em soldados

---

<sup>152</sup> HEIMER, F.W. *Ibidem*, p. 69-70.

<sup>153</sup> CORREIA, P.P. *Ibidem*, p. 144.

<sup>154</sup> HEIMER, F.W. *Ibidem*, p. 75 e 77.

<sup>155</sup> CORREIA, P.P. *Ibidem*, p. 143.

<sup>156</sup> BOSSLETT, J. C. de F. *Ibidem*, p. 230.

quanto em equipamentos. O governo enviou apenas uma companhia de paraquedistas.<sup>157</sup>

Nesse clima de guerra civil instaurada a data estipulada para a independência se aproximava. A meia noite do dia 11 de Novembro, as Forças Armadas Portuguesas deixaram Angola. 487 anos de dominação colonial acabavam com o arreamento da bandeira portuguesa no Forte de São Miguel. Em seu pronunciamento, o Alto Comissário, Almirante Leonel Cardoso entregou o poder ao povo angolano.<sup>158</sup>

### 1.6. Sair ou ficar?

Diante do quadro convulsivo, uma questão se colocava à parte significativa da minoria branca. Deixar Angola ou ficar? As razões que levaram à opção de deixar Angola são diversas. Na altura da independência, especulava-se que 190 mil brancos permaneceram em Angola. Entre esses, estavam aqueles que se engajaram em algum dos três movimentos. Acreditavam nas declarações quase diárias de Neto, Savimbi e Roberto de que teriam “tratamento de irmãos”.<sup>159</sup>

Com o progressivo agravamento do quadro social em Abril, com tiros, raptos e assassinatos entre militantes dos três movimentos, os chefes de família começam a mandar mulheres e crianças para Portugal, mas eles permaneceram.<sup>160</sup> É o caso de Nelson. Sua esposa foi com a filha para Portugal logo em maio: “A gente vivia um momento político convulsivo e a gente uma hora preparava para ficar num determinado lugar lá e achava que ia dar certo, outra hora não dava a gente se mexia [...]”.<sup>161</sup> Percebe-se pelas suas palavras que, devido às incertezas do momento, pessoas começaram a se deslocar procurando por lugares mais seguros antes de se decidirem por deixar Angola em direção Portugal ou a outro país.

O medo se instala na população de origem europeia. A partir de Junho, no fim do ano escolar, o êxodo começa a tomar vulto. No dia 5 daquele mês estouraram, na capital, os combates armados mais graves desde a assinatura do Acordo de Alvor entre membros do MPLA e da FNLA. O Exército de Libertação Nacional (ELNA), ligado à FNLA atacou o Hospital de São Paulo. A casa do ministro Diógenes Boavida do MPLA foi bombardeada. O Hospital Universitário foi destruído.<sup>162</sup> Um relato do que ocorreu nas zonas rurais é o de Carlos, que

<sup>157</sup> CORREIA, P.P. Ibidem, p. 144.

<sup>158</sup> PORTUGAL dá Angola livre a angolanos, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 1, 11 nov. 1975.

<sup>159</sup> SOARES, L.M. Os barões saem, as armas ficam, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 11 nov. 1975.

<sup>160</sup> PIMENTA, F.T. Ibidem, 2005, p. 136.

<sup>161</sup> Entrevista com Nelson, Montes Claros, 12 de outubro de 2012.

<sup>162</sup> BOSSLETT, J. C. de F. Ibidem, p. 229.

aborda um violento combate em Bula Atumba (localizada na província do Dembo) um dia após terem deixado a vila em direção a Luanda em direção ao Brasil. Seu tio, motorista de caminhão, deveria leva-los para Luanda apenas no dia seguinte (o dia do confronto), mas havia se adiantado. Segundo Carlos este confronto “acabou com Bula Atumba”. Em meio aos combates houve saques a residências. Um colega de seu pai, que também veio posteriormente para o Brasil, teve a casa saqueada. Ficou apenas com a roupa do corpo.<sup>163</sup>

No dia 9 de julho de 1975, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) e milícias do poder popular, direcionaram ação ofensiva contra a FNLA que culminou com a saída deste movimento de Luanda. Tal episódio ficou conhecido como a “segunda batalha de Luanda”. A vitória do MPLA formalizou o fim do governo provisório e do Acordo de Alvor.<sup>164</sup>

A capital ficou irreconhecível. O êxodo teve como consequência o agravamento da crise econômica na cidade. Em outubro, praticamente todo o comércio já havia fechado. Cafés e restaurantes não funcionavam mais. A prestação de serviços foi interrompida. O fornecimento de água se deteriorava. Lixo se acumulava nas ruas, tráfego escasso, falta de policiamento. Também não havia mais médicos. Em meados de outubro, a capital não tinha mais contato com o resto do país.<sup>165</sup> A luta, entretanto, poderia ser reiniciada a qualquer momento, de forma muito mais grave. Paulo também enviou sua família para Portugal. Permaneceu em Angola até outubro. Enviou seus pais, sua irmã, seu filho e seu sobrinho para Portugal oito meses antes. Sua mulher permaneceu com ele em Angola até dois ou três meses antes da sua partida.<sup>166</sup> Decididos a permanecerem na África ao saírem de Angola, Alice acompanhada do marido, da filha e da sogra, migrou para a África do Sul. Lá vivia uma tia de seu marido.<sup>167</sup> A família de Catarina deixou Lubango em meio ao conflito aberto. Ouvindo relatos de clientes do hotel da família que sofreram algum tipo de violência, seu pai resolveu deixar Angola em direção à África do Sul. Resolveu ir antes da família para salvar algum dinheiro, roupas e comida. Seu pai deixou a cidade em um trailer com

---

<sup>163</sup> Entrevista com Carlos e Bruno. Carlos é português. Migrou para Angola criança em 1972. Gradou-se em matemática. É professor da rede estadual de ensino. Bruno é português, pai de Carlos. Em Portugal era agricultor. Em Angola, para onde migrou em 1966 trabalhou como empregado assalariado em fazendas. No Brasil desempenhou atividades no comércio e na economia informal. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2012.

<sup>164</sup> BOSSLETT, J. C. de F. *Ibidem*, p. 229.

<sup>165</sup> BOSSLETT, J. C. de F. *Ibidem*, p. 232.

<sup>166</sup> Entrevista com Paulo - Português, imigrou para Angola aos 13 anos de idade. Chegou a servir o exército português durante a guerra de independência de Angola. Tem experiência profissional no setor naval, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2011.

<sup>167</sup> Entrevista com Alice, Rio de Janeiro, 31 de março de 2011.



comida para vários meses. Junto com o trailer, levou o carro da família. Ele, como muitos acreditava que sua saída era provisória: “ele também não pensava em ir e ficar de vez não. Ele pensava que aquela guerra fosse uma coisa momentânea e ele depois pudesse voltar”.<sup>168</sup> Apesar de tudo, na interpretação de Fernando Teles “a verdade é uma: a guerra não foi feita contra os brancos. Se não, tínhamos morrido lá às centenas”.<sup>169</sup>

Com um intervalo de três dias, Ovídeo de Melo<sup>170</sup> encontra, pela segunda vez José N’Dele, representante da UNITA no governo de transição onde, juntamente com Johnny Eduardo (FNLA) e Lopo do Nascimento (MPLA) compunha o Conselho Presidencial. Este, perturbado, deu a entender que era iminente ou que já havia ocorrido a fusão entre a FNLA e a UNITA. Aconselhou a retirada do corpo diplomático brasileiro e afirmou ter reformulado sua opinião sobre a saída da população de origem europeia, visto que “Não se pode pedir às pessoas sacrifícios dessa natureza”. Naquele mesmo dia pela manhã “cerca de três mil postulantes a visto colocaram-se, em desespero, frente ao consulado a fim de exigir concessão de vistos.”<sup>171</sup> Ovídio Melo acalmou-os com vagas palavras sobre a cooperação do Brasil com Angola”.<sup>172</sup> A expectativa era de que a pressão para a concessão de vistos pelo Brasil aumentasse e que ocasionasse “incidentes de consequências imprevisíveis”.<sup>173</sup> A representação especial, entretanto, não foi retirada. Quando o consulado brasileiro foi ativado, chegou a expedir cinco mil vistos permanentes por mês.<sup>174</sup>

No que se refere àqueles que permaneceram, na correspondência entre Luanda e Brasília encontramos apenas uma referência à atividades de assistência do governo sul africano a refugiados estrangeiros que se encontravam em território angolano ocupado pela África do Sul. O texto não esclarece se os mesmos são portugueses. Esse país pretendia pedir auxílio da Organização das Nações Unidas na assistência a esses deslocados. Em seu comunicado, o MPLA manifestava seu repúdio ao fato. O governo angolano advertia ainda os países que aceitassem

<sup>168</sup> Entrevista com Catarina, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

<sup>169</sup> Entrevista de Fernando Teles a Rita Garcia, In: GARCIA, R. Op. Cit.

<sup>170</sup> Ovídeo de Andrade Melo – diplomata brasileiro que destacou-se no processo de reconhecimento diplomático brasileiro das independências dos países africanos de língua portuguesa, sobretudo, Angola onde chefou a representação especial criada pelo governo brasileiro para acompanhar de perto o desenvolvimento da conjuntura política e lançar as bases para a relação bilateral Brasil-Angola.

<sup>171</sup> MELO, O. de A. [Telegrama] 5 de Ago. De 1975, Luanda [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 2 f. Particular para Ministro de Estado, Arquivo Pessoal de Antônio Francisco Azeredo da Silveira, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC/FGV, AAS 1974.08.19 mre/rb I-42.

<sup>172</sup> MELO, O. de A. [Telegrama] 5 de ago. de 1975, Op. Cit. f. 2

<sup>173</sup> MELO, O. de A. [Telegrama] 5 de ago. de 1975, Ibidem, f.2.

<sup>174</sup> MELO, O. de A. *O Reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, Memórias não publicadas, p. 39-40.

refugiados que protagonizassem atividades subversivas contra o país.<sup>175</sup>

Entre os que deixaram Angola antes da independência, estava Osvaldo Garcez Souza, nascido em Angola em 1948. Tomou a decisão de deixar o território quando o MPLA anunciou que recrutaria todos os naturais de Angola maiores de 18 anos de idade. Aos 26 e tendo cumprido serviço militar por Portugal, acreditava que aquela guerra não lhe dizia respeito. Aterrorizado com a possibilidade de o obrigarem a se alistar para combater em algum dos três movimentos, decide partir para Portugal, onde estava toda a sua família. Ao saber que estava sendo preparada uma fuga da cidade do Lobito, decide que esse seria o momento oportuno para partir.

A saída se daria à bordo de um “arrastão”, em outubro de 1975. O barco, lotado, ficou à deriva nas proximidades do porto de Luanda. Havia a possibilidade de serem presos por uma patrulha do MPLA. Foram resgatados pelo comandante de um navio, que os autorizou a subirem na sua embarcação. Ao chegarem em terra, foram transportados em um autocarro e em uma caminhoneta para a Base Aérea 9, um quartel de paraquedistas em Belas, doze quilômetros ao sul de Luanda. Lá, receberam a “guia de desembarço”, um documento de identificação que provava a presença nas ex-colônias e permitia ter acesso à apoios em Portugal. Nesse papel também constava o número do voo de partida.<sup>176</sup> A história de Osvaldo é um exemplo que demonstra que houve escolhas. Nascido em Angola, aquela guerra lhe dizia sim, respeito. Depreende-se de suas palavras que, como a grande maioria, acreditava que Portugal não deixaria a África. Sua saída demonstrou que, no momento chave da escolha quanto à sua identidade, optou pela portuguesa.

Entre os informantes ouvidos, há outros que escolheram deixar Angola antes de 1975. Henrique deixou Angola em Dezembro de 1974: “Tentei ficar lá, mas eu comecei a perceber que já havia muitas dificuldades para o branco, que já havia muitos sinais evidentes de que não havia espaço para nós”.<sup>177</sup> As escolhas por deixar Angola tiveram como fatores, por exemplo, fugir por medo da morte, como é o caso de Julia, nascida em Portugal, que imigrou com a família ainda criança, seu marido e seu filho.<sup>178</sup> Outros, como Augusto, tomaram a decisão de deixar Angola por conta da conjuntura de guerra civil “Foi uma decisão em consequência direta da situação do momento que se vivia em Angola”. Deixou Angola em setembro, quando o que havia “era guerra

---

<sup>175</sup> OURO PRETO, A.C. Comunicado do MPLA. [Telegrama 71700], 21 fev.1976, Op. Cit.

<sup>176</sup> Entrevista de Osvaldo Garcez Souza a Rita Garcia, Faro, 12 de março de 2011, In: GARCIA, R. *SOS Angola: os dias da Ponte Aérea*, Lisboa: Oficina do Livro, 2011, p. 16-18.

<sup>177</sup> Entrevista com Henrique, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009.

<sup>178</sup> Entrevista com Júlia, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2010.

declarada”.<sup>179</sup>

Lorena, que, naquela altura era estudante de medicina, antes de optar por deixar o país onde nasceu, passou por momentos de precariedade material e presenciou combates: “a vida era muito precária lá e eu estive debaixo de tiroteio com ela (a filha de um ano e oito meses) debaixo de mim. Eu fiquei uma semana, 15 dias trancada num banheiro com pão seco pra ela comer e eu comer”. Do seu ponto de vista, se ela e a família permanecessem no país, seriam vítimas fatais da violência daqueles dias: “eu não ia conseguir fazer nada por Angola naquela altura, ficar ia ser só mais uma vítima e ainda levava a minha filha a ser vítima, portanto, foi daí que surgiu a minha decisão de sair de Angola”. Além disso, a Universidade de Luanda, onde estudava fechou, logo, não havia como terminar o curso e assim acreditava que “eu por Angola naquela altura era evidente que eu não podia fazer nada”. Era preferível migrar para conseguir terminar seu curso.<sup>180</sup>

Ricardo e Gláucia começaram a pensar em deixar Angola após ficarem por algumas horas sob a mira de armas de cinco guerrilheiros do MPLA. Estavam com a filha de um mês e poucos dias, os pais de Gláucia, seus primos e as crianças da família. Segundo Gláucia “Nós ficamos uma noite assim em pânico”. A família, entretanto, não sofreu violência física “eles não nos tocaram, não nos fizeram mal. Foi só o medo, o susto, uma noite inteira debaixo daquele terror”. Este episódio ocorreu em Luanda. Após isso, decidiram ir até o Lobito, cidade onde ambos nasceram. A atmosfera também era tensa. Decidiram então, que era mais seguro ir para Mafra, em Portugal. Era o primeiro semestre de 1975. Não foram todos juntos. Segundo Gláucia “foram a minha mãe, a minha prima, duas filhas. Foram em maio mesmo alugou-se um avião fretado”. Ambos deixaram Angola em outubro.<sup>181</sup>

A crença de que era possível permanecer no país independente e o sentimento de pertença daqueles nascidos no território, deram lugar ao medo. O instinto de preservação falou mais alto. As discordâncias políticas também. Para os mais conservadores, viver em um Estado governado pela sua maioria negra era impensável. Uma parte considerável deixa Angola acreditando que seria possível retornar. Tal fato jamais ocorreu. A guerra civil levou a maioria esmagadora a uma fuga desesperada. Tendo escolha optaram, embora com críticas ao governo de Lisboa, pela

---

<sup>179</sup> Entrevista com Augusto, Rio de Janeiro, 5 de junho de 2011.

<sup>180</sup> Entrevista com Lorena – Nascida na cidade do Lobito, filha de portugueses. É Médica. Rio de Janeiro, 03 de julho de 2011.

<sup>181</sup> Entrevista com Ricardo e Gláucia, Rio de Janeiro, 5 de maio de 2011.

cidadania portuguesa. Ainda assim, há espaço para a fala já citada de Fernando Teles “a verdade é uma: a guerra não foi feita contra os brancos. Se não, tínhamos morrido lá às centenas”.<sup>182</sup> Opinião diversa tem Henrique, para quem a entrada dos movimentos de libertação nacional ocasionou “o massacre ao branco”. Essa seria a origem do medo, do pânico “o que motivou sua debandada em massa”. Resume o que significou o êxodo: “com a fuga de Angola, perdeu-se muita coisa. A prioridade era salvar a vida”.<sup>183</sup> Essas duas visões opostas evidenciam a existência do que Giovanni Contini chamou de “memória dividida”. Neste caso, a divisão é diferente da que propõe o autor. Ao invés de uma memória oficial e outra criada pelas pessoas que viveram o período<sup>184</sup>, tem-se uma memória dividida entre estas últimas, o que remete às pluralidades possíveis de reconstrução do passado pelos seus sujeitos.

Dos relatos depreende-se que a conjuntura era muito delicada. Percebe-se que as memórias evocam a instabilidade política vivida naquele momento, a separação momentânea de famílias, os combates abertos entre os movimentos de libertação, que levaram à destruição de lugares inteiros, os posicionamentos políticos, a visão de que havia uma recusa em realizar eleições, a crença de que seria possível voltar, a vitimização da população branca, bem como a sua negação.

Essa pluralidade, sinaliza Jan Vansina,<sup>185</sup> aponta para a criação de um perfil do passado, ou a consciência histórica do presente. A interpretação desse passado, que no fundo é a sua alteração, para dar-lhe novo significado, também inclui uma seletividade que corresponde a uma visão presente da realidade vivida. Esta, por sua vez, implica no descarte de certas memórias e o realce de outras, que julgam ser significativas no presente. Depreende-se que tais memórias penalizam os protagonistas responsáveis pelas tomadas de decisões, que lutavam entre si pela primazia política numa Angola independente, mas também que, entre o grupo estudado, esta memória não é isenta de clivagens.

Havia, porém, um outro lado. A mesma opção não se colocava para a esmagadora maioria das populações nativas. O êxodo interno das populações rurais também teve grandes proporções. No período da independência havia mais de 200.000 desabrigados entre homens, mulheres e crianças nas províncias de Cuanza Norte, Cuanza Sul e na capital. Perderam tudo o que possuíam nas zonas afetadas pelos combates e se deslocaram acompanhando caravanas militares ou à pé.

---

<sup>182</sup> Entrevista de Fernando Teles a Rita Garcia, In: GARCIA, R. Op. Cit.

<sup>183</sup> Entrevista com Henrique, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009.

<sup>184</sup> PORTELLI, A. Ibidem, p. 105.

<sup>185</sup> VANSINA, J. *Oral Tradition as History*, Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1985, p. 190-191.

Às margens do rio Zenza havia 90.000 pessoas vitimadas pela guerra. Por todo o país havia situações semelhantes. Um exemplo, foi o deslocamento de populações após a tomada de Benguela e do Lobito pela UNITA e pela FNLA. Em seu auxílio foi criada a Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados, que contava com o apoio da Cruz Vermelha e da ONU.<sup>186</sup>

A fala dos informantes deixa transparecer que a situação estava extremamente confusa nos meses que se seguiram ao 25 de Abril de 1974. O processo de transferência de poder iniciado em janeiro de 1975 foi marcado pela falta de confiança, fruto da rivalidade entre os três movimentos de libertação nacional. Tal conjuntura leva à eclosão da guerra civil antes mesmo da independência agendada para 11 de novembro daquele ano. A insegurança chega para todos, sem distinção. Aqueles que permaneceram em Angola sofreram com uma longa guerra, que só terminou em 2002.

---

<sup>186</sup> OLIVEIRA, S. A independência dos inimigos. *Revista Veja*. São Paulo, n. 376, p. 32, 19 nov. 1975.

## Capítulo 2

### O êxodo: rotas de saída e negociações bilaterais

#### 2.1. Os bastidores da Ponte Aérea e o êxodo

O início do retorno a Portugal se deu ainda no primeiro trimestre de 1975. Havia, naquela altura um êxodo “de elementos técnicos e médicos dos sectores público e privado”.<sup>187</sup> Esse, privou o novo Estado de quadros técnicos importantes para a economia e a sociedade.<sup>188</sup> Na visão de Lorena essa foi a grande questão daquela conjuntura, Angola se tornaria independente com deficiência de capital intelectual. Quadro agravado pela longa guerra civil:

eu acho que o grande problema de Angola, portanto, não foi a saída dos brancos. Foi a saída de capital intelectual branco, preto fosse o que estivesse. (...) Saiu capital intelectual. Saíram todos aqueles que podiam sair. (...) Tá entendendo? Então o problema de Angola é que saíam todos e ficou quem? Ficou quem estava em guerrilha e um pouco mais. Então de repente houve uma juventude que nasceu, cresceu só tendo a guerra, não tinha acesso a mais nada. Não tinha acesso a sua história se fosse ela qual fosse.<sup>189</sup>

Muitos dos que saíram tinham recursos próprios para pagar uma passagem, outros conseguiram arrumar emprego em outro país, ou migraram para a África do Sul. Lá, alguns permaneciam temporariamente, outros definitivamente. A escolha se deveu a vários fatores. Entre eles, por exemplo, ao fato da proximidade, de poderem ir de carro:

(...) muitos deles saíram primeiro para a África do Sul. Muita, muita gente. Porquê? Porque para a África do Sul você podia ir por terra. Ia por carro. E depois de fazer algum dinheiro na África do Sul, alguns ficaram na África do Sul.<sup>190</sup>

O êxodo de capital intelectual é atribuído à falta de desejo de tomar parte de uma conjuntura de guerra “tem aquelas outras que não querem participar de jeito nenhum da guerra e saem. Normalmente quem é que sai? O profissional com capital intelectual, o mesmo que quase

<sup>187</sup> CONSELHO de Ministros analisando o êxodo de técnicos e quadros médicos, *A Província de Angola*, Luanda, p. 1-2, 15 Mai. 1975.

<sup>188</sup> PIMENTA, F.T. 2005, p. 136.

<sup>189</sup> Entrevista com Lorena, Rio de Janeiro, 3 de julho de 2011.

<sup>190</sup> Entrevista com Lorena, Rio de Janeiro, 3 de julho de 2011.

sempre suporta um país as costas”.<sup>191</sup>

A saída em massa de profissionais, entretanto, não se deveu simplesmente a não querer se ver envolvido em uma guerra civil. Na imprensa internacional, o êxodo da mão-de-obra qualificada, foi atribuído a temor. Médicos, advogados, professores, secretários, mecânicos, temiam que, em uma Angola independente, não houvesse lugar para eles. Esse quadro, como veremos era injustificado. Mais plausível era o receio da perda de privilégios dos quais desfrutavam.<sup>192</sup>

Nessa fase, os que chegavam em Portugal eram também “colonos assustados com o processo de descolonização e soldados desmobilizados”. Os transportes aéreo e marítimo procedentes de Angola e Moçambique estavam com lotação máxima até abril de 1975. Tal fato confirmava rumores de que haveria retorno maciço de civis portugueses, que engrossariam a estatística de desemprego.<sup>193</sup> Na visão de Franz Wilhem Heimer,<sup>194</sup> a decisão pela saída tinha como razões principais o recrudescimento da guerra, o medo do caos, que muitos consideravam ser inevitável com um governo de maioria negra, e por uma hostilidade ideológica ao MPLA. Na interpretação de Fernando Pimenta,<sup>195</sup> por outro lado, as causas do êxodo não se devem apenas ao início da guerra civil. Devem ser buscadas na fase anterior, na forma como se definiu a independência de Angola no Acordo de Alvor. O Estado Novo não havia dado oportunidade para a minoria branca se preparar politicamente para lidar com a descolonização na forma como a questão foi colocada pelo 25 de Abril de 1974.

Como vimos, os setores da minoria branca tentaram fazer parte do processo de transição com a formação de diferentes agremiações políticas. Em setembro de 1974, por exemplo, um grupo de personalidades angolanas (das quais não foram divulgadas as identidades) se dirigia para Lisboa para conversações com o General António de Spínola. Segundo comunicado distribuído pelo PCDA, um dos convidados foi António Ferronha, Secretário-Geral do Partido Cristão Democrático de Angola. Também fariam parte do grupo dois jornalistas, diretores de

---

<sup>191</sup> Entrevista com Lorena, Rio de Janeiro, 3 de julho de 2011.

<sup>192</sup> BLAIR, J. Angola's white flight reflects fears, but not of black anger, *The New York Times*, New York, p. 3E, Aug. 31, 1975. Historical Journals, Newspaper and Current Periodical Reading Room, Library of the Congress, Washington D.C.

<sup>193</sup> FONTOURA, C.de A. [Telegrama 70] 08 de Jan. de 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 2 f. Desemprego em Portugal. Emigração, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, *A Província de Angola*, Luanda, p. s/n., 22 Ago. 1974, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>194</sup> HEIMER, F.W. *Ibidem*, p. 77-78.

<sup>195</sup> PIMENTA, F.T. *Op. Cit.*, 2008, p. 346.

órgãos de informação locais, e outros nomes, que também não foram divulgados.<sup>196</sup>

Fernando Pimenta refuta a interpretação de que os brancos não aceitavam o fato de que iriam ser governados por um governo de maioria negra. O fato de serem obrigados a se filiar a um dos três movimentos reconhecidos para participar do processo político, segundo o autor, “deixou a população branca completamente dependente da ‘boa vontade’ política dos novos governantes de Angola”.<sup>197</sup> O grande êxodo ocorre entre os meses de setembro, outubro e novembro. Adolfo Maria crê que a maior parte da população branca desejava permanecer. Mas o fato é que, assim que as hostilidades rebentaram abertamente, resultaram no êxodo.<sup>198</sup> Para Stephen C. Lubkeman, o processo que culminou com o êxodo teve início ainda em 1974, quando a independência das colônias foi anunciada e quando, posteriormente, o governo de transição foi iniciado. Nesse ponto, a interpretação do autor vai ao encontro a de Fernando Pimenta. Para Lubkeman, a forma como o processo de transferência de poder foi traçado, levou a tentativas de golpe por parte de grupos de colonos. Apesar de terem sido contidas pelos militares portugueses nas colônias, essas ações galvanizaram o sentimento anti-colonos na população nativa. A causa do êxodo teria sido o medo de represálias, da nacionalização da propriedade privada pelo governo independente, e da eclosão da guerra civil.<sup>199</sup>

Havia sim, uma forte componente ideológica na decisão pela partida. O pânico, a violência dos movimentos de libertação contra apoiadores de movimentos rivais, a deterioração da conjuntura política, a oposição à forma como o processo de transição estava sendo conduzido e o consequente início da guerra civil, o medo da morte, bem como a oposição quanto ao novo regime político vigente em Portugal, são apontados por diferentes informantes como motivações de suas saídas.

Entre maio e novembro de 1975, chegaram a Lisboa de avião 173.982 portugueses vindos de Angola.<sup>200</sup> O governo de Lisboa instalou uma Ponte Aérea, a “maior operação de evacuação

---

<sup>196</sup> DESLOCAM-SE esta noite a Lisboa diversas individualidades angolanas para reuniões com o General Spínola, *Diário de Luanda*, Luanda, p. s/n, 25 Set. 1974, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Pasta Territórios não Autônomos Portugal/Angola, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>197</sup> PIMENTA, F.T. 2006, p. 136.

<sup>198</sup> PIMENTA, F.T. 2008, p. 347.

<sup>199</sup> LUBKEMANN, S.C. Unsettling the Metropole: Race and Settler Reincorporation in Postcolonial Portugal In: ELKINS, C.; PEDERSEN, S. (ed.). *Settler colonialism in the twentieth century: projects, practices, legacies*, New York: Routledge, 2005, p. 258.

<sup>200</sup> Tal número refere-se apenas aos evacuados pela ponte aérea. O número total de indivíduos que chegaram a Portugal vindos de Angola, era maior, conforme números apresentados por Rui Pena Pires indicamos no item 2.3, p.



alguma vez realizada em Portugal”. Foram 905 voos no total, envolvendo a TAP e companhias estrangeiras.<sup>201</sup> Tais dados são baseados no dossiê “com o maior espólio existente sobre o assunto”,<sup>202</sup> pertencente a António Gonçalves Ribeiro, o idealizador da Ponte Aérea. As fontes primárias às quais tivemos acesso tratam de estimativas em relação ao número de indivíduos que o governo português esperava conseguir evacuar de Angola, conforme será elencado mais adiante.

O idealizador da Ponte Aérea, tenente-coronel António Gonçalves Ribeiro, era secretário – geral do Alto Comissariado em Angola. A operação de evacuação foi montada após muita insistência sua com o Presidente Costa Gomes e com o Chefe do Estado Maior da Armada. Convencido de que portugueses e luso-angolanos estavam entregues à própria sorte, Gonçalves Ribeiro não mediu esforços e enfrentou a falta de iniciativa de seus superiores para garantir a saída de milhares de indivíduos. A procura por bilhetes aéreos no trajeto Luanda-Lisboa, aumentava a cada dia, quatro meses antes da independência. Da parte da TAP, aos voos regulares, somava-se um Boeing 747. Este deveria operar entre Lisboa e Luanda entre 20 de junho e 31 de julho de 1975. O plano não foi cumprido na sua totalidade, pois a TAP não desejava perder o espaço conquistado no mercado internacional e alegava não ter Boeings 747 em número suficiente além de falta de recursos humanos. Dessa forma, a companhia descumpria um acordo feito com o governo que pagaria à empresa 189 contos por voo. Segundo fontes do Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (de agora em diante IARN), as viagens feitas pelo Boeing 747 da TAP “não retiraram de Luanda no período acordado, mais do que 74 mil pessoas”, número que representava metade do previsto pelo Alto Comissariado. A imprensa internacional criticava o governo português pela lentidão com relação à crise.<sup>203</sup>

Até aquele momento, as autoridades competentes optaram por não tornar de conhecimento público os esforços para a evacuação da minoria branca. A intenção governamental era evitar o afluxo ao aeroporto de Lisboa. No dia 2 de agosto, quando o general demissionário Silva Cardoso partiu para Portugal, Gonçalves Ribeiro convocou a imprensa à sede do governo de transição. Participaram da coletiva António Ribeiro, do Ministério da Coordenação Inter territorial e o capitão Fragoso Diniz, do IARN. Na ocasião foi apresentado um relatório elencando todas as

---

102. Incluem-se no total aqueles que vieram por via marítima e aqueles que estiveram em outros países africanos antes de se dirigir para Portugal, como Namíbia, então sob governo sul africano; a Rodésia do Sul e a África do Sul.

<sup>201</sup> GARCIA, R.Ibidem, p. 9.

<sup>202</sup> GARCIA, R.Ibidem, p. 10.

<sup>203</sup> GARCIA, R.Ibidem, p. 40-41.

ações do tenente-coronel frente à diversas entidades, incluindo a Presidência da República portuguesa. Abordou-se o aumento do número de lugares disponibilizados pela TAP no trajeto Luanda-Lisboa. Entre os meses de maio e julho de 1975, partiram de Angola 120 mil pessoas somando-se os voos regulares e os extraordinários.<sup>204</sup> Sobre o estabelecimento da Ponte Aérea, o Ministério das Relações Exteriores informou à representação especial em Luanda em 19 de agosto que esperava-se retirar trezentas mil pessoas até o mês de outubro. Até o dia 19 de agosto já teriam sido garantidos 132 mil lugares em companhias estrangeiras. O governo francês colaboraria com três aviões de passageiros, um DC-10 e dois DC-8.<sup>205</sup>

Havia, entretanto, necessidade de aumentar o número de assentos disponíveis. Tal fato reverbera na imprensa. Na primeira página de sua edição de 1 de Agosto o jornal *A Província de Angola* publica uma pequena notícia com o título “Ponte Aérea de Urgência para abastecer Angola?”<sup>206</sup> A partir de 11 de Agosto passaria a funcionar o trajeto Nova Lisboa-Lisboa.<sup>207</sup>

Em Lisboa, entretanto, as autoridades governamentais não desejavam tomar conhecimento do que se passava em Angola, preocupados que estavam com os rumos do processo revolucionário em Portugal. Foi aberta uma nova rodada de contatos. A TAP foi a primeira a ser procurada por Gonçalves Ribeiro, que travou conhecimento com Manuel Norton, membro da comissão diretiva da empresa. Era ele quem acompanhava de perto o processo. Era a pessoa chave, que poderia informar sobre aumento da capacidade de operação, que já havia chegado ao seu limite máximo. A empresa havia começado a fretar aviões estrangeiros para dar continuidade à evacuação. De posse dessa informação, António Gonçalves Ribeiro solicitou que ambos fossem recebidos no Palácio de Belém.

Dessa reunião participou também a equipe de oficiais que acompanhava o desenrolar dos acontecimentos em Angola a partir de relatórios enviados pelos membros do Movimento das Forças Armadas que lá se encontravam. O secretário-geral do Alto Comissariado expôs a situação e alertou para o fato de que o quadro em Angola estava se encaminhando para uma tragédia caso não fossem tomadas providências. Apesar da exposição de Manuel Norton, que os pôs a par da situação, nada demoveu os oficiais da sua postura. Gonçalves Ribeiro, entretanto,

---

<sup>204</sup> GARCIA, R. *Ibidem*, p. 41-42.

<sup>205</sup> EXTERIORES [Desptel 276] 19 ago. 1975, Ministério das Relações Exteriores [para] Representação Especial, Luanda. 1 f. Situação em Angola, Série Brasil-Angola, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F

<sup>206</sup> PONTE Aérea de urgência para abastecer Angola?, *A Província de Angola*, Luanda, p. 1, 1 ago. 1975.

<sup>207</sup> GARCIA, R. *Ibidem*, p. 42.

acreditava que deveria encontrar outras soluções. Pela primeira vez citou os Estados Unidos como um possível colaborador no processo.<sup>208</sup>

Tal hipótese era remota, dada a conjuntura política internacional da época, os rumos que tomava o processo revolucionário em Portugal e o apoio de setores do governo de Lisboa ao MPLA. Apesar de tudo isso, Gonçalves Ribeiro contactou a representação estadunidense para falar com o embaixador Frank Carlucci. Este estava ausente. O contato foi então feito com o conselheiro da embaixada, que aceita encontrar com o tenente-coronel na sua casa em Estoril. As autoridades portuguesas se mostram reticentes com relação às exigências que o governo de Gerard Ford poderia fazer. O encontro durou menos de dez minutos.<sup>209</sup>

Um memorando foi enviado ao Secretário de Estado para obter diretrizes quanto à solicitação. As indagações eram de duas ordens. Em primeiro lugar se tal auxílio seria dado. E, segundo, em caso positivo, como e em que nível seria feito. Foram feitas algumas considerações de ordem política. Especificamente sobre a situação dos refugiados, o documento informou que permanecia dramática, mas naquele momento ainda não estava sangrenta, no que se refere à minoria branca. O auxílio foi cogitado desde que fosse estendido aos nativos deslocados pelos conflitos.<sup>210</sup>

Entre as autoridades estadunidenses, levantou-se a hipótese de um atraso na resposta por alguns dias. Esperava-se, com isso, continuarem as pressões sobre Costa Gomes.<sup>211</sup> A resposta da administração Ford foi afirmativa, mas para que o auxílio se efetivasse, era necessária uma formalização através do envio de uma carta de Costa Gomes. A resposta foi afirmativa, desde que Gonçalves Ribeiro escrevesse o primeiro rascunho. O presidente acrescentaria o que acreditasse ser pertinente.<sup>212</sup> A carta foi entregue na embaixada dos Estados Unidos.

Iniciava-se naquele momento um complexo jogo diplomático entre Lisboa e Washington. Esta era a oportunidade que o governo estadunidense esperava para pressionar Portugal a modificar sua política com relação aos movimentos de libertação, sobretudo o seu apoio ao MPLA. Levantou-se a possibilidade de oferecer uma ajuda limitada, de um ou dois aviões, que

---

<sup>208</sup> RIBEIRO, A.G. [27 de Janeiro, 2011]. Lisboa: *SOS Angola: os dias da Ponte Aérea*. Entrevista concedida a Rita Garcia, p.44.

<sup>209</sup> GARCIA, R. Ibidem, p. 45.

<sup>210</sup> 1975STATE207423, 30 Aug. 1975, p. 1-3, *Electronic Telegrams, Central Foreign Policy Files, Record Group 59, National Archives and Record Administration* (NARA). Disponível em: <http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=144758&dt=2476&dl=1345>. Acesso em: 17 de jul. 2013.

<sup>211</sup> 1975STATE207423, Aug. 30 1975, Op. Cit., p. 5

<sup>212</sup> GARCIA, R. Ibidem, p. 45.

seria ampliada dependendo do curso dos acontecimentos em Angola, em especial com relação ao movimento liderado por Agostinho Neto.<sup>213</sup> Tal fato auxilia na compreensão do porquê, ao decretar a independência angolana, o Almirante Leonel Cardoso entregou o poder ao povo angolano e não a um movimento específico.

A notícia chegou a Brasília. Na visão do embaixador brasileiro Carlos Alberto da Fontoura, era provável que o governo estadunidense se dispusesse a colaborar na evacuação, mas haveria dificuldades. Tais seriam: a inexistência de informações sobre o quantitativo de portugueses e luso-angolanos desejosos de se dirigirem ao território metropolitano, a escassez de combustível tanto no aeroporto de Luanda como no de Nova Lisboa e a precariedade de infraestrutura no acolhimento em Portugal.<sup>214</sup>

O cônsul estadunidense em Angola, Tom Killoran, reportou-se ao seu governo após uma conversa com Gonçalves Ribeiro em 6 de agosto de 1975. Entre maio de 1974 e maio de 1975, 100 mil pessoas já haviam deixado o território, aos quais se juntaram 35 mil entre junho e julho de 1975.<sup>215</sup> Carlos Alberto da Fontoura foi informado de que, desde meados de junho, cerca de 1000 pessoas viajavam nos aviões da TAP de Luanda para Lisboa. Saíram em quatro voos diários. As aeronaves eram dois Boeings 747 e outros dois 707. Três desses aviões foram designados para dar voo à lista de passageiros que desejava deixar Angola e que contava com cerca de duzentos mil nomes, segundo o Ministro da Comunicação Social Correia Jenuíno.<sup>216</sup>

Gonçalves Ribeiro informou o representante estadunidense que seu governo havia traçado um novo plano para a retirada de 270 mil portugueses até o fim de outubro. Havia, então, estimativas, de que entre maio de 1974 e outubro de 1975, 400 mil pessoas deixariam Angola. Durante o mês de agosto, mais especificamente, entre os dias 4 e 21, o plano do governo esperava retirar não mais do que 4.200 pessoas entre funcionários e desalojados em 21 aviões, dentre os quais seis eram Boeings 747 que se somariam às aeronaves da TAP, que continuariam a realizar

<sup>213</sup> 1975STATE207423, Aug. 30 1975, *Ibidem*, p. 5

<sup>214</sup> DA FONTOURA, C.A. [telegrama 2377], 29 Ago. 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, 2 f. Evacuação de Portugueses residentes em Angola, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>215</sup> 1975LUANDA01077, Ago. 7 1975, *Electronic Telegrams, Central Foreign Policy Files, Record Group 59, National Archives and Record Administration (NARA)*. f. 1-2. Disponível em: <http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=42039&dt=2476&dl=1345>. Acesso em: 13 set. 2013.

<sup>216</sup> DA FONTOURA, C.A. [telegrama 1841], 02 Jul. 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, 1 f. Angola. Êxodo da população branca, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

os voos regulares. A partir do dia 11 desse mês de agosto, quatro Boeings 707 iriam deixar diariamente a cidade de Nova Lisboa (atual Huambo). Entre 11 e 17 de Agosto, dois Boeings 747 deixariam Luanda. O plano previa que o número de aviões aumentasse até que operassem três voos diários de Boeings 747 e três voos comerciais de 747. Foram estabelecidos, até aquele momento, acordos para fretar aviões da Swiss Air, da Lufthansa, da VARIG e da Alitalia.<sup>217</sup> Houve também participação de aeronaves fretadas de companhias holandesas e britânicas.<sup>218</sup>

Em julho, Ovídio de Melo solicitou apoio de aeronaves e navios, respectivamente da VARIG e do Lloyd. A insistência deveu-se à possibilidade de evacuação, ou seja, o êxodo que já se anunciava. Citando o navio brasileiro Cabo de Orange, na época ancorado ao porto de Luanda e que permaneceria no litoral angolano por mais de um mês, indo para a cidade do Lobito. Sem querer apresentar queixa ao governo, Ovídio de Melo solicitou que os comandantes de navios do Lloyd com rotas na África que se dirigissem a Angola fossem informados das difíceis condições lá encontradas. Esse contato era então de “carater imprescindível et inadiável” (*sic*). Para reforçar seu pedido, o representante brasileiro em Angola aborda a questão da segurança da tripulação da embarcação. Além disso, solicitava que os comandantes que aportassem em Luanda contactassem a representação especial “logo à chegada para se porem a par de nossas eventuais necessidades que digam respeito aos interesses do Brasil. (*sic*)”.<sup>219</sup> O navio Cabo de Orange acabou sendo utilizado para a retirada de cidadãos brasileiros que não estivessem em função oficial. Este navio “levou para o Brasil todos os brasileiros que moravam em Angola e se dispuseram a sair. Umas três dezenas de compatriotas e duas funcionárias portuguesas do consulado que haviam ficado “desalojadas” de seus apartamentos nas lutas havidas na capital”.<sup>220</sup>

Segundo Ovídio de Andrade Melo, com a conquista de Luanda pelo MPLA, a VARIG aumentou a frequência de seus voos para a cidade, “acabou com a primeira classe para comprimir mais passageiros dentro de seus aviões”. Foi, nesse período que a emissão de vistos permanentes chegou a cinco mil em um único mês.<sup>221</sup> A VARIG, que tinha uma rota regular Rio – Johannesburgo – Luanda – Rio<sup>222</sup>, viria a suspender seus voos para Angola tão logo chegou ao

---

<sup>217</sup> 1975LUANDA01077, 7 Ago. 1975, Op. Cit., f. 2.

<sup>218</sup> OLIVEIRA, S. Op. Cit., p. 31

<sup>219</sup> MELO, O. de A. [Telegrama 210], 12 jul. 1975, Luanda [para] Ministério das Relações Exteriores, 1 f. Colaboração de linhas de navegação marítima e aérea Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília DF.

<sup>220</sup> MELO, O. de A. Op. Cit., p. 43-44.

<sup>221</sup> MELO, O. de A. Ibidem, p. 45.

<sup>222</sup> PIRES, H.T. Transportes aéreos e marítimos Brasil – Angola, DTC/90, Memorandum para o sr. Chefe do

término o êxodo, embora se estivesse nessa altura às vésperas da independência.<sup>223</sup>

No mês seguinte houve, entre os países que estavam cooperando ou tinham a intenção de fazê-lo, participação dos Estados Unidos (com dois aviões DC-8), a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (com duas aeronaves de embarcação), a França, a República Federal da Alemanha (estes dois países com um avião cada) e a Noruega (com um avião e um ou dois barcos).<sup>224</sup> Os aviões estadunidenses levariam os deslocados para Portugal. Fizeram um voo por dia, levando 200 passageiros cada. As autoridades norte-americanas consideravam essa uma resposta responsável. Houve ainda uma contribuição de 200 mil dólares à Cruz Vermelha internacional.<sup>225</sup>

Como síntese do quantitativo de países que colaboraram com Portugal para a evacuação, em setembro e outubro, temos o seguinte quadro: contou principalmente com nações europeias. Do continente americano pelo que se pode averiguar, contribuíram com a Ponte Aérea apenas Estados Unidos e Brasil. No que se refere ao quantitativo de aeronaves cedidas por país temos o seguinte quadro: Estados Unidos (2), União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (2), França (1), República Federal da Alemanha (1), Noruega (1). Este último país contribuiu ainda com 1 ou dois barcos. Houve ainda participação da Suíça e da Itália, da Holanda e da Grã-Bretanha. As fontes, entretanto, não informam quantas aeronaves foram fretadas desses últimos quatro países. As fontes consultadas também não esclarecem quantos aviões da Varig tomaram parte. Além disso, não tivemos acesso às listas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) relativas aos voos da Varig do segundo semestre de 1975 com destino ao Rio de Janeiro.<sup>226</sup>

Quanto ao total de pessoas retiradas pela Ponte Aérea, como vimos, foi de 173.982. Se somarmos a esse número aqueles 100 mil que deixaram o país antes de que esta entrasse em operação, no período de maio de 1974 a maio de 1975, tem-se 273.982 pessoas. Tal número se refere àqueles que deixaram o país de avião. Levando-se em conta que houve quem tenha deixado Angola por via marítima e quem antes de se dirigir a Portugal esteve em outros países da

---

Departamento Econômico, 2 mai. 1975, 3 f. Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília DF.

<sup>223</sup> MELO, O. de A. *Ibidem*, p. 52.

<sup>224</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.B.R [Telegrama 2521] 16 Set. de 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 4f. Emigração Portuguesa. CIME, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F

<sup>225</sup> US to airlift Angola refugees to Portugal, *Boston Globe*, Boston, p. 2, Sep. 3, 1975, Historical Journals, Newspaper and Current Periodical Reading Room, Library of the Congress, Washington D.C.

<sup>226</sup> Tal documentação perdeu-se em um incêndio no Aeroporto Santos Dumont em fevereiro de 1998.

África e aqueles que se dirigiram diretamente ao Brasil, comprando a própria passagem, o número total que deixou Angola foi ainda maior.

Muitos encaixotaram seus bens com o intuito de enviá-los para Portugal. Os portos de Luanda, Lobito e Moçâmedes ficaram lotados. Milhares de portugueses cheios de ódio contra o “comunismo que ameaça tomar Portugal” (entre aspas no original) e “apavorados com a iminência de guerra civil em Angola” estavam abandonando o território. Acampados em volta do aeroporto de Luanda em tendas feitas de cobertores e lençóis, os refugiados consideravam o governo de Lisboa culpado pela sua situação. Vasco Gonçalves, então Primeiro-Ministro português, era classificado de traidor, enquanto Rosa Coutinho era designado entre os refugiados ouvidos por Pierre Cayrol, correspondente da France Presse, que visitou o local, como “Rosa, o vermelho”. Apesar do sentimento de ódio ao governo, nenhum dos ouvidos pelo jornalista francês queria ser chamado de “direitista” ou “conservador” e ainda se diziam simpáticos ao Partido Socialista de Mario Soares.<sup>227</sup>

Dentro do aeroporto de Luanda, dormiam, espalhadas pelos bancos, mulheres e crianças. Os maridos e filhos ficavam na rua em busca de comida. Ali estavam indivíduos que chegavam de outras cidades. Não sabiam quando poderiam embarcar. Havia quem estivesse com bilhetes comprados há meses. Era o caso de Manuel Moreira de Freitas. Tendo comprado as passagens em maio, deixou Benguela em agosto. Acompanhado da mulher e três filhos, estava com seis malas e sete sacolas na porta do aeroporto da capital, ainda em setembro.<sup>228</sup>

Segundo Fernanda, que era assistente social e funcionária da Junta Provincial de Povoamento, e viveu em Angola entre 1971 e 1975, os funcionários do governo português eram convocados para retornar a Portugal. Aqueles que desejassem permanecer deveriam renunciar aos cargos. Ficar, naquele contexto, implicava em ficar sem emprego, pois havia o aberto enfrentamento entre os movimentos em guerra civil. Por conta disso, "houve cidades que ficaram sem uma pessoa, porque tiveram que correr para outras. Aliás, Nova Lisboa foi o salve-se quem puder exatamente, porque era a Ponte Aérea para Portugal".<sup>229</sup> Os combates chegavam cada vez mais perto das cidades. Dessa forma, pequenas cidades ficavam desertas "cidadezinhas totalmente destruídas a população era assaltada dos seus bens e tal e vinha a caminho de Nova

<sup>227</sup> MAIS refugiados fogem de Angola, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 11, 08 set. 1975, Seção de Periódicos, Fundação Biblioteca Nacional.

<sup>228</sup> SOARES, L.M. Angústia e Espera em Luanda, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 17 set. 1975, Sala de Leitura de Periódicos, Fundação Biblioteca Nacional.

<sup>229</sup> Entrevista com Fernanda, Montes Claros, 13 de outubro de 2012.

Lisboa ou de Luanda, dependia dos Lugares de onde vinha a ponte aérea para Portugal".<sup>230</sup> A insegurança generalizada levou negros e mestiços que puderam a também embarcar na Ponte Aérea "Então, tanto é que muitos que não eram nem Portugueses, eles optaram por seguir para Portugal e de lá tomarem depois seu rumo".<sup>231</sup>

Luanda estava irreconhecível. Com o agravamento da luta entre abril e maio, os serviços de limpeza pública cessaram. Era frequente a falta de luz. A água deixou de ser tratada, pois não havia cloro. Luanda, segundo Ovídio de Melo "vivia em sobressaltos de dia e o toque de recolher passou a ser antecipado das nove da noite para as seis da tarde". O porto, paralisado, enchia-se de caixotes. O aeroporto estava cada vez mais repleto de pessoas em fuga, que esperavam por qualquer voo que os retirasse de Angola.<sup>232</sup>

A questão levou a uma reunião sobre o tema na Câmara Municipal, a prefeitura da capital, no dia 16 de setembro. O presidente da Comissão Administrativa, Carvalho Mendes, apelava às mulheres para limpar a cidade. A minoria branca, mais preocupada em partir do que em limpar uma cidade que deixariam para trás, estava, entretanto, focada em levar "tudo o que podia ser transformado em dinheiro no exterior". Dessa forma se esgotaram os equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos e tapetes chineses oriundos de Macau, tecidos importados, sapatos e até mesmo pinturas de artistas nativos.<sup>233</sup>

Os jornais locais publicavam anúncios de pessoas interessadas em vender seus bens como móveis. Quem comprasse poderia ficar com a casa ou com o apartamento. Também havia ofertas de carros de todas as marcas. Exemplo disso era um fabricante de brinquedos que pretendia se instalar no Brasil. Oferecia seus móveis por 50 mil escudos e pretendia deixar para quem os comprasse "um apartamento amplo em local nobre". Havia outros anúncios de comerciantes solicitando aos seus clientes que buscassem os seus pertences. Outros anúncios eram de empresas oferecendo empregos preferencialmente para candidatos de nacionalidade angolana. Havia ofertas para todas as profissões. Para cargos mais elevados eram oferecidas vantagens tais como "férias com dois meses pagos, às vezes passagens para a Europa, assistência médica, casa, impostos pagos e mais tudo o que o contrato assegurar".<sup>234</sup>

---

<sup>230</sup>Op. Cit.

<sup>231</sup>Ibidem.

<sup>232</sup>MELO, O.A de. Op. Cit., p. 40.

<sup>233</sup>SOARES, L.M.A. fuga do país em Liquidação, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 18 set. 1975, Sala de Leitura de Periódicos, Fundação Biblioteca Nacional.

<sup>234</sup>SOARES, L.M.A. Op. Cit., p. 10.



Havia grande movimentação também na porta dos bancos. Os que iam embarcar tentavam trocar em escudos os 5 mil escudos angolanos a que tinham direito. No interior do país apodreciam itens que faltavam em Luanda. Para Saydi Mingas, Ministro do Planejamento e Finanças, a prioridade era salvar as estruturas que se encontravam de pé e começar a criar a partir delas outras que fossem ao encontro das necessidades do país. Havia, entretanto, falta de transportes ou as áreas produtoras estavam sob controle de movimentos rivais.<sup>235</sup>

Em agosto, o Coronel Gonçalves Ribeiro, Secretário Geral do Alto Comissariado português em Angola, fez dois pedidos a Tom Killoran: que o ajudasse a obter a liberação de um novo Boeing 747 que a TAP havia comprado nos Estados Unidos, que estava em Seattle e que seu governo auxiliasse ainda com o envio de quinhentas toneladas de alimentos. Segundo Ribeiro, a Cruz Vermelha Internacional, que estava atuando em Angola, e o governo português, tinham uma capacidade limitada de ação e, por isso, precisavam de auxílio. Naquele momento, somente na área de Nova Lisboa, haveria 25 mil refugiados, dos quais 20 mil eram brancos. A Cruz Vermelha Internacional enviou quarenta toneladas de alimentos estava prestes a enviar mais quarenta e cinco. O governo português disponibilizou outras quarenta. A comida era enviada de Lisboa nos aviões que voavam da capital lusa para a África. Gonçalves Ribeiro estava solicitando quinhentas toneladas entre trigo, arroz, açúcar, óleo vegetal, peixe seco ou enlatado e feijão.<sup>236</sup> A Cruz Vermelha internacional havia feito um apelo a 17 de suas unidades para auxiliarem com assistência emergencial. Eram necessários mais comida, medicamentos, cobertores e aeronaves. O quadro estava se agravando.<sup>237</sup> O Ministério da Saúde em Angola, com a ajuda de autoridades portuguesas, estava fazendo todo o possível para a resolução do problema.<sup>238</sup> Tom Killoran fazia uma ressalva a respeito da ponte aérea: era possível que houvesse críticas do MPLA, pois, Agostinho Neto interpretava o êxodo dos brancos como uma trama para destruir a economia angolana.<sup>239</sup>

Uma questão que também foi levantada dizia respeito à expansão da assistência nas semanas que antecederiam a independência. O governo sul africano também havia pedido ajuda, visto que, naquela altura do ano 14 mil pessoas haviam fugido em direção à Namíbia. A resposta

<sup>235</sup> SOARES, L.M.A. Ibidem.

<sup>236</sup> 1975LUANDA01077, Aug. 7. 1975, Ibidem, f. 3.

<sup>237</sup> OTTAWAY, David B. Most Whites to leave Angola to leave Angola, *The Washington Post*, Washington D.C., p. A20, Aug. 3, 1975, Historical Journals, Newspapers and Current Periodicals Reading Room, Library of Congress.

<sup>238</sup> DR. Samuel Abridada Carência de alimentos nas zonas de recepção aos refugiados, *Jornal de Angola*, Luanda, p. 03, 1 ago. 1975.

<sup>239</sup> 1975LUANDA01077, 7 Aug. 1975, Ibidem, f.5.

da diplomacia estadunidense foi negativa, pois a prioridade era dada àqueles que ainda estavam em Angola.<sup>240</sup> Segundo um oficial da Cruz Vermelha na cidade do Cabo, o número era ainda maior. Mais de 20 mil pessoas haviam fugido para a África do Sul e para o sudoeste africano.

Lisboa também buscou ajuda do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e do Comitê Intergovernamental para a Migração Europeia. Em um encontro, membros da Organização das Nações Unidas informaram aos representantes portugueses que o problema da evacuação e do reassentamento dos migrantes era de responsabilidade do governo Português.<sup>241</sup> O ACNUR, que no mês anterior, não os considerava refugiados, pois, eram cidadãos portugueses, fretou uma aeronave através daquele órgão.<sup>242</sup> As negociações envolviam o Secretário Geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, o representante da ACNUR, Sadruddin Aga Khan<sup>243</sup>, o presidente português, Costa Gomes e o enviado especial de Portugal a ONU.

Enquanto a ACNUR demonstrava relutância em cooperar, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha se mostrou disposto a prestar auxílio. Naquela altura havia três equipes trabalhando em Angola. Em setembro seria feito um novo apelo a diferentes governos para garantir recursos adicionais. Naquele momento, essa era a única agência internacional atuante no território angolano. Sua função consistia na distribuição de comida e suprimentos. Uma aeronave DC-6 foi designada para transporte de pessoas e suprimentos entre setembro e novembro. No que dizia respeito a evacuação de pessoas, o Diretor de Operações considerava que esta era uma responsabilidade do governo português. Caso a Ponte Aérea iniciada por Portugal não pudesse ter continuidade, ou se a situação requeresse aeronaves adicionais, então a Cruz Vermelha Internacional consideraria a possibilidade de ajuda como a que o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME) podia prover.<sup>244</sup>

Quanto ao CIME, o governo português não era seu integrante, naquela conjuntura. Sua

<sup>240</sup> 1975STATE207423, 30 Aug. 1975, *Ibidem*, f. 4.

<sup>241</sup> 1975GENEVA06652, 27 Aug 1975, *Electronic Telegrams, Central Foreign Policy Files, Record Group 59, National Archives and Record Administration* (NARA). Disponível em: <http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=142858&dt=2476&dl=1345>. Acesso em: 28 de Jul. 2013.

<sup>242</sup> 1975GENEVA07438, 30 Set. 1975, *Electronic Telegrams, Central Foreign Policy Files, Record Group 59, National Archives and Record Administration* (NARA). 2f. Disponível em: <http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=162311&dt=2476&dl=1345>. Acesso em: 16 de Jul. 2013.

<sup>243</sup> Sadruddin Aga Khan (1933-2003) foi um príncipe iraniano que trabalhou no ACNUR entre 1965 e 1977. Em 1966 foi nomeado Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados. Liderou missões na Ásia e no Oriente Médio. Durante sua gestão a atuação do órgão passou a ter como foco a Ásia e a África, em detrimento da Europa. Sua atuação levou o órgão a estreitar suas relações com os governos africanos. Promoveu também intensificação das cooperação com as Nações Unidas para ocasiões de deslocamentos em massa de populações originárias da África sub-saariana e da Ásia. Disponível em <http://www.unhcr.org/pages/49da0aed6.html>. Acesso em: 14 de Set. 2013.

<sup>244</sup> 1975GENEVA07438, 30 Set. 1975, *Op. Cit.*, f.1.

adesão estava em estudo. A razão disso era conseguir colaboração do órgão na solução do problema gerado pelo êxodo.<sup>245</sup> Em novembro, uma reunião entre o seu diretor e o representante estadunidense no seu subcomitê de despesas teve o auxílio aos refugiados portugueses como tema. O diretor acreditava que, daquela altura até 1976, cerca de 12 mil pessoas ainda deixariam Angola. Quanto aos países de reassentamento, havia uma lista de potenciais países de destino. A Venezuela havia se oferecido para receber 3 mil migrantes. Havia boas chances de cooperação do Canadá, da Austrália e dos Estados Unidos, que poderiam receber mais alguns milhares. Alguns países da Europa Ocidental haviam feito ofertas para receberem mão de obra não qualificada. Nesses casos, acreditamos poder se tratar de uma negativa por conta da natureza do processo revolucionário em curso em Portugal e do desejo de evitar concorrência à mão-de-obra qualificada nacional. Estas são, no nosso entender a razão pela qual o órgão insiste tanto em conseguir a colaboração do Brasil nesse processo. Quanto à América Latina foram feitos contatos anteriormente com alguns governos, incluindo o Brasil.<sup>246</sup>

Telegramas datados de 12 e 15 de setembro de 1975 merecem destaque. Por meio deles, Raul Leite Ribeiro, diplomata brasileiro, na época a serviço em Lisboa, tendo sido um dos representantes brasileiros na capital portuguesa com quem foram mantidas conversações da parte do CIME, informa as autoridades brasileiras da aproximação de Arlindo António Paulo, encarregado pelo governo do distrito do Huambo de tratar da migração direta de cerca de quinhentos portugueses residentes em Nova Lisboa, para o Brasil. Para essa operação, já havia dois voos *charter* entre Nova Lisboa e o Rio de Janeiro contratados. Raul Leite Ribeiro<sup>247</sup>, informou-lhe que as exigências da legislação brasileira deveriam ser cumpridas. Tais exigências se referiam à imigração para o Brasil e ao sobrevoo do território nacional por voos *charter*. Arlindo Antonio Paulo prontificou-se a fornecer-lhe informações adicionais.<sup>248</sup>

<sup>245</sup> DA FONTOURA, C.A. [Telegrama 555], 27 Fev. 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, 1 f. Imigração Portuguesa. Conversações Portugal-CIME, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>246</sup> 1975GENEVA08473, 10 Nov. 1975, *Electronic Telegrams, Central Foreign Policy Files, Record Group 59, National Archives and Record Administration* (NARA). Disponível em: <http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=324148&dt=2476&dl=1345>. Acesso em: 16 de Jul. 2013.

<sup>247</sup> Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro – Diplomata, serviu na embaixada brasileira em Lisboa como encarregado de negócios durante o período estudado.

<sup>248</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.B.R. [telegrama 2488] 12 Set.1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 1 f. Emigração de Angolanos para o Brasil, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

No informe de Raul Leite Ribeiro sobre a visita à embaixada brasileira, em Lisboa, de Arlindo Antônio Paulo, consta que este estava acompanhado do representante em Lisboa da “Ranger Air International”, uma empresa aérea de Miami. Este último, na altura, já havia fretado um DC-8 para transportar cerca de 700 pessoas para o Brasil. Estas seriam divididas em quatro voos entre Nova Lisboa, atual Huambo, e o Rio de Janeiro. A maior parte delas contaria com recursos para sua subsistência. Alguns dos imigrantes eram profissionais de elevado nível técnico. Entre eles se encontravam: membros dos Serviços de Investigação de Agricultura e Pecuária (Nova Lisboa), cientistas, professores, agrônomos, especialistas em irrigação e veterinários. Além destes, vinham também pequenos e médios industriais do ramo da indústria de móveis, que chegavam com capital próprio.

No dia 15 de setembro, um funcionário do CIME, Raymond Rodie, informou a Raul Leite Ribeiro que participou de duas reuniões no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, com o embaixador Andressen.<sup>249</sup> Da reunião, participaram também funcionários daquele ministério e do Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais (IARN). Naquela altura havia, em território português, cerca de 80.000 retornados, sendo que 60.000 desses provinham de Angola; chegavam diariamente ao aeroporto de Lisboa de 3.000 a 4.000 pessoas em seis a sete voos. A cidade do Porto também passaria a ser um porto de chegada e a capacidade de recepção passaria a doze voos. Numericamente, isso representava a chegada de 8.000 pessoas diariamente.

A maior parte dos que chegavam estavam insatisfeitos na metrópole e aguardavam que o conflito em Angola se resolvesse para então voltar à África. A maior parte desejava partir para o exterior. Entre os países de preferência apareciam o Brasil, a Venezuela, a Argentina, o Canadá, os Estados Unidos e a Austrália. Não havia, naquele momento, estatísticas sobre aqueles que já haviam partido para outros países. Entre os países Africanos, a África do Sul contava com 30.000 refugiados portugueses, porém seu governo, um dos aliados do regime português deposto em 25 de Abril, havia declarado que não pretendia ficar com um número superior a 5.000. Por conta disso, ambos os governos, estavam em negociação para que o excedente fosse transferido para outros países.<sup>250</sup>

Com relação à disposição de outros países de receberem portugueses emigrados, a situação

---

<sup>249</sup> Na política externa portuguesa naquela conjuntura havia dois diplomatas com sobrenome Andressen, Fernando Andressen Guimarães e Tomas de Melo Breiner Andressen. Neste documento não fica claro de qual dos dois se trata. O diplomata em questão é apenas referido como “embaixador Andressen”.

<sup>250</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.B.R [Telegrama 2521] 16 Set. de 1975, Op. Cit., f.1-2

era a seguinte: a Austrália havia informado estar com suas cotas de emigração esgotadas até o fim do ano de 1976. Em outros países, a situação era a seguinte; o Canadá receberia “uma parca centena”, por razões humanitárias e, por pressão da comunidade portuguesa local; a Bolívia fez oferta de colocação de alguns portugueses na parte da Amazônia que está no seu território, mas a proposta não foi considerada pelas autoridades lusitanas; a Argentina teria criado um projeto, mas não havia meios para a sua execução; dois técnicos haviam partido para a Venezuela para examinar com o governo daquele país, três projetos: estabelecer técnicos e operários industriais em Caracas e outras cidades, criação de colônias agrícolas em volta da capital e colocação de imigrantes na região do rio Orenoco, como operários para as usinas metalúrgicas ou como agricultores, que teriam a finalidade de produzir alimentos para os operários industriais.<sup>251</sup>

O embaixador sul africano em Portugal teria confirmado que, no território do seu país existiam cerca de 30.000 refugiados de Angola (tanto brancos quanto negros) e que seu governo estava disposto ficar com apenas 10 % desse total. O embaixador também teria confirmado que o governo Português tinha a intenção de encaminhar os outros 90% para outro país, mas este ainda não tinha sido escolhido. Além disso, o embaixador argentino em Lisboa não confirmou ter nenhuma informação sobre um suposto cinturão verde ao redor de Buenos Aires, para abrigar colonos portugueses. O cônsul americano admitiu que, devido à proximidade das eleições, o governo de seu país abriu a possibilidade de receber cerca de 1.500 famílias.<sup>252</sup>

Em dezembro, Rui Machete, Secretário de Estado da Emigração, admitiu que era escassa a possibilidade de transferência para países da Europa Ocidental. Com esses países, o governo limitava-se a negociar a melhoria das condições de vida de portugueses já residentes. Havia a possibilidade de transferência de um grupo até mesmo para o Irã. Tratava-se de mil motoristas de caminhão. Quanto aos Estados Unidos e o Canadá, estava em processo uma negociação para a revisão das políticas imigratórias.<sup>253</sup>

Por conta do grande fluxo migratório que passou a receber, o Estado português formula o projeto do “Estatuto do Refugiado Político” que, em fevereiro de 1975, estava em “fase de

<sup>251</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.B.R. [Telegrama 2521], 6 Set. de 1975, Ibidem, f. 2

<sup>252</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.B.R. [Telegrama 2538], 17 de set. de 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, f.1 Emigração Portuguesa. CIME., Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>253</sup> DA FONTOURA, C.A. [Telegrama 3208], 31 de dez. de 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2 f. Emigração Portuguesa para o Brasil, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

adiantado estudo”. Este iria, brevemente, ser submetido ao Conselho de Ministros. Outro dado é que Portugal tinha a intenção de aderir à Convenção Única das Nações Unidas Sobre Refugiados.<sup>254</sup> Em abril, Portugal adere sem reservas ao Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados.<sup>255</sup>

Segundo o cônsul estadunidense, a esperança de que os brancos retornassem para suas casas e fazendas no interior de Angola era vã. A violência dos combates entre a FNLA e o MPLA era tanta que os refugiados estavam em pânico, muitos em choque. Na cidade de Malange, por exemplo, alguns brancos pegaram em armas em suporte à FNLA. Em represália, membros do MPLA mataram brancos indiscriminadamente. O pânico estava se espalhando pelo país e quase todos os brancos manifestavam o desejo de deixar o território. O governo de transição, inoperante, nada podia fazer. A Cruz Vermelha não estava equipada para um apoio maciço.<sup>256</sup>

É possível dizer, portanto, que o caos do êxodo foi uma consequência de embates angolanos com tensões Externas. O Acordo de Alvor apresentou os primeiros sinais de falência quando, no início de 1975, caixotes e pessoas começaram a desembarcar no aeroporto de Lisboa. Foi o início do agravamento de uma conjuntura difícil. A partir de então, o alto escalão do governo português viu-se obrigado, através da pressão, a trabalhar em duas frentes. Viu-se forçado, a fazer concessões aos movimentos de libertação das suas ex-colônias, que tornavam ainda mais delicada sua posição no cenário internacional. Isto, em paralelo ao processo revolucionário de esquerda em pleno oeste europeu. Do outro lado da mesa estavam Estados hostis ao processo político em curso, alguns com ligações estreitas com o regime deposto.

## 2.2. As rotas de saída

Foi possível identificar 3 principais rotas de saída direta da minoria branca de Angola. São

---

<sup>254</sup> DA FONTOURA, C.A. [telegrama 475], 19 de fev. de 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília, Estatuto do Refugiado Político em Portugal, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F. A adesão foi comunicada ao governo brasileiro pelo embaixador Carlos Alberto da Fontoura no telegrama 1116 de 21 de Abril de 1975.

<sup>255</sup> O Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados, assinado em Nova York em 31 de janeiro de 1967. Entrou em vigor em 4 de outubro do mesmo ano. foi convocado pela resolução 1186 de 18 de novembro de 1966 do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), bem como pela resolução 2198 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 16 de Dezembro de 1966. Disponível em: <http://treaties.un.org/doc/publication/UNTS/Volume%20606/v606.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2013.

<sup>256</sup> 1975LUANDA1077, 7 Aug. 1975, Op. Cit.

elas:

- de Angola para Portugal;
- de Angola para outros países na África (tais como a então Rodésia do Sul, atual Zimbábue<sup>257</sup>, o então Sudoeste Africano, atual Namíbia e a África do Sul);
- de Angola para o Brasil;

E 3 principais rotas indiretas de saída da minoria branca de Angola. São elas:

- de Angola para a África do Sul e depois para Portugal;
- de Angola para a África do Sul e depois para o Brasil;
- de Angola para Portugal e depois para outros destinos.

Entre os informantes ouvidos, Henrique, Carlos, Lorena, Augusto, e seus familiares, assim como Tomás, Ricardo e Gláucia vieram diretamente para o Brasil. Compraram suas passagens com recursos próprios. Chegaram em aviões da Varig. Catarina, Alice e Júlia com seus familiares se dirigiram para a Namíbia, então sudoeste africano, à época protetorado da África do Sul. Alice e Júlia de Carro, Catarina de avião. Júlia atravessou o território da Namíbia juntamente com outros em uma caravana em direção à África do Sul. Deixou Vila Teixeira da Silva, no Bailundo, passou por Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Kuando Kubango até alcançar a Namíbia. Lá chegando:

nós ficamos um mês em campo de concentração. Todo mundo. Não éramos maltratados, não, mas eram campos enormes, enormes, enormes, talvez duas, três vezes este shopping todo. E ali ia todo mundo. O governo desse país botava todo mundo ali. E quando não tinha água, nos davam água de esgoto tratada, (...) e dali é que embarcamos para Portugal (...). Os países por onde a gente fugia é que procuravam dar apoio.<sup>258</sup>

Os campos aos quais se referiu eram campos de refugiados. Os que lá chegavam passavam por três destas instalações. Eram situados respectivamente em Oshakati, Grootfontein e

<sup>257</sup> A Rodésia do Sul, atual Zimbábue começou a ser povoada por colonos ingleses no final do século XIX. Teve seu reconhecimento oficial pelo Reino Unido em 1923. Em 11 de novembro de 1965, seu primeiro-ministro Ian Smith assina unilateralmente a sua declaração de independência. O objetivo de Ian Smith era manter a minoria branca na chefia do governo, postura oposta a do governo britânico, que era favorável a que a maioria negra assumisse a liderança do novo país. Foram impostas sanções econômicas pelo Reino Unido e pela Organização das Nações Unidas. Tais sanções tiveram resultado parcial. Detentora de recursos naturais, o novo país se manteve pelas receitas obtidas da exportação dos mesmos. Ver GONTIJO, M. M. dos S. Da Rodésia ao Zimbábue: a transmutação de culturas políticas e identidade dos colonos, in: Anais do XI Encontro da Associação Brasileira de História Oral, 2012, p. 1-16. Disponível em:

[http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1330812076\\_ARQUIVO\\_TRABALHOCOMPLETO\\_XIENCONTROABHO2012\\_DOC.pdf](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1330812076_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETO_XIENCONTROABHO2012_DOC.pdf). Acesso em: 16 jul. 2014

<sup>258</sup> Entrevista com Júlia, 18 de dezembro de 2010.

Windhoek. Jorge Rodrigues e a família também escolheram o mesmo modo de saída. Deixaram Angola em uma caravana de quinhentas viaturas no dia 6 de setembro de 1975. Escoltados por trinta militares do exército português, rumaram do Lubango para o porto de *Walvis Bay*, na Namíbia. De lá seriam resgatados pelo paquete fretado pelo governo da África do Sul, *Oceanic Independence*, então propriedade da empresa liberiana *Atlântic Far East Lines Inc.* o mesmo no qual Júlia e seus familiares embarcaram rumo a Portugal e que fez três viagens transportando portugueses e luso-angolanos. Segundo os diferentes relatos, houve várias dessas caravanas com passagem pelo sul de Angola em direção à Namíbia, ainda em meados de 1975. A partir daquele momento, iniciou-se uma “psicose de fuga que se generalizou”.<sup>259</sup>

A população que permaneceu, em grande parte decidiu partir quando assistiu a retirada dos militares portugueses. A cidade do Huambo ficou vazia. A população branca acompanhou os militares. No trajeto até a fronteira com a Namíbia havia, separados por alguns quilômetros, vários postos de controle, que eram chamados contróis. Lá, as caravanas eram paradas para inspeção. Com o fornecimento de bebidas e cigarros aos membros dos movimentos de libertação, era-lhes permitida passagem. Do lado sul africano da fronteira, havia militares à espera com alimentos, colchões, cobertores e água. Dali partiram para Oshakati, distante cerca de cinquenta quilômetros. Lá havia também um hospital missionário.<sup>260</sup> Muitos dos que chegavam estavam armados. As armas eram confiscadas ao passarem a fronteira.<sup>261</sup>

Após três ou quatro dias, partiram para Grootfontein, onde novamente havia uma infraestrutura montada para recebê-los. Permaneceram ali por quarenta e cinco dias. Dali, um sobrinho de Jorge Rodrigues, acompanhado da mulher e sete dos oito filhos, seguiram para Windhoek, de onde rumaram para Johannesburgo. Da capital sul africana, embarcaram em um avião para o Brasil. Havia comprado as passagens ainda em Angola. Jorge Rodrigues e o restante do grupo que o acompanhava seguiram dali para o porto de Walvis Bay, onde embarcaram para Portugal.<sup>262</sup>

Alice e o marido, que tinha uma tia residente em Pretória, decidiram para lá se dirigir. Estavam acompanhados da filha e sua sogra. Sua visão quanto ao conflito era de que suas razões

<sup>259</sup> Depoimento de Jorge Rodrigues a Sara Adamopoulos, In: ADAMOPOULOS, S. *Voltar: memória do colonialismo e da descolonização*, Lisboa: Grupo Planeta, 2011, p. 47-48 e 54.

<sup>260</sup> Depoimento de Jorge Rodrigues a Sara Adamopoulos, Op. Cit., p. 54-56.

<sup>261</sup> OTTAWAY, D.V. Angola refugees pose a hot issue, *The Washington Post*, Washington D.C., p. A11, Aug. 5, 1975.

<sup>262</sup> Depoimento de Jorge Rodrigues a Sara Adamopoulos, Ibidem, p. 57.



eram comerciais e sua saída se deveu a uma decisão do marido:

Mas na verdade aquela guerra para mim era uma guerra muito mais comercial do que outra coisa. Mas mesmo com aquela guerra eu saí de lá por causa do meu marido. Sabe que naquela época era o marido que mandava. Quem manda é o marido e eu tinha criança. Se fosse hoje? Nem morta saía de lá.<sup>263</sup>

Quatro meses depois, seus cunhados se juntaram a eles. Segundo ela, a recepção àqueles que vieram de Angola foi distinta daquela oferecida aos que chegavam de Moçambique. Segundo ela, os sul africanos exigiam especificidades profissionais dos provenientes de Angola. Algo similar não ocorreu com aqueles que chegaram, meses antes do antigo território português às costas do Índico:

(...) quando os moçambicanos entraram lá eles não pediam capacidade técnica, especialidade técnica em alguma coisa. Eles ofereciam emprego. Agora, essas pessoas iam trabalhar de soldador, pintor, trabalhos mais braçais. (...) Quando o angolano chegou, já exigiam “eu só quero soldador, eu quero isso, quero aquilo” e já exigiam diploma ou atestado de capacidade.<sup>264</sup>

Tal mudança se deveu, segundo ela, a problemas com os portugueses e luso-moçambicanos. É possível perceber que a mão-de-obra absorvida era não-especializada. As barreiras sul africanas eram interpretadas também como sinal de desaprovação devido ao idioma, a religião e a ideia de uma maior miscigenação. Tais questões eram condenadas pelo regime africâner.<sup>265</sup> Apesar disso, Alice conseguiu emprego numa loja. Seu marido também havia conseguido trabalho. Três meses após chegarem, porém, ainda não tinham documentos. Ao serem parados um dia pela polícia, foram encaminhados para Callinan, a oitenta quilômetros de Pretória. Teoricamente para tirar os documentos. Chegaram em Callinan no dia seguinte.

Lá permaneceram por cinco meses. Segundo ela, o local era um campo de concentração desativado:

O que era aquilo? Um campo de concentração que estava desativado. Todo mundo que entrou não saiu mais. Entendeu? Quem entrou lá não saiu mais. A gente ficou. (...) Homens de um lado, mulheres do outro, a gente não se misturava.<sup>266</sup>

<sup>263</sup> Entrevista com Alice – Portuguesa filha de um policial. Migrou para Angola criança acompanhando seu pai juntamente com a mãe e os irmãos. Formada em administração de Empresas. É funcionária pública municipal. Rio de Janeiro, 31 de março de 2011.

<sup>264</sup> Op. Cit.

<sup>265</sup> BLAIR, J. Op. Cit.

<sup>266</sup> Idem.

De lá, foram repatriados para Portugal. É possível, entretanto, que se tratasse de mais um campo de refugiados. A associação com um campo de concentração é reveladora. Os campos de concentração nazistas tornaram-se uma referência de comparação para memórias que evocam traumas, dor e sofrimento. A vivência em um campo de concentração é uma experiência extrema. Segundo Michael Pollack a experiência concentracionária leva à construção de uma imagem de si para si e para os outros. Seu caráter excepcional conduz a problemáticas que estão no cerne da construção da identidade e da memória ou então retoma questões para torná-las visíveis e, portanto, analisáveis.<sup>267</sup> Tal associação fica evidente quando Alice revelou que a guerra, para ela, havia começado quando se viu em Callinan sem poder deixar o local: “Você não sabia nem que tava em guerra, tá. A guerra foi quando eu fui pra África do Sul e fiquei presa. Aí é que eu sabia que estava em guerra”.<sup>268</sup> A fala de Alice é reveladora da construção de uma memória traumática sobre o êxodo, da construção de uma memória de vitimização. Vítimas eram, em parte, pois muitos perderam tudo o que tinham. Muitos deixaram o país onde nasceram e passaram toda a sua vida. Tais indivíduos são, entretanto, sujeitos históricos. Como tal, fizeram escolhas, agiram e se posicionaram politicamente. Tinham uma conduta social. Não é possível generalizar e afirmar que a população de origem europeia como um todo praticava atos discriminatórios. No entanto, como diferentes autores que estudam a história social de Angola durante o período colonial, bem como alguns protagonistas que registraram suas memórias afirmaram, entre eles Claudia Castelo, Maria da Conceição Neto, Fernando Pimenta, Adolfo Maria e Sócrates Dáskalós, a discriminação era cotidiana, pois é parte constituinte indispensável da construção de sociedades fundadas em uma relação colonial.

Outros que foram para a África do Sul são Catarina, com sua família e Nelson. Os primeiros lá permaneceram por cerca de um ano. Seu pai deixou Angola meses antes. Chegou em território sul africano em junho. Sua mãe, Lucia, informou que chegaram no destino em outubro.<sup>269</sup> A ideia de seu pai era “que aquela guerra fosse uma coisa momentânea e ele depois pudesse voltar. Então ele ia levar o carro, voltava e vinha nos buscar, só que quando ele pisou em terra sul africana a polícia foi logo pra ele ‘não senhor, você não pode sair mais’”. Diante disso, a seu pedido, um amigo da família, piloto profissional, levou-os em um pequeno avião de Sá da

<sup>267</sup> POLLACK, M. L'expérience concentrationnaire, In: \_\_\_\_\_. *Une identité blessée: études de sociologie et d'histoire*, Paris: Métailié, 1993, p. 152.

<sup>268</sup> Entrevista com Alice, Rio de Janeiro, 31 de março de 2011.

<sup>269</sup> Entrevista com Lucia e Catarina, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

Bandeira para a África do Sul. Durante o tempo que lá passaram, tiveram que lidar com a rígida polícia sul africana. Oficialmente, o governo admitia regularizar a situação de uma pequena parcela dos refugiados. Internamente, estes conviviam com a constante vigilância do Estado:

a polícia sul africana também para ter ordem no país ela ia aos parques de campismo, aonde houvesse angolanos. Ela estava lá sempre supervisionando, chamando e pedindo os documentos. Às vezes minha mãe estava lá com, lavando a roupa ou meu pai tinha ido a cidade, eu ficava lá aí eles vinham e em inglês me pediam o passaporte. E eu, na medida do possível, tava lá eu dava. (...) Assim a gente passava. Às vezes a gente via a polícia e já se escondia.<sup>270</sup>

Nelson, antes de se dirigir a África do Sul, esteve na Rodésia do Sul, hoje Zimbabwe, que deixou em fevereiro de 1976. A esposa e a filha foram para Portugal em maio de 1975. Ele permaneceu em Angola onde tinha seu emprego. Não tinha nenhum envolvimento político, não estava engajado em movimento algum, “desconhecia o que estava acontecendo politicamente. A partir de uma determinada altura, não pode retornar para o emprego, exercia um cargo de Chefia na Hidrelétrica do Alto Catumbela, entre as cidades do Lobito e Benguela. Na altura seu funcionamento dependia de comunicação, que estava prejudicada naquele momento. A partir desse momento, “sem querer” começou a se envolver com indivíduos ligados às discussões e tensões políticas que corriam na cidade e acabou deixando Angola para o sudoeste africano, seguindo ele na condição de fugido e não de refugiado. Ele resume nas seguintes palavras essa experiência:

Comecei a me envolver com determinados indivíduos que faziam parte da política e acabei comigo no Sudoeste Africano (...) na condição não era de refugiado, mas era de fugido porque eu não era bem um refugiado, eu podia estar onde eu queria. (...) Dali acabei me desentendendo também com os Sul Africanos e aí sim tive que fugir, fugi para a Rodésia. E na Rodésia, pensei até em ficar lá. Estupidamente, porque lá era pior ainda. Quer dizer, a questão política e o que estava acontecendo na África. Mas não deu certo também.<sup>271</sup>

Houve também quem saísse pela via marítima e ainda terrestre. Pela via Marítima, houve quem fugisse em traineiras fretadas ou próprias. Tais memórias podem ser coletadas em blogs e sites da internet que agrupam memórias dos chamados retornados portugueses. Esse era o caso de Joel Neto, pescador português que residiu na Ilha de Luanda. Deixou Angola na própria embarcação com a família. Devido ao agravamento da conjuntura, em abril, enviou por via aérea

<sup>270</sup>Op. Cit.

<sup>271</sup> Entrevista com Nelson, Montes Claros, 12 de outubro de 2012.

a filha com uma tia para Portugal. A ideia inicial era partir de Luanda no dia 24 de Agosto à bordo do navio Uíge, repleto de retornados, com a mulher e o filho mais velho. Mudou, entretanto, de ideia. Preferiu partir no próprio barco, separando-se da mulher e do filho, que embarcaram com as passagens compradas. No seu barco, levou junto um nativo chamado Gabriel, filiado à UNITA. Trabalharam juntos por nove anos. A ele se juntaram mais três barcos de propriedade de um cunhado e dois amigos do Algarve. A viagem, segundo a rota desenhada pelo comandante de um navio, denominado Uganda, levaria 27 dias. Fizeram a viagem em 31 devido a intempéries no caminho. O trajeto levava:

onze dias até à Costa do Marfim, a direito, cortando o Golfo da Guiné; seis dias ao largo da costa até Dakar, no Senegal; quatro dias no sentido de Vila Cisneiros, no Sahara Espanhol; dois dias em direcção às Canárias; e, finalmente, quatro dias até ao Algarve.<sup>272</sup>

Outro desses casos é o do capitão Joaquim Beltrão Saltão. Deixou Angola em agosto de 1975. A viagem no arrastão costeiro chamado Preia-Mar, estava prevista para não ter escalas até Portugal. A viagem foi preparada de forma sigilosa. O abastecimento da traineira era feito em locais guardados por soldados do Movimento Popular de Libertação de Angola. No dia planejado para a fuga, Joaquim Beltrão Saltão tirou bilhetes de ida e volta em uma aeronave da TAP – tinha solicitado um mês de licença a que tinha direito em Portugal com a justificativa de tratamento médico. Ao invés de embarcar no avião, embarcou na traineira. De posse de documentação necessária para oficialmente ir a Benguela, a embarcação se dirigiu a uma zona a 15 milhas a noroeste do Ambriz, então controlada pela FNLA. Ali, deveriam se encontrar, no dia seguinte, com outras embarcações. Estavam previstas quatro embarcações, mas no final, eram seis no total. A partida de duas se deu separadamente. O reencontro se deu em alto mar no dia 19 de setembro, ao largo do Cabo Palmas. Seguiram viagem com escassez de mantimentos.<sup>273</sup>

As memórias individuais aqui reunidas são uma pequena amostra das bases nas quais se construiu a memória coletiva do êxodo. Evocando a fuga, o trajeto das viagens, a visão da guerra e a recepção em diferentes países, os traços que se delineiam são o trauma e a coragem. A

<sup>272</sup>NETO, J. Fugi de Angola na minha traineira. Disponível em: <http://joelneto-outros.blogs.sapo.pt/2385.html>. Acesso em 2 jan. 2014.

<sup>273</sup> SALTÃO, J.B. “A Obstinada Armada” ou como os portugueses, que partiram em caravelas à descoberta do mundo, regressaram das terras africanas em traineiras. Disponível em: <http://retornadosdafrica.blogspot.com.br/2010/01/fuga-de-angola-em-1975.html>. Acesso em 19 jan. 2014.

memória coletiva, como já nos dizia Maurice Halbwachs, é um conjunto de memórias individuais que formam uma massa de lembranças. Cada uma delas “é um ponto de vista sobre a memória coletiva”.<sup>274</sup> Essa se formou ao redor da noção de perda. A perda de uma vida confortável, da qual muitos dispunham, a perda de bens materiais, a perda do “paraíso”, evocado por alguns, como já visto. E essa perda foi, em geral, acompanhada da construção de uma memória traumática, por um discurso de vitimização como nos referimos acima.

Na esteira de Maurice Halbwachs, Michael Pollack, por exemplo, pondera que três são os critérios fundamentais na elaboração da memória: acontecimentos, personagens e lugares. O tempo é um outro fator constitutivo da elaboração da memória coletiva. O que evoca uma característica fundamental: sua seletividade.<sup>275</sup> Além disso, são evocados sentimentos como ressentimento, raiva, rancor e medo. Outro exemplo do que estamos demonstrando é o texto que encabeça o blog Retornados de África:

CUMPRIU-SE O MAR E O IMPÉRIO SE DESFEZ...A História magoa. A independência das colônias forçou meio milhão de portugueses a tomarem parte numa ponte aérea que os desembarcou em Lisboa trazendo a amargura na bagagem e tendo de se adaptar a uma terra que, em muitos casos, não conheciam. Este blog fala de retornados, espoliados, de gente que perdeu suas casas, seus bens, e que, sem receber quaisquer indenizações do Estado português, continuam nos seus sonhos a visitar a África.<sup>276</sup>

Segundo Pierre Ansart, os ressentimentos não apenas se referem a sentimentos e afetos individuais, mas também, a representações, crenças, ideologias, discursos, imaginários. São associados, ainda a impotência. Entender como se manifestam e a quais condutas inspiram é relevante. Sua relação com a história e a construção da memória é um fator também importante para que possamos compreender a construção de um determinado discurso.<sup>277</sup>

Quanto à relação entre memória e ressentimentos, há questões que devem nortear qualquer reflexão: o esquecimento, a rememoração, as revisões e a intensificação. Para o autor, “o indivíduo não esquece os fatos dos quais foi ator ou vítima, mas esquece-se ou, ao menos, aferra-se bem menos às lembranças dos ressentimentos”.<sup>278</sup> Embora concordemos com a primeira parte

<sup>274</sup> HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*, São Paulo: Centauro, 2006, p. 69.

<sup>275</sup> POLLACK, M. 1992, p. 202-203.

<sup>276</sup> Disponível em: <http://retornadosdafrica.blogspot.com.br>. Acesso em 19 jan. 2014.

<sup>277</sup> ANSART, P. História e Memória dos Ressentimentos, In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 20-21.

<sup>278</sup> ANSART, P. Op. Cit., p. 31-32.

de sua afirmação, somos levados a discordar da segunda.

Devido à insegurança, muitos dos que desejavam ir embora, tentavam fazê-lo à noite. Sem avisar ninguém, simplesmente desapareciam. Havia também tentativas frustradas de fuga. Roberto Correia, ao chegar em Nova Lisboa vindo de Camucupa, precisou se instalar na casa de um amigo, pois a sua já estava ocupada. Dezesete pessoas se acomodaram em cima dos caixotes que o dono da casa, amigo de Roberto Correia, se preparava para despachar para Portugal. O mesmo, um dia, sem avisar ninguém, tentou partir. O intento foi, porém, frustrado. Seu carro teve os pneus furados por metralhadoras. Nas ruas, via-se pessoas martelando caixotes para serem despachados. A família Correia ficou um mês em Nova Lisboa com os nomes inscritos na lista da Ponte Aérea. O aeroporto havia virado um refúgio, tanto para a população da cidade quanto das povoações ao redor. Dos três filhos do casal, as duas filhas já estavam em Portugal desde julho. Roberto Correia, a esposa e o filho mais velho, deixaram Nova Lisboa no dia 23 de setembro de 1975.<sup>279</sup> Os militares, que estavam deixando Angola, nos últimos dias antes da independência, se concentraram nos aeroportos, fortificando-os, dando passagem apenas a quem desejava se dirigir para Portugal.<sup>280</sup>

### **2.3. A chegada a Portugal**

Durante o ano de 1975, aproximadamente meio milhão de portugueses e luso-africanos aportaram em Portugal. Chegavam majoritariamente de Angola (61%) ou 290.504 e Moçambique (34%) ou 158.945, segundo o XII Recenseamento Geral da População de 1981. Naquele momento, tal quantitativo, representou um acréscimo de 5% no total da população, o que faz deste caso a maior das correntes migratórias desse tipo de retorno. Se, levarmos em consideração a história da descolonização da África e da Ásia, aportaram na Europa entre as décadas de quarenta e setenta, aproximadamente quatro milhões de pessoas. O caso português é um dos que envolveu maior número de migrantes. Supera-o, apenas o deslocamento de mais de 1 milhão e seiscentos mil franceses que deixaram o extremo oriente e a África do norte. Quantitativamente se assemelham aos ingleses (por volta de 550 mil). Eram um pouco superiores aos italianos que regressaram do norte da África (por volta de 400 mil) e eram o dobro dos holandeses que

---

<sup>279</sup> Depoimento de Roberto Correia a Sara Adamopoulos, In: ADAMOPOULOS, S. Ibidem, p. 84-85.

<sup>280</sup> Depoimento de Mario Pires a Sara Adamopoulos, In: ADAMOPOULOS, S. Ibidem, p. 103.

deixaram a Indonésia (cerca de 300 mil)<sup>281</sup> mas, em números proporcionais, é o caso mais expressivo.

A relação com a população metropolitana foi conflituosa desde o início. Segmentos da opinião pública reagiram negativamente à presença dos retornados. Mario Pires se sentia “como um completo estranho”, olhado “de través”, alvo de chacotas e insultos.<sup>282</sup> Roberto Correia, por exemplo, conta que suas filhas eram chamadas de “retornadas de merda” por pessoas que se dirigiam a elas em tom muito agressivo.<sup>283</sup> Alice resumiu o quadro da seguinte forma:

Então, em Portugal o problema foi um só que é retornar. As pessoas em Portugal não gostavam da gente, não nos ajudavam, estavam naquela situação horrorosa das pessoas que estavam voltando das colônias e não eram bem vindas pelas pessoas que ficaram lá, então não havia uma aceitação.<sup>284</sup>

A opinião pública também se opunha às políticas oficiais de reconhecimento da portugalidade do grupo. Entre as razões estava a competição por postos de trabalho. As elevadas taxas de desemprego e a questão da moradia desencadearam atitudes diárias e interpretações sócio históricas que destoavam da política oficial. A população metropolitana procurava distanciar-se do passado colonial, como se não tivesse sido parte dele. A descolonização, no caso português, ressignificou a exploração colonial. O colonialismo era entendido não como um sistema estrutural ou político econômico do qual a população metropolitana era beneficiária, e sim como resultado de ações individuais em terras distantes. Por conta das dificuldades encontradas, muitos dos que chegaram tomaram a decisão de retornar a Luanda apesar da guerra civil. As aeronaves, que em agosto retornavam vazias de Lisboa, um mês depois chegavam lotadas a Luanda.<sup>285</sup>

Portugal, àquela altura, passava por grave crise econômica. Houve a nacionalização de bancos, companhias de seguros e de empresas de setores básicos da economia. Tal fato converteu as tensões entre capital e trabalho em tensões entre o Estado e a classe trabalhadora, resultando

<sup>281</sup> PIRES, R.P. O Regresso das Colônias, In: BETHENCOURT, F; CHAUDHURI, K (Dir.). *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, vol. V, p. 182 e 186.

<sup>282</sup> Depoimento de Mario Pires a Sara Adamopoulos, *Ibidem*, p. 103.

<sup>283</sup> Depoimento de Roberto Correia a Sara Adamopoulos, *Ibidem*, p. 81.

<sup>284</sup> Entrevista com Alice, Rio de Janeiro, 31 de março de 2011.

<sup>285</sup> INCERTEZA em Portugal faz angolanos voltarem, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 15 set. 1975, Seção de Periódicos, Fundação Biblioteca Nacional.

em greves.<sup>286</sup>

O destino dos recém chegados dependia da existência de parentes residentes em Portugal, bem como do grau de proximidade com os mesmos. Laços familiares ativos eram importantes para a reintegração. Fernanda, por exemplo, quando deixou Angola com a filha de um ano, dirigiu-se para a casa da irmã na cidade de Braga enquanto esperava seu marido, Nelson, que permaneceu na África, contatá-la, o que veio a acontecer quando este já estava no Brasil. Pouco tempo após chegar, foi chamada para trabalhar no IARN. Aqueles que não contavam com laços familiares, lotaram pensões, hotéis e as praças públicas. Estas foram ocupadas por barracas. Fernanda resumiu assim o seu trabalho: "íamos registrando, íamos anotando a situação de cada pessoa e o rumo que dávamos a cada um". Quanto àqueles que nunca tinham ido a Portugal, cujas famílias residiam em Angola a gerações, eram responsabilidade do Estado:

Eles chegaram ali, eles não tinham para onde ir. Então, o Estado é que tinha que manter aquele povo, que seria dar alimento, higiene, saúde, onde é que ia colocá-los e tal. Tudo isso que eu tinha que fazer. Eu estava até nas praças fazendo esse levantamento. Eu ia para algumas comunidades menores fazendo o, digamos o encaixe, contatando famílias, me lembro do meu pai falar que tinha uma família assim, assim, não sei aonde para nós irmos ver se a família ia receber ou não ou se ele ficava às custas do Estado. Então foi esse trabalho que eu só fiz um ano porque depois larguei para poder acompanhar o marido ao exterior.<sup>287</sup>

O caso de Alice mostra que ter laços familiares em Portugal, entretanto, não era garantia de bom acolhimento. Após chegar da África do Sul, ao serem repatriados para Portugal, a família se instalou numa casa ainda em construção, com pouca estrutura, pertencente à sua mãe. Tendo dificuldade de arranjar emprego, passando fome, com problemas de relações familiares, dependia de ajuda governamental. Havia enfrentado filas para obter cobertores e leite.<sup>288</sup>

Assim como Roberto Correia e muitos outros, Paulo e Bianca resolveram ir para Portugal diretamente, mas não tinham a ideia de se fixar no país. A chegada em Portugal se deu em

---

<sup>286</sup> DA FOUNTOURA C.A. [Telegrama 1341] 13 de mai. de 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 2f. Situação econômico-social de Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>287</sup> Entrevista com Fernanda – Portuguesa, assistente social, casada com Nelson. Migrou para Angola em 1971. Lá desempenhou sua profissão como funcionária da Junta Provincial de Povoamento. Voltou para Portugal em 1975. Em 1977 imigra para o Brasil para encontrar o marido. Montes Claros, 13 de outubro de 2012.

<sup>288</sup> Entrevista com Alice, Rio de Janeiro, 31 de março de 2011.



maio.<sup>289</sup> Devido a contatos com um espanhol com quem havia trabalhado, foi convidado para ingressar numa agência de navegação em Madri. Paulo também não desejava permanecer na Espanha. “Nessa época também estava com uns problemas da mudança da ditadura do Franco com o Juan Carlos, eu disse que uma revolução pra mim já chegava, não precisava ter duas”. Paulo solicitou, “uma carta de apresentação para uma companhia brasileira de transporte marítimo, que era uma empresa estatal, num sei quantos navios espalhados pelo mundo todo” (trata-se do Lloyd Brasileiro). Em seguida um convite de trabalho em Lisboa. Paulo, em resposta disse:

eu quero ir pro Brasil. Eu posso me comprometer com o seguinte, antes de ir ao Brasil, eu visito a sua agencia em Lisboa só pra eu ver como é, como as coisas estão. Vou ao Brasil, se eu não conseguir nada no Brasil eu tomo conta da sua agencia em Lisboa.<sup>290</sup>

Paulo é um exemplo daqueles que não intencionavam ficar em Portugal após a chegada. Veremos adiante que conseguiu uma colocação no Brasil. Como ele, milhares de outras pessoas buscaram migrar para outros países, seja por divergências ideológicas ou por dificuldades econômicas.

Outra questão relevante, que não se pode deixar de abordar, é a separação de famílias. E que também está relacionada com o mal estar sentido pelos “retornados” em Portugal. Bianca conta que, após deixar Luanda, permaneceu em Lisboa talvez por seis meses. E acrescentou que durante esse tempo havia incerteza quanto ao paradeiro de parentes. Uma prima foi a ponte que levou à paulatina localização de parentes:

ninguém sabia de ninguém...houve um período em Angola em que eu não sabia da minha mãe, minha mãe não sabia ... bom, sabia que eu estava no Brasil, mas não tínhamos endereço, antigamente não havia meios de comunicação assim rápidos (...). Um foi pra África do Sul, outro foi não sei pra onde (...) o do meu marido é uma família menorzinha, foram todos pra Portugal...<sup>291</sup>

É preciso enfatizar que os informantes tendem a realçar que os recém chegados foram recebidos de forma diversa daqueles que migraram por razões econômicas para outros países Europeus, principalmente em comunidades rurais, devido à compreensão popular do grau de

---

<sup>289</sup> Entrevista com Paulo, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2011.

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> Entrevista com Bianca, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2011.

comprometimento do migrante com seu local de origem. Tome-se como exemplo o caso da comunidade de Olival: Stephan C. Lubkemann mostrou que aqueles que migraram para a África eram vistos como tendo se colocado acima da família e da comunidade. Ao contrário dos que se dirigiam para países como França, Alemanha, Suíça, Estados Unidos e Venezuela, os que optavam pelos territórios africanos eram vistos como indivíduos que buscavam prosperidade e, ao alcançá-la, não cumpriam com a obrigação de compartilhá-la.<sup>292</sup>

Aqueles que não tinham laços familiares se estabeleceram em larga medida nas cidades, sobretudo, Lisboa, Setúbal e Porto. De uma maneira geral, a população de retornados sem laços familiares tornou-se urbana. Essa característica se deve ao fato de que, enquanto viveram em Angola e Moçambique, residiram predominantemente nas cidades. O auxílio governamental concentrou-se principalmente em Lisboa.<sup>293</sup>

Em junho de 1975, as autoridades militares portuguesas, auxiliadas pelas chamadas “comissões de moradores” ou “comissões de bairro”, estavam fazendo levantamentos de residências vazias ou subaproveitadas em Lisboa para alojar pessoas que chegassem de Angola.<sup>294</sup> A questão da moradia nos centros urbanos era em si problemática. Dois bairros nos quais este grupo de retornados foi alojado em maior proporção são Amadora e Almada, na grande Lisboa. A opinião pública era desfavorável aos recém-chegados a quem acusavam de estar-lhes roubando moradia e empregos.<sup>295</sup> Com o tempo, formaram-se favelas na periferia de Lisboa, Cascais e Leiria. A imprensa os via como um foco de criminalidade, fazendo um paralelo com assentamentos ciganos, grupo historicamente marginalizado e fortemente estigmatizado.<sup>296</sup>

Em setembro, o IARN<sup>297</sup> dava claros sinais de que não estava conseguindo agir com a eficácia desejada no auxílio aos retornados. Os aeroportos de Lisboa e Porto estavam operando com sua capacidade máxima. Havia lentidão na recepção. Jorge Rodrigues, ao chegar ao porto de

---

<sup>292</sup> LUBKEMANN, S.C. Race, class and kin in the negotiation of “internal strangeness” among Portuguese Returnees, 1975 – 2000, In: SMITH, A.L. (Ed.). *Europe’s Invisible Migrants*, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003, p. 81 – 82.

<sup>293</sup> LUBKEMANN, S.C. Op. 2003, p. 86 – 87.

<sup>294</sup> DA FOUNTOURA C.A. [Telegrama 1631] 11 de jun. de 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 1f. Situação em Angola. Evacuação de Portugueses. TAP., Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>295</sup> LUBKEMANN, S.C. 2005, p. 260.

<sup>296</sup> LUBKEMANN, S.C. 2003, p. 87 - 88.

<sup>297</sup> Além do Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais foi criado posteriormente um órgão intitulado Comissariado para os Desalojados. Foi de sua iniciativa a criação de um programa, cuja sigla era CIFRE. Sua função era o apoio à criação de empresas. Tal iniciativa não teve sucesso. Cf. Depoimento de Jorge Rodrigues a Sara Adamopoulos, *Ibidem*, p. 58.

Lisboa, no dia 7 de novembro de 1975, foi encaminhado primeiramente ao aeroporto para trocar seus angolares por escudos. Cada família tinha direito a cinco contos. Encontrou pessoas estendidas há dias no chão. Dali foi encaminhado junto com seus familiares para um hotel, onde permaneceram por um ano. O futuro era uma incógnita. Pensaram em migrar para o Brasil, onde seu sobrinho estava vivendo. As coisas, para ele, entretanto, não iam bem. Resolveram permanecer em Portugal. Mudaram-se para uma pensão. O dono da pensão dava a ele e sua família metade do que cobrava ao IARN. O subaluguel de casas foi algo comum. O dinheiro do IARN pagava a moradia, as despesas domésticas, a comida e ainda sobrava.<sup>298</sup>

Além da moradia, os serviços de saúde também deixavam a desejar. Havia recém chegados que apresentavam doenças como malária, felária, esquistossomose, cólera, parasitas intestinais entre outras. Tal quadro se agravou com a chegada de mais pessoas até o fim daquele ano. Mais preocupante ainda era o fato de que os recém chegados engrossariam as fileiras de desempregados, já em níveis altíssimos. Não havia previsão de aproveitamento da sua força de trabalho a médio prazo. A insatisfação e a revolta eram predominantes. A mínima assistência recebida era, segundo Lubkemann, consequência do receio das autoridades de que os retornados se tornassem uma força política potencialmente reacionária, além da crise econômica.<sup>299</sup> Essas razões levaram o governo provisório a estabelecer uma missão de técnicos cuja função era visitar países da América Latina como a Venezuela, a Argentina e o Brasil. A missão deveria negociar com os três países a absorção de parte do contingente de deslocados.<sup>300</sup>

Os recém chegados, no caso de Portugal, eram majoritariamente migrantes de primeira geração. Representavam 63% do total. Desses, 32% eram oriundos do norte, 36 % do centro, 20 % da região de Lisboa, 9% do sul e 4 % dos arquipélagos dos Açores e Madeira. A maior parte nasceu nos distritos de Lisboa e Porto, 12 e 11% respectivamente.<sup>301</sup> Isso explica a classificação de “retornados”, termo que os designou de forma generalizante. Essa característica é crucial para se compreender o impacto causado com sua volta para Portugal.<sup>302</sup>

---

<sup>298</sup> Idem, p. 57-58.

<sup>299</sup> LUBEKEMANN, S.C. 2005, p. 259.

<sup>300</sup> DA FOUNTOURA C.A. [Telegrama 2591], 23 de set. de 1975, Op. Cit.

<sup>301</sup> Ao se traçar uma comparação com outros grupos, que passaram pela mesma experiência, percebe-se semelhanças e diferenças. Um exemplo, são *pieds-noirs* que deixaram a Argélia em direção à França. A migração nesse caso foi predominantemente de indivíduos nascidos naquele país africano. Entre eles, havia ainda, colonos de origem espanhola, muçulmanos e judeus norte-africanos. A migração de ambos os grupos deu-se de forma súbita e rápida. Cf. PIRES, R.P. Op. Cit., p. 182-183.

<sup>302</sup> LUBEKEMANN, S.C., 2005, P. 259.

Para Rui Pena Pires,<sup>303</sup> ao contrário do que aponta Lubkeman, a maior parte desse grupo teria sido assimilada de forma rápida e bem sucedida. O mesmo não se pode dizer dos luso-africanos. Entre esses, pouco mais de 60% tinha menos de 30 anos.<sup>304</sup> Para o autor, tal fato é consequência de uma “seletividade do repatriamento”.<sup>305</sup> Como vimos, Portugal não foi o único destino do êxodo. Dessa forma, a fixação inicial e uma (re)emigração fundadas na não aceitação do repatriamento, teriam funcionado como uma filtragem daqueles que não conseguiriam se integrar em Portugal. Essa interpretação se baseia na escolha dos destinos como, por exemplo, África do Sul e Brasil.<sup>306</sup>

Não há um reconhecimento deste grupo como uma minoria étnica. Naquele contexto, o termo “retornados” tinha uma conotação pejorativa, estigmatizante. Houve reação. O termo era contestado de uma maneira geral com argumentos de ordem legal e cultural. O fato do termo englobar a todos os que chegaram, incluindo indivíduos com ascendência negra, ultrapassando diferenças fenotípicas, também contribuiu para tal, o que evidencia o racismo estrutural da sociedade colonial em Angola e Moçambique.<sup>307</sup> Curiosamente, o discurso salazarista de que as antigas colônias eram províncias ultramarinas, parte do território português no além-mar, se perpetua até o presente entre aqueles que viveram na África.<sup>308</sup> O que os faz portugueses, mesmo tendo nascido em África, com nítida implicação de uma leitura racial da sua condição de diferentes dos negros nascidos nessas mesmas províncias ultramarinas.

As circunstâncias do êxodo marcaram o comportamento de muitos. Além da hostilização do processo político português, houve a redução da confiança nas instituições bem como uma predisposição para aceitação de lideranças carismáticas.<sup>309</sup> O rancor com relação ao termo retornado, bem como a má recepção da opinião pública se perpetuam na memória desse grupo. Tal fato é salientado por pesquisadores ligados ao Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo ao estudarem esses migrantes residentes na cidade de São Paulo<sup>310</sup> e é

---

<sup>303</sup> PIRES, R.P. Op. Cit., p. 182.

<sup>304</sup> PIRES, R.P. Ibidem, Ibidem, p. 186.

<sup>305</sup> PIRES, R.P. Ibidem, p. 184.

<sup>306</sup> PIRES, R.P. Ibidem, p. 184.

<sup>307</sup> LUBKEMANN, S.C. 2005, p. 266.

<sup>308</sup> LUBKEMANN, S.C. 2003, p. 90 – 91.

<sup>309</sup> PIRES, R.P. Ibidem, p. 184.

<sup>310</sup> A pesquisa, levada a cabo pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo, sob a coordenação de Zeila de Brito Fabri Demartini e Maria Beatriz da Silva Gordo Lang, foi a primeira do Brasil a ser feita com esse grupo focal. A produção acadêmica desse grupo conta com as seguintes publicações: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Reconstruindo identidades múltiplas: imigrantes portugueses e luso-africanos em São Paulo,

também perceptível no discurso de alguns daqueles que ouvimos. Ao contestar o conceito, Júlia compara metrópole e colônia quanto à economia e refuta a ideia de que as populações de ambos os locais não eram comprometidas com a ideia de nação propagada pelo regime:

Primeiro que, os portugueses lá mesmo viam a gente como retornados, não como patriotas igual a eles. E a gente muitas vezes era obrigado a dizer “olha só, quem precisava de Angola era Portugal. Angola não precisava de Portugal pra nada”. Nada, nada, nada, primeiro porque Portugal não era rico em nada, só no azeite e no vinho. Mas em compensação (Angola) tinha milho, batata, banana, manga, tudo o que Portugal não tem.<sup>311</sup>

Henrique, que nasceu em Angola, aborda, por exemplo, o receio da população metropolitana com relação à competição por trabalho e a falta de estrutura nacional para absorver tantos recém chegados, apesar de seu exagero contabilístico:

Os primeiros governos portugueses e o próprio povo português excluiu, discriminou, os oriundos das colônias chamando-os de “retornados”, um apelido pejorativo, acusando-os de estarem roubando deles a oportunidade de trabalho. Compreende-se esta reação já que Portugal é um país pequeno, de 10 milhões de habitantes, que teve dificuldades de absorver de repente 1 milhão e meio de pessoas.<sup>312</sup>

Outros, que nasceram em Angola, rejeitam o termo porque muitos deles nunca tinham nem mesmo visitado Portugal. O uso do conceito de refugiado aparece como uma contra partida:

A minha chegada lá foi numa época tremenda. Portugal estava com o movimento das forças armadas, ainda em 76, uma crise econômica tremenda e os retornados passando o diabo, e eu ao virar português virei retornado também e eu não queria ser retornado, eu não era retornado, eu era um refugiado, entendeu. Eu tinha conhecido Portugal no tempo da música, quer dizer, eu não me sentia retornado, não estava retornando a nada.<sup>313</sup>

---

Athenea Digital, v. 10, p. 137-153, 2006; DEMARTINI, Z. B. F.; CUNHA, D. O. Os colonos da África portuguesa sob o regime colonial e seu deslocamento para o Brasil no pós-independência. Cadernos CERU (USP), v. 19-1, p. 121-137, 2008; DEMARTINI, Z. B. F. ; CUNHA, D. O. ; DOPPENSCHMIT, E. C. S. Desafios da pesquisa com fluxos migratórios recentes: portugueses e luso-africanos em São Paulo. Cadernos CERU (USP), São Paulo, v. 16, n.16, p. 41-54, 2005; DEMARTINI, Z. B. F. ; LANG, A. B. S. G. . Imigrantes portugueses em São Paulo: história oral. In: MATOS, M. Izilda; SOUZA, Fernando; HECKER, Alexandre. (Org.). Deslocamentos e histórias: os portugueses. Bauru: Edusc, 2008, p. 211-223; CARDOSO, C. R. E. *Diáspora e Regresso: os imigrantes luso-angolanos no Brasil*, 2008, 245 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

<sup>311</sup>Entrevista com Júlia, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2010.

<sup>312</sup>Entrevista com Henrique, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009.

<sup>313</sup>Entrevista de E. a Cláudia Cardoso, In: CARDOSO, C. R. E. *Diáspora e Regresso: os imigrantes luso-angolanos*

As mesmas ponderações são feitas por outra informante. O conceito de retornado é relativizado. É aceito apenas como uma referência aos migrantes de primeira geração. A associação entre fugir de um ambiente em guerra e ser um refugiado está muito presente:

Era uma coisa que eu não sabia o que é que estava acontecendo. Só que eu vinha de uma guerra. E vindo de uma guerra, aquilo que você já presenciara, na televisão, que todo mundo presencia, das bombas e tal, eu vinha daquele ambiente (...) nós não éramos aceitos pelos portugueses, éramos retornados, e eu não conseguia entender o que é este “retornado”, que eu não tinha saído de lá, como é que eu era retornada? Eu era refugiada, retornada jamais! talvez alguns que fossem portugueses que morassem em Angola, estavam retornados. Eu não estava retornada coisa nenhuma, não é?<sup>314</sup>

Esses quatro depoimentos apontam questões relevantes da construção da memória acerca do retorno a Portugal: a exaltação da dependência econômica de Portugal com relação ao império, o comprometimento de uma parte da minoria branca com a empresa colonial, o exagero quanto ao número total de repatriados, o rancor e a reafirmação de uma identidade que se perpetua. Embora sejam consideradas portuguesas, se sentem como que exiladas desde a chegada.<sup>315</sup> A reflexão de Michael Pollack e Natalie Heinich a respeito de experiências extremas auxilia na compreensão da construção dessa identidade. Segundo os autores, toda a experiência extrema é reveladora da construção de uma imagem para si e para os outros. Determinadas características das condições de existência produzem princípios geradores e organizadores de práticas de representação. A conformidade e a constância dessas práticas no tempo produz um *habitus* e este, por sua vez se aproxima da identidade, que confere coerência ao indivíduo.<sup>316</sup>

Os retornados eram a personificação de um passado recente que se desejava esquecer. Sua presença se dá no momento de uma reelaboração de Portugal no imaginário coletivo como parte da Europa, distanciando a nação do seu passado recente e relegando os retornados à margem da sociedade.<sup>317</sup> Esse argumento é reforçado por Frederick Cooper, para quem ninguém nas antigas

---

*no Brasil*, 2008, 245 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 192.

<sup>314</sup> Entrevista de C.C. a Zeila Demartini, In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. *Reconstruindo identidades múltiplas: imigrantes portugueses e luso-africanos em São Paulo*, Athenea Digital, v. 10, p. 148. Disponível em: <<http://antalya.uab.es/athenea/num10/fabri.pdf>>. Acesso em 31 de mai. 2009.

<sup>315</sup> ADAMOPOULOS, Ibidem, p. 49.

<sup>316</sup> POLLACK, M.; HEINICH, N. Op. Cit., p. 3

<sup>317</sup> OVALLE-BAHAMÓN, R. E. The wrinkles of decolonization and nationness: white Angolans as retornados in Portugal, In: SMITH, A.L. (Ed.). *Europe's Invisible Migrants*, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003, p.

metrópoles gostaria de lembrar quem eram esses migrantes a não ser eles mesmos. O desaparecimento dos impérios coloniais está na raiz do apagamento daqueles que viveram nas colônias. Eles, por sua vez, não desejavam ser lembrados pela violência do trabalho forçado ou da discriminação que é intrínseca à colonização.<sup>318</sup> O autor ainda pontua que:

*In settler colonies, private citizens were part of the “team;” they represented claims for authority on the basis of race and culture; they represented progress. It is also not surprising that settler populations took themselves seriously. They often saw their role as at the center of colonizing effort, even if they were, in the final analysis, interstitial or even marginal within colonial states.*<sup>319</sup>

Tal argumento auxilia na compreensão da atitude de muitos portugueses, que acusavam os luso-angolanos de “exploradores de negros”, “as pessoas que punham os negros na escravidão”<sup>320</sup>, de ladrões. “Roubaram os negros, agora vão roubar os brancos!”<sup>321</sup> A população metropolitana exortava-os a voltar para Angola.

Por outro lado, Os modelos de identidade política e migração são escolhas que os migrantes da descolonização, fossem eles portugueses, franceses ou holandeses poderiam fazer. Poderiam ou não se organizar como uma coletividade. Como imigrantes, enfrentariam diferentes graus de preconceito. Teriam, entretanto, uma vantagem: a de gozar de direitos, conferidos pela cidadania, assim como características raciais e linguísticas de outros franceses, holandeses ou portugueses.<sup>322</sup>

Vale à pena abrir um parênteses para dedicar algumas linhas ao conceito de refugiado e à discussão conceitual acerca da classificação desse grupo, já que sua recorrência na fala dos nossos informantes e dos demais registros dos chamados “retornados” povoam as memórias sobre o êxodo. Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, adotada a partir de 28 de julho de 1951, o refugiado é aquele que, por ser perseguido devido à sua

---

159-160.

<sup>318</sup> COOPER, F. Postcolonial Peoples: a commentary, In: SMITH, A.L. (Ed.). *Europe’s Invisible Migrants*, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003, p. 170 e 172.

<sup>319</sup> “Nas colônias de povoamento, cidadãos privados eram parte do “time”; eles representavam uma reivindicação de autoridade baseada na raça e na cultura, eles representavam progresso. Também não é surpresa que as populações de colonos se levavam a sério. Eles frequentemente viam seus papéis como o centro do esforço colonizador, mesmo se eles fossem, em última análise, intersticiais ou até mesmo marginais nos estados colonizadores. (tradução livre), Cf. COOPER, F. Op. Cit., p. 176.

<sup>320</sup> Entrevista com Catarina, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

<sup>321</sup> DEMARTINI, Z.B.F. Op. Cit., p. 148.

<sup>322</sup> COOPER, F. Ibidem., p. 172-173.

raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um certo grupo social ou às opiniões políticas, esteja fora do país do qual tenha nacionalidade. Para ser considerado um refugiado, o indivíduo deve ainda, estar desprovido do apoio do país do qual é cidadão. Há também, o caso daqueles que, sem nacionalidade, uma vez fora do país de residência, não puderem ou não quiserem retornar em razão dos receios de perseguição pelas razões acima citadas.<sup>323</sup> O grupo de que tratamos, no rigor da norma, escapa a essa definição, não podendo portanto ser assim classificado.

No entanto, questão conceitual sobre como nomear esse grupo é complexa, como mostra Andrea L. Smith, com cujas ponderações concordamos. Ele se localiza, diz a autora, na fronteira entre diferentes disciplinas. Os estudos de história colonial são delimitados pela descolonização. Ao migrarem para a Europa, tais indivíduos desapareceram desse campo de estudos. São classificados acriticamente com os conceitos de “imigrante” e “repatriado”. Tal fato levou os “migrantes da descolonização”, como ela os chama, termo que adotaremos daqui para frente, a serem dissociados da historiografia europeia sobre o tema. Tal dicotomia persiste porque é ignorada em favor de outras muito presentes, como *outsider/insider* e visíveis/invisíveis.<sup>324</sup>

A partir da década de 1950, com o estabelecimento do campo de estudos das “relações raciais” o objeto privilegiado eram as comunidades de negros e asiáticos. Partia-se do princípio que imigrantes brancos, por serem brancos, não sofriam de grandes problemas quanto à adaptação. Como consequência houve, por exemplo, na Grã Bretanha, um reforço da representação da sua sociedade como monoliticamente branca. Junto a isso, havia a noção de que os antigos colonos pertenciam à Grã Bretanha do pós-guerra diferentemente de outros migrantes em outras antigas metrópoles. Tal fato, entretanto é refutado por muitos que viveram em seus antigos territórios coloniais e que hoje vivem na ilha. Muitos dos que voltaram da antiga Rodésia do Sul, atual Zimbábue, relatam estranhamento com relação a questões comportamentais da sociedade britânica.<sup>325</sup>

Ao longo do período da descolonização, o discurso oficial tratava-os como repatriados, simplesmente. Assim classificados, tais migrantes eram encaminhados para agências

<sup>323</sup> Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados. (Disponível em: <http://www.unhcr.org/3b66c2aa10.html>). Acesso em 10 mar. 2013.

<sup>324</sup> SMITH, A.L. Introduction, In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *Europe's Invisible Migrants*, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003, p. 18 e 23.

<sup>325</sup> BOUCHER, E. *Empire's Children: Child Emigration, Welfare, and the Decline of the British World, 1869-1967*, Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 253-254.



governamentais já existentes, cuja função era auxiliar no seu reassentamento. Ao chegarem nas antigas metrópoles, tiveram que aprender um novo modo de vida. Precisaram se adaptar a um novo território, a um novo clima, criar novas relações sociais, se familiarizar com novas normas de comportamento. Muitos, por estarem pouco a vontade, puseram-se novamente a migrar. A definição do conceito de refugiado”, estabelecida no pós-Segunda Guerra pelo direito internacional, tornou a definição não apropriada para esses grupos.<sup>326</sup>

Ao designar tais migrantes como repatriados, os Estados Europeus reconheceram-nos como membros nacionais, algo visto como essencial para minimizar as reações desfavoráveis da opinião pública quanto ao seu reassentamento. Entre eles, no entanto, aprofundou-se uma identidade em separado, materializada na criação de organizações, clubes, jornais, e atividades coletivas. Essas se assemelham a políticas identitárias de grupos étnicos de uma forma geral. O maior ou menor sucesso da experiência de reintegração, para Rui Pena Pires, depende da temporalidade em que se deu o repatriamento. A maior parte de franceses residentes na Argélia, por exemplo, chegou entre fevereiro e dezembro de 1962, eram de todos os grupos etários e categorias sociais. O caso português é, em parte, semelhante, visto que os repatriados chegaram predominantemente no ano de 1975. Já o repatriamento dos holandeses residentes na Indonésia, estendeu-se por doze anos (1945-1957). Dessa forma, “nos dois primeiros casos o processo de pânico social contribuiu para valorizar a memória de uma experiência comum”.<sup>327</sup>

As questões aqui levantadas, principalmente a negação do termo “retornado”, implica uma reflexão acerca do conceito de nacionalismo. O reconhecimento da portugalidade dos que nasceram nas antigas colônias, pelo governo, desencadeou reações desfavoráveis na opinião pública, como já nos referimos. Ricardo E. Ovalle – Bahamón defende que o caso dos migrantes da descolonização portuguesa mostra como o conceito tem seus limites, restrições e irregularidades quando usado para fazer referência à distribuição dos sujeitos pelo espaço social. O estudo do caso português mostra as contradições das concepções populares dos conceitos de raça, cultura e nação, bem como sua relação complexa com a identidade nacional. Tal fato sublinha a dissonância entre suas definições legais e sócio culturais. Há, portanto, uma distância entre nacionalidade (entendida como cidadania) e nacionalismo (entendido como a comunidade imaginada). Essa questão realça as conexões historicamente construídas entre os conceitos acima citados e o de civilização. Juntos, apontam para as fronteiras entre comunidade e

---

<sup>326</sup> SMITH, A.L. Op. Cit., p. 18-20.

<sup>327</sup> PIRES, R.P. Ibidem, p. 183.

pertencimento.<sup>328</sup>

O desafio enfrentado pelos retornados não foi o de negar a exploração das populações nativas, mas sim justificar a negligência das obrigações morais para com as comunidades de origem. Muitos foram os que se empenharam para desfazer a imagem negativa. Quando se manifestavam publicamente, buscavam enfatizar as conexões com Portugal e a sua portugalidade. As estratégias para aceitação passaram por um esforço de empreendedorismo nas suas comunidades originárias. Tal fato conduziu a uma mudança da visão negativa ao longo do tempo.<sup>329</sup>

A crise na recepção aos migrantes da descolonização levou os países membros da Comunidade Econômica Europeia a auxiliar Portugal. Tal decisão foi tomada em reuniões a partir das representações na Assembleia Geral das Nações Unidas ao longo de 1975. A ajuda, de caráter emergencial, objetivava contribuir na solução dos problemas gerados pelo transporte dos retornados de Angola. As medidas seriam independentes de condições políticas.<sup>330</sup>

A relação entre os retornados e as autoridades governamentais também era tensa. Um grupo ocupou o Banco de Angola em Lisboa em setembro. Protestavam contra as dificuldades encontradas ao chegarem na Europa e na troca de angolares<sup>331</sup> por escudos. O episódio foi marcado pelo sequestro de seis ônibus que estavam na Praça do Comércio. O objetivo era o transporte de mais recém chegados que estavam retidos na costa da Caparica para o centro da cidade. Os sequestradores buscavam reforçar o grupo que ocupou o banco. A polícia militar apreendeu os ônibus ao entrarem na ponte 25 de Abril. Após choques, o trajeto foi concluído à pé.<sup>332</sup>

Este não foi o único conflito daquele mês. Houve também enfrentamentos de rua no Rossio, no centro de Lisboa, entre retornados e militantes de organizações da extrema-esquerda.

<sup>328</sup> OVALLE-BAHAMÓN, R. E. Op. Cit., p. 147-148.

<sup>329</sup> LUBKEMANN, 2005, p. 264-265.

<sup>330</sup> DA FOUNTOURA C.A. [Telegrama 2642] 30 de set. de 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 2f. Emigração Portuguesa para o Brasil. Gestões da CEE, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>331</sup> Angolar - moeda própria de Angola, instituída em 1928. Cf. BITTENCOURT, M. Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola, In: MELO, V.A. de; BITTENCOURT, M.; NASCIMENTO, A. *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 102-103, nota 3.

<sup>332</sup> DA FOUNTOURA C.A. [Telegrama 2399] 02 de Set. de 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 1f. Ocupação do Banco de Angola em Lisboa, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

Membros da polícia militar, dos regimentos de polícia aérea e de infantaria, tentaram intervir. Foram recebidos com insultos e pedras. Houve algumas prisões. A imprensa, naquela altura próxima e temerosa do Partido Comunista Português (PCP), classificou a intervenção da polícia como “tendente a ‘garantir as liberdades a defesa e o respeito pelas liberdades democráticas, ponto de importância fundamental, que servira de pedra de toque a toda atividade do VI Governo Provisório’” (*sic*). Em grande medida, as manifestações de insatisfação explicitavam o fato dos recém chegados terem desembarcado em um país estranho e considerarem as autoridades lusas as responsáveis pelo que lhes estava sucedendo. Para eles, as forças armadas “nao se portaram com dignidade na defesa de suas pessoas e bens no ultramar, sobretudo em Angola” (*sic*). Sobretudo, esses indivíduos não percebiam ser possível criar expectativa de se fixar num país, liderado por um governo que eles viam como de extrema esquerda.<sup>333</sup>

#### **2.4. Conversações entre o CIME, a CEE e o governo brasileiro para o recebimento dos imigrantes**

O conselheiro da embaixada da Itália em Portugal em 30 de setembro de 1975, Francesco Corrias, em visita a embaixada do Brasil, ressaltou que seu país, assim como outros, não poderia acolher grupos de deslocados. A única exceção seria em casos de reunião familiar. Sua visita se deu por instruções da CEE. Este órgão julgava que o Brasil era “o país com melhores condições para acolher esses excedentes demográficos” (*sic*). O objetivo da visita era conhecer a posição oficial brasileira sobre a questão. Como resposta, obteve a informação sobre a missão portuguesa que estava naquele momento em Brasília para discutir o tema. A resposta seria dada apenas ao fim de tais negociações. O conselheiro voltaria à embaixada brasileira na semana seguinte. Manifestou, porém, os temores da CEE das consequências da pressão político – social causada pelo crescente número de retornados de Angola.<sup>334</sup>

O funcionário do CIME, Raymond Y. Rodie, como vimos anteriormente, já havia ido a Lisboa em fevereiro para manter conversações com autoridades dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Trabalho. Este funcionário contactou a embaixada dos Estados Unidos, principal

---

<sup>333</sup> DA FOUNTOURA C.A. [Telegrama 2610] 25 set. de 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 2f. Crise Político-Militar em Portugal. Conflitos com retornados de Angola, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>334</sup> DA FOUNTOURA C.A. [Telegrama 2642], Op. Cit., f. 2.

contribuinte do CIME e a missão brasileira “por ser o Brasil provavelmente o principal destino dos deslocados portugueses” (*sic*) (entre aspas no original).<sup>335</sup>

O documento em questão, diferentemente das tratativas sobre a sessão de aeronaves para o apoio à retirada dos brancos de Angola que analisamos anteriormente, faz-nos saber que nas conversações entre Raymond Y. Rodie e autoridades lusitanas, foram levantadas duas formas de transferência de mão-de-obra para o Brasil: um programa de emigração seletiva, principalmente “de elementos técnicos de interesse prioritário para o desenvolvimento brasileiro” e um programa de colonização com agricultores para cultivo de produtos tropicais a serem instalados em áreas carentes de povoamento.<sup>336</sup>

O mesmo funcionário do CIME disse ao diplomata brasileiro Raul Leite Ribeiro que o governo português estava interessado em acelerar o tratamento desse tema, já que, “estimavam o agravamento considerável do fluxo migratório de colonos e militares desmobilizados para o território metropolitano, já confrontado com índices bastante elevados de desemprego” (*sic*).<sup>337</sup> A intenção do governo português era “atuar discretamente” por meio de uma organização internacional. Dessa forma, as autoridades lusitanas acreditavam que suas relações com os novos Estados africanos de língua portuguesa não seriam prejudicadas. Havia um receio de que iniciativas desse porte fossem interpretadas como “apoio ou estímulo governamental português para a emigração de técnicos de Angola e Moçambique”.<sup>338</sup>

Rodie teria demonstrado interesse por um programa de colonização por parte do governo brasileiro, visto crer que a emigração inicialmente seria de agricultores. Posteriormente, o mesmo funcionário procurou novamente Leite Ribeiro. O governo português havia pedido auxílio ao órgão novamente, para que fosse aperfeiçoada e dinamizada a política imigratória do país. Buscou saber a respeito da disposição do governo brasileiro em receber “excedentes demográficos de Portugal, sejam do território metropolitano, sejam dos territórios africanos” (*sic*).<sup>339</sup>

<sup>335</sup> DA FONTOURA, C.A., [telegrama 423], 13 fev. 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2 f. CIME. Emigração portuguesa para o Brasil, fl. 1, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Seção de Arquivo Histórico, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>336</sup> DA FONTOURA, C.A. [telegrama 423], 13 fev. 1975, Op. Cit., f.1.

<sup>337</sup> DA FONTOURA, C.A. [telegrama 423], 13 fev. 1975, Op. Cit., f. 1.

<sup>338</sup> DA FONTOURA, C.A. [telegrama 423], 13 fev. 1975, Ibidem, f. 2.

<sup>339</sup> LEITE RIBEIRO, [Telegrama 2494], 12 Set. 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, 1f. CIME. Emigração de ortugueses (*sic*) para o Brasil, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília

Na reunião do dia 15 de setembro com Raymond Rodie, citada acima, o embaixador Andresen teria mencionado problemas nas relações bilaterais com o Brasil. A razão seria a “ação inconveniente das imprensas de ambos os países”. No que se refere à imprensa brasileira, acreditava serem tais problemas passageiros. O governo de Lisboa, ainda segundo o embaixador português, não tinha buscado até o momento contato com autoridades brasileiras para impor controle ao fluxo emigratório que “começava a assumir características selvagens prejudiciais a ambos os países” (*sic*). De acordo com Raymond Rodie, o governo português buscou uma colaboração com o CIME para que se encontrasse uma solução com relação a essa questão. Quanto a isso, Rodie teria dito que a contribuição do órgão poderia se dar através da colocação dos imigrantes nas cidades brasileiras e na seleção daqueles que se dirigiriam ao campo. Essa última questão avançou após o órgão endossar tecnicamente certos projetos de colonização e desenvolvimento agropecuário “com imigrantes portugueses e colonos brasileiros, que poderiam contar, no seu entender, com a ajuda financeira do BIRD e do BID, e mesmo do Banco Europeu de Investimento”.<sup>340</sup> Com relação a esse último, haveria consulta ao chefe da delegação da Comunidade Econômica Europeia em Genebra. A ajuda dispensada pelo CIME ao governo português seria a designação de

dois ou três técnicos daquela organização (um dos quais da representação no Rio de Janeiro e com grande experiência na colocação de mão de obra no Brasil), a fim de colaborar com a Secretaria de Emigração na seleção de candidatas a emigração, com base nos dados referidos na alínea “E” do parágrafo 1 deste telegrama<sup>341</sup> a fim de atender a solicitações específicas endereçadas ao CIME. (*sic*)<sup>342</sup>

O Brasil passava a despontar como importante ator do cenário da crise de acomodação dos ex-colonos e, por isso, passa a ser recorrentemente citado em reuniões das autoridades do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Estas estavam “bastantes preocupadas com consequências desfavoráveis de um fluxo emigratório descontrolado para o Brasil” (*sic*).<sup>343</sup> Por essa razão, ficou acertado que “sem refrear tal fluxo”,<sup>344</sup> seria imposta “certa disciplina, inclusive

---

D.F.

<sup>340</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.B.R. [Telegrama 2521], Op. Cit., f.3

<sup>341</sup> A alínea em questão se refere a falta de dados sobre os retornados em Portugal e a criação de um serviço de registro de dados que estava sendo montado pelo IARN, que deveria funcionar a partir de 15 de outubro daquele ano.

<sup>342</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.B.R. [Telegrama 2521], Op. Ibidem, f.3.

<sup>343</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.B.R. [Telegrama 2538], Op. Cit., f. 2

<sup>344</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.B.R. [Telegrama 2521], Ibidem, f. 2

atraves de uma estreita colaboracao com as autoridades de ambos os paises e do CIME na selecao, recebimento e colocacao dos imigrantes” (*sic*).<sup>345</sup> Durante o processo de negociações para a adesão lusitana, foi solicitado que o representante brasileiro na reunião em que se apreciaria o pedido de ingresso de Portugal e o projeto de assistência do CIME se deslocasse de Genebra a Lisboa para atualizar a representação brasileira do seu resultado. Havia também a intenção de pô-lo a par “dos principais problemas afetos à emigração portuguesa para o Brasil, particularmente das dificuldades enfrentadas nesse campo por essa embaixada e pelos consulados gerais de Lisboa e Porto”.<sup>346</sup>

## 2.5. As negociações bilaterais entre Brasil e Portugal

Portugal buscou a colaboração do governo brasileiro para “auxilia-lo na solução do contencioso em Africa”<sup>347</sup> (*sic*) ainda em 1974. Chegou a solicitar o adiamento de posse ou a substituição de Carlos Alberto da Fontoura do cargo de embaixador do Brasil devido à conjuntura. O ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) teve a aprovação de sua nomeação concedida ainda no Estado Novo. Buscavam, com isso, não criar problemas para o novo regime. Havia, em Portugal, naquele momento, manifestações da comunidade brasileira com a participação de portugueses e estrangeiros contra a sua nomeação. Não havia, então, órgãos de repressão similares em Portugal e o governo manifestava preocupação, pois não seria politicamente conveniente enfrentar manifestantes. A imprensa também contribuía para o acirramento dos ânimos. O governo português não desejava criar nenhum incidente diplomático com o Brasil.

Mário Soares assegurou que sua preocupação era a manutenção dos laços de amizade. Apressou-se em afirmar que considerava incompreensível a ponderação feita pelo seu governo. Sendo assim, caso o governo brasileiro mantivesse a nomeação do novo embaixador, este seria recebido em Portugal com “todas as honrarias e garantias de segurança” (*sic*).<sup>348</sup> Manifestava

<sup>345</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.B.R. [Telegrama 2538], *Ibidem*, f. 2.

<sup>346</sup> DA FONTOURA, C.A. [Telegrama 2932], 10 de nov. de 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, 1 f. Emigração de deslocados de Angola para a Venezuela, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>347</sup> NETO, A.F. [Telegrama 499], 23 de mai. de 1974, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, 2 f. Designação do embaixador Fontoura para Lisboa, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, I-1, AAS mre/rb 74.05.23.

<sup>348</sup> NETO, A.F. [Telegrama 502], 24 de mai. de 1974, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, 1 fl. Para

inclusive, o desejo de que a chegada do novo embaixador se desse “no mais breve prazo possível”<sup>349</sup> (*sic*), já que o governo brasileiro não via os riscos apontados. Percebe-se nesse episódio, que as autoridades lusitanas buscaram desde cedo realçar a manutenção dos laços antigos de amizade entre ambos os países.

Segundo Jerry Dávila (2010), a nomeação de Fontoura foi mantida porque Geisel desejava livrar-se dele. Fontoura tinha sido um forte opositor da sua nomeação à Presidência da República. Em Portugal, onde viviam muitos brasileiros exilados, o ex-chefe do SNI era visto como um símbolo do autoritarismo fascista. Mário Soares, entretanto, em um primeiro momento, defendeu a substituição de Fontoura por outro nome que não causasse problemas ao seu governo. Soares tentou pressionar o governo brasileiro, afirmando que, caso a nomeação fosse mantida, prejudicaria a mediação brasileira para a solução da situação portuguesa na África. A isso, o general Ernesto Geisel respondeu que, caso não mandasse Fontoura, não mandaria outro diplomata pelos próximos cinco anos. Azeredo da Silveira transmitiu a mensagem a seu colega português, afirmando que a relação portuguesa com a África era um problema de Portugal. Com essa resposta, Mário Soares abandonou sua posição.<sup>350</sup>

Da perspectiva portuguesa, a garantia da continuação das relações bilaterais era mais importante do que divisões ideológicas. Durante quarenta anos, entre as décadas de 1930 e 1970, os presidentes brasileiros cortejavam a comunidade portuguesa no Rio de Janeiro e em São Paulo. Assim, a política externa de sucessivos governos foi moldada por essa relação, sobretudo da década de 1950 em diante. A comunidade lusitana no Brasil tinha laços muito estreitos com o regime do Estado Novo. Sua influência levava os governos brasileiros a se posicionarem em consonância com os interesses do regime de Lisboa. Tal fato verificava-se, por exemplo, no apoio brasileiro a Portugal na defesa da manutenção do colonialismo. Os governos brasileiros, muito influenciados pelos ideais luso-tropicalistas, se colocavam, assim, na contramão dos objetivos diplomáticos compartilhados por governos africanos.<sup>351</sup>

No governo de Ernesto Geisel, entretanto, tal alinhamento sofreu uma interrupção. Fizeram-se, naquele momento, três correções de rumo quanto à política externa: uma

---

conhecimento imediato do Ministro de Estado, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, I-6, AAS mre/rb 74.05.23.

<sup>349</sup> NETO, A.F. [Telegrama 502], Op. Cit.

<sup>350</sup> DÁVILA, J. *Hotel Trópico: Brazil and the challenge of African Decolonization*, 1950 – 1980, Duham: Duke University Press, 2010, p. 176-177.

<sup>351</sup> DÁVILA, J. Op. Cit., p. 23 – 24.

aproximação dos países árabes, uma reaproximação com a República popular da China e uma aproximação com o continente africano. A intenção do governo, segundo Antônio Francisco Azeredo da Silveira, era “corrigir a política de solidariedade colonialista com Portugal, apostando numa África que vivia um processo de independência retardado...”.<sup>352</sup> O então Ministro das Relações Exteriores acreditava que, se os países falantes de língua portuguesa da África tivessem se tornado independentes na década de 1960, o processo não seria tão radical. O radicalismo da luta de libertação deveu-se ao fato de que tiveram que esperar por mais uma década e meia pela independência. O ano de 1974 marcou, assim, o fim da solidariedade colonialista do Brasil com Portugal.

Essa diretriz, que tinha como motivação interesses estratégicos, auxilia no entendimento da resposta de Brasília ao pedido de auxílio na questão da descolonização feito por Lisboa. O governo brasileiro, entretanto, entendia que as relações de Portugal com a África eram “de competência exclusiva do governo português e que nenhum esforço de mediação ou de bons ofícios do Brasil poderia ser feito se não na hipótese de que isso seja solicitado por todas as partes interessadas” (*sic*).<sup>353</sup> Tal postura deve ser entendida como resultado da perplexidade do governo diante da queda do Estado Novo. Sem ter condições de, em tempo hábil, reelaborar a postura do país, Brasília repetiu descuidadamente que a tentativa de intervir só teria resultado se as duas partes requisitassem.<sup>354</sup> Segundo Jerry Dávila, o 25 de Abril solucionou um problema: o de reconciliar os objetivos brasileiros para a África com o senso de obrigação para com Portugal. Ao mesmo tempo tirou do governo brasileiro qualquer crédito na mudança de política com relação à África. O que teria causado certo choque no Itamaraty, já que tentava, naquele momento, construir uma visão favorável ao Brasil tanto no continente de uma maneira geral, quanto nas colônias portuguesas, em particular.<sup>355</sup> O entendimento de que o Brasil tinha o direito ou até obrigação de intervir na conjuntura portuguesa era tal, que Júlio de Mesquita Neto, diretor do Jornal O Estado de São Paulo, telefonou a Azeredo da Silveira para pressionar o então ministro,

<sup>352</sup> SPEKTOR, M. *Azeredo da Silveira: um depoimento*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 93.

<sup>353</sup> EXTERIORES [Resptel 499], 23 de mai. de 1974, Ministério das Relações Exteriores [para] Lisboa, 2 f. Relações Brasil - Portugal. Designação do embaixador Fontoura para Lisboa, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, I-2, AAS mre/rb 74.05.23

<sup>354</sup> SANTOS, L.C.M. dos. *As relações Brasil-Portugal: do tratado de amizade e consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975)*. 2011. 324 f. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011, p. 264. (Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10347/3/2011\\_LuizCl%C3%A1udioMachadoSantos.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10347/3/2011_LuizCl%C3%A1udioMachadoSantos.pdf)). Acesso em 1 mar. 2014.

<sup>355</sup> DÁVILA, J. *Ibidem*, p. 176.



afim de que este fosse a Portugal atuar como árbitro.<sup>356</sup>

Por outro lado, havia o interesse do Brasil em aceitar a imigração dos portugueses e luso-angolanos, mas sem que isso ganhasse muita repercussão. O mesmo pode ser dito em relação às autoridades portuguesas. Pelo exame da documentação é possível perceber que a negociação foi lenta. Apesar da recusa do Brasil em intervir, os contatos diplomáticos persistiam. Da parte do governo português, as tentativas de manutenção de vínculo diplomático abordavam também a criação de uma “zona de trocas livres”, ou seja, livre comércio, para que houvesse empreendimentos comuns que atendessem aos interesses dos dois países. Uma primeira reunião entre Azeredo da Silveira e Mário Soares foi acertada para ocorrer em Nova York, no dia 22 de setembro de 1974.<sup>357</sup> Entre os temas abordados no encontro estavam problemas específicos das relações luso-brasileiras. Entre eles estavam: o não alinhamento recíproco, a cooperação com a África, a política brasileira sobre descolonização e a atividade antirrevolucionária da comunidade portuguesa no Brasil.<sup>358</sup>

Uma visita oficial de Azeredo da Silveira a Portugal foi agendada para o período de 2 a 4 de dezembro daquele ano.<sup>359</sup> O convite havia sido aceito após o envio de duas cartas de autoria do chanceler português.<sup>360</sup> Os fundamentos e objetivos da política brasileira na África, bem como informações sobre o programa português de descolonização e a “emergência de novos países de expressão portuguesa”<sup>361</sup> constavam dos itens a serem debatidos. Com isso, o governo brasileiro buscava desfazer

equivocos de interpretação da parte portuguesa e combinar com esta ultima possiveis formas de colaboracao para os contatos entre autoridades brasileiras e elementos

<sup>356</sup> SPEKTOR, M. Op. Cit., p. 268.

<sup>357</sup> EXTERIORES, Minuta de Telegrama, 20 set. 1974, Ministério das Relações Exteriores [para] Lisboa, 3 f. Visita do Ministro das Relações Exteriores à Portugal, seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília – DF.

<sup>358</sup> EXTERIORES [Resptel 1728 e 1731], 15 out. 1974, Ministério das Relações Exteriores [para] Lisboa, 3 f. Visita do Ministro de Estado a Portugal, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília – DF.

<sup>359</sup> EXTERIORES, Minuta de Telegrama, 11 out. 1974, Ministério das Relações Exteriores [para] Lisboa, 2 f. Visita do senhor Ministro de Estado a Portugal, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília – DF.

<sup>360</sup> EXTERIORES [Resptel 1728 e 1731], Op. Cit., Ministério das Relações Exteriores [para] Lisboa, f. 1. A primeira data de 12 de setembro de 1974. Encontramos uma segunda carta, datada de 16 de outubro, posteriormente ao encontro em Nova York foi redigida quando o convite para a visita a Lisboa já estava aceito. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, I-15 e I-17, AAS mre/rb 74.05.23.

<sup>361</sup> DA FONTOURA, C.A. [Telegrama 1970], 13 Nov. 1974, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Visita do Ministro de Estado a Lisboa. Agenda, I-24, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, I-24, AAS mre/rb 74.05.23, f. 1. Também aborda a questão o telegrama 1981, de 14 nov. 1974, I-25, AAS mre/rb 74.05.23, 3 f.

representativos dos principais movimentos nacionalistas em Moçambique e Angola.  
(sic)<sup>362</sup>

Depreende-se que as autoridades lusitanas acreditavam que a minoria branca permaneceria em Angola. As primeiras conversações entre Azeredo da Silveira e Mário Soares corroboram essa interpretação. Em uma das reuniões da primeira visita oficial do chanceler brasileiro a Portugal, a problemática da descolonização foi abordada. Spínola e Palma Carlos (Primeiro Ministro no primeiro governo provisório), defendiam uma descolonização lenta, uma autonomia progressiva, que futuramente geraria uma espécie de *Commonwealth*. A autodeterminação deveria ser a primeira e curta fase do processo. A proposta, entretanto, não foi adiante. O processo posto em prática visava uma descolonização rápida e independência total, como já referimos. Portugal, entretanto, tinha:

interesses a defender na África, concluiu Mário Soares., Nesse caso, mais valia fazer realisticamente ‘um bom acordo’ com um partido que pudesse controlar o processo e assegurar a protecao da populacao local de origem portuguesa. Assem se explicavam, pois, os acordos com o PAIGC, com a FRELIMO e com o MLSTP (Sao Tome e Principe). (sic)<sup>363</sup>

Em uma das reuniões de sua primeira visita oficial a Lisboa, no Palácio das Necessidades, o chanceler brasileiro expressou sua concordância com a forma como Lisboa vinha tratando a questão, “no sentido de que o respeito aa autodeterminação implica necessariamente no respeito aa independência” (sic).<sup>364</sup> Reafirmou, entretanto, o princípio da não intervenção brasileira no processo de descolonização. A presença de asilados brasileiros em Portugal, também foi abordada. Era entendida pelo governo brasileiro como possível “causa de perturbacoes” (sic)<sup>365</sup> nas relações bilaterais. Mário Soares garantiu que seu governo não estava fornecendo aos exilados políticos brasileiros nenhum tipo de tratamento especial oficialmente. O apoio, entretanto, poderia estar sendo dado por indivíduos ligados ou não ao governo. Declarou ainda que “a atividade de tais asilados podia, em certos casos, ser mesmo incomoda ao governo

<sup>362</sup> DA FONTOURA, C.A. [Telegrama 1981], 14 nov. 1974, 3 f.

<sup>363</sup> SILVEIRA, A.F. A. da. série Chanceler n. 13, 3 dez. 1974, 6 f. Visita do Ministro de Estado a Portugal, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília – DF, f. 3.

<sup>364</sup> SILVEIRA, A.F. A. da. série Chanceler n. 23, 3 dez. 1974, 4 fl. Sem título, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília – DF, f. 1-2

<sup>365</sup> SILVEIRA, A.F. A. da. Op. Cit. f. 2.

portugues mas que o governo tinha que tolera-la” (*sic*).<sup>366</sup> Dessa declaração do chanceler português depreende-se que a manutenção das relações bilaterais para uma eventual solução do difícil processo de descolonização, bem como da crise econômica que assolava o país, era mais importante para Lisboa que clivagens ideológicas. Tais questões também foram abordadas em reunião com o presidente Costa Gomes.<sup>367</sup> A visita alcançou sucesso em seu objetivo principal: estabelecer canais de conversações com o governo português, em grande parte, devido aos esforços de Mário Soares.<sup>368</sup>

Nos esforços portugueses para se aproximar do Brasil, o general Carlos Galvão de Melo, membro da Junta de Salvação Nacional, visita o país em junho de 1974. Tal viagem teve duplo objetivo: esclarecer a comunidade lusitana a respeito do processo revolucionário e dar continuidade a aproximação entre o novo regime e o governo brasileiro. Por ora, abordaremos o segundo aspecto. Após conferência proferida pelo visitante no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, na noite do dia 10 de junho (dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas), Azeredo da Silveira em seu discurso, abordou os “laços especiais” que uniam os dois países. Tais laços mais uma vez evocaram os ideais luso-tropicalistas, pois, ambos estavam “unidos pela história, pela raça, pela língua e pela cultura”. Tal fato tornava “imperecível” o relacionamento bilateral.<sup>369</sup>

Citando as palavras proferidas por Galvão de Melo anteriormente, o Ministro das Relações Exteriores reforça que esses mesmos valores deveriam ser “base de partida e, não, de finalidade” na construção “de uma Comunidade Lusíada actuante”, nas esferas política, social e econômica mundial daquela conjuntura. Por essa razão, o Brasil teria sido o primeiro país a reconhecer o novo regime. Referiu-se ainda à África como um “conviva invisível”. A menção tinha como foco “aos que na África se sentem ligados a Portugal da maneira como outrora, nesta parte da América, se sentiam ligados à Portugal os que fizeram do Brasil a pátria do povo brasileiro”, ou seja, a minoria branca de Angola. Naquela altura, devido às novas diretrizes da política externa nacional, ou seja, por questões estratégicas, o governo acompanhava “com interesse” o que se passava “em Portugal e os desenvolvimentos relativos a suas relações com os povos

<sup>366</sup> SILVEIRA, A.F. A. da. *Ibidem*, f. 2.

<sup>367</sup> SILVEIRA, A.F. A. da. série Chanceler n. 24, 3 dez. 1974, 4 f. Viagem do Ministro de Estado a Portugal, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília – DF.

<sup>368</sup> SANTOS, L.C.M. dos. *Op. Cit.*, p. 277.

<sup>369</sup> MISSÃO ao Brasil, 19 f. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, I-9 A, AAS mre/rb 74.05.23, f. 13.

africanos”.<sup>370</sup>

Posteriormente, o chanceler brasileiro admitiu não estar surpreso quanto às desconfianças que pairavam tanto em Portugal quanto na África a respeito da política externa brasileira. Afinal, o Brasil, esteve alinhado por décadas com os ideais colonialistas portugueses. Passada a visita do general Galvão de Melo, o tom de celebração dos laços históricos deu lugar à realidade da conjuntura internacional. A construção de boas relações entre ambos os países era entendida nesses termos:

(...) Não acreditamos em alinhamentos automáticos, nem mesmo na forma de amizades automáticas. As boas relações entre o Brasil e Portugal são uma tarefa a cumprir, renovada e constantemente, e só fazem sentido para cada um dos nossos povos, na medida em que atendam aos nossos interesses nacionais. É nosso dever, dos que assim compreendemos o problema, explicitar as coincidências nesses interesses, quando sejam reais, e trabalhar para que tais interesses sejam atendidos.<sup>371</sup>

Com o passar dos meses e o aprofundar da discussão no tocante ao acolhimento dos migrantes da descolonização, foi ficando claro que o interesse do governo brasileiro em receber esses imigrantes concentrava-se principalmente em quadros técnicos altamente qualificados, sobretudo da área tecnológica. A inevitabilidade da migração de portugueses e luso-africanos para o Brasil já era conhecida desde 1974. Ainda naquele ano, o Brasil era visto como “o maior beneficiário” do programa de imigração seletiva do CIME, sobretudo nos setores aeroespacial, pesquisa nuclear, metalurgia, telecomunicações, ensino superior de pós-graduação, entre outros. Isso explica as reuniões de Raymond Rodie com Raul Leite Ribeiro em Lisboa para que o Brasil recebesse portugueses e luso-angolanos. Chamava-se atenção, entretanto, para a necessidade de “medidas de contenção e controle da imigração urbana competitiva à mão-de-obra nacional”. Uma vez que Portugal só se torna membro do órgão para solucionar questões geradas pelo êxodo, em 1975, até a sua adesão, a imigração de portugueses obedecia os critérios no Acordo Cultural Luso-Brasileiro.<sup>372</sup>

É preciso que se diga também que as conversações são feitas entre Brasil e Portugal. A documentação das relações bilaterais entre Angola e Brasil encontrada no Arquivo Histórico do

<sup>370</sup> MISSÃO ao Brasil, Op. Cit., f. 14-16, 18-19.

<sup>371</sup> SILVEIRA, A.F.A. da. Senhor General Carlos Galvão de Melo, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, I-12, AAS mre/rb 74.05.23, f. 3.

<sup>372</sup> Acordo Cultural Luso-Brasileiro - . Cf. T.M.R. Informação para o Senhor Ministro de Estado Imigração portuguesa. Perspectiva de seletividade, 2f., 6 nov. 1974, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, I-22, AAS mre/rb 74.05.23

Itamaraty, em Brasília, cujo marco inicial é o pós 11 de novembro de 1975, trata de outras questões como, por exemplo, visitas de quadros do governo angolano cujo objetivo era a cooperação técnica.

No dia 17 de setembro de 1975, o Secretário-Geral do Ministério dos negócios Estrangeiros português, Tomas de Melo Breiner Andersen, contactou Raul Leite Ribeiro para informar-lhe que dois funcionários do governo, ligados a área da emigração, que estavam em Caracas, partiriam para o Rio de Janeiro. Fariam uma visita em caráter oficial entre os dias 25 e 28 daquele mês. O objetivo da visita era contactar autoridades brasileiras, sobretudo do Ministério das Relações Exteriores para verificar a possibilidade do Brasil receber certo número de portugueses residentes em Angola. Pretendem também traçar algumas restrições a esse fluxo “seja a partir do território metropolitano, seja a partir de Angola.”<sup>373</sup> O governo português, considerava essa missão de grande importância, e confiava na disposição do Brasil de cooperar com os portugueses “para a solução das dificuldades do processo de descolonização de Angola”.<sup>374</sup>

No entanto, o tema parecia oscilar de acordo com a maré política portuguesa e, enquanto o governo provisório esteve sob controle do Partido Socialista, a questão era de suma importância. Naquele momento, porém, Portugal passava pelo VI governo provisório. À sua frente estava o Partido Popular Democrático (PPD).<sup>375</sup> A missão poderia ter seu objetivo modificado, já que o partido poderia pretender manter os recém chegados no país por alguns meses, pretendendo, com isso, aproveitar-se do descontentamento reinante para encontrar uma solução para a crise.<sup>376</sup>

Para Fontoura, a resposta brasileira seria dada após uma análise cautelosa dos dados por Brasília. Deveriam ser levados em conta também “naturais componentes humanitarios, provaveis interesses economicos na absorcao de certo tipo de imigrante” (*sic*).<sup>377</sup> Fontoura, alertava para a possibilidade de “possiveis melindres futuros nas relações com Angola e mesmo Portugal, e riscos de provaveis pressoes internas ou externas, com vistas a repelir ou aceitar tais deslocados” (*sic*).<sup>378</sup> No final daquele mês, o embaixador Carlos Alberto da Fontoura envia telegrama a

<sup>373</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.B.R. [Telegrama 2540], 17 de set. de 1975, fl.1, Emigração de Portugueses de Angola para o Brasil, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>374</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.B.R. [Telegrama 2540], Op. Cit.

<sup>375</sup> Partido Popular Democrático, atual Partido Social Democrata (PSD). Fundado em 6 de maio de 1974. Seus fundadores foram Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota. Passou a chamar-se Partido Social Democrata em 3 de outubro de 1976. É um partido de centro-direita.

<sup>376</sup> DA FOUNTOURA C.A. [Telegrama 2591] Op. Cit., f. 2.

<sup>377</sup> DA FOUNTOURA C.A. [Telegrama 2591] Ibidem, f.2.

<sup>378</sup> DA FOUNTOURA C.A. [Telegrama 2591] 23 de set. de 1975, Ibidem, f. 2

Brasília para notificar o governo de que Rui Machete havia sido nomeado Secretário de Estado da Emigração, “considerado líder da ala direitista do Partido Popular Democrático (PPD)” (*sic*). Essa nomeação, poderia trazer mudanças com relação à orientação do Partido Socialista.<sup>379</sup>

No início de outubro, o embaixador brasileiro solicita informações a Brasília sobre o resultado das negociações bilaterais a respeito da migração de portugueses e luso-angolanos de Portugal e Angola para o Brasil. Solicitava ainda instruções oficiais ao governo.<sup>380</sup>

As autoridades brasileiras eram lentas na atualização de seu embaixador quanto ao andamento das negociações para o aval à migração dos portugueses e daqueles que viveram na África. Carlos Alberto da Fontoura tomava conhecimento da questão através da imprensa luso-brasileira. Tais notícias eram esparsas e contraditórias. Solicita, então, o atendimento de suas consultas no telegrama 2672 e que fosse instruído sobre a orientação oficial brasileira, principalmente a respeito daqueles que desejavam fixar residência permanente, mas não tinham visto.<sup>381</sup>

O mesmo sucedia em relação a Ovídio de Melo em Luanda. Em suas memórias acerca do reconhecimento brasileiro da independência do novo país africano, abordou as verbas escassas e a precariedade material com a qual pôs a representação especial em funcionamento:

O pouco que pedíamos ao Itamaraty, em providências administrativas, era atendido com demora e imperfeitamente, sempre a medias. Nossos pedidos e sugestões pareciam cair nas moendas burocráticas usuais, na rotina dos trâmites entre divisões, departamentos, Secretaria Geral, Gabinete do Ministro, como se estivéssemos funcionando em condições normais e a prioridade da Representação fosse a mesma do antigo Consulado.<sup>382</sup>

A lentidão do Itamaraty nesses dois casos, está ligada ao desenvolvimento dos acontecimentos em Angola. A posição brasileira de reconhecer como governo aquele movimento que estivesse em Luanda na data da independência, deixou o governo de Brasília numa posição

<sup>379</sup> DA FONTOURA, C.A. [Telegrama 2629], 29 de set. De 1975, Emigração Portuguesa para o Brasil, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>380</sup> DA FONTOURA, C.A. [Telegrama 2672] 3 out.1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 1f. Emigração portuguesa para o Brasil. Conversações luso-brasileiras, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>381</sup> DA FONTOURA, C.A. [Telegrama 2705], *Ibidem*, f. 2.

<sup>382</sup> MELO, O. de A. *Ibidem*, p. 39.

delicada após a conquista da capital pelo MPLA. Pelo posicionamento do Brasil, no sistema geopolítico internacional, era melhor se a FNLA assumisse o governo do país como fica atestado em correspondência trocada entre Ítalo Zappa<sup>383</sup> e Azeredo da Silveira:

Nossa posição de estreita não-intervenção nos assuntos internos de Angola – posição que manteremos – não nos levará a qualquer apoio ostensivo a qualquer dos três movimentos, mas não me impede tão pouco de acreditar que, seja para o Brasil, seja para o universo ocidental, a que pertencemos, uma eventual derrocada do MPLA no confronto com a aliança FNLA/UNITA seja uma solução melhor do que o prevalecimento puro e simples do MPLA, de notória orientação marxista.<sup>384</sup>

Na concepção de Ovídio de Melo:

Na verdade, como um todo, o Itamaraty não estava preparado para enfrentar aquelas novas circunstâncias, nem para instrumentar-nos na execução de uma nova política traçada nas alturas da Presidência e do Gabinete do ministro. (...) O mínimo que o Itamaraty poderia ter feito para ajudar-nos (...) teria sido criar uma força-tarefa interdepartamental, dedicada a apressar a solução dos problemas logísticos e administrativos da Representação Especial. Como isto não foi feito, durante todo aquele período, foi com muita falta de pessoal, com recursos muito reduzidos, com riscos aumentados que tivemos de levar às costas a Representação Especial.<sup>385</sup>

É possível afirmar, que a demora da administração Geisel em responder às demandas estava diretamente ligada ao avançar dos acontecimentos. Esses tomaram rumos não esperados. A tomada de decisões demandava análises da conjuntura. A nova diretriz da política externa brasileira para a África, pelo que a documentação nos mostra, deixou o governo em uma posição difícil, mas os compromissos assumidos tornavam um recuo algo impossível de ser empreendido. Para tornar a questão ainda mais delicada, havia a tentativa de manutenção das relações bilaterais por parte do governo de Portugal e a aproximação do CIME, para que o Brasil recebesse parte da população que deixava a África. Êxodo esse, a respeito do qual, como vimos, o MPLA, na figura de seu presidente Agostinho Neto, manifestava-se contrariamente. Apesar de todos os obstáculos, da demora e das tensões que o processo de migração para o Brasil implicava, o fato é que a aproximação com a África, sobretudo a de expressão portuguesa, principalmente Angola, deu-se

<sup>383</sup> Ítalo Zappa – Diplomata brasileiro seguidor dos princípios da Política Externa Independente. Chefe do Departamento de África, Ásia e Oceania no Ministério das Relações Exteriores no período estudado. Era favorável à aproximação do Brasil com as ex-colônias portuguesas na África.

<sup>384</sup> SILVEIRA, A.F.A. da. Particular para o ministro Italo Zappa, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, I-41, AAS mre/rb 74.08.19, f. 1.

<sup>385</sup> MELO, O.de A. Ibidem, p. 39.

em uma conjuntura de dificuldades internas e externas. Estas estavam encerrando o "milagre brasileiro" e estavam nos bastidores da montagem do projeto governamental do novo presidente. A crise do petróleo de 1973, deixou este país em dificuldades econômicas pois, na época, o Brasil produzia apenas 28% do petróleo que consumia. Tal fato levou o novo governo a repensar a ênfase no bilateralismo diplomático. Este deveria ser substituído por uma aproximação com os países do Terceiro Mundo, surgido na Conferência de Bandung e completado com a descolonização da África. Assim, o país teria um leque mais amplo de possibilidades oferecidas pelo mercado internacional. Tal revisão implicava uma reavaliação das alianças e da postura estatal frente à nova conjuntura do sistema internacional.<sup>386</sup>

Esta, entretanto, não era aceita por setores dentre os militares e civis que participavam do processo decisório e garantiam a sustentação política do regime. Esses grupos tinham a tendência de rejeitar qualquer política que parecesse não alinhada ou antiocidental. O reconhecimento do governo independente de Angola levou o país a ter destaque internacional. Apesar de ter reconhecido a independência da Guiné-Bissau em julho de 1974, antes mesmo de Portugal, o caso angolano era caracterizado por circunstâncias graves. A aposta no MPLA levou à mudança da visão africana com relação ao Brasil, após este movimento ter alcançado a vitória frente a seus oponentes. Se, antes, a imagem brasileira estava ligada ao apoio ao Estado Novo Português e à África do Sul, a partir de então estaria associada à oposição ao Apartheid, ocorrendo assim, uma ruptura, com os interesses econômicos na linha de frente das relações estabelecidas. Isso porque, segundo o que se acreditava, aproximando-se da África, o Brasil teria acesso a um mercado "que se acreditava de grandes potencialidades". Angola, mais especificamente, era um território rico em matérias-primas vegetais e minerais, sobretudo, o petróleo.<sup>387</sup>

No primeiro momento, o aspecto político estava em evidência, pois o novo país africano nascia governado por um movimento de inspiração marxista-leninista. Daí em diante, a política externa brasileira se choca frontalmente com a política estadunidense. Estes apoiaram financeiramente a FNLA de Holden Roberto. Na decisão brasileira, pesaram a recuperação de um passado marcado pela alienação frente ao colonialismo e a primazia ao binômio "desenvolvimento e segurança". Além disso, com a desagregação do império ultramarino e a

---

<sup>386</sup> GONÇALVES, W.; MIYAMOTO, S. Os militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n.12, 1993, p. 229.

<sup>387</sup> GONÇALVES, W.; MIYAMOTO, S. Op. Cit., p. 230-232.



crise que assolava Portugal, a administração Geisel entendia surgirem as condições para que o país assumisse a liderança entre os países de expressão portuguesa.<sup>388</sup>

A decisão do reconhecimento da independência angolana não foi, entretanto, automática. A posição do Brasil quanto à descolonização dos territórios africanos foi historicamente ambígua. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o país adotava políticas contraditórias a esse respeito. Foi a queda do Estado Novo, em 25 de Abril de 1974, que fez com que o país mudasse seu posicionamento. Devido ao histórico suporte ao colonialismo português, "seria preciso", diz Letícia Pinheiro, "que o Brasil fizesse mais do que seguir o novo posicionamento de Portugal para redimir-se junto às lideranças africanas (...)". Assim, como forma de marcar uma postura autônoma, Brasília reconhece a independência da Guiné-Bissau em 18 de julho de 1974, dias antes do reconhecimento português.<sup>389</sup>

Ainda em 1974, Ítalo Zappa viajou à África e sua missão era garantir o reconhecimento da independência desses países, "não importava quem estivesse à frente, dessa forma, recusando-se a comprometer-se com quem quer que fosse".<sup>390</sup> Neste momento, segundo Ovídio de Melo, Brasília resolve adotar a política de "ao vencedor as batatas".<sup>391</sup> Buscava-se um entendimento com os países, independente do regime político adotado. Como vimos, o fato de que o MPLA havia conquistado Luanda, deixou o Brasil em uma, para dizer o mínimo, difícil posição. Afinal, como lembra Letícia Pinheiro, embora o Pragmatismo Responsável não fosse determinado por alinhamentos automáticos, não quer dizer que seria formulado "sem levar em conta os vínculos do país com o bloco ocidental".<sup>392</sup>

No momento da visita de Zappa à África, o MPLA se encontrava em uma posição de inferioridade numérica. Não havia, ainda, garantias de que o movimento conquistaria a capital. Declarações como a de Ítalo Zappa, entretanto, tornaram impossível ao país voltar atrás quando se percebeu que Angola seria declarada independente sob um governo de inspiração socialista. Além disso, se o país desejava estabelecer boas relações com os demais países de expressão portuguesa, sobretudo com Moçambique, "era necessário" que o país "adotasse um comportamento exemplar com relação ao processo de independência de Angola". O

---

<sup>388</sup> GONÇALVES, W.; MIYAMOTO, S. *Ibidem*, p. 232.

<sup>389</sup> PINHEIRO, L. "Ao vencedor as batatas": o reconhecimento da independência de Angola, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, jan./jun. 2007, p. 93.

<sup>390</sup> PINHEIRO, L. *Op. Cit.*, p. 95.

<sup>391</sup> PINHEIRO, L. *Ibidem*, p. 95.

<sup>392</sup> PINHEIRO, L. *Ibidem*, p. 97.

estabelecimento de relações diplomáticas com Moçambique só se deu no dia 6 de novembro de 1975.<sup>393</sup>

Para Ovídio de Melo, que travou contato com os três movimentos rivais, aquele com mais preparo, embora, em uma dada conjuntura, com poucas chances de chegar ao poder, era o MPLA. Opinião semelhante tinham o almirante Leonel Cardoso, último dos alto comissários portugueses, agentes da Agência Central de Inteligência estadunidense, CIA, e diplomatas norte-americanos que haviam servido em Luanda.<sup>394</sup> Há, entre os interlocutores ouvidos, quem tenha a mesma percepção:

O movimento mais, vamos lá, que reunia mais condições de governar Angola e que pegava Angola toda era o MPLA mesmo. Eu acho que tinha que representar Angola. Porque os outros, a FNLA, que era pró americana era só aqueles que começou (*sic*) a guerra no norte. Eles eram tribalistas ao máximo. Só daquele grupinho que começou a guerra em 61. Pra eles aquilo ali tava bom. E Savimbi era um oportunista, né? Começou a guerra lá no sul, trabalhou para Portugal. Durante muito tempo serviu de tampão, Portugal usou ele para guerrear com os outros. Alimentava ele com armas. Depois se virou contra.<sup>395</sup>

Outra questão a ser considerada eram as alianças políticas de cada grupo que almejava o poder no cenário internacional. A posição brasileira com relação ao MPLA deveria levar diferentes fatores em conta: o apoio cubano e o receio de que o regime castrista conseguisse uma base na costa, oposta ao território brasileiro, o controle sobre o enclave de Cabinda, riquíssimo em petróleo, afinal, o impacto da crise de 1973 no país foi fator fundamental para as mudanças na política brasileira quanto à descolonização na África. Os planos brasileiros para explorar o petróleo angolano datavam de quando o então presidente Geisel estava à frente da Petrobrás. Logo, a posição final do Brasil em favor do movimento encabeçado por Agostinho Neto, manteve-se com o desdobramento na guerra civil.<sup>396</sup> A conjuntura era, portanto, bastante complexa. Havia muitos fatores a serem considerados. Fatores estes, que pelo menos para o Brasil, tornaram aquele momento da guerra fria bem diferente de um simples embate ideológico, apesar de setores mais rígidos entre os militares e entre os civis que sustentavam o regime não perceberem tal fato. Os portugueses e luso-angolanos chegaram ao Brasil, maciçamente, no ano

<sup>393</sup> PINHEIRO, L. *Ibidem*, p. 95-96.

<sup>394</sup> PINHEIRO, L. *Ibidem*, p. 97.

<sup>395</sup> Entrevista com Nelson, Montes Claros, 12 de outubro de 2012.

<sup>396</sup> PINHEIRO, L. *Ibidem*, p. 98

de 1975. Há, entretanto quem tenha chegado em Dezembro de 1974. Migrantes continuaram chegando até 1977.

## Capítulo 3

### A chegada ao Brasil

#### 3.1. O acolhimento da rede familiar

A escolha do país como destino final obedeceu diferentes critérios. Entre eles estão uma rede de parentesco já instalada, a mesma língua, questões de fundo ideológico, que se materializavam na oposição ao processo revolucionário pelo qual passava Portugal, questões econômicas e um projeto de viver em um lugar com afinidades com sua cultura de origem.

Henrique, por exemplo, chegou no Brasil em 20 de Dezembro de 1974. Veio de avião da cidade do Huambo, juntamente com sua mulher, brasileira, e os dois filhos, ambos nascidos na África. Ao chegar, instalou-se no bairro da Tijuca.<sup>397</sup> Carlos e sua família chegaram em um avião da Varig no dia 23 de Junho de 1975.<sup>398</sup> Seu pai, Bruno, tinha irmãos residindo no Brasil. Vieram junto com outros parentes que se dirigiram para São Paulo, enquanto sua família ficou no Rio de Janeiro. Estabeleceram-se em Campo Grande, onde residia seu tio e onde residem até os dias atuais.<sup>399</sup> A decisão pelo Brasil teve, além de fatores como a língua e as relações de parentesco, a questão econômica como determinante, pois não desejavam retornar à realidade de pobreza no campo, que deixaram quando migraram para Angola. Tendo recursos para comprar a passagem, não precisaram do auxílio da Cruz Vermelha Internacional. Esta os levaria para Portugal:

ele não queria voltar pra Portugal, (...) voltar pra lá pra fazer o quê? Pra fazer o quê? Pra voltar pro moinho? Não tinha esse propósito, se ele saiu de lá pra melhorar ele ia voltar pra lá pra quê? Como a gente, como ele tinha os recursos nós viemos pro Brasil. Por quê? Por que ele escolheu o Brasil? De novo pela facilidade da língua né? Como em Angola também, né? Aqui, ele já tinha três irmãos.<sup>400</sup>

As falas de Carlos e Henrique podem ser encaradas como um exemplo do que caracteriza o

<sup>397</sup> SPMAF/RJ R.E 1197078. ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Coordenação de Documentos Escritos. Setor de Documentos Administrativos e Legislativos. Serviço de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras.

<sup>398</sup> SPMAF/RJ RE 1303983. ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Coordenação de Documentos Escritos. Setor de Documentos Administrativos e Legislativos. Serviço de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras.

<sup>399</sup> Entrevista com Carlos, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2012.

<sup>400</sup> Entrevista com Carlos, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2012.

campo da história oral, segundo a interpretação de Alessandro Portelli. O historiador italiano chama a atenção para a interatividade entre os “fatos” do historiador e as “representações” dos antropólogos. Aponta que ambos coexistem. Dessa forma, estamos diante das representações, das reconstituições pessoais do êxodo e das escolhas de destino, ou como define Portelli “fatos reconstituídos”.<sup>401</sup>

Carlos salientou a ligação entre a chegada, o acolhimento por membros da família e o encontro de trabalho. Sua narrativa permite perceber como relações de parentesco e de trabalho se misturavam. O tio de Carlos tinha uma confortável situação financeira. Isso permitiu a ele montar uma granja onde a cunhada trabalhava e a família passou a morar:

a minha mãe trabalhava numa granja, que esse irmão dele montou quando nós chegamos aqui. (...). Ele comprou uma granja aqui perto e tinha produção de ovos e de frango de corte. Quem tomava mais conta era minha mãe, ficava lá. Tinha casa, a gente morava numa casa que era lá nessa granja e tinha esses galpões de frangos.<sup>402</sup>

Os recém-chegados, na sua maioria, não tinham recursos nem lugar para ficar em um primeiro momento. Uma vez sendo acolhidos, em troca da hospedagem, Carlos contou que o pai trabalhou dois anos e meio para o irmão. Após esse tempo, a família comprou um comércio:

(...) ele fazia os blocos, aí meu tio comprou um caminhãozinho também para ir buscar areia, tá. Ele ia pro – porque a areia era tirada em Minas, aquele buraco que eles fazem pra tirar areia lavada e no Rio. Então ele ia com o caminhãozinho, eles enchiam o caminhãozinho, eles chegavam aqui, quem descarregava o caminhão era ele sozinho, ele e eu né, que eu ajudava também né.<sup>403</sup>

Paralelamente a essas atividades, Bruno, pai de Carlos exerceu atividades econômicas informais: fazendo lotada em uma kombi, vendendo laranja ou frango. Seu pai comprava as laranjas no CEASA:

Eu ia na, eu ia no CEASA, comprava ali caixas de laranja. Aí os caras que eram do morro perguntaram se eu queria que carregassem a laranja pra trazer as caixas. Aí saía ali do rio morto, aqui no bairro dava a volta e ia pra lá na carioca.<sup>404</sup>

---

<sup>401</sup> PORTELLI, A. Op. Cit., p. 111.

<sup>402</sup> Entrevista com Carlos, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2012.

<sup>403</sup> Ibidem..

<sup>404</sup> Entrevista com Bruno, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2010.

Experiência parecida viveu a família de Catarina. A família chegou no dia 12 de Março de 1976.<sup>405</sup> Ela também tinha um tio paterno no Rio de Janeiro, que convenceu seu pai a vir para o Brasil quando já estavam na África do Sul. O tio, que imigrou para o Brasil anos antes, veio inicialmente passar férias, resolvendo aqui permanecer. Corresponderam-se enquanto a família de Catarina estava na África do Sul. Como a situação na África do Sul era incerta e em Portugal a recepção era-lhes desfavorável, o Brasil parecia-lhes uma opção plausível. Mas, a decisão não foi tomada sem um período de indecisão. O mesmo idioma, a propaganda sobre o país em Angola, e o fato de ter um familiar já instalado com uma rede de relações já consolidada pesou na decisão.

o meu pai ainda estava indeciso. Não sabia se ia pra Portugal ou se vínhamos pra cá ou se fôssemos para um país da Europa, né. Ou ficar mesmo lá na África do Sul. (...) Porque pouco a gente conhecia do Brasil a não ser em revistas, cinemas, que era onde o meu tio quis conhecer, porque toda vez que se ia ao cinema tínhamos um documentário, né que falava sobre, davam os comerciais, as propagandas, né e davam também um documentarizinho. Então pegava a falar sempre do Brasil, do Rio de Janeiro, da língua portuguesa, das praias, tudinho, então isso encantava também.<sup>406</sup>

Quanto a questão do emprego, o projeto da família era ter um restaurante em que todos fossem trabalhar. Seu tio, em Angola, era proprietário de um estabelecimento comercial que continha pastelaria, cervejaria e restaurante. Quando decidiu ficar no Brasil, foi trabalhar no mesmo ramo. Travou conhecimento com pessoas do ramo imobiliário que lidavam com aluguel de espaços comerciais. Estas foram apresentadas ao pai de Catarina quando chegaram. Foi através desse contato que sua família conseguiu o primeiro lugar de moradia.

(...) então foi ele que levou meu pai a essa imobiliária de restaurantes pra ver se ele conseguia lá alguma coisa para ver se ele começar num emprego, trabalhar ou por conta própria assim. Então meu pai, então conheceu o seu Armênio. aí. E esse senhor tinha um apartamento aqui na Riachuelo vago e ofereceu ele para nós porque como estávamos sempre hospedados em hotel e a gastar dinheiro todos os dias pagar sempre diária ele ofereceu um apartamento aqui, quitinete, na rua do Riachuelo para nós, para nós irmos para ali morar.<sup>407</sup>

Percebe-se que, nesse caso, as relações pessoais travadas por familiares foram determinantes na facilidade inicial de acolhimento. Seu tio e seu pai chegaram a ter um

<sup>405</sup> SPMAF/RJ RE 1306. 316. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Setor de Documentos Administrativos e Legislativos. Serviço de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras.

<sup>406</sup> Entrevista com Catarina, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

<sup>407</sup> Op. Cit.

restaurante em sociedade. Cada um tinha 50 % do negócio. Devido à questões administrativas, com o tempo a sociedade se desfez.<sup>408</sup> A mãe de Catarina, Lúcia, ao falar dessa questão deixa transparecer tensões entre o cunhado e seu marido. Esta tendo sido a principal razão para o negócio familiar não ter progredido. Este é um outro caso de como as relações familiares se mesclam com questões econômicas na chegada. Lúcia, frisou que nunca deixou de trabalhar. A experiência da migração está assim associada ao trabalho, ao empenho, mas ao mesmo tempo, este tem como pano de fundo o confisco do dinheiro em Angola pelo governo provisório:

Trabalhei muito. Ainda hoje tem angolanos que estão por aí, quando eles vieram quando eles me viram diziam aos outros colegas: “Olha, esta foi uma guerreira, esta veio de Angola e hoje ta aqui e continua na mesma trabalhando. Se não fosse isso, o que que eu ia fazer? O nosso dinheiro ficou todo lá confiscado.”<sup>409</sup>

Apesar dos desejos, projetos e ambições serem diferentes no tocante a escolha do Brasil como terra de acolhida, todos eles passaram a estar na condição de imigrante. Como procuraremos mostrar nesse capítulo, essa imigração portuguesa e luso-angolana teve, se levarmos em consideração a teoria de Abdelmalek Sayad (2006), um caráter *sui generis*. Isto porque, para uma parcela significativa desse grupo, o caráter da imigração não era já de início provisório, como boa parte dos teóricos da imigração tendem a privilegiar, e sim definitivo. Havia um projeto de fixação e de reconstrução de suas vidas. Quanto à sociedade que os recebeu houve, por diferentes razões, um esforço oficial para transformar o caráter também inicialmente provisório em definitivo.

No que se refere ao incentivo governamental do país que recebe os imigrantes, este, para Sayad, se dá baseado em duas coisas: “vantagens” e “custos” em diferentes aspectos, não apenas econômico. A imigração e os imigrantes:

só têm sentido e razão de ser se o quadro duplo erigido com o fim de contabilizar os “custos” e os “lucros” apresentar um saldo positivo – idealmente, a imigração deveria comportar apenas “vantagens” e, no limite, nenhum “custo”<sup>410</sup>

No caso em questão, o que se verificou foi semelhante a essa situação prevista pelo autor,

---

<sup>408</sup> Ibidem.

<sup>409</sup> Entrevista com Lucia, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

<sup>410</sup> SAYAD, A. Op. Cit., p. 50.

visto que, em grande parte, a mão-de-obra que chegava era especializada e em alguns casos, oferecia seus préstimos diretamente ao governo brasileiro, como veremos. Assim sendo, da perspectiva do governo militar, não seria de todo ruim aceitar essa mão-de-obra. Havia, entretanto, o risco real de estremecimento das relações com Portugal que, passando por um processo revolucionário, temia a perda de mão-de-obra qualificada por questões políticas e/ou econômicas, por um lado, e com Angola, pois o país perdia progressivamente mão-de-obra qualificada, como vimos.

Alice teve o auxílio do tio e padrinho, com quem se correspondia regularmente. A relação aqui, mais uma vez, passa pela conexão familiar. Os contatos entre ambos foram feitos por carta, pois ela estava em Portugal mas, devido a dificuldades, preferiu mudar-se. Chegou aqui em 1977.

(...) porque eu cheguei aqui em maio/abril de 77. Aí eu tinha familiares aqui, que já estavam aqui no Brasil, tinha três tios, tinha primos, tinha tudo aqui no Brasil, já estavam aqui no Brasil. Tinha o irmão da minha mãe, tinha mais três tias da família do meu pai, tinha aqui. Eu tinha aqui o irmão da minha mãe, que eu me correspondia com ele.<sup>411</sup>

Alice, conta como foi o processo para tirar seus documentos de permanência:

Fui numa mulher tirar a documentação, enfrentava aquelas filas quilométricas, tinha que tirar a vacina (...) Consegui a minha carteira de identidade e consegui a minha carteira de estrangeiro. Primeiro nós temos a carteira de estrangeiro. Foi com a carteira de estrangeiro que eu consegui. Em seis meses eu tinha a documentação toda na mão. Porque eu ia pra lá batalhava, xingava, depois dizia: “eu preciso trabalhar, as pessoas querem trabalhar, não tem lugar? (Eles pediam a minha profissão, entendeu?)<sup>412</sup>

Apesar de contar com o apoio do padrinho na chegada, não teve sua ajuda para conseguir trabalho. Tendo apenas o liceu (o equivalente ao ensino médio) como grau de formação, conseguiu trabalhar sem carteira assinada quando chegou, enquanto tirava os documentos. Tendo sido demitida meses depois, seu segundo trabalho foi conseguido através de uma agência de empregos no Centro do Rio, na rua México.

Eu fui lá e eles me empregaram. Disseram “olha, eu tenho um emprego aí, mas ele não assina carteira”. Eu: “Ah, tá bom, eu quero dinheiro, não (importa?) que não assina carteira. Aí eu fui trabalhar nas Nações Unidas, ali perto na rua México. Aí fui parar lá.

<sup>411</sup> Entrevista com Alice, Rio de Janeiro, 31 de março de 2011.

<sup>412</sup> Op. Cit.



Aí tinha uma pessoa que estava de licença maternidade, que lá chamam, aí falaram “você vai ficar substituindo aqui durante três meses da licença maternidade”. (...) Trabalhei nas Nações Unidas durante 24 anos. Saí em 1999 porque ... uma série de questões, tá.<sup>413</sup>

Agências de emprego foram um importante recurso utilizado pelos recém-chegados para obter trabalho, além do auxílio de instituições ligadas à comunidade portuguesa no Rio de Janeiro.<sup>414</sup> Cabe aqui um parêntese a respeito da situação da economia brasileira, visto que mais de um informante relatou ter sido fácil conseguir trabalho. Segundo uma personalidade de destaque da comunidade portuguesa no Brasil que tivemos a oportunidade de entrevistar, Rafael, como vamos chama-lo:

Naquele tempo, o Brasil passava em termos econômicos por uma fase muito, muito positiva e não foi difícil, digamos, não foi tão difícil quanto seria em outros, em outras épocas a obtenção de emprego para essa gente que chegava.<sup>415</sup>

Estas falas nos inserem numa questão central no que se refere à imigração: o trabalho. Novamente, o caso é *sui generis*, destoando do que aponta Sayad (2006) como um incentivo à imigração, ou seja, o preenchimento de vagas de “trabalhos para imigrantes”:

Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou o empurra para o não-ser. E esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui e no lugar em que lhe é atribuído: trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes para trabalhos que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes (...). Afinal, um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele.<sup>416</sup>

Nelson deixou que os acontecimentos o conduzissem. Chegou no Brasil em abril de 1976. Chegou em Maceió, onde tem amigos. Ficou nessa cidade do nordeste durante um mês. Segundo ele, sua chegada ao Brasil não foi planejada. Como o momento era incerto, convulsivo, as pessoas eram levadas a irem cada hora para um lugar:

---

<sup>413</sup> Ibidem.

<sup>414</sup> RECEPÇÃO especial, Veja, Ibidem., p. 29.

<sup>415</sup> Entrevista com Rafael – Economista português. Membro ativo da comunidade portuguesa no Brasil, Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 2012.

<sup>416</sup> SAYAD, A. Ibidem, p. 55.

(...) Realmente não foi uma decisão. É, as coisas foram acontecendo (...) como é que diz, sem, sem muita preparação, sem muita é...é...as coisas corriam muito rápido e nunca houve uma preparação para vir para o Brasil, para ir para Portugal, para ir para qualquer lado. A gente vivia um momento político convulsivo (...) houve amigos meus que vieram para o Brasil, que tinham pessoas conhecidas aqui e me disseram para ir também. Eu acabei vindo para o Brasil. Eu sozinho. Não de lá. Passei em Portugal e de Portugal e vim para o Brasil. Assim de um momento pra outro não é. (...) Agora é preciso dizer que eu fiz tudo isso dentro de um espírito ainda da juventude. Pra mim era tudo festa. Não foi assim traumatizante não.<sup>417</sup>

O final dessa fala de Nelson é interessante. O fato de dizer que “era tudo festa”, que a experiência não foi traumatizante, faz com que seja um caso à parte. Após um período no nordeste, muda-se para Belo Horizonte, onde tinha um tio. Seu parente residente no Brasil teve influência na sua escolha por Belo Horizonte após deixar Maceió. Conseguiu um emprego em uma empresa, mas a função deveria ser desempenhada em Montes Claros, norte do estado:

A minha família aqui ela não, não influenciou em nada né. Podia até ter influenciado, mas não influenciou. Influenciou no aspecto que eu vim parar em Belo Horizonte se não podia ter ido para São Paulo, podia ter ido para outro lugar. E de Belo Horizonte eu vim para Montes Claros porque arrumei emprego aqui em Montes Claros lá em Belo Horizonte né. Numa empresa aqui que a sede é em Belo Horizonte e me mandou pra' qui. E fiquei até hoje.<sup>418</sup>

Fernanda veio ao Brasil em abril de 1977 para se juntar a Nelson, seu marido, que havia chegado ao Brasil no ano anterior. Chegou com duas filhas. A mais velha nascida em Angola e a mais nova em Portugal.

A vinda (...) foi uma consequência (...) do Nelson não ter ficado em Angola, não é porque em Portugal não tinha como... naquela altura não tinha como se empregar. Então ele veio para o Brasil, consequentemente arrumou um emprego e seguiu o marido para o Brasil onde recomeçamos a vida.<sup>419</sup>

Assim sendo, as memórias evocadas pelas narrativas, aquilo que os informantes escolheram como relevante acerca da chegada são: o acolhimento de parentes, a exploração de sua força de trabalho, o apoio de pessoas apresentadas por parentes, a influência de amigos na escolha do país como destino final, a vivência anterior no país e, algo que recebe destaque por mais de uma vez:

<sup>417</sup> Entrevista com Nelson, Montes Claros, 12 de outubro de 2012.

<sup>418</sup> Op.Cit.

<sup>419</sup> Entrevista com Fernanda, Montes Claros, 13 de outubro de 2012.

o empenho pessoal no trabalho. Este se relaciona à superação de uma situação adversa: a saída, em fuga, de um país vivendo o início de uma longa guerra civil, onde muitos deixaram para trás tudo o que tinham.

### 3.2. Os migrantes sem rede de parentesco

Passaremos agora aos exemplos daqueles que chegaram e não tinham relações de parentesco estabelecidas. Esses casos ilustram como a opinião pública se portou diante da chegada desses imigrantes. Normalmente, a postura era de apoio manifestado de diferentes maneiras, uma delas era o empréstimo de apartamentos por um tempo determinado, semelhante ao que aconteceu com a família de Catarina e Lúcia.

Os que chegaram sem ajuda de parentes tiveram diferentes estratégias. Augusto é projetista. Ao chegar acompanhado da mãe, instalou-se num hotel. Esta, após um ou dois meses no Brasil, dirigiu-se a Portugal, assim como sua irmã.

Olha eu fui para um hotel. Um hotel no Flamengo, não conhecia, foi o motorista de táxi que me aconselhou a ficar no Flamengo, era mais ou menos no centro. (...) sem dinheiro para pagar o hotel, mas fiquei num hotel, não podia ficar na rua, não é? (...). No dia seguinte fui a procurar trabalho.<sup>420</sup>

Seu primeiro trabalho foi na empresa Transcon S. A. (hoje fechada), responsável pela construção dos viadutos da Ferrovia do Aço, em Carajás, no estado do Pará. Após conseguir o emprego, deixou o hotel e alugou uma casa. Quanto ao tratamento recebido, não apresentou motivo de queixa. O tratamento que recebeu foi sempre “cinco estrelas”: “Sempre, em todos os níveis, isso em todos os níveis tá. Tanto da pessoa comum, como do taxista, como do cara do ônibus, como uma repartição pública, não tenho razão de queixa nenhuma”.<sup>421</sup> Este é outro indicador do apoio da opinião pública à recepção dos imigrantes. Como ele outros, sem rede de parentesco, mas com situação financeira confortável, se alojaram em hotéis:

Espalhados pelos hotéis e pensões cariocas, os outros refugiados – de nível social e intelectual mais elevado – tinham ainda menos do que se queixar. Como os do clube, além do auxílio das organizações de imigrantes portugueses, podiam utilizar todo um esquema de facilidades burocráticas armado especialmente pelo Itamaraty, desde o início

<sup>420</sup> Entrevista com Augusto, Rio de Janeiro, 05 de junho de 2011.

<sup>421</sup> Ibidem.

da semana. Graças ao qual obtinham vistos de permanência em apenas cinco dias, quando o prazo para tramitação dos papéis é, normalmente, de 45.<sup>422</sup>

Outro exemplo é o que aconteceu com a família de Júlia. Esta chegou acompanhada não apenas do filho e do marido, mas também da irmã e de um sobrinho. No aeroporto do Galeão, havia uma equipe montada para indicar aos recém chegados como proceder:

Nós chegamos aqui num calor do cão, dia 11 de Fevereiro (de 1976) e vinha eu e essa minha irmã, o meu filho que tinha dois anos, a minha irmã tinha um neném de um ano e tava pra ganhar outro. Saímos do aeroporto e fomos mandados pra cá pelo governo, lá que nos mandou e pegamos um táxi.<sup>423</sup>

Logo na chegada, se depararam com diferenças de costumes. Seu primeiro contato na saída do aeroporto e na pensão em que se instalaram nos primeiros dias, deixou uma impressão negativa. Chegando com algum recurso, estabelece-se na Praça Mauá.

E a gente achava...não é dizer que aqui as pessoas todas elas sejam todas elas mal intencionadas, mas da minha parte, para nós que estávamos acostumadas a fazer grandes negócios só na palavra, o que aconteceu foi um desaforo. Falamos pro taxista “Olha, o senhor pode nos levar numa pensão?” Achávamos que as pensões aqui eram como em Angola, a gente ia pra uma pensão, tinha um quarto com uma cama limpinha, comia tudo bonitinho, “ou num hotel que seja baratinho, somos retornados de Angola e não temos dinheiro”. Trazia no bolso 800 dólares que era dinheiro sul africano. foi de uma pedra de diamante que eu vendi na África do Sul. E ele levou-nos...primeiro rodou conosco à rodo, né? Como rodou. Hoje a gente sabe o que é. Rodou, rodou, rodou, rodou e o meu marido, que não está acostumado, a gente não era leigo, não é? “Então, mas isto este lugar que o senhor fala é tão longe assim? Que cidade é esta que estamos aqui a rodar a mais de duas horas?” e ele (o taxista) disse assim, “não, mas é porque eu estou aqui para escolher os melhores caminhos”. Tá bom, para escolher os melhores caminhos. Levou-nos para a Praça Mauá, no Hotel Barão de Tefê. Um horror, e ficamos num quarto onde a gente podia ficar.<sup>424</sup>

Na chegada à pensão, a segunda impressão negativa. Dessa vez, as diferenças de linguagem causaram o estranhamento. Ao chegarem no hotel “eu liguei para a recepção para que pudessem baixar um pouco o ar refrigerado e nós aqui falamos “alô”, e nós lá falamos “está lá” e o cara que atendeu a gente começou a sacanear a gente, “Não está lá não, está aqui””.<sup>425</sup>

Júlia, ao chegar, começou fazendo diferentes trabalhos, como lavar, passar e costurar

<sup>422</sup> RECEPÇÃO especial, Ibidem., p. 29.

<sup>423</sup> Entrevista com Júlia, Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 2010.

<sup>424</sup> Op. Cit.

<sup>425</sup> Ibidem.

roupas: “quando eu cheguei aqui fui lavar roupa pra fora, levei muita roupa num carrinho de feira do Catumbi pra Laranjeiras”. Nossa, um monte! Mas por quê? Por que eu queria vencer”. Por trás disso estava o projeto de “vencer na vida”. Percebe-se pelas suas palavras, assim como nas de Alice e Lúcia, a noção típica dos imigrantes portugueses como trabalhadores disciplinados.<sup>426</sup> Depreende-se desses exemplos, que a memória construída por elas a respeito daquele momento de suas histórias de vida, como salienta Michael Pollack (1992), tem influência das preocupações do momento presente. A memória é, portanto, "um elemento constituinte dos sentimentos de identidade, tanto individual como coletiva". As histórias de vida contribuem para que possamos "avaliar os momentos de mudança, os momentos de transformação".<sup>427</sup> Assim sendo, mesmo dizendo que não se vê identificada com Portugal, país onde nasceu e de onde saiu pequena, Júlia demonstra no discurso ter esse traço tipicamente lusitano. De família rica em Angola, o pai era proprietário de três fazendas, por trás desse desejo de vencer, estava o inconformismo quanto a perda da riqueza da família. Sabia que a situação abastada do qual desfrutava não voltaria, mas

Eu queria ter pelo menos...o que eu tinha em Angola a gente não vai ter mais, não tem condição pra isso, mas pelo menos ter uma vida digna e dar tudo o que eu puder para o meu filho e para o outro que veio.<sup>428</sup>

Não tiveram auxílio da comunidade portuguesa. Seu marido conseguiu trabalho como motorista de caminhão através de desconhecidos. Como Augusto, o projetista que falamos anteriormente, o marido de Julia, Joaquim, se apresentava e perguntava onde podia conseguir emprego. Ambos os casos são indicativos de que, mesmo com toda a estrutura de recepção montada pela comunidade portuguesa, que veremos pormenorizadamente mais adiante, houve quem não fizesse uso das facilidades oferecidas. Não foi possível verificar a razão disso, posto que foi mantido silêncio sobre a questão. Estamos aqui novamente diante da questão da seletividade da memória, do que se escolhe lembrar e esquecer. Como bem lembra novamente

---

<sup>426</sup> A noção dos imigrantes portugueses que se veem como trabalhadores e por meio do trabalho árduo vencem na vida pode ser verificada, por exemplo, nos seguintes capítulos de livro: MENEZES, L.M. de. Jovens portugueses: Histórias de Trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracassos, In: GOMES, A. de C. (org.), Histórias de Imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 164-182 e NOGUEIRA, A.M.de M. No ritmo da banda: histórias da comunidade lusa da Ponta d'areia, In: GOMES, A. de C. (org.), Histórias de Imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p.183-206.

<sup>427</sup> POLLACK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 204 e 211.

<sup>428</sup> Entrevista com Júlia, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2010.

Pollack "a memória sofre flutuações que são função do momento em que ela está sendo expressa".<sup>429</sup> Sendo assim, ao nosso ver, para os entrevistados é mais significativo lembrar como conseguiram superar suas adversidades. Este é o fio condutor de suas histórias de vida que "devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais".<sup>430</sup>

Outra das informantes, Lorena, chegou ao Brasil acompanhada do marido e da filha. A família se dirigiu para Curitiba, mas antes teve uma breve passagem por São Paulo, onde tratou da documentação. Ao deixar Angola, comprou uma passagem só de vinda para o Brasil. Havia tomado a decisão de se radicar aqui. A decisão por Curitiba foi tomada depois de fazer pesquisas acerca do país, sobretudo para decidir em que cidade iria se instalar. Havia informações positivas a respeito do sul. Decidiu então se instalar na capital paranaense, onde continuou os estudos de medicina na Universidade Federal do Paraná. Pesou na decisão o fator da língua comum e dos estudos.

Mas naquela altura eu não conhecia o Brasil e me baseei no que as coisas internacionais diziam. (...) havia todo um elogio ao sul. Então, São Paulo era já uma cidade grande eu achei que era mais difícil educar uma criança (...), fiquei entre Curitiba e Florianópolis. Florianópolis as informações é que era uma cidade muito isolada, com poucas opções de trabalho não é e havia depois o problema da faculdade. As duas faculdades com mais nome lá fora eram duas de São Paulo e a faculdade do Paraná, aquela Universidade Federal do Paraná. Tinha um conceito muito alto e eu queria me formar numa universidade que fosse reconhecida internacionalmente, que tivesse renome internacional. Então ficou. Curitiba já se vendia muito bem lá fora, era uma cidade pequena eu tinha acesso a tudo, inclusive não tava longe da praia que eu adorava e tinha uma ótima faculdade. Eu já vim com bilhete para Curitiba com uma escala em São Paulo para fazer alguma documentação, algumas coisas assim.<sup>431</sup>

Além das questões acima apontadas, havia outras razões pela escolha do Brasil: a oposição à forma como estava sendo feita a descolonização e pode-se dizer, ao novo regime político vigente em Portugal e o desejo de não criar sua filha em um ambiente sociocultural muito distinto, pois, chegou a cogitar mudar-se para o Canadá para onde foram algumas colegas.

Naquele momento Portugal também tinha as universidades que não fecharam mas, em compensação, faziam passagem por passagem administrativa. A parte da esquerda que tomou conta, ela demitiu os professores, (...) não havia aulas, os alunos considerava-se

---

<sup>429</sup> POLLACK, M. Op. Cit., 1992, p. 204.

<sup>430</sup> POLLACK, M. Op. Cit., 1989, p. 13.

<sup>431</sup> Entrevista com Lorena, Rio de Janeiro, 03 de julho de 2011.

que não tinham culpa e então eles passavam no fim do ano com uma passagem administrativa. (...) Então, só por aí, eu já não iria pra Portugal. Essa causa não me interessava, pois havia todo um desgosto porque, afinal, de certa forma, o governo de Portugal naquele período foi cúmplice de uma descolonização catastrófica. Portugal até fez uma boa colonização em Angola, tem uma série de pontos positivos, mas a descolonização não foi. E isso nos revoltava naquela altura ainda ter que estar perto daqueles governantes. Eu considerei foi de ir para o Canadá. O Canadá naquela época até nos pagava para nós irmos pra lá. Ele estava ansioso pelo capital angolano que saía de Angola, porque naquela altura era tudo alto capital Angolano que estava a sair. (...) Eu não queria tirar a minha filha da cultura familiar dela. O Brasil apareceu-se pra mim como uma continuação da África. O Brasil também tinha a mesma mistura de cultura europeia e portuguesa com cultura africana mais o plus da cultura indígena, mas isso era um plus era mais ainda.<sup>432</sup>

Lorena já chegou ao Brasil com visto de permanência. Este foi tirado em Luanda no Consulado brasileiro.<sup>433</sup> Ambos, ela e o marido, encontravam-se dentro das especificações técnicas que interessavam ao governo brasileiro:

eu procurei o consulado brasileiro, eu era casada, meu marido formou-se lá, o pai dos meus da minha filha formou-se lá como engenheiro civil. Naquela altura o Brasil também tinha carência como o Canadá tinha de mão-de-obra qualificada. E nós nos achávamos, dentro da mão-de-obra qualificada, dentro dos recursos mais qualificados que interessavam ao Brasil. Então eles nos deram todos os vistos. Eu entrei legalmente no Brasil já de posse de todos os vistos. E trazendo todos os meus documentos. Nisso eu levantei meu acento de nascimento, acento de nascimento da minha filha, acento de casamento. Levantei os acentos, ou seja, levantei documento de acento, não foi certidão, foi mais do que certidão, pra poder registrar noutro lugar.<sup>434</sup>

Ao chegarem em Curitiba, procuraram uma pensão e foram em busca de trabalho. A outra tarefa era procurar resolver o problema das equivalências na universidade:

(...) fomos procurar trabalho, fui procurar uma equivalência de faculdade né com documentos (...) e meu marido é engenheiro civil ele teve emprego imediato. Eu também

---

<sup>432</sup> Op. Cit.

<sup>433</sup> Segundo noticiado pela edição do Jornal de Angola de 15 de maio de 1961 no dia 27 de Abril daquele ano, o Brasil instalava em Luanda o seu primeiro consulado em territórios ultramarinos portugueses. O Cônsul brasileiro chamava-se Frederico Carlos Carnaúba. Sua missão, segundo o jornal era “estreitar cada vez mais os laços de família que unem portugueses e brasileiros, chegando na hora própria, quando tanto nós portugueses como os nossos irmãos do outro lado do Atlântico, sentimos cada vez mais quanto pode valer no mundo de hoje a comunidade lusíada”. O texto da reportagem prossegue com alusões às impressões do diplomata sobre a capital e sua população, sobre um provável aumento do intercâmbio cultural entre Angola e Brasil, pois, segundo o cônsul é de conhecimento dos brasileiros que a música, a literatura, as artes plásticas e a arquitetura nacionais eram bem conhecidas do outro lado do atlântico. Houve em Luanda uma exposição cujo tema era Brasília. Revela também que as autoridades brasileiras através do Escritório Comercial do Brasil em Lisboa, pretendiam aumentar a divulgação da cultura brasileira através de programas radiofônicos.

<sup>434</sup> Entrevista com Lorena, Rio de Janeiro, 03 de julho de 2011.

comecei a trabalhar, eu tive mais dificuldade com equivalência. (...) ele como engenheiro civil foi logo trabalhar numa empresa muito conceituada lá não teve problema nenhum. Eu também não tive, de ninguém, simplesmente apresentando-se o currículo. (...) Sim, tínhamos equivalência de currículo, quando fiz equivalência fiz a parte do currículo apresentei com os documentos, fiz a parte legal, sem problema nenhum, mas como já vínhamos com visto de residência demos entrada logo com documentos todos e imediatamente tivemos os documentos de trabalho e começamos a trabalhar. Sem ajuda de ninguém, simplesmente se apresentando com a qualificação e com a experiência.<sup>435</sup>

Paulo, outro dos nossos informantes que, como vimos anteriormente, tinha uma oferta para trabalhar em uma empresa de navegação espanhola, mas optou por tentar se estabelecer no Brasil. Chegou de avião em 8 de novembro de 1975.<sup>436</sup>

Vim em novembro de 75, cheguei aqui numa sexta-feira. Segunda-feira (...) levei a carta e disseram: “você tinha que ter vindo uma semana antes. O lugar pra você aqui na empresa foi ocupado por um português também, vindo de Moçambique. Tem outra hipótese, no segundo andar, na superintendência, você venha amanhã para falar com o comandante”. Terça eu fui ao escritório fiz a entrevista com o comandante e ele me disse, “você está empregado, quando quer começar?”, eu disse “ Eu tenho que ir a Portugal, tenho que trazer a família, arranjar casa, então, 2 de janeiro de 76.” Tudo bem. Não se falou em salário e nem em nada.. nessa mesma terça-feira me mandou para o administrativo, que me encaminhou para o Itamaraty, (...) na sexta-feira eu regressei a Portugal, com carteira modelo 19....<sup>437</sup>

A carteira modelo 19, que permitia a um estrangeiro trabalhar no Brasil, era fornecida pelo governo através da força-tarefa, que foi criada para regularizar a situação dos imigrantes que já se encontravam em território brasileiro. Era composta por funcionários do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho.<sup>438</sup>

Antes que começasse a operar, o Movimento de Apoio ao Imigrante Português (MAEP), uma iniciativa de personalidades da comunidade portuguesa no país, criou um serviço jurídico para auxiliar os recém chegados a obter esse documento. Havia nove exigências para sua obtenção. O roteiro a ser seguido era tirar uma chapa de raio X e quatro fotografias 3X4 com data. Munido destes, do passaporte e de documentos de identificação, o migrante deveria preencher um formulário de solicitação de permanência. Deveria fazer parte da documentação uma ficha do Serviço Nacional de Tuberculose, laudo médico e comprovante de pagamento de

<sup>435</sup> Ibidem.

<sup>436</sup> SPMAF/RJ RE.1.302.452. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Setor de Documentos Administrativos e Legislativos. Serviço de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras.

<sup>437</sup> Entrevista com Paulo, Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 2011.

<sup>438</sup> IMIGRANTES têm ajuda no Rio, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 09, 29 set. 1975.



taxas no valor de Cr\$12,50. Quem não contasse com laudo médico, deveria se dirigir à seleção médica que emitia parecer sobre saúde de estrangeiros. Uma vez terminada a identificação policial, deveria-se procurar a unidade de registro para tirar o visto temporário e a carteira de trabalho. Uma vez de posse do exame clínico, deveriam partir para os exames laboratoriais. Com este resultado em mãos, tinha início o despacho final para tirar o visto de permanência. Duas cópias eram tiradas: uma seguiria para o Ministério das Relações Exteriores e a outra para a Polícia Federal. O prazo para a carteira de identidade ficar pronta era de dez dias. As informações a respeito dessa documentação, estavam sendo fornecidas na sede do MAEP, na Av. Beira Mar, 406 – e no Palácio do Itamarati, à Av. Marechal Floriano.<sup>439</sup>

O MAEP fez parte dos esforços de auxílio da comunidade portuguesa em arranjar colocação profissional para os imigrantes. Rafael nos relatou o papel da comunidade portuguesa naquela conjuntura. Segundo ele:

eu poderia dividir em dois segmentos: um foi digamos, liderado pela Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras com a participação das suas entidades federadas. Então, a Casa do Minho, a Casa da Vila da Feira, a Casa de Trás os Montes é, é, ligadas à Federação acolheram transitoriamente muitos desses emigrados à força que chegavam (...). Ao lado desse movimento, dessa iniciativa, havia uma mulher, houve uma mulher, ela hoje está em Lisboa, que se chamava Fernanda Pinto da Silva, que era uma empresaria no Brasil, muito amiga do Prefeito Negrão de Lima e do Roberto Marinho. Era uma portuguesa, uma empresaria portuguesa que teve é, digamos um forte papel na vida empresarial naquela altura e que instituiu para acolher os portugueses também um movimento chamado MAEP, que era Movimento de Assistência aos Emigrantes Portugueses. Esse MAEP também funcionou durante um ou dois anos digamos também com o objetivo de não só facilitar o acolhimento, como o que era mais importante também de obter o emprego para essa gente que chegava para eles começarem a realizar seus projetos de vida, que, chegavam de Angola, sobretudo, Moçambique, mas a maior parte era de Angola, eles chegavam com a roupa do corpo e algumas panelas que conseguiam à força manter dentro do avião. Não tinham mais nada. Então, na primeira fase as associações acolheram essa gente que não tinha dinheiro para pagar pensão na época e o MAEP, trabalhou também na assistência, sobretudo para abrir caminhos para o emprego.<sup>440</sup>

Essa passagem é muito esclarecedora e importante. Aborda questões que iremos ver detalhadamente mais adiante quando, através da análise da documentação encontrada em sua sede, nos dedicaremos detidamente ao papel desempenhado pela Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras. Por ora, é importante frisar os apoios que os imigrantes tiveram para regularizar sua condição no novo país.

<sup>439</sup> IMIGRANTES têm ajuda no Rio, Op. Cit., p. 9.

<sup>440</sup> Entrevista com Rafael, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2012.

O MAEP tinha, também, um escritório em São Paulo. Este divulgou os números do apoio que forneceu aos migrantes entre agosto e dezembro de 1975 no jornal da comunidade portuguesa em São Paulo *Voz de Portugal*, conforme mostram as tabelas 1, 2 e 3. Através da tabela 1, que contabiliza aqueles que chegaram ao Brasil, vindos de Portugal, percebe-se que foram quatro as ex-colônias lusas das quais chegaram migrantes: são elas Angola, Moçambique, Timor e Macau. Timor e Macau também aparecem como local de origem de migrantes. A tabela cobre o período de agosto a dezembro de 1975.

Percebe-se que Angola é, de longe, o local de origem da maior parte dos migrantes. Foram 480 em um total de 775 para o mês de agosto. Setembro e outubro viram um progressivo aumento com 580, de um total de 966 e 630, de um total de 1.006, respectivamente. Em novembro, o número de migrantes entrados no país cai para 537, num total de 885. Dezembro apresenta o menor número, 428 de um total de 716. As entradas de migrantes oriundos de Moçambique são quantitativamente bastante inferiores. Entre agosto e dezembro foram 85, 115, 130, 99 e 62, respectivamente. Aqui, novamente, setembro e outubro foram os meses de maior número de desembarques. De Macau e Timor o número de desembarques foi inexpressivo.

A tabela 2, por sua vez, trata do processo de acolhimento dos migrantes da descolonização e é focada no processo de busca de emprego. Através dela, é possível perceber o alcance das atividades do MAEP para que os recém chegados conseguissem uma colocação no mercado de trabalho. Por essa tabela, vê-se o alcance da atuação do movimento. Esta ia desde o auxílio para a obtenção de documentos, contato com firmas para colocação de migrantes, empréstimos, encaminhamento para exames médicos e atendimento no próprio aeroporto. Setembro foi o mês de maior procura por informação sobre documentos, enquanto agosto foi o mês que registrou a maior procura por empregos, seguido de perto por novembro. As ofertas de emprego foram maiores em agosto e novembro. Destaca-se também o número de encaminhamento a empregos, que se manteve praticamente constante até dezembro, quando o número teve uma queda. O número de atendimentos no aeroporto teve seu auge no mês de novembro. Quanto ao atendimento hospitalar, outubro e novembro foram os meses de maior registro. Essa tabela mostra o alcance dos contatos do movimento com a iniciativa privada local.

Na tabela 3, essa questão é reforçada ao se ver que além de encaminhamento a empregos foram feitas entrevistas e dados telefonemas e expedidas cartas de recomendação, assim como recebidas correspondências. Percebe-se que outubro e novembro foram os meses de pico da

expedição de cartas de recomendação, seguidos de dezembro e setembro, sendo agosto o mês de menor número de cartas expedidas. Levando-se em conta que o movimento foi criado pela iniciativa de uma empresária e que a opinião pública brasileira mostrava-se favorável à chegada desses migrantes, que houve iniciativas do governo federal para absorver mão-de-obra que já estava aqui instalada bem como da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, como será mostrado adiante, esses números mostram, mesmo que para o microcosmo de São Paulo, o amplo alcance de uma estrutura de suporte e uma rede de contatos entre a iniciativa privada.

|                                       | agosto | setembro | outubro | novembro | dezembro | Total |
|---------------------------------------|--------|----------|---------|----------|----------|-------|
| <b>Portugal (África via Portugal)</b> | 205    | 260      | 240     | 246      | 224      | 1.175 |
| <b>Angola</b>                         | 480    | 580      | 630     | 537      | 428      | 2.655 |
| <b>Moçambique</b>                     | 85     | 115      | 130     | 99       | 62       | 491   |
| <b>Macau</b>                          | 5      | 8        | 4       | 1        | -        | 18    |
| <b>Timor</b>                          | -      | 3        | 2       | 2        | 2        | 9     |
| <b>total</b>                          | 775    | 966      | 1.006   | 885      | 716      | 4.348 |

Tabela 1 – Emigração portuguesa África-Brasil. Dados relativos a processos de apoio no Brasil a emigrantes portugueses oriundos da África. Fonte: *Voz de Portugal*, 20 fev. 1976, n. 2.436, p. 09. (Disponível em: LOBO, E.M.L. *Imigração Portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 2001, p. 309).<sup>441</sup>

|                                     | agosto | setembro | outubro | novembro | dezembro | Total |
|-------------------------------------|--------|----------|---------|----------|----------|-------|
| <b>Informações sobre documentos</b> | 605    | 730      | 650     | 688      | 586      | 3.259 |
| <b>Procura de emprego</b>           | 750    | 650      | 470     | 748      | 683      | 3.301 |
| <b>Oferta de emprego</b>            | 350    | 220      | 130     | 404      | 258      | 1.362 |

<sup>441</sup> Os números apresentados nas tabelas 1, 2 e 3 foram transcritos tais como constam na fonte citada.

|                                   |     |     |     |     |     |       |
|-----------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| <b>Visitas de cortesia</b>        | 15  | 13  | 14  | 29  | 54  | 125   |
| <b>Pedidos de Empréstimos</b>     | 25  | 22  | 18  | 14  | 27  | 106   |
| <b>Encaminhamentos a empregos</b> | 410 | 450 | 420 | 473 | 334 | 2.087 |

Tabela 2 – Emigração portuguesa África-Brasil. Dados relativos a processos de apoio no Brasil a emigrantes portugueses oriundos da África (cont.) Fonte: Voz de Portugal, 20 fev. 1976, n. 2.436, p. 09. (Retirado de: LOBO, E.M.L. *Imigração Portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 2001, p. 309).

|                                       | <b>agosto</b> | <b>setembro</b> | <b>outubro</b> | <b>novembro</b> | <b>dezembro</b> | <b>total</b> |
|---------------------------------------|---------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|--------------|
| <b>Entrevistas Secretariado</b>       | 120           | 135             | 158            | 139             | 166             | 718          |
| <b>Entrevistas diretoria</b>          | 80            | 75              | 90             | 94              | 106             | 445          |
| <b>Entrevistas Externas</b>           | 30            | 28              | 35             | 43              | 41              | 177          |
| <b>Cartas de recomendação</b>         | 195           | 267             | 346            | 303             | 287             | 1.398        |
| <b>Correspondência expedida</b>       | 75            | 39              | 58             | 81              | 486             | 739          |
| <b>Correspondência recebida</b>       | 28            | 23              | 35             | 34              | 87              | 207          |
| <b>Correspondência para hospitais</b> | 12            | 15              | 9              | 23              | 54              | 113          |
| <b>Telefonemas de recomendações</b>   | 24            | 29              | 32             | 39              | 101             | 225          |
| <b>Notas à imprensa</b>               | 4             | 5               | 3              | 6               | 33              | 51           |
| <b>Atos de representação</b>          | 12            | 9               | 15             | 12              | 24              | 72           |
| <b>Total</b>                          | 580           | 625             | 781            | 774             | 1.385           | 4.145        |

Tabela 3 – Emigração portuguesa África-Brasil. Dados relativos a processos de apoio no

Brasil a emigrantes portugueses oriundos da África (cont.). Fonte: Voz de Portugal, 20 fev. 1976, n. 2.436, p. 09. (Retirado de: LOBO, E.M.L. *Imigração Portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 2001, p. 309).

O caso de Paulo e Bianca é semelhante ao caso da família de Catarina, no que se refere ao acolhimento. O apartamento em que foram morar assim que chegaram pertencia ao médico com quem Paulo fez seus exames logo que chegou. Durante a consulta, o médico indagou a razão dos exames. Após ouvir a história de Paulo e que este voltaria para Portugal para buscar a esposa e o filho, ofereceu um apartamento seu, que estava vazio, em Copacabana, para aluguel.

mas você não tem casa nem apartamento.. não vai alugar nada? Só quando chegar? Eu falei vou ficar num hotel baratinho (...) ele disse “não, você vai ficar num apartamento meu (...) aqui está meu cartão e o endereço (...)” .<sup>442</sup>

Retornou ao Rio de Janeiro em caráter definitivo em 8 de novembro de 1975.<sup>443</sup> Bianca, entretanto, desembarca no aeroporto do Galeão em 16 de dezembro de 1975.<sup>444</sup> Ficam no apartamento, uma quitinete, por cerca de quatro ou cinco meses. Depois, mudaram-se para um outro apartamento em Copacabana, na Avenida Atlântica. Como Paulo trabalhava, era de Bianca a função de procurar apartamento. Ao encontrar esse apartamento, como o aluguel estava acima de suas possibilidades, entraram em contato com a proprietária, que ao ouvir a história das circunstâncias da vinda da família aceitou reduzir o valor do aluguel entre trinta e quarenta por cento. Nesse apartamento, a família residiu por dez anos. Após este período, viveram por sete anos em Teresópolis. Após este tempo retornaram ao Rio de Janeiro. Hoje, moram na Barra da Tijuca.<sup>445</sup> Esse é mais um exemplo de que de uma forma geral a opinião pública era favorável à chegada dos migrantes ao menos os vários sinais de acolhimento indicam esse comportamento.

Como apontaram Zeila Demartini e Daniel Cunha, "as narrativas permitem verificar como os continentes se cruzaram na construção dessas memórias, construídas individual ou socialmente". Não importando o trajeto feito nas rotas de saída de Angola "os entrevistados

<sup>442</sup> Entrevista com Paulo, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2011.

<sup>443</sup> SPMAF/RJ RE 1302452, ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Setor de Documentos Administrativos e Legislativos. Serviço de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras.

<sup>444</sup> SPMAF/RJ RNE 1.302936 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Setor de Documentos Administrativos e Legislativos. Serviço de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras.

<sup>445</sup> Entrevista com Paulo, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2011.

fazem referências a esses lugares tão distantes, mas tão próximos quando pensam em suas vivências".<sup>446</sup> Tais questões nos fazem lembrar Luiz Felipe de Alencastro e sua tese da importância do Atlântico Sul e de suas redes nas quais assentava a economia do império português para a formação da sociedade brasileira. Assim como as rotas do século XVI e XVII, as rotas de fuga utilizadas pelos migrantes da descolonização acionam antigos portos do império português numa região do globo que já foi vital para sua sustentação.<sup>447</sup>

Com a fonte oral, diz Danièle Voldman, o historiador se vê diante “daquele que viveu”.<sup>448</sup> O historiador deve ainda ter em mente a singularidade de cada indivíduo. A história oral, segundo Paul Thompson, “lança vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação”.<sup>449</sup>

As histórias de vida de nossos informantes permitem que sejam percebidos o que Gilberto Velho denominou de projeto e campo de possibilidades. Os projetos estavam ligados à ideia de se estabelecerem em um país com uma estrutura sociocultural semelhante à da sociedade de origem. Esta escolha tinha como critério importante a língua nacional, não se levando em consideração, em um primeiro momento, as diferenças entre o português falado no Brasil e em Angola. A falta de uma rede de parentesco não era encarada como um impedimento para a escolha do país. O projeto foi, portanto, como o define Gilberto Velho:

uma dimensão racional e consciente, com as circunstâncias expressas no campo de possibilidades, inarredável dimensão sociocultural, constitutiva de modelos, paradigmas e mapas. Nessa dialética os indivíduos se fazem, são constituídos, feitos e refeitos, através de suas trajetórias existenciais.<sup>450</sup>

O projeto, portanto, nos leva ao conceito de biografia. Ao ouvirmos os relatos de vida desses imigrantes, optamos pelo mínimo possível de intervenções, permitindo assim que eles conduzissem a conversa. Para Pierre Bourdieu (2006), a biografia é uma construção da vida de um indivíduo. É uma narrativa escrita a partir de eventos por ele selecionados. O que há são

---

<sup>446</sup> DEMARTINI, Z de B.F.; CUNHA, D. de O. Os colonos da África Portuguesa sob o regime colonial e seu deslocamento para o Brasil no pós-independência, Cadernos CERU, série 2, v. 19, n.1, junho 2008, p. 123.

<sup>447</sup> ALENCASTRO, L.F. de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>448</sup> VOLDMAN, D. Definições e usos, In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. Ibidem, p. 33-40.

<sup>449</sup> THOMPSON, P. Op. Cit., p. 44.

<sup>450</sup> VELHO, G. Projeto e metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas, 3a. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 08.

escolhas de alguns acontecimentos em detrimento de outros. As biografias, para o autor, permitem pensar a vida do ponto de vista social. A história de vida, diz ele, “não é uma cadeia automática de experiências, cujo significado se cria no momento da sua articulação, mas sim um processo que ocorre simultaneamente contra o pano de fundo de uma estrutura de significação biográfica.”<sup>451</sup>

As entrevistas feitas, tendo por base o acima apontado, destacaram um amplo leque de questões relativas à vida em Angola, a crítica à condução do processo de descolonização, o êxodo e a receptividade da sociedade brasileira, a má recepção pela sociedade portuguesa. O recorte feito pelos interlocutores, no que tange ao êxodo, destaca as dificuldades enfrentadas, a insegurança que experimentaram nos últimos dias em Angola, bem como com o processo de saída. Da mesma forma, a mágoa com o tratamento dispensado em Portugal é contrastada com elogios aos brasileiros, tanto à sociedade quanto às atitudes do governo da época. Como veremos a seguir, as medidas do governo brasileiro foram tomadas segundo cálculos que tinham como prioridade o atendimento a interesses nacionais estratégicos. Os estrangeiros foram recebidos acolhidos tendo em vista seu potencial técnico e as medidas tomadas foram fruto de um processo vagaroso de negociação.

### **3.3. As medidas tomadas pelo governo brasileiro**

Durante o ano de 1975, as autoridades diplomáticas brasileiras estavam cientes de que estavam chegando imigrantes continuamente ao território nacional e que, até o final daquele ano este número poderia ser de milhares a depender do progresso do contexto político vivido nas ex-colônias africanas de Portugal e no próprio Portugal. Os portos de entrada seriam, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo.

Segundo Luiz Claudio Machado dos Santos, as relações com Portugal e, conseqüentemente, com suas antigas colônias africanas foram, como vimos anteriormente, o campo mais difícil de tentativa de implementação de uma política externa que acompanhasse a conjuntura internacional daquele período por parte do governo brasileiro. Historicamente, a posição brasileira era de suporte ao colonialismo português. E, embora Azeredo da Silveira defendesse que o intuito da nova política era corrigir a política externa brasileira se voltando para novos países africanos que

---

<sup>451</sup> BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica, In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. Ibidem, p.195.

viviam um processo de independência tardio, como vimos acima, o correto, é que foi a Revolução dos Cravos a criadora de uma distância política intransponível entre Lisboa e Brasília. Esta fez com que o Brasil mudasse as diretrizes históricas da sua política externa passando a apoiar a independência das então colônias africanas de Portugal.<sup>452</sup>

O consulado do Brasil em Luanda havia sido contatado para que emitisse vistos permanentes em passaportes e salvo-condutos. Raul Leite Ribeiro, diplomata brasileiro locado na embaixada em Lisboa que esteve envolvido nas conversações em Portugal para a recepção de migrantes da descolonização, foi informado de que a Aeronáutica concedeu a autorização para a realização de voos “Charter”. Pelos documentos consultados, fica-se sabendo também que o Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro havia sido advertido no sentido de enviar um de seus funcionários ao aeroporto do Galeão para a recepção àqueles voos “a fim de conceder passaportes aos portadores de salvo-condutos”. Arlindo Antônio Paulo, encarregado pelo governo do distrito do Huambo de tratar da migração direta de portugueses de Nova Lisboa para o Brasil, mostrou a Leite Ribeiro, moção que deveria ser endereçada ao Primeiro-Ministro português. Esta expunha toda a operação e solicitava autorização de transferência de US\$ 500,00 por imigrante. O diplomata pediu ao Ministério das Relações exteriores em Brasília a confirmação de algumas informações e assistência da repartição consular de Luanda na verificação do apoio informal de autoridades governamentais brasileiras. No dia 3 de outubro, o embaixador brasileiro em Lisboa, Carlos Alberto da Fontoura, comunica que a imprensa local noticiou ter chegado ao Rio de Janeiro um voo “charter” do qual desembarcaram 150 passageiros vindos diretamente de Nova Lisboa (atual Huambo).<sup>453</sup>

É nesse contexto que devem ser entendidas as medidas tomadas pelo governo brasileiro no apoio que veio a dar aos migrantes que chegaram. Prevendo que a fase da transferência de poder político poderia levar à saída em massa de pessoas dos territórios africanos, Azeredo da Silveira consulta o presidente Ernesto Geisel no sentido da criação de uma força-tarefa. As autoridades estavam cientes de que o país seria alvo de entrada considerável de migrantes.

---

<sup>452</sup> SANTOS, L.C.M. dos. *Ibidem*, p. 254.

<sup>453</sup> DA FONTOURA, C.A. [telegrama 2671] 3 Out.1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 1 f. Emigração Portuguesa procedente de Angola. Transporte (sic) de emigrantes de Nova Lisboa para o Rio de Janeiro, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.



1. Pelas condições prevaletentes em Portugal, Moçambique e Angola, tem chegado e continua a afluir ao Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo) grande número de portugueses, que, até o final do ano, poderá elevar-se a algumas dezenas de milhares, dependendo, principalmente, da evolução dos acontecimentos em Angola e em Portugal.

2. Por circunstâncias de emergência, pelo número de Repartições consulares brasileiras naquelas áreas e pelas limitadas disponibilidades de transporte, a grande maioria desembarca no Brasil sem visto consular, valendo-se da dispensa prevista na legislação vigente; requerer, em seguida, ao Departamento Federal de Justiça a transformação de seu "status" em permanência definitiva, processo que muitas vezes toma vários meses e do qual dependem o registro de estrangeiros, registro profissional, exercício de atividades remuneradas e prosseguimento de estudos, entre outros.

3. Embora a transformação ou reclassificação de vistos e a legalização de permanência sejam medidas contempladas pela legislação específica, não estão os serviços correspondentes dos órgãos federais competentes equipados para o atendimento do presente afluxo extraordinário desses casos, assim como não poderiam as três repartições consulares de carreira sediadas em Portugal e Angola contribuir para reduzir a proporções normais o número dos que aqui chegam sem vistos.<sup>454</sup>

A falta de coordenação nacional entre os órgãos competentes que se dedicam à imigração era um tema sobre o qual as autoridades brasileiras manifestavam preocupação.

4. A relativa carência de maior coordenação, no campo de iniciativas, entre os Órgãos federais competentes em matéria de imigração e de controle de estrangeiros, dificulta a adoção de medidas de salvaguarda de conveniências nacionais em áreas como as de segurança, saúde pública (em partes de Angola o cólera tem sido registrado com frequência), exercício de profissões regulamentadas; assim também impede tornar disponíveis a esses imigrantes os benefícios de uma aplicação coordenada de instrumentos já previstos na legislação, que minorariam os problemas do estágio inicial de sua radicação no Brasil, conduziria à sua melhor distribuição no território nacional - o que viria ao encontro do interesse já manifestado ao Itamaraty, em passado recente, por certos órgãos setoriais e regionais - e lhes criaria melhores condições de adequada assimilação.<sup>455</sup>

Por conta do grande afluxo de refugiados foi solicitada pelo então ministro das Relações Exteriores a criação de uma força-tarefa:

A natureza e dimensão especiais do problema de afluxo intensificado de portugueses parecem justificar medidas para retirar-se seu tratamento dos canais rotineiros da transformação de vistos e dos demais atos administrativos usuais, constituindo-se força-

<sup>454</sup> SILVEIRA, A.F.A da. Imigração Portuguesa. Coordenação dos serviços federais de visto, registro, legalização de permanência e encaminhamento à colocação, 21 de Agosto de 1975, f.1, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC/FGV, RF: AAS Emre rb 74.05.23, III-18 A1

<sup>455</sup> SILVEIRA, A. F. A. Op. Cit., f.2

tarefa “ad-hoc” e informal, sem ônus adicional para o Tesouro.<sup>456</sup>

Um telegrama datado de 18 de agosto de 1975 informa ao Ministério das Relações Exteriores a repercussão em Portugal das declarações do seu porta-voz quanto à provável concessão de visto de permanência para cerca de 15.000 portugueses vindos de Portugal, Angola e Moçambique. O embaixador brasileiro em Lisboa acreditava que tal declaração teria boa repercussão em Portugal por conta da conjuntura política, econômica e social.<sup>457</sup> Somemos a isso a avaliação do então ministro, de que a criação desse recurso traria positivas repercussões para o governo tanto na opinião pública, quanto na imprensa e entre a comunidade portuguesa.

Além da maior eficiência e de aceleração do fluxo de trabalho que a coordenação inter-setorial assegura, tal iniciativa é de molde a gerar excelente repercussão a opinião pública inclusive a colônia portuguesa, e na imprensa em geral. Como se dirigiria unicamente a portugueses que já se encontrem no Brasil, não teria, por outro lado, inconvenientes ou consequências negativas no plano político, seja com relação ao Governo português, seja com os Movimentos de libertação angolanos.<sup>458</sup>

Depreende-se, portanto que, ao fazer a proposta à presidência, Azeredo da Silveira tinha em mente objetivos estratégicos. Objetivos esses que visavam o atendimento dos interesses do Estado brasileiro com relação ao novo regime português e ao Estado angolano que surgia. Além, é claro, de colocar a opinião pública numa posição favorável ao governo. Da leitura do documento, ainda é possível perceber que o então ministro apontava que da situação então vigente poderiam resultar alguns problemas:

- b) incentivo à formação de diferentes tipos de aglutinações, suscetíveis de motivação e exploração perniciosas, para assistência e orientação a esses imigrantes;
- c) concentração de quase todo o contingente nos dois grandes centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro;
- d) possibilidade do surgimento de problemas agudos de natureza social e mesmo política.<sup>459</sup>

<sup>456</sup> SILVEIRA, A. F. A. da. *Ibidem*, f. 2 e 3.

<sup>457</sup> FONTOURA, C.A. da. *Imigração de Portugueses no Brasil. Declarações de Porta-Voz do MRE*, [Telegrama 2237], 18 Ago. 1975, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>458</sup> SILVEIRA, A. F. A. da. *Ibidem*, f. 3.

<sup>459</sup> SILVEIRA, A. F. A. da. *Ibidem*, f. 2.

Em 27 de agosto de 1975, Antônio Francisco Azeredo da Silveira recebe, em resposta a sua demanda um documento assinado por Golbery do Couto e Silva que o informava da aprovação da força-tarefa pelo então presidente Geisel no dia 22 daquele mês.<sup>460</sup> Sobre esta questão, Henrique identifica como solidária, na sua avaliação o governo brasileiro tomou iniciativas que faltaram ao governo de Lisboa:

Muitos chegaram sem documentos, sem nada. O Brasil foi muito solidário, recebeu bem muita gente. O Itamaraty constituiu uma espécie de comitê, uma comissão de recepção e de legalização dessas pessoas. Durante semanas e semanas filas de pessoas se formavam no antigo palácio do Itamaraty no Rio, tentando regularizar sua permanência, inclusive a minha mãe, os meus irmãos, amigos que ali estiveram. O governo brasileiro fez o que os governos revolucionários de Portugal não fizeram.<sup>461</sup>

Rafael é outro dos entrevistados que buscou frisar o gesto do governo brasileiro:

O governo brasileiro de então, que era o presidente da República, o general Geisel, (...), face ao, ao fluxo desses portugueses, vieram aos milhares, face às condições em que vinham em termos de não ter a autorização legal ainda, ter problemas da documentação, etc. E também, porém, sobretudo, aqueles que vinham das colônias, das antigas províncias ultramarinas, que chegavam é, digamos, em pânico. Eram dezenas de aviões que partiam de Luanda e Maputo, em Moçambique, então Lourenço Marques. Então ele criou no Itamaraty, um setor especial, que durou algum tempo, eu creio que cerca de um ano, em que as pessoas que chegavam, digamos, obtinham rapidamente (...) a documentação não só para estadia no país, uma permanência no país, o visto de permanência, como também lhes facultava a possibilidade de terem carteira de trabalho para poderem trabalhar no país de acolhimento. Então esse foi a grande, (...) gesto político do governo brasileiro da época para digamos, facilitar o acolhimento legal desses portugueses que foram muito mais evidentemente os que vieram (...) das colônias, porque (...) com o movimento emancipador da colônia eles ficaram em pânico. Muitos portugueses que estavam nas colônias ou vieram para Portugal ou vieram para o Brasil.<sup>462</sup>

Esse tema é importante, pois confirma questões relevantes a respeito daquela conjuntura. Em primeiro lugar, esclarece que o gesto do governo brasileiro foi balizado por questões políticas, com limites cuidadosamente traçados para não ferir as relações que se começava a construir com o novo Portugal e os novos países africanos, e também por uma motivação estratégica que buscava acolher quadros técnicos para o Brasil. Em segundo lugar, realça o pânico dos que chegavam a medida que se aproximava a data da independência.

A família de João foi influenciada por essas medidas na sua escolha. João chegou ao Brasil

<sup>460</sup> SILVA, G. do C. e. Confidencial Av. n. 765, 27 de agosto de 1975, 2 f., Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC/FGV, REF: AAS mre rb 74.05.23, III-18.

<sup>461</sup> Entrevista com Henrique, Rio de Janeiro, 17 de Junho de 2009.

<sup>462</sup> Entrevista com Rafael, Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 2012.

em janeiro de 1976, quando a guerra civil angolana se agravou. A escolha do destino era reconhecimento da crise em Portugal e a complicada situação dos retornados: "A escolha pelo Brasil se deveu ao fato de Portugal estar em péssima situação econômica, com muito desemprego e por conta da recepção bastante complicada dos retornados." Não tinham parentes no Brasil. O fato de que muitos portugueses estavam migrando para o país teve peso na decisão: "Não tínhamos parentes no Brasil, mas o país estava com processos de aceitação de imigrantes portugueses. Meu pai era técnico aeronáutico e foi procurar emprego na Embraer, de São José dos Campos - SP".<sup>463</sup> A força-tarefa já havia terminado suas atividades quando a família de João chegou, mas a comunidade portuguesa continuava dando suporte aos que chegavam.

Havia um grande interesse da embaixada do Brasil em Lisboa e do consulado em Luanda e até mesmo em Lourenço Marques, em auxiliar os profissionais interessados em imigrar para o Brasil, enviando seus currículos e perguntando se havia possibilidade de colocação no país. Vários foram os ofícios encontrados, sempre acompanhados de currículos dos interessados. Havia também telegramas sobre o assunto. Até mesmo o então diretor do Serviço do Ultramar da Fundação Gulbenkian, Mário António Fernandes de Oliveira,<sup>464</sup> importante referencia na historiografia Angolana, se interessou em obter esse tipo de informação.

Mário Antonio, nascido em Angola e graduado em Ciências Sociais e Política Ultramarina na Universidade Técnica de Lisboa, estava "interessado em obter colocação possivelmente junto a uma universidade brasileira, por período aproximado de dois anos". No ofício, o embaixador do Brasil em Portugal, Carlos Alberto da Fontoura sugeria que seu currículo fosse enviado às universidades federais de Minas Gerais, Bahia e à Universidade de São Paulo.<sup>465</sup> No seu currículo os nomes de Adriano Moreira (na época professor da Universidade Estadual da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro), antigo Ministro do Ultramar entre 1961 e 1963 no

---

<sup>463</sup> Entrevista com João - Historiador residente no Brasil desde 1976, quando migrou diretamente de Angola com a família. Leciona em instituição do Ensino Superior do estado de São Paulo, 30 de julho de 2012, por e-mail.

<sup>464</sup> Mário António Fernandes de Oliveira – Nascido em Angola, em Maquela do Zombo em 5 de Abril de 1934. Graduado em Ciências Sociais e Política Ultramarina pela Universidade Técnica de Lisboa. Entre 1962 e 1970 foi colaborador do Instituto de Investigação Científica de Angola (Luanda) e do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Entre 1966 e 1970 exerceu estágio no Instituto de Línguas Africanas e Orientais. Em 1970 foi Diretor do Serviço do Ultramar da Fundação Calouste Gulbekian. Em 1971 presidiu a Secção de Literatura da Sociedade de Geografia de Lisboa.

<sup>465</sup> FONTOURA, C.A. Currículo de especialista em assuntos da África de Expressão Portuguesa, Ofício 573, 17 de Julho de 1975, Caixa 20/1975 - Ofícios recebidos da embaixada em Lisboa (ofícios do n. 201 em diante), Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

governo de Oliveira Salazar, Prof. Doutor Luiz da Câmara Cascudo (Universidade de Natal),<sup>466</sup> e do Prof. Doutor Fernando Mourão (da Universidade de São Paulo ) aparecem como referências no Brasil.

Outro profissional interessado em imigrar para o Brasil era o engenheiro de minas Pedro Cabral Moncada, formado na Alemanha. Nesse caso, o embaixador brasileiro em Portugal sugeriu que o currículo anexo fosse enviado ao Ministério das Minas e Energia e à companhia de pesquisa de recursos minerais, o que demonstra que tal mão-de-obra poderia ser absorvida pelos órgãos governamentais brasileiros.<sup>467</sup> Essa questão também é abordada por Rafael:

O Brasil se tornou o porto de destino da maioria daqueles que ou não aceitavam (...) a revolução ou foram perseguidos entre aspas pelos novos senhores do poder, então o Brasil foi sempre ou foi na altura é, digamos, o refúgio para a maioria dos portugueses.<sup>468</sup>

Outros engenheiros que procuravam migrar para o Brasil foram Agostinho José Bon de Souza Roxo e Castro Pontes. No primeiro caso, da Fontoura enviou também em anexo o currículo e indagava sobre a possibilidade do profissional ser empregado por uma empresa privada ou do serviço público. Na sua experiência constavam um período de doze anos na Companhia Portuguesa de Minas. Entre 1957 e 1962, foi consultor e diretor técnico em várias empresas do setor mineiro em Portugal. Teve experiência também em Angola. A partir de janeiro de 1963, assumiu cargo de chefe da divisão mineira do Guima, trabalhando na Companhia Mineira do Lobito, onde estava ainda empregado na ocasião da consulta de emprego às autoridades brasileiras.<sup>469</sup> Já Castro Pontes era demissionário do Ministério da Coordenação

<sup>466</sup> Pesquisamos a biografia do Prof. Doutor Luiz da Câmara Cascudo e o que averiguamos é que lecionou na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde deu aulas de Direito Internacional Público. importante pesquisador da cultura brasileira, sobretudo do folclore nacional. Autor de obras de referência no tema, tais como: Dicionário do Folclore Brasileiro (1952), Contos Tradicionais do Brasil (1946), Antologia do Folclore Brasileiro (1944), Lendas Brasileiras (1945), Geografia dos Mitos Brasileiros (1947). Escreveu ainda sobre História do Brasil. Alguns de seus títulos são: O Marquês de Olinda e seu Tempo (1938), Conde D'Eu (1933), Os holandeses no Rio Grande do Norte (1949), História da Cidade de Natal (1947), entre muitos outros. (disponível em: <http://www.cascudo.org.br/biblioteca/>). Acesso em 9 mar. 2013.

<sup>467</sup> DA FONTOURA, C.A. Engenheiro de Minas Português. Transferência para o Brasil, Ofício 545, 3 jul. 1975, Caixa 20/1975 - Ofícios recebidos da embaixada em Lisboa (ofícios do n. 201 em diante), Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>468</sup> Entrevista com Rafael, Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 2012.

<sup>469</sup> DA FONTOURA, C.A. Emprego no Brasil. Engenheiro de Minas Agostinho José Bon de Souza Roxo, Ofício 112, 13 fev. 1975, Caixa 20/1975 - Ofícios recebidos da embaixada em Lisboa (ofícios do n. 201 em diante), Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

Interterritorial. Era um “dos maiores especialistas portugueses em construção de barragens hidroelétricas. Exerceu atribuição de diretor-geral do “Plano Zambeze” (Cabora Bassa)”<sup>470</sup>.

Além disso, havia também uma empresa privada brasileira que por livre iniciativa, sem se identificar, chegou a publicar anúncios de oferta de empregos na imprensa portuguesa (no caso o jornal “Diário de Notícias”) como podemos ver na figura a seguir:

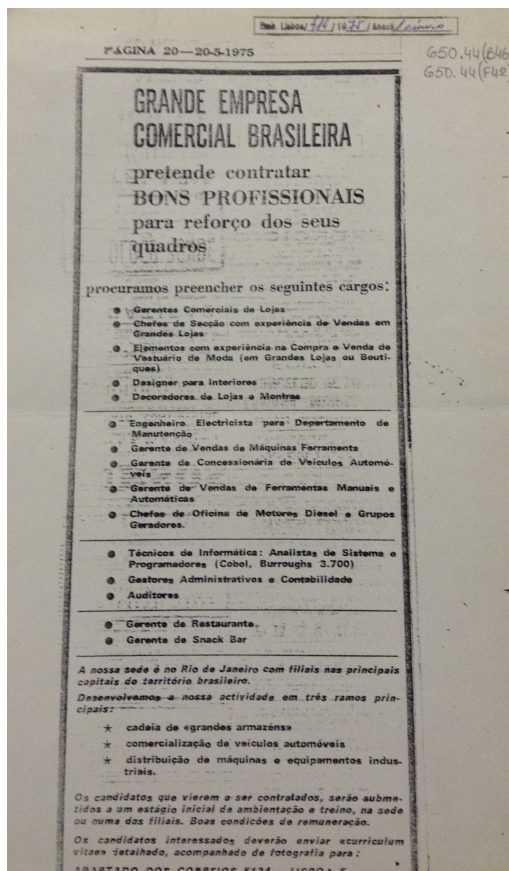


Figura 3 – Anúncio de empresa brasileira na imprensa de Portugal oferecendo empregos. Fonte: FONTOURA, C.A. da. Oferta de Empregos a técnicos portugueses por empresa brasileira, officio 414, 22 de Maio de 1975, Caixa 20/1975 - Officios recebidos da embaixada em Lisboa (officios do n. 201 em diante), Coordenação-Geral de Documentação Diplomática, CDO, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

Chamou nossa atenção um telegrama assinado por Leite Ribeiro, diplomata brasileiro a serviço em Portugal que tomou parte nas negociações para o recebimento de migrantes da

<sup>470</sup> DA FONTOURA, C.A. Imigração Portuguesa para o Brasil. [Telegrama 2052], 28 jul. 1975, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

descolonização no Brasil, informando o Ministério das Relações Exteriores de que a imprensa portuguesa, na manhã do dia 18 de Setembro de 1975, noticiou em diferentes jornais que várias empresas de São Paulo colocaram a serviço da cúria metropolitana empregos “para todos os refugiados portugueses que aqui chegaram e até o momento não há nenhum cidadão angolano ou moçambicano desempregado, apesar de alguns estarem a chegar em massa”.<sup>471</sup> Esta ação é atribuída ao Cardeal Evaristo Arns, que teria agradecido ao então governador paulista Paulo Egídio por “permitir que os Portugueses participem também de concurso para a função pública”.<sup>472</sup> O texto afirma ainda que o cardeal foi o idealizador do Movimento de Apoio aos Emigrantes Portugueses e teria também declarado que:

A Igreja tem que dar proteção aos atingidos pela desgraça e não pode interroga-los sobre o seu passado, se são fascistas ou democratas ou não são comunistas. A Igreja não pode se colocar na direita ou na esquerda, pois só tem que seguir os desígnios de Deus e não julgar os homens. Os refugiados portugueses são pessoas humildes e não desejam saber se estado ligados a Salazar ou a Spínola.<sup>473</sup>

Surge, assim, um outro ator muito importante, e que iria se envolver intensamente na recepção dos imigrantes: a Igreja Católica que, com tal postura, contribuiu para que a ditadura militar brasileira acolhesse, como veremos adiante, indivíduos ligados diretamente ao regime do Estado Novo, entre outros.

Em telegrama datado de 20 de maio de 1975, o general Carlos Alberto da Fontoura, informou ao governo federal que o semanário português “Expresso” publicara reportagem sobre o assunto. O foco era o efeito negativo que a evasão de mão-de-obra qualificada teria na economia portuguesa e o perfil do imigrante daquela conjuntura. Algo que aparece com alguma frequência na fala dos informantes, como é o caso de Rafael:

Aqueles que vieram de Portugal e tentaram a vida aqui eram pessoas era uma camada de gente intelectualmente mais preparada, os que vieram, ou empresários, até era um outro, um outro estilo de gente, outro tipo de gente que não o imigrante tradicional, ficaram aqui alguns anos, alguns constituíram família.<sup>474</sup>

<sup>471</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.R.B. [telegrama 2549] 18 set. 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 1 f. Imigração Portuguesa para o Brasil, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>472</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.R.B. [telegrama 2549], Op. Cit.

<sup>473</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.R.B. [telegrama 2549] 18 set. 1975, Ibidem.

<sup>474</sup> Entrevista com Rafael, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2012.

O jornal português aponta como causas da evasão “razões políticas (como vinculações ao deposto regime), falências ou dificuldades financeiras de empresas privadas e ameaças de desemprego”.<sup>475</sup> Em seguida o embaixador, deixa transparecer a oposição ao novo regime português, apesar do reconhecimento oficial de Brasília:

Deixa esse semanário de ressaltar algumas motivações de importância maior: a incapacidade de a economia absorver os formados pelas universidades no atual exercício, devido, a quase estagnação dos investimentos, e a suspensão dos programas de expansão das atividades públicas e privadas; a existência de salários inadequados, inclusive por oposição dos trabalhadores, que estabeleceram remunerações máximas para os gerentes e demais administradores de suas empresas (em geral em torno de US dólares 1.000); a ocorrência de mediocres oportunidades de trabalho ; a instabilidade geral de todos os empregos de nível superior, em virtude das frequentes iniciativas de depuração da cúpula das companhias adotadas por comissões de trabalhadores; a inadaptação dos provenientes de África ao clima e demais condições de vida no território metropolitano; a dificuldade ou mesmo impossibilidade de educação dos filhos, segundo os antigos padros (sic), pelas atuais escolas e universidades, etc.<sup>476</sup>

Ainda no mesmo telegrama, criticando a reportagem do “Expresso”, o embaixador brasileiro lista motivos de atração dessa mão-de-obra para o Brasil, que não teriam sido citados pelo órgão da imprensa portuguesa:

(...) Como as excelentes oportunidades de trabalho que tais portugueses m (sic) qualificados encontram no Brasil, sem dificuldades maiores, sobretudo em determinadas profissões (como a de engenheiro-civil) e fora dos grandes centros urbanos, conforme vem sendo testemunhado por esta embaixada.<sup>477</sup>

O embaixador acreditava que nos meses seguintes, o fluxo imigratório iria aumentar. As causas para isso seriam as seguintes:

1) Agravamento (sic) da crise político-econômica local, com os seus inevitáveis desdobramentos no campo social, através do aumento do desemprego, sobretudo em nível superior; 2) Aceleração do retorno de portugueses estabelecidos em territórios africanos, em especial em Angola (30 mil pretendem deixar no momento esta ex-colônia, segundo informações oficiais; 3) Dificuldades de colocação em outros países europeus e nos Estados Unidos da América, não apenas por restrições crescentes a imigração de trabalhadores estrangeiros (a RFA, por exemplo, acaba de limitar o número desses trabalhadores em 12 por cento da população de cada região do país), mas também

<sup>475</sup> FONTOURA, C.A. da [Telegrama 1402] 20 de Maio de 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 2 f. Emigração Portuguesa para o Brasil, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>476</sup> FONTOURA, C.A. da. Op. Cit., f. 1 e 2.

<sup>477</sup> FONTOURA, C.A. da. Ibidem, f.2



devido a recessão econômica em geral; e 4) Maiores facilidades do exercício da profissão no Brasil (língua comum, equivalência de diplomas, etc.).<sup>478</sup>

Por fim, no documento, consta a informação de que o governo de Lisboa não contava com “estatísticas seguras e atualizadas” quanto ao fluxo migratório “nem tem interesse em divulgar avaliação”. A embaixada e os consulados gerais em Lisboa e na cidade do Porto, também não dispunham de nenhum dado estatístico, visto que “a quase totalidade dos técnicos de alto nível parte para o Brasil como turista, sem qualquer espécie de visto”.<sup>479</sup>

Novo telegrama, datado de 12 de junho de 1975, volta a tratar da questão. Nesse documento, consta que a Agência Nacional de Informação (ANI), recolheu informações juntamente ao consulado português no Rio de Janeiro sobre o número de inscritos em Abril e Maio. Os números foram 601 e 640, respectivamente. Esses teriam a intenção de fixar permanência no Brasil. Novamente, são citadas reportagens da imprensa portuguesa que demonstram preocupação com a evasão de mão-de-obra qualificada para o Brasil. Quanto a isso, o texto coloca que estavam sendo postas em prática medidas para controlar o fluxo de saída como, por exemplo: o estabelecimento de limitações sobre a bagagem, impedindo que levassem quadros, joias, tapetes, móveis antigos e etc.).<sup>480</sup>

Além desses profissionais especializados, antigos proprietários de terras, como o caso da família de Júlia, trabalhadores rurais, estudantes, antigos funcionários públicos portugueses, soldados desmobilizados e até mesmo ex-agentes da PIDE, a polícia política portuguesa, tentaram imigrar para o Brasil.<sup>481</sup> Ofício assinado pelo encarregado de negócios da embaixada brasileira em Lisboa, Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro, informa que funcionários da então extinta polícia secreta endereçaram um memorial ao embaixador Carlos Alberto da Fontoura pelo qual solicitavam “seu acolhimento no Brasil na qualidade de imigrantes”. Não tivemos acesso ao memorial em si, apenas ao texto do ofício que o acompanhava.<sup>482</sup>

---

<sup>478</sup> Idem.

<sup>479</sup> Idem.

<sup>480</sup> DA FONTOURA, C.A. [Telegrama 1648] 12 Jun. 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília. 1 f. Emigração Portuguesa para o Brasil, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

<sup>481</sup> Sigla de Polícia Internacional de Defesa do Estado.

<sup>482</sup> LEITE RIBEIRO, R.F.B.R. Emigração para o Brasil, funcionários da DGS, ofício n. 714, 18 Set. 1975, Caixa 20/1975 - Ofícios recebidos da embaixada em Lisboa (ofícios do n. 201 em diante), Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

Quanto à reação da opinião pública, como vimos, no geral foi positiva. Encontramos apenas uma manifestação em contrário. Na sessão “cartas” da edição 379 da revista *Veja*, publicada em 10 de Dezembro de 1975, o leitor Getúlio Conceição Santana, de Goiânia, Goiás, manifesta preocupação quanto a recepção desses imigrantes. Diz a carta:

Sr. Diretor: Gostaria de expressar minha apreensão com referência à aceitação de refugiados angolanos no Brasil. Não tanto com relação a sua vinda para cá, mas principalmente tendo em vista suas idéias colonialistas. O fato é mais grave quando nos defrontamos com a sugestão esboçada pelo refugiado Joaquim dias (VEJA n. 376), de que “não seria má idéia instituir uma espécie de Apartheid sul-africano em Angola”.<sup>483</sup>

A dita revista na edição citada, publicada em 19 de novembro de 1975 e na edição 371, de 15 de outubro daquele ano, noticiou a chegada desses imigrantes. A reportagem à qual se referiu o leitor, intitulada “Fugindo para o Brasil”, relata casos de diferentes recém chegados. Um dos personagens da reportagem é Amadeu Augusto Rodrigues Pereira que em 1966, foi como soldado para a guerra colonial e, após 41 meses, deu baixa do exército e resolveu ficar em Angola. Lá montou um hotel em Luanda, negócio que não deu certo. Comprou então uma fazenda em Xa Muteba. Tal negócio também não foi bem sucedido pois, nas proximidades da mesma, havia “assaltos do MPLA”. Além disso, “seu gado era sistematicamente roubado, faltava gasolina, as plantações eram queimadas”. Por conta disso, resolveu vir para o Brasil, onde chegou no dia 5 de outubro daquele ano de 1975. Quanto à sua visão política, mostra-se um crítico do General Spínola. Teriam sido os acontecimentos de Março daquele ano os responsáveis pela consciência política pois, antes não a tinha e via a si mesmo como um “fascista sem saber”, até aquele momento.<sup>484</sup> Num tom levemente simpático aos recém chegados, a revista continua:

Os Amadeu, hoje, se multiplicam aos milhares. Somente em São Paulo, até a semana passada, calculava-se em um mínimo de 2500 o número de Angolanos ou luso-angolanos, recém-chegados. No Rio, desembarcaram outros tantos. E, ainda na semana passada, mais precisamente na terça-feira – no mesmo dia em que a dividida Angola comemorava sua independência – chegavam à Bahia três frágeis barcos de pesca, trazendo um total de 25 refugiados – outro grupo que escolheu o Brasil como pátria de adoção. Para muitos habitantes de Angola, de fato, à medida que se aproximava a data da independência do seu país, tornava-se mais urgente fugir dele. Desde o início, a escolha do Brasil, país com a mesma língua e clima semelhante foi natural. Embora não haja estatísticas do Itamaraty, calcula-se em pelo menos 6000 os que chegaram até agora. E, com base nas amostras disponíveis até o momento, já se

<sup>483</sup> SANTANA, G.C. Angolanos, *Veja*, Editora Abril, São Paulo, edição 379, 10 dez. 1975, p. 12.

<sup>484</sup> FUGINDO para o Brasil, *Veja*, Editora Abril, São Paulo, edição 376, 19 nov. 1975, p. 38 e 39.

pode traçar um perfil ideal do angolano que-chega-ao-Brasil: na maioria esmagadora são brancos; embora exercessem em seu país profissões de classe média, não têm instrução; também não têm dinheiro; e, com insistência desesperada, se proclamam, quase todos incluídos no limbo dos “apolíticos”.<sup>485</sup>

A reportagem deixa de citar, explicitamente, entre as causas da escolha pelo Brasil, o principal motivo da fuga, embora não seja o único: questões de discordância política com relação à Revolução dos Cravos e ao governo angolano assumido pelo MPLA. Evidentemente, o próprio fato de dizer que os recém chegados se incluíam no hall dos apolíticos, apesar de poder contemplar, talvez, uma sutil ironia, denuncia tal fato. E, na escolha pelo Brasil, além dos motivos elencados, estaria, portanto, ao nosso ver, o fato do Brasil ser governado por uma ditadura militar que se apresentava como rigorosa oponente dos ideais socialistas e comunistas.

A matéria continua, emendando a história de Amadeu com a dos pescadores que chegaram a Salvador, quase todos oriundos da cidade de Moçâmedes. Em seus barcos, havia itens de primeira necessidade, como água e mantimentos, mas também outros itens inusitados, como galinhas e cachorros. Em um dos barcos, havia até mesmo um automóvel. Parecendo indignada com o comportamento das autoridades brasileiras, a reportagem prossegue:

E, ainda foram submetidos, depois, a uma árdua travessia das barreiras burocráticas brasileiras – tanto mais cuidadosas quanto havia rumor de que pelo menos um caso de cólera se registrava entre os refugiados.<sup>486</sup>

Outro personagem é Antônio da Silva Costa, na época com 33 anos. Até deixar Angola, trabalhava na Caterpillar, uma empresa de tratores e veículos pesados, como vendedor de peças. Ao chegar, foi abrigado pela Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras. Com poucos dias no Rio de Janeiro, provavelmente com o auxílio da mesma instituição, conseguiu um emprego na mesma empresa em que trabalhava em Angola, na cidade de Belém. Quanto a questões políticas, embora declarando neutralidade, percebe-se um claro alinhamento em suas palavras:

Primeiro inscreveu-se na FNLA, depois passou para a UNITA. Mas com isso acabou ganhando apenas a hostilidade do MPLA, pelo qual passou a ser “muito visado”. De qualquer forma, Antônio não esconde sua admiração pelo general Spínola, “um dos maiores militares do mundo, um autêntico líder”, “Se a independência estivesse sob as ordens de Spínola”, declara Antônio, “seria um acontecimento maravilhoso para os

<sup>485</sup> FUGINDO para o Brasil, Op. Cit., p. 38.

<sup>486</sup> FUGINDO para o Brasil, Ibidem.

angolanos”.<sup>487</sup>

Os demais entrevistados pela revista não escondem, durante suas declarações, os elementos que corroboram nossa interpretação sobre as causas da escolha pelo Brasil. Criticam, abertamente, os movimentos que disputavam o poder em Angola. Frases como “O povo de Angola é analfabeto, não sabe o que quer nem pode escolher o seu destino”<sup>488</sup>, opinião de Joaquim Vieira Santos, de 32 anos, ex-agente de segurança industrial, e a opinião que motivou a carta do leitor de Goiás, de Joaquim dias, então com 53 anos, de que um Apartheid deveria ser instalado em Angola: “O Apartheid na verdade não separa brancos e negros (...) um negro não está impedido de entrar em um restaurante branco na África do Sul. Ele pode se dirigir ao balcão, comprar sua comida e sair – só sentar é que não pode”.<sup>489</sup> Percebe-se, assim, outra motivação para a saída de Angola e a vinda para o Brasil além da filiação política, da língua comum e do parentesco: não conceber a ideia de viver em um país governado por representantes da sua maioria negra.

Entre os personagens da reportagem, há apenas um negro, Carlos Miguel Caboverde, então com 36 anos, membro de uma “das famílias mais ricas de seu país”. Sua família, de assimilados, era proprietária de terras, de uma rede de hotéis e de vários edifícios que alugavam. De uma maneira depreciativa com relação aos membros do MPLA, e sem questionar as informações do entrevistado, a revista continua afirmando que os problemas da família Caboverde começaram quando o MPLA:

pediu uma contribuição financeira a família e o pai de Carlos Miguel recusou. Resultado: os enraivecidos guerrilheiros, em represália, mataram seu pai, sua mãe e seu irmão. O próprio Carlos Miguel só conseguiu fugir depois de arriscadas peripécias, durante as quais, inclusive, seus quatro filhos estiveram presos por um período de quatorze dias.<sup>490</sup>

O relato de Carlos Miguel, no entanto, aborda a violência do sistema colonial dizendo que viu “muitas vezes meus irmãos negros sendo castigados pelos europeus brancos, como escravos”.<sup>491</sup> A posição econômica de sua família, entretanto, o colocava entre a elite da

<sup>487</sup> FUGINDO para o Brasil, Ibidem, p. 39.

<sup>488</sup> FUGINDO para o Brasil, Ibidem, p. 39.

<sup>489</sup> Idem, p. 39.

<sup>490</sup> Idem, p. 39.

<sup>491</sup> Idem, p. 39.

sociedade colonial angolana. O caso de Carlos Miguel chama a atenção para o fato de que o Brasil não recebeu apenas brancos. No entanto, segundo Henrique, grande número de negros que deixaram Angola naquele período se dirigiram para Portugal:

Mas a grande fuga de Angola verificou-se no decorrer do ano de 1975, ano da independência. Não foram apenas brancos ; vieram também negros, tanto para Portugal como para o Brasil. Intelectuais negros, líderes negros não envolvidos em movimentos negros, políticos também foram para Portugal. Se você for hoje a Lisboa verá uma cidade cheia de negros.<sup>492</sup>

### 3.4. O papel da comunidade portuguesa no apoio aos imigrantes

A comunidade portuguesa no Brasil, através da Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e do MAEP, teve um papel central na recepção e na colocação profissional dos portugueses e luso-angolanos no Brasil. A comunidade portuguesa tinha resistências em aceitar o novo regime português. O golpe militar surpreendeu a comunidade portuguesa no Brasil, formada por quase um milhão de pessoas. Quando se deu a notícia da vitória revolucionária, os dirigentes da colônia se reuniram para debater a situação e qual posição deveria ser tomada. Entre aproximadamente cem mil dos trezentos mil portugueses radicados no Rio de Janeiro, circulou uma mensagem da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras "conclamando os portugueses do Brasil a manterem a calma nessa hora difícil, vigilantes e unidos, porque de outra forma abriremos flancos para os inimigos da pátria e da comunidade."<sup>493</sup> No dia 26 de abril, a Federação, em reunião extraordinária, reafirma, através de comunicado, seu tradicional posicionamento:

Os portugueses do Brasil hipotecam integral solidariedade às aspirações do povo português e repudiam hoje, como ontem, todas as tentativas que visam destruir a unidade pluricontinental da pátria, enfraquecer o seu esforço de desenvolvimento, romper a sua homogeneidade espiritual, ou impedir a consecução dos objetivos centrados no progresso e bem-estar de todos. Os portugueses do Brasil não abdicarão jamais da defesa daqueles valores cuja essencialidade define o comportamento histórico da Grei Lusíada e constitui a razão de ser de uma pátria que em sua presença pluricontinental foi capaz de realizar, em modelos singulares de convivência e democracia, uma obra de dignificação humana e de promoção social sem paralelo no mundo.<sup>494</sup>

<sup>492</sup> Entrevista com Henrique, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009.

<sup>493</sup> NO Rio federações mantém reserva. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 abr. 1974. Primeiro Caderno, p. 3.

<sup>494</sup> Portugueses do Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1974. p. 12.

No entanto, após a queda da ditadura salazarista, dirigentes de casas regionais e associações portuguesas reuniram-se com autoridades ligadas ao novo regime. Na já referida Missão ao Brasil, em junho de 1974, o general Carlos Galvão de Melo procurou esclarecer a comunidade a respeito das causas do 25 de Abril. Na tentativa de fazer crer que a receptividade da comunidade às suas palavras fora positiva, no relato da visita o general advogava que os portugueses no Brasil e os brasileiros estavam mais bem informados acerca das causas da derrubada do Estado Novo do que os próprios portugueses:

Ora, como até aquela data, não se havia feito síntese que tudo abarcasse, com relação ao movimento de 25 de Abril, sou levado a concluir que neste momento, os brasileiros e os portugueses do Brasil possuem, do caso português, conhecimento mais objectivo e concreto que muitos portugueses europeus e africanos.<sup>495</sup>

No início de 1975, mais uma tentativa foi feita por representantes portugueses no sentido de buscar uma aproximação com a comunidade portuguesa no Brasil. O embaixador de Portugal no Brasil, Vasco Pereira “presidiu durante três dias a sessões de esclarecimento para os dirigentes das casas regionais e associações portuguesas”. O Diário de Lisboa noticiou tais reuniões e informou que os temas tratados foram as atuações e funções do MFA, o processo de descolonização, as atividades dos partidos políticos, projetos de desenvolvimento econômico e, por fim, uma discussão sobre a assistência.<sup>496</sup>

É digno de nota que, embora a comunidade portuguesa estivesse ideologicamente próxima ao Estado Novo, não havia, no contexto brasileiro, uma diferenciação entre os portugueses sem vivência na África e os luso-angolanos. Não havia uma separação nem ao nível discursivo nem no prático, entre portugueses “de primeira” e portugueses “de segunda”. Todos eram, indistintamente, tratados como portugueses. Receberam, portanto, igual tratamento. Tal fato marca uma diferenciação entre o português residente na Europa e a comunidade portuguesa no Brasil. O fator explicativo deste fenômeno é, ao nosso ver, uma forte influência do discurso nacionalista português quanto ao Portugal “do Minho ao Timor”. sendo assim, os migrantes eram

<sup>495</sup> MISSÃO ao Brasil, Op. Cit., p. 6-7.

<sup>496</sup> FONTOURA, C.A. da. [Telegrama 602], 05 de Mar. de 1975, Relações Luso-Brasileiras. Visita ao Rio de Janeiro do Embaixador Português, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

encarados como portugueses do ultramar. Esse comportamento, pelo menos naquele momento, distanciava-os do comportamento individualista apontado por Lorena. Esta foi, dentre os informantes que abordaram a postura da comunidade portuguesa no Brasil, a única a emitir uma opinião crítica aos portugueses:

Eu, a sensação que eu tenho das associações portuguesas infelizmente no Brasil é que elas não...o português é um pouco individualista, não sei. Eles não são...associações e há outros povos e culturas que se ajudam. Os portugueses, nós os angolanos que vieram, insistimos, ajudamos muito uns aos outros, mas em geral, português não, associação portuguesa, ainda hoje, ainda agora vim pro Rio ainda nem os conheço também.<sup>497</sup>

A Federação organizou-se da seguinte forma para montar uma equipe de atendimento aos imigrantes portugueses:

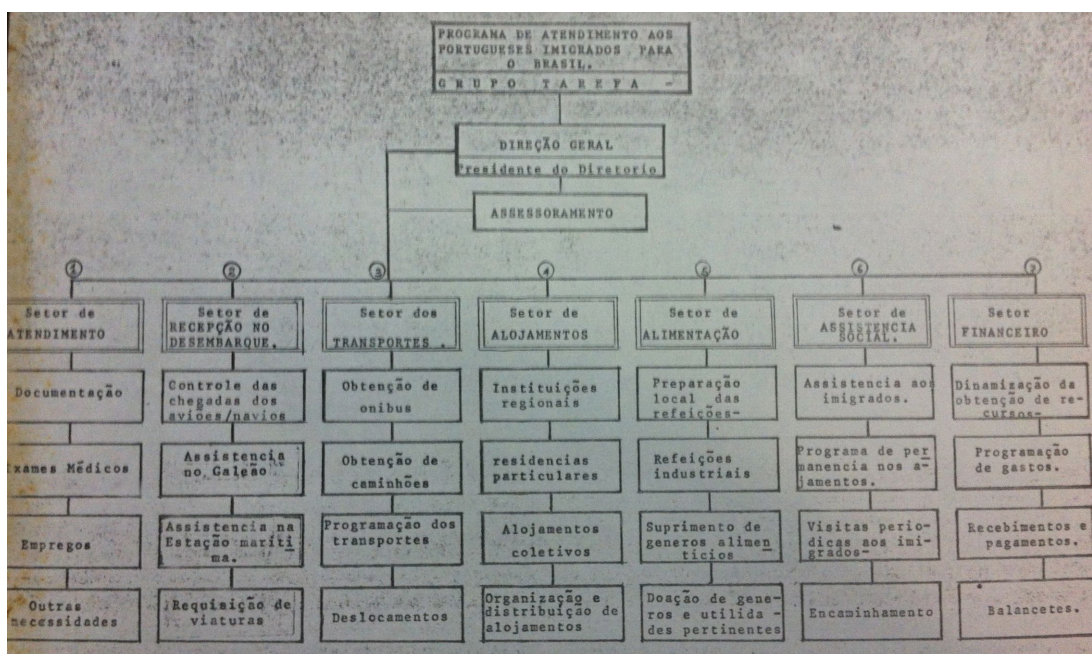


Figura 4 - Organograma do Programa de atendimento aos Portugueses Imigrados para o Brasil. Fonte: Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras.

De acordo com um documento encontrado na Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, intitulado “Instruções de serviço aos componentes da equipe de atendimento aos imigrantes portugueses”, o grupo contava com representantes no aeroporto do

<sup>497</sup> Entrevista com Lorena, Rio de Janeiro, 03 de julho de 2011.

Galeão e na estação marítima do cais do Porto.

Estes deveriam estar nos seus postos “pelo menos 20 minutos antes da chegada dos aviões procedentes de Lisboa, Madrid, Luanda, Johannesburg, e dos navios procedentes de Lisboa, Luanda e Lourenço Marques”.<sup>498</sup> Para tanto, a instrução recebida é a de “controlar pessoalmente pelo telefone os horários de chegada, independente das tabelas oficiais de horários das companhias transportadoras que são entregues a cada um junto a estas instruções”.<sup>499</sup>

O item 3 do documento é bastante ilustrativo da atmosfera e da recepção que a comunidade portuguesa buscava dar aos imigrantes. Vale lembrar, como diferentes fontes demonstram, que os imigrantes eram chamados de refugiados, ainda que o tratamento por eles recebido tenha divergido completamente do tratamento dado a refugiados ou exilados. Estes últimos, como demonstra Denise Rollemberg, ao estudar a vida de exilados políticos brasileiros durante a ditadura militar, chegam a países de abrigo acompanhados de situações variadas de infantilização, humilhação e constrangimento. O acolhimento não necessariamente é positivo.<sup>500</sup> No caso aqui estudado, o acolhimento da comunidade portuguesa ofereceu-lhes muitas comodidades a começar pelo tratamento inicial:

O atendimento aos imigrantes deverá ser feito pelos componentes da equipe de maneira atenciosa e prestativa, de molde a tornar agradável sua chegada e a colaborar, com a prestação de informações e esclarecimentos, para a solução de eventuais problemas que se apresentem.<sup>501</sup>

Estava, entretanto, vetado aos membros da equipe de atendimento “prestar serviços particulares aos imigrantes durante as horas normais de trabalho”<sup>502</sup>, receber gratificações e interferir em problemas relacionados com a bagagem dos imigrantes. Por outro lado, os membros da equipe de atendimento deveriam prestar-lhes auxílio em caso de dificuldade com a documentação:

Os componentes da equipe de atendimento deverão estar atentos para eventuais

<sup>498</sup> Item 3 das Instruções de serviço aos componentes da equipe de atendimento aos imigrantes portugueses, f.1, Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Rio de Janeiro, s/d.

<sup>499</sup> Idem.

<sup>500</sup> ROLLEMBERG, D. Exílio: entre raízes e radares, Rio de Janeiro, Record, 1999, cap. 4.

<sup>501</sup> Instruções de serviço aos componentes da equipe de atendimento aos imigrantes portugueses, f.1, Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Rio de Janeiro, s/d.

<sup>502</sup> Item 4 das Instruções de serviço aos componentes da equipe de atendimento aos imigrantes portugueses, f.1, Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Rio de Janeiro, s/d.



dificuldades que possam ocorrer com os imigrantes e seus familiares quando for efetuado o exame pelas autoridades, de sua documentação de desembarque e, nos casos em que se verifiquem dificuldades de comprovada gravidade, deverão comunicar-se com componentes do Diretório da Federação com o objetivo de obter solução dos eventuais problemas surgidos.<sup>503</sup>

O documento revela também que tais representantes deveriam estar em seus postos de segunda-feira à domingo e deveriam registrar em folha própria as principais ocorrências.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS E LUSO-BRASILEIRAS

PROGRAMA DE ATENDIMENTO AOS IMIGRANTES PORTUGUESES

FICHA DE OCORRÊNCIAS

POSTO DE ATENDIMENTO

( ) - Aeroporto do Galeão  
( ) - Estação Marítima

Viagem Nº : .....  
Companhia : .....  
Data : .....  
Horário de chegada : .....  
Carreira ( ) - normal  
( ) - charter

QUANTIDADE DE PROGRAMAS ENTREGUES : .....

Nº PROVÁVEL DE IMIGRANTES CHEGADOS : .....

PROBLEMAS SURTIDOS : .....

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS : .....

OBSERVAÇÕES/SUGESTÕES : .....

(a) .....  
(a) .....

Mod. 4

RUA GUARANIA, 159 - 8º ANDAR - RIO DE JANEIRO - BRASIL - TEL. 242-8101 - 242-8102 - FAX 246-7000 - "VIGILÂNCIA"

Figura 5 – Ficha ocorrencial. Fonte: Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras

Os documentos revelam o empenho da comunidade portuguesa e explicitam também como

<sup>503</sup> Item 5 das Instruções de serviço aos componentes da equipe de atendimento aos imigrantes portugueses, f.1, Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Rio de Janeiro, s/d.


estava organizado o Programa de Atendimento aos Portugueses Imigrados para o Brasil. O grupo contava com um diretor geral, o então presidente da Federação, bem como o assessoramento dividido nos seguintes setores: recepção de embarques, transporte, alojamentos, alimentação, assistência social, atendimento-sede, além de responsáveis por uma campanha financeira. O programa implicava ainda em reuniões semanais, às quartas-feiras, às 21 horas na Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria que fica localizada no Bairro da Tijuca.<sup>504</sup>

Cada imigrante atendido deveria preencher uma ficha de controle, que contava com dados como: nome completo, idade, procedência, familiares, profissão, grau de instrução, habilitação profissional, idiomas que falava, data de chegada, se havia chegado como turista ou imigrante, se estava trazendo visto de permanência, se havia recebido o livreto de informações (que recebiam do membro da equipe de atendimento no Galeão ou no Porto), a que serviços tinha sido encaminhado (sendo estes: preparação de documentos para legalização no Brasil, exames médicos ou consulta médica, exames de laboratório/radiografias, agência de empregos, (em caso afirmativo dizer qual), se havia conseguido emprego entre os existentes no cadastro da Federação ( e em caso afirmativo, descrever qual), se o emprego era em outro estado (especificar qual, se fosse o caso) e por fim, sua situação final no Brasil.<sup>505</sup>

---

<sup>504</sup> Programa de Atendimento aos Portugueses Imigrados para o Brasil Grupo Tarefa, Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Rio de Janeiro, s/d.

<sup>505</sup> Ficha de Controle, Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Rio de Janeiro, s/d.


 FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUÊSAS E LUSO-BRASILEIRAS

IMIGRANTE ATENDIDO Ficha de controle Nº \_\_\_\_\_  
 = = = = =

NOME COMPLETO : .....  
 IDADE : .....  
 PROCEDÊNCIA : .....  
 FAMILIARES : .....  
 PROFISSÃO : ..... GRAU DE INSTRUÇÃO : .....  
 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL : .....  
 IDIOMAS QUE MANEJA : .....  
 QUANDO CHEGOU : ..... Nº PASSAPORTE : .....  
 CHEGOU NA CONDIÇÃO DE : TURISTA - IMIGRANTE (Sublinhar)  
 TROUXE O VISTO DE PERMANÊNCIA ? SIM - NÃO (Sublinhar)  
 RECEBEU O LIVRETO DE INFORMAÇÕES ? SIM - NÃO (Sublinhar)  
 FOI ENCAMINHADO A QUE SERVIÇOS ? PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA LEGALIZAÇÃO DA PERMANÊNCIA NO BRASIL.  
 - EXAMES MÉDICOS OU CONSULTA MÉDICA .....  
 - EXAMES DE LABORATÓRIO/RADIOGRAFIAS .....  
 - AGÊNCIA DE EMPREGOS - QUAL ? .....  
 - EMPREGO EXISTENTE NO CADASTRO DA FEDERAÇÃO. QUAL ? .....  
 - A OUTRO ESTADO - QUAL ? .....  
 SITUAÇÃO FINAL DO IMIGRANTE NO BRASIL (ANOTAR POSTERIORMENTE, SE POSSÍVEL) : .....  
 ENTREVISTADOR : ..... DATA : .....  
 .....  
 Arquivar  
 .....  
 Presidente

RUA DA GUITARDA, 198 - S. ANDAR - RIO DE JANEIRO - GR - BRASIL - TEL: 243-8101 - 243-8010 - END. 1996 - "FEDERAÇÃO"

Figura 6– Ficha de Controle. Fonte: Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras

No que se refere à concentração desses imigrantes nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, o exame da documentação consultada e mesmo da imprensa permite perceber que havia demanda de outros Estados por possível mão-de-obra especializada. No que se refere ao item emprego existente no cadastro da federação, outros documentos demonstram que empresas, hotéis<sup>506</sup>, governos estaduais como, por exemplo, o do Amapá,<sup>507</sup> e pessoas físicas e até mesmo instituições da colônia portuguesa em outras cidades, como a Casa de Portugal na cidade de Porto Alegre, entravam em contato com a instituição solicitando que se verificasse se, entre os imigrantes recém chegados, havia quem preenchesse determinado perfil profissional.

<sup>506</sup> As empresas eram as seguintes: Tosana Agro-Pecuária, Produtos Alimentícios Brandini, NRC do Brasil, Tipografia Ribeiro, entre outras.

<sup>507</sup> Com relação as categorias de medico, agrônomo, enfermeiras, engenheiros e professores para início imediato com salários de Cr\$ 5.000,00. O contato deveria ser feito com o consulado de Portugal no Rio de Janeiro.

Listas identificadas com uma anotação “Para o setor de colocação” mostram que havia procura por cortador, serralheiro, tratoristas, carpinteiro, mecânico auto (identificado dessa forma no original), agricultores, pedreiros, profissionais especializados em mecânica geral, economistas, engenheiros, estatísticos, médicos, enfermeiras, professores, veterinários, serradores, galgadores, “pessoal braçal”<sup>508</sup>, gerentes industriais (engenheiros), chefes de produção (com nível técnico), mestres de fabricação (com nível técnico)<sup>509</sup>, secretarias (com experiência em datilografia para serem empregadas em São Paulo, com vencimentos entre C\$ 2.500,00 e C\$ 4.000,00); empregadas domésticas (ou para usar o termo utilizado no documento “serviçal”), garçons, balconistas, técnicos agrícolas, empregados de escritório (para Caxias do Sul), trabalhadores para o setor hoteleiro, entre outros. Havia ainda quem propunha sociedade a quem chegasse com a família e tivesse capital para a montagem de um restaurante. Caso o interessado não tivesse capital, o solicitante, que era da cidade de Alegrete, oferecia o cargo de ecónomo (sic). Outro comerciante, dessa vez da cidade de Montenegro, também no Rio grande do Sul, oferecia trabalho para o cargo de técnico de frio (carnes). Havia quem conseguisse emprego nas próprias instituições da comunidade portuguesa como, por exemplo, o sr. Joaquim Pedro Pinto da Cruz Monteiro, contratado como auxiliar de contabilidade pela Obra Portuguesa de Assistência.<sup>510</sup>

Analisando os currículos encontrados junto a esses documentos é possível verificar o nível de instrução, a profissão, o local de nascimento e o estado civil de alguns dos que pleiteavam um emprego à sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras. Alguns dos currículos eram enviados de Luanda. Eram enviados majoritariamente por homens casados e com filhos com nível técnico ou superior. Entre eles figuram, por exemplo, professores de língua estrangeira, comerciantes, indivíduos com formação em Ciências Sociais e Políticas, médicos e enfermeiros.

Apesar de todas as facilidades encontradas, havia quem reclamasse de ainda não estar empregado dias após a chegada. Esse é mais um indício da diferença desses migrantes da

<sup>508</sup> Com relação a essas três últimas categorias uma empresa de Belém oferecia remunerações iniciais de Cr\$ 1.300,00 e Cr\$ 1.000,00 respectivamente. O contato também deveria ser feito através do consulado de Portugal no Rio de Janeiro.

<sup>509</sup> Estes três últimos postos de trabalho eram oferecidos por uma indústria de cimento e amianto (não identificada) sediada no Rio de Janeiro. Os salários iniciais variavam entre Cr\$ 12.000,00 a Cr\$ 20.000,00 para o engenheiro, Cr\$ 6.000,00 a Cr\$ 20.000,00 para o chefe de produção e Cr\$ 3.500,00 a Cr\$ 7.000,00 para os mestres de fabricação (eram solicitados 10).

<sup>510</sup> PINTO, A. [carta] 28 ago. 1975, Rio de Janeiro [para] MONTEIRO, J.P.P.C., Rio de Janeiro, 1 f. Comunica que o migrante foi empregado pela Obra Portuguesa de Assistência.

descolonização, para usar a terminologia de Adrea L. Smith e outros casos já estudados. A experiência do exílio está associada a infantilização e à humilhação, mas também à solidão. Um exemplo é o que passaram os exilados estudados por Denise Rollemberg (1999). Tomando esse caso como exemplo para fins de comparação, a autora demonstra que a condição de exilado é acompanhada pelo sentimento de vazio, por conta do afastamento do universo de referências. Passado e presente se confundem, o país de origem era sobreposto ao de destino. O exílio despertava também solidão. Um traço que normalmente leva a esse sentimento é o desconhecimento dos códigos sociais do país que os acolhe. Uma das entrevistadas pela autora relembra a arrogância e a pretensão de superioridade dos franceses, assumida mesmo pelos franceses de esquerda.<sup>511</sup> As instituições de ajuda a refugiados tinham uma dupla face:

(...) de um lado, a solidariedade, providenciando alojamento, alimentação, trabalho, roupas, documentos; do outro, a infantilização inerente à dinâmica assistencialista. Entre a necessidade e o constrangimento, o exilado, rebatizado como refugiado, sem se reconhecer no novo papel que lhe atribuíam. Não é à toa que se fala da desagradável sensação de ir receber os recursos concedidos.<sup>512</sup>

Os imigrantes portugueses e luso-angolanos que chegavam experimentaram majoritariamente, pelo que nos foi possível averiguar, apenas o primeiro dos aspectos apontados. Ricardo e Gláucia também receberam apoio dessa estrutura. Ao chegarem no aeroporto do Galeão, no dia 30 de Outubro de 1975, foram instruídos a pegar um táxi e se dirigirem ao Clube Vila da Feira, na Tijuca. De lá foram encaminhados para outra instituição, um clube recreativo, chamado Banda Lusitana, localizado no Riachuelo. Ali foram recebidos em meio a outros migrantes que já se encontravam na cidade:

Dissemos o endereço e dissemos logo: “oh, esse é o endereço, mas nós não temos dinheiro não”. E logo ali tivemos um bom acolhimento. Era um DKV antigo. Você nem sabe o que é um DKV. É um carro muito antigo, a frente igual às traseiras. Cinzento, um cinzento assim, meio sujo, e lá em Angola ainda tinha dois ou três, mas era muito antigo. E o taxista, não eram os amarelinhos, eram ainda cada um por si, cada um né, seu carro. Levou-nos e disse assim: “Ah” e quando nós dissemos “olha, nós não temos dinheiro, estamos assim, estamos sendo acolhidos aí”. Ele disse assim: “Mas não fiquem, não fiquem preocupados porque em dois anos vocês estão ricos. Português tudo chega aqui fica rico.” Olha que coisa boa. A gente vem de uma guerra, vem no sufoco, pelo menos o próprio taxista, que a gente tava até com medo não nos queria levar, eu já assim é um ânimo, injeção de ânimo. Nós fomos para a Vila da Feira, onde esperamos muitas horas

<sup>511</sup> ROLLEMBERG, D. Op. Cit., p. 135 - 137.

<sup>512</sup> ROLLEMBERG, D. Ibidem, p. 137.

até eles conseguirem nos encaminhar para o que estava... [Para a Banda Lusitana ] É um clube recreativo, na Marechal Rondon, nas ruas perpendiculares na Marechal Rondon, tá. Uma dessas ruas chama-se Vitor Meirelles. Tem lá uma Banda Lusitana, que é um clube recreativo português também. Então é o seguinte: a parte de baixo é um escritório, cozinha. A parte de cima é um salão, onde antigamente chegavam a dar bailes e festas de casamento essas coisas assim. Nesse salão, nós estávamos, melhor, não, algumas dezenas de retornados. Com filhos, com pais, com istos e com aquilo, gato, cachorro, passarinho. Nós vínhamos sozinhos, um casal. Do nosso lado tinham uns indianos que vinham com três filhos.<sup>513</sup>

No dia seguinte à chegada, foram auxiliados com Cr\$ 30,00 para se dirigirem ao consulado português. Do consulado, onde se registraram foram providenciar a documentação necessária para a permanência. No dia 17 de Novembro, Ricardo estava de posse das carteiras de trabalho e de identidade. Conseguiu seu primeiro emprego nas já extintas Casas da Banha ainda já no mês de novembro. Segundo Gláucia, essas associações tinham fichas de empresas e encaminhavam os recém-chegados para conseguirem emprego.<sup>514</sup>

Talvez pela própria sensação de segurança encontrada com o apoio da comunidade portuguesa no Brasil, havia quem não estivesse satisfeito, ou parecesse não estar. Nestes casos, utilizavam os jornais para reclamar. Todavia, as reclamações devem ser encaradas num quadro de busca por apoios diversos como se pode observar nas palavras do próprio presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-brasileiras da época, Arthur dos Santos Pereira que, procurando fazer com que a situação parecesse pior do que realmente era, afirmou: “Pode pôr que temos ainda 700 desempregados. Não, não. 700 é muito. Ponha 400”.<sup>515</sup> Outros dirigentes de instituições da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro confirmaram que o número chegava a 400, mas se fossem computados também os que estavam no país fazia muito mais tempo.

Outro exemplo de como essa mão-de-obra estava sendo absorvida com facilidade pelo mercado de trabalho e de que estava se espalhando pelo país, é a reportagem do Jornal de Alagoas. Rio de Janeiro e São Paulo, diz a reportagem, eram os Estados de maior procura. Em seguida vinham Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. A região nordeste vinha logo depois. Em Maceió chegaram mais de 20 naquele ano com visto de turistas. A rede de apoio que os recebeu era composta por portugueses que estavam residindo naquela cidade há anos. O vice-cônsul creditava a vinda em grande número para o Brasil ao “bom tratamento que o brasileiro

<sup>513</sup> Entrevista com Gláucia, Rio de Janeiro, 05 de Maio de 2011.

<sup>514</sup> Op. Cit.

<sup>515</sup> RECEPÇÃO especial, Ibidem, p. 30.

dispensa procurando acolher todos de maneira positiva e oferecendo subsídios para o seu bem-estar”.<sup>516</sup> Essa passagem é mais uma a reforçar nossa interpretação quanto ao apoio da opinião pública. O texto prossegue citando o caso da indústria de alimentos Produtos Alimentícios Brandinis, que contava com dois imigrantes em seu quadro de funcionários e fazia estudos no sentido de trazer outros.

Outro fator importante que não pode deixar de ser citado é a relação com a FRAUL, Fraternidade Ultramarina. Este movimento foi uma das organizações de “retornados” mais ativas. Sediada em Lisboa, dedicava-se ao apoio aos migrantes da descolonização que chegavam em Portugal. Foram estabelecidos contatos para que a Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras auxiliasse aqueles que desejassem migrar novamente e que pretendiam vir para o Brasil. A colaboração entre ambas, levou um de seus membros a visitar o Brasil. O acordo entre a FRAUL e as lideranças da comunidade no Brasil estabeleceu que aquele movimento preencheria e remeteria à Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras os boletins de emigração de pessoas interessadas. A FRAUL ainda prestava esclarecimentos sobre as atividades de apoio prestadas pela entidade parceira no Brasil. Na sua sede seria afixada uma relação de empregos disponíveis no Brasil. A FRAUL solicitava, ainda, que tal relação fosse periodicamente atualizada com o envio de informações quanto às oportunidades de emprego.<sup>517</sup>

Encontramos uma amostra de 94 cartas de apresentação que acompanhavam os boletins de emigração. Entre elas havia a apresentação de indivíduos das mais diversas profissões: mestre de traineira, instrutor automobilístico, contador, hoteleiro, veterinário, economista, guarda-livros, bancários, professores, engenheiros, empregados do comércio, agricultores, comerciantes, industriais, técnicos agrícolas, mestre de armação, empregados de escritório, motoristas, mecânicos, tipógrafos, técnico de minérios, cortador de carne, serralheiro, técnico de contas e topógrafo. É possível perceber, assim, a variedade de profissionais interessados em migrar. Quanto à escolaridade, tem-se indivíduos com curso técnico, curso liceal, o equivalente ao ensino médio (completo ou não), superior completo, ensino industrial (completo ou não). O grau de instrução era, portanto, abrangente. O tratamento dessas fontes é feito mais detalhadamente adiante, no próximo capítulo.

Esse apoio não era algo novo. Em 1961, por conta do ataque da UPA às fazendas no norte

<sup>516</sup> PORTUGUESES trocam pátria por Alagoas. *Jornal de Alagoas*, Maceió, p. s/n., 23 Out. 1975.

<sup>517</sup> Movimento Nacional de Fraternidade Ultramarina [carta] 28 nov. 1975, Lisboa [para] Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso – Brasileiras, Rio de Janeiro. 1f.

de Angola, houve entre a comunidade portuguesa no Brasil, a nível nacional, uma campanha para arrecadar dinheiro para a Cruz Vermelha Portuguesa, que deveria ser empregado no auxílio aos portugueses que viviam em Angola. Na sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras encontramos quatro pastas cujo conteúdo são listas de arrecadação com quantias recolhidas em todo o país e nomes dos doadores. Pelo conteúdo encontrado, os responsáveis pela arrecadação do dinheiro eram comerciantes e industriais portugueses. Em uma das pastas foram encontradas frases como “Portugueses do Brasil: ajudai vossos irmãos de Angola!” ou “Goa há de ser libertada”. Essa documentação reforça, por outro lado, o que afirmamos anteriormente: não havia no Brasil uma diferenciação entre portugueses nascidos na Europa e seus descendentes nascidos nas colônias.

Outra questão que endossa essa constatação é a criação de um movimento da comunidade lusitana batizado de "Viva Portugal". Portugueses residentes no país estavam organizando um movimento com o propósito de “lutar contra a implantação do Comunismo em seu país”, e lançaram um manifesto intitulado “Proclamação da Colônia Portuguesa no Brasil”.<sup>518</sup> Diz o documento sobre a revolução iniciada em 25 de Abril de 1974:

A revolução de 25 de Abril foi julgada pela colônia portuguesa do Brasil como mais um motivo de orgulho e de esperança nos altos destinos da Nação, congratulando-se com as Forças Armadas pela sinceridade dos seus propósitos democráticos e a eficiência de sua construção pacífica.

Todos aqui estão dispostos a colaborar, na medida de suas forças, para a edificação de um Portugal renovado, onde impere a justiça e a liberdade, e onde se explore os recursos econômicos nacionais de tal forma que a ninguém falte o necessário à vida.<sup>519</sup>

Após décadas de um governo ditatorial afinado com os regimes ocidentais anti-esquerdistas, em uma ordem mundial bipolar, a revolução dificilmente não seria capitaneada por ideais que não fossem de esquerda. Tal fato preocupava a comunidade Portuguesa no Brasil, como fica atestado no seguinte trecho do documento:

Côncios, porém, dos agudíssimos sintomas de dissolução moral e social que se estão

<sup>518</sup> INFORMAÇÃO N. 104/75 /SIGAB. I – O movimento “Viva Portugal” e a Imprensa brasileira, Brasília, 28 fev. 1975, f.1. info. n. 13016/72/AC/SNI, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal – COREG, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.6.

<sup>519</sup> PROCLAMAÇÃO DA COLÔNIA PORTUGUESA NO BRASIL, Brasil, fev. 1975, doc. n. 1, In: INFORMAÇÃO N. 104/75 /SIGAB. I – O movimento “Viva Portugal” e a Imprensa brasileira, Brasília, 28 fev. 1975, (doc. 1), f.9, info. n. 13016/72/AC/SNI, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal – COREG, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.6.



observando no nosso país, lançamos um dramático apêlo (sic), a quem ainda o possa ouvir, para que cerrem fileiras à volta de um único ideal – o ideal da pátria portuguesa em perigo. A política de todos os portugueses só pode ser uma: aquela que saiba defender o direito à sua sobrevivência. De contrário estaremos em face de um suicídio coletivo. Os ideais importados que só podem trazer como consequência a escravatura de todo um povo e sua rápida aniquilação em favor dos novos imperialismos, não servem a nenhuma nação que queira proclamar o seu simples direito à vida.<sup>520</sup>

Fica demonstrado que se temia que Portugal, país com uma “missão colonizadora” como defendia o nacionalismo imperialista, passasse a partir daquele momento a ser colonizado pelos ideais tradicionalmente combatidos pela ditadura do Estado Novo:

Portugal se não despertar imediatamente para o perigo de morte que o está ameaçando de todos os lados, caminhará a passos de gigante para o seu fim. Recusamo-nos frontalmente a admitir que outros sejam os donos do nosso destino, e que a pretexto de tanta descolonização, nos colonizem a nós.<sup>521</sup>

A nota da embaixada de Portugal, publicada por sua vez antes da publicação da tal “Proclamação da colônia Portuguesa”, revela a falta de diálogo entre a comunidade portuguesa e a representação diplomática máxima de seu país no Brasil, que não foi procurada nem mesmo para uma consulta de esclarecimento quanto à conjuntura atravessada sobre o desejo de tornar público o documento. Tal fato demonstra que as visitas de Carlos Galvão de Melo e do embaixador de Portugal ao Rio de Janeiro no ano anterior tiveram pouco efeito. O posicionamento, que causou surpresa, é interpretado pela embaixada como alarmista, mas não mal intencionado.<sup>522</sup>

A Proclamação teve repercussão na imprensa brasiliense. O Jornal da Tarde e o Jornal de Brasília, por exemplo, dedicaram reportagens à divulgação do documento. O primeiro cita o editor português Vitor Alegria, que no dia anterior foi ouvido pelo jornal e fez uma análise do conteúdo da proclamação. Segundo ele, aqueles que não aceitam aderir ao movimento, como ele próprio, “são rotulados imediatamente de comunistas, numa técnica muito utilizada pelos salazaristas”.<sup>523</sup> Para o jornalista, que era simpático à Revolução dos Cravos, o teor do

<sup>520</sup> PROCLAMAÇÃO da Colônia Portuguesa no Brasil, Op. Cit.

<sup>521</sup> PROCLAMAÇÃO da Colônia Portuguesa no Brasil, Ibidem.

<sup>522</sup> NOTA da Embaixada de Portugal, Brasília, 13 jan. 1975, doc. n. 2, f.10, info. n. 13016/72/AC/SNI, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal – COREG, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.6.

<sup>523</sup> VIVA Portugal surpreende embaixada, *Jornal de Brasília*, Brasília, p. 1, 14 fev. 1975. doc. n. 3, fl.11, info. n. 13016/72/AC/SNI, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal – COREG,

documento era um “pífio saudosismo salazarista”. Sobre o texto em si, a redação era “nebulosa e chocante, pelo tom de insinuação, característica dos ideais salazaristas”. O saudosismo do documento é lamentado:

Além disso acho lamentável o saudosismo colonialista expresso em um dos parágrafos, no momento em que as relações entre Portugal e Brasil se definem em franqueza e independência, principalmente em relação à África que começa a ver o governo brasileiro sem suspeição, graças à nova orientação política do presidente Geisel, chamado em Lisboa de “o Spínola brasileiro”.<sup>524</sup>

O jornal da Tarde, em edição publicada no mesmo dia, noticiou que o comunicado em questão foi distribuído para a imprensa no dia anterior. Destacou as reações da embaixada Portuguesa, que se colocou contra o comunicado e do Ministério das Relações Exteriores, que até então não tinha se pronunciado. Alguns diplomatas, entretanto, asseguraram que se o movimento ganhasse vulto, o governo brasileiro iria tomar providências no sentido de interrompê-lo, pois, segundo as fontes ouvidas “O Brasil não interfere aos assuntos internos de outros países nem pode permitir que grupos de estrangeiros residentes no país o façam”.<sup>525</sup> A reportagem informa ainda que os signatários pediam que a proclamação fosse divulgada pelos portugueses do Brasil por todos os meios, que cópias fossem enviadas “a seus amigos, não só do Brasil, mas também de Portugal, Ilhas adjacentes, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor, Macau, Goa, Damão e Diu”.<sup>526</sup>

Depreende-se que o movimento tinha, de fato, como sublinhava Vitor Alegria, conotações conservadoras e defensoras do império que estava chegando ao seu fim. Esta questão nos lembra um trecho da fala de Augusto, neto de portugueses, nascido em Angola em 1951 quando, ao fazer uma avaliação dos portugueses hoje, destaca como a ideia do império colonial se perpetua no imaginário coletivo português: “Arrogância, continua presente hoje. Pensam que ainda têm as caravelas, que ainda são donos da metade do planeta e que são eles os patrões”.<sup>527</sup>

Dias depois da divulgação do manifesto, os Ministérios das Relações Exteriores e Justiça liberaram um comunicado à imprensa em que tornam oficial a posição do governo brasileiro sobre o movimento. No documento

---

BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.6.

<sup>524</sup> VIVA Portugal surpreende embaixada, Op. cit.

<sup>525</sup> O APELO português de Brasília: “Viva Portugal”, *Jornal da Tarde*, Brasília, p. 10, 14 Fev. 1975. doc. n. 4, f.12, info. n. 13016/72/AC/SNI, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal – COREG, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.6.

<sup>526</sup> O APELO português de Brasília: “Viva Portugal”, Op. Cit.

<sup>527</sup> Entrevista com Augusto, Rio de Janeiro, 5 de Junho de 2011.

invocam o decreto-lei n. 941, de 13 de Outubro de 1969, que no seu artigo 119:

proíbe aos estrangeiros admitidos no território nacional o exercício de qualquer atividade de natureza política, mesmo quando realizada apenas /entre os compatriotas e relacionada a acontecimentos políticos do país de origem.<sup>528</sup>

Dois dias depois, o jornal O Estado de São Paulo noticia que a imprensa, que se posicionava contrariamente à “esquerdização do país” (entre aspas no original), não seria afetada pela portaria ministerial que marcava a posição do governo brasileiro.<sup>529</sup> Essa também era a opinião de Ernani Saião Moreira, gerente-geral do Jornal O Mundo Português, no Rio de Janeiro.<sup>530</sup>

Do cruzamento de todas essas fontes depreende-se, como já afirmado anteriormente, que o Brasil era uma escolha para aqueles que não concordavam com a forma como o processo de transição para a independência política estava sendo feito nas ex-colônias portuguesas na África, para aqueles que não desejavam retornar para a situação econômica deixada em Portugal, para aqueles que perderam suas vidas confortáveis e até mesmo privilegiadas. Para todos esses, a situação socioeconômica do Brasil era um fator de atração, além das questões de parentesco.

Por outro lado, pode-se concluir da leitura dos documentos, das entrevistas feitas e da análise dos currículos encontrados tanto no Arquivo Histórico do Itamaraty quanto na sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras que o governo Brasileiro abrigou

<sup>528</sup> COMUNICADO conjunto – Ministério da Justiça Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 19 Fev. 1975, doc. n. 5, f.13, info. n. 13016/72/AC/SNI, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal – COREG, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.6.

<sup>529</sup> Este periódico, segundo a Informação n. 104/75 / SIGAB foi “sistemático no combate ao comunismo e as posições socialistas”. Adotando a sobriedade nas informações que publica, busca esclarecer os leitores dos “perigos que ameaçam Portugal”. (doc. n. 16). Cf. INFORMAÇÃO N. 104/75 /SIGAB. I – O movimento “Viva Portugal” e a Imprensa brasileira, Op. Cit., f 7.

<sup>530</sup> Para Ernani Saião Moreira, a situação do jornal era delicada, uma vez que era (e ainda é) uma publicação brasileira dedicada à colônia lusitana no Brasil. Ao jornal O Estado de São Paulo, reforçando o posicionamento do seu veículo de comunicação, disse que “O Mundo português luta por um regime de plenos direitos democráticos em Portugal e não por uma ditadura militar esquerdista”. Cf. PORTARIA não afeta jornal, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 8, 21 Fev. 1975, doc. n. 6, f 14, info. n. 13016/72/AC/SNI, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal – COREG, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.6.

grande variedade de indivíduos, o que indica que Antônio Francisco Azeredo da Silveira foi bem sucedido no que se refere ao seu intento de conseguir respaldo para o governo tanto entre os imigrantes portugueses quanto na imprensa, mobilizando assim a opinião pública.

## Capítulo 4

### A inserção na sociedade brasileira

#### 4.1. A migração portuguesa e luso-angolana para o Brasil em números

“Foram muitos os que vieram para o Brasil, entre 200 a 500 mil pessoas, segundo um registro antigo que me deram”.<sup>531</sup> Este número não corresponde à realidade, como mostramos na introdução. É possível perceber pela tabela referente às permanências concedidas, que os anos de pico foram os anos de 1975 a 1977, ora, justamente os da independência das ex-colônias portuguesas na África e da chegada daqueles que antes do Brasil estiveram em outros países, como, por exemplo, África do Sul ou em Portugal, sobretudo, após deixarem Angola.

Devido às dificuldades encontradas na chegada em outros países, muitos estavam dispostos a emigrar novamente. O Brasil era uma das principais opções de destino. Um grande número de candidatos à emigração para o Brasil se apresentou na embaixada brasileira em Portugal, bem como nas repartições consulares em Lisboa e na cidade do Porto. Pesquisas com candidatos à emigração e análise de questionários enviados por mala diplomática a Brasília, indicam que a maioria dos postulantes a migrantes, cerca de 75 %, eram:

elementos capacitados tecnicamente e validos para o processo brasileiro de desenvolvimento, que em geral contam com recursos próprios para o pagamento de todas as despesas de transporte, instalação e manutenção inicial no Brasil.” A maioria estava disposta “a partir de imediato, mesmo sem garantias de emprego e visto permanente.”<sup>532</sup>

Os restantes 25% eram indivíduos “com média, baixa ou nenhuma qualificação”. Alguns contavam com meios para a viagem. Os que não tinham nenhum recurso contavam com a

---

<sup>531</sup> Entrevista com Henrique, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009.

<sup>532</sup> FONTOURA, C.A. da. [telegrama 2705], 09 out. 1975, Lisboa [para] Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 3 f. Emigração portuguesa para o Brasil, f. 1, Série Brasil-Portugal, Telegramas Confidenciais, Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO), Seção de Arquivo Histórico, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, Brasília D.F.

possibilidade de o IARN pagar-lhes a passagem além de subsídio mensal.<sup>533</sup>

Nos Anuários Estatísticos do Brasil analisados, há anos sem registro de entrada de portugueses em caráter temporário. Há casos em que os órgãos federais que forneciam os dados ao IBGE não o fizeram, causando assim lacunas na documentação. Este é o caso das fontes relativas aos anos de 1977 a 1981, que disponibilizam as estatísticas oficiais de 1976 a 1980. Tentamos, através de contatos com a Polícia Federal e com o Ministério do Trabalho, obter as estatísticas referentes à segunda metade da década de 1970, sem sucesso. Segundo a resposta oficial da Polícia Federal o Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros, SINCRE, criado em 1986 "possui módulo bastante limitado de extração de estatísticas (...). No SINCRE atual, por vezes a estatística pretendida sequer está disponível e, mesmo quando o dado existe, nem sempre pode ser acessível de maneira automática (...)."<sup>534</sup> O dado conseguido refere-se ao total de portugueses que ingressaram no país de 1972 a 2004, que somavam 46.094.<sup>535</sup> Não consta, entretanto, se este número se refere ao total dos que entraram em caráter definitivo no país. Desta forma, não é possível, infelizmente, fazer uma comparação ano a ano. O Arquivo Nacional tão pouco contém esses dados. Seu acervo referente a estrangeiros é composto por relações da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras e do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, sendo que o acervo relativo aos portos abrange o período 1940-1964. Além desses fundos, a instituição conta também com fundos para pesquisas sobre imigração e colonização promovidas pela União e por empresas e/ou particulares, informações sobre recadastramento de estrangeiros e Dados relativos à naturalização e expulsão.<sup>536</sup> A pesquisa nos fichários do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras é complexa, uma vez que são organizados nominalmente, não por ano de entrada ou por nacionalidade. Do total de amostras encontradas foram localizados poucos prontuários de entrada.

Os dados disponibilizados pelos Anuários Estatísticos do Brasil, para a primeira metade daquela década, confirmam que os portugueses entravam predominantemente como turistas e obtinham seus vistos de permanência posteriormente. Esta, aliás, é a única estatística que consta

---

<sup>533</sup> FONTOURA, C.A. da. [telegrama 2705], Op. Cit., f. 1-2.

<sup>534</sup> Resposta oficial da Polícia Federal à solicitação feita através do Serviço de Informação ao Cidadão, SIC, em 6 de março de 2014.

<sup>535</sup> Tal informação foi obtida através do contato com o pesquisador Jurandir Zamberlam em 8 de março de 2014 por e-mail. Autor de *O PROCESSO MIGRATÓRIO NO BRASIL – os desafios da mobilidade humana na globalização*, Porto Alegre: Pallotti, 2004, o pesquisador gentilmente enviou-me os dados brutos do próprio SINCRE, nos quais se baseou para a obra em questão.

<sup>536</sup> Dado disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=168>. Acesso em: 29 mar. 2014.

de todas as fontes consultadas. As tabelas intitulam-se assim: Imigrantes entrados no país, em caráter permanente, segundo vários aspectos; Imigrantes entrados no país, em caráter permanente, segundo país de nacionalidade; Imigrantes entrados no país, em caráter temporário, segundo vários aspectos; Imigrantes entrados no país, em caráter temporário, segundo país de nacionalidade; Permanência de estrangeiros concedidas, segundo país de nacionalidade e Unidade da Federação de Residência; Turistas estrangeiros, entrados no Brasil, segundo país de procedência e Unidades da Federação de Acesso. A última tabela quanto às migrações trata das naturalizações.

Considerando – se o período 1970-1972, foram concedidos 331, 677 e 762 vistos de permanência respectivamente.<sup>537</sup> Quanto àqueles que entraram com o visto de turistas, temos para o ano de 1970, 4.328 e para 1971, 8.785.<sup>538</sup> período 1972 – 1974, temos respectivamente 1.095, 581 e 426 migrantes portugueses entrados no país em caráter permanente.<sup>539</sup> Os números divergem se considerarmos as permanências de estrangeiros concedidas entre 1973 e 1975. Nesse caso temos respectivamente 971, 996 e 5.628 migrantes.<sup>540</sup> Se levarmos em consideração o número de turistas, para o período de 1972 a 1974, teremos respectivamente 14.482, 14.096 e 16.084.<sup>541</sup> Quanto ao turistas para o período de 1973 – 1975, temos 14.096, 16.084 e 38.485. Entraram no país predominantemente pelo Rio de Janeiro e por São Paulo. Pela primeira cidade entraram 8.525 em 1973, 10.923 em 1974 e 30.218 em 1975. Por São Paulo entraram 4.714 em 1973, 4.245 em 1974 e 6.770 em 1975. Esses números mostram que o Rio de Janeiro era a

---

<sup>537</sup> Tabela 2.2.5.4 - Permanência de estrangeiros concedidas segundo o país de nacionalidade e Unidades da Federação de residência - 1970-1972, In: Anuário Estatístico do Brasil – 1973, Rio de Janeiro: IBGE. Centro Editorial, 1973, p. 137. (Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1973.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1973.pdf)). Acesso em: 20 fev. 2014.

<sup>538</sup> Tabela 2.2.5.5 - Turistas estrangeiros entrados no Brasil, segundo país de procedência e as Unidades da Federação de acesso - 1970 - 1972, In: Anuário Estatístico do Brasil – 1973, Rio de Janeiro: IBGE. Centro Editorial, 1973, p. 138-141. (Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1973.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1973.pdf)). Acesso em: 20 fev. 2014.

<sup>539</sup> Tabela 2.2.3.2 – Imigrantes entrados no Brasil, em caráter permanente, segundo o país de nacionalidade – 1972-1974, In: Anuário Estatístico do Brasil – 1975. Ano 1, Rio de Janeiro: IBGE. Centro Editorial, 1975, p. 107. (Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1975.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1975.pdf)). Acesso em: 25 ago. 2013.

<sup>540</sup> Tabela 2.2.3.3 – Permanência de estrangeiros concedidas, segundo o país de nacionalidade e Unidades da Federação de residência – 1973-75, In: Anuário Estatístico do Brasil – 1976. Ano 1, Rio de Janeiro: IBGE. Centro Editorial, 1976, p. 143. (Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1976.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1976.pdf)). Acesso em: 25 ago. 2013.

<sup>541</sup> Tabela 2.2.3.6 – Turistas estrangeiros entrados no Brasil, Segundo o País de procedência e as Unidades da Federação de acesso – 1972-1974. In: Anuário Estatístico do Brasil – 1975. Ano 1, Rio de Janeiro: IBGE. Centro Editorial, 1975, p. 110-114. (Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1975.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1975.pdf)). Acesso em: 25 ago. 2013.

principal porta de entrada do país.<sup>542</sup> Note-se uma elevação bastante significativa.

Pelo cruzamento das informações constata-se que o período de 1975 a 1977 foi o período de pico das concessões de residência permanente, com destaque para o ano de 1976. Como mostramos, entrava-se com o visto de turista e a força-tarefa ou a estrutura montada para apoio pelas instituições da comunidade portuguesa auxiliava-os na obtenção da documentação para residência permanente. Um exemplo disso, são as fichas de inscrição encontradas na Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, que confirmam por amostragem o que dissemos acima. De um universo de 471 fichas de imigrantes atendidos, 22 declararam ter entrado com visto de imigrantes (residência permanente), 12 não informaram. Os restantes 437, declararam entrar como turistas.

**Tabela 4 - Imigrantes portugueses entrados no Brasil, em caráter permanente, segundo o país de nacionalidade**

| <b>Ano</b>  | <b>Estatísticas<br/>Oficiais</b> |
|-------------|----------------------------------|
| <b>1971</b> | 807                              |
| <b>1972</b> | 1095                             |
| <b>1973</b> | 581                              |
| <b>1974</b> | 426                              |
| <b>1975</b> | 959                              |
| <b>1976</b> | -                                |
| <b>1977</b> | -                                |
| <b>1978</b> | -                                |
| <b>1979</b> | -                                |
| <b>1980</b> | -                                |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1972-1980). (Disponíveis em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=720>). Acesso em: 20 fev. 2014.

<sup>542</sup> Tabela 2.2.3.4 – Entrada de Turistas estrangeiros, Segundo o País de procedência e as Unidades da Federação de acesso – 1973-1975, In: Anuário Estatístico do Brasil – 1976. Ano 1, Rio de Janeiro: IBGE. Centro Editorial, 1976, p. 145-149. (Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1976.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1976.pdf)). Acesso em: 25 ago. 2013.



**Tabela 5 - Imigrantes portugueses entrados no Brasil, em caráter temporário (1971 - 1980)**

| Ano  | Estatísticas Oficiais |
|------|-----------------------|
| 1971 | -                     |
| 1972 | 10                    |
| 1973 | 14                    |
| 1974 | 11                    |
| 1975 | -                     |
| 1976 | -                     |
| 1977 | -                     |
| 1978 | -                     |
| 1979 | -                     |
| 1980 | -                     |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1972-1981). (Disponíveis em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=720>). Acesso em: 20 fev. 2014.

**Tabela 6 - Permanência de portugueses concedidas (1971-1980)**

| Ano         | Estatísticas Oficiais |
|-------------|-----------------------|
| <b>1971</b> | <b>677</b>            |
| <b>1972</b> | <b>782</b>            |
| <b>1973</b> | <b>971</b>            |
| <b>1974</b> | <b>996</b>            |
| <b>1975</b> | <b>5.628</b>          |
| <b>1976</b> | <b>9.017</b>          |
| <b>1977</b> | <b>7.205</b>          |
| <b>1978</b> | <b>3.266</b>          |
| <b>1979</b> | <b>2.117</b>          |
| <b>1980</b> | <b>1.441</b>          |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1972-1981). (Disponíveis em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/d\\_detalhes.php?id=720](http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=720)). Acesso em: 20 fev. 2014.

**Tabela 7 - Turistas portugueses entrados no Brasil – (1971-1980)**

| <b>Ano</b>  | <b>Estatísticas<br/>Oficiais</b> |
|-------------|----------------------------------|
| <b>1971</b> | <b>8.785</b>                     |
| <b>1972</b> | <b>14.482</b>                    |
| <b>1973</b> | <b>14.096</b>                    |
| <b>1974</b> | <b>16.084</b>                    |
| <b>1975</b> | <b>38.485</b>                    |
| <b>1976</b> | -                                |
| <b>1977</b> | -                                |
| <b>1978</b> | -                                |
| <b>1979</b> | -                                |
| <b>1980</b> | -                                |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1973-1981). (Disponíveis em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/d\\_detalhes.php?id=720](http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=720)). Acesso em: 20 fev. 2014.

**Tabela 8 - Portugueses residentes no Brasil, segundo o censo de 1970**

| <b>Homens</b>  | <b>Mulheres</b> | <b>Total</b>   |
|----------------|-----------------|----------------|
| <b>227.202</b> | <b>183.014</b>  | <b>410.216</b> |

Fonte: Censo Demográfico 1970 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Tabela 9 - Portugueses residentes no Brasil, segundo o censo de 1980**

| <b>Homens</b>  | <b>Mulheres</b> | <b>Total</b>   |
|----------------|-----------------|----------------|
| <b>187.780</b> | <b>161.035</b>  | <b>348.815</b> |

Fonte: Censo Demográfico 1980 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Tabela 10 - Portugueses residentes no Brasil, segundo o censo de 1991**

| <b>Homens</b>  | <b>Mulheres</b> | <b>total</b>   |
|----------------|-----------------|----------------|
| <b>117.296</b> | <b>107.553</b>  | <b>224.849</b> |

Fonte: Censo Demográfico 1991 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Tabela 11 - Portugueses naturalizados Brasileiros, segundo o Censo de 1970**

| <b>Homens</b> | <b>Mulheres</b> | <b>Total</b>  |
|---------------|-----------------|---------------|
| <b>19.995</b> | <b>7.772</b>    | <b>27.767</b> |

Fonte: Censo Demográfico 1970 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Tabela 12 - Portugueses naturalizados Brasileiros, segundo o Censo de 1980**

| <b>Homens</b> | <b>Mulheres</b> | <b>Total</b>  |
|---------------|-----------------|---------------|
| <b>28.944</b> | <b>28.944</b>   | <b>43.846</b> |

Fonte: Censo Demográfico 1980 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Tabela 13 - Portugueses naturalizados brasileiros, segundo o censo de 1991**

| <b>Homens</b> | <b>Mulheres</b> | <b>Total</b>  |
|---------------|-----------------|---------------|
| <b>38.761</b> | <b>23.024</b>   | <b>15.737</b> |

Fonte: Fonte: Fonte: Censo Demográfico 1991 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Como mostramos até aqui, a migração portuguesa do período estudado teve um perfil diferente da migração portuguesa tradicional. Eram empresários, políticos, profissionais liberais, entre outros que tinham alguma ligação com o Estado Novo, fosse esta apenas ideológica ou prática. Houve, entretanto, quem viesse por motivos em nada ligados à política e sim a questões de parentesco e/ou econômicas: vários daqueles que aqui se estabeleceram foram atraídos pelo “milagre econômico”. O Brasil oferecia, na época, muitas facilidades para o ingresso desses migrantes.<sup>543</sup> Entretanto, como mostram os dados dos Censos populacionais de 1970, 1980 e 1990, apesar da grande concessão de vistos de permanência entre 1975 e 1977, de uma forma geral, o país perdeu população de nacionalidade portuguesa.

Isso se deve, segundo entendemos, as saídas, mas também a quanto a naturalizações concedidas. Ora, comparando as duas tabelas, constata-se que no que diz respeito às naturalizações concedidas ao longo da década de 1980, houve um salto no quantitativo em relação às duas décadas anteriores, ainda que esse montante seja bem menor do que a diferença entre a população portuguesa do censo de 1970 e a de 1980, o que confirma que muitos dos migrantes da descolonização saíram do país nos anos 1980. A década de 1980, também foi a década em que o país registrou o menor número de portugueses residentes. Segundo Renato Pinto Venâncio a média de portugueses chegados na segunda metade do ano de 1975 foi semelhante, ou mesmo superior ao do período conhecido como da migração em massa, fim do século XIX e princípio do XX. O mesmo autor sublinha que esta nova onda de migração não se fixou no país. Quando a ilusão do milagre econômico se desfez, cerca de 90% dos entrados retornaram a Portugal. Diz ainda, que, com a aproximação portuguesa da Europa na década de 1980 e o envelhecimento dessa população, os índices migratórios para o Brasil diminuíram.<sup>544</sup>

Com relação ao local de onde partiram, aos recursos para financiar a viagem para o Brasil, a instrução, situação legal, estado civil e as qualificações profissionais, o exame das fichas de inscrição encontradas na Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras mostra que a maior parte deles vinha de Portugal, seguido de Angola, Moçambique e outras procedências, tais como: África do Sul e Rodésia. Havia quem desembarcasse vindo da Espanha e da França. Com relação a esses últimos não há indicação do local de procedência, se Portugal ou suas antigas colônias. Dos 471 migrantes o quadro então é o seguinte:

---

<sup>543</sup> LOBO, E.M.L. Op. Cit., p. 239.

<sup>544</sup> VENÂNCIO, R.P. Presença Portuguesa de colonizadores e imigrantes. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: 2000, p. 74 e 76.

Declararam proceder de Angola 183 pessoas. Eram originários de diferentes cidades. Eram elas: Luso (1), Gabela (1), Santa Comba (1), Nova Lisboa, atual Huambo (4), Silva Porto (5), Luanda (13) e Carmona (1). Outros 219 vieram de Portugal. Seus locais de origem no país eram Funchal (1), Lamego (1), Aveiro (1), Tavira (1), Porto (11), Coimbra (1), Ilha da Madeira (4), Paredes de Coura (1), Chaves (1), Minho, (2) Lisboa (130), Vila Nova de Paiva (1) e Barcelos (1). As fichas dos que chegaram de Portugal não informam se estes estavam vindo de Angola ou outra ex-colônia via Portugal. Houve ainda 53 pessoas vindas de Moçambique. Deixaram o país pela cidade da Beira (2) e Maputo (10). Os demais não informaram. Outras procedências eram a África do Sul (1), a Rodésia (3), Espanha (2), que deixaram o país por Madrid e França (2), sendo que (1) declarou deixar o país via Paris. Houve ainda quem não tenha especificado procedência (7).

Apesar da variedade de cidades, esse dado só informa o local de saída. Portanto, o alcance da atração brasileira. Quanto ao ano de chegada, temos que 91 indivíduos chegaram ao Rio de Janeiro em 1975, 370 desembarcaram em 1976 e em 10 fichas não consta o ano de chegada. O fato de que os migrantes da amostra em questão chegaram majoritariamente em 1976, pode indicar que entre aqueles que vieram de Portugal estavam indivíduos que deixaram a África e tiveram uma vivência em Portugal antes de migrar para o Brasil.

Quanto às profissões, como vimos anteriormente, o quadro era bem diverso. Havia uma grande variedade de técnicos. Havia também profissionais sem nenhuma qualificação superior ou técnica, com ocupações as mais variadas. Dos que informaram as profissões tem-se o seguinte quadro: aposentados (2), jurista (1), oficial maquinista (1), estocador (1), marceneiro (2), assistente de geólogo (1), técnicos agrícolas (2), decorador (1), feirante (1), construtor civil (1), datilógrafo (1), repórter fotográfico (1), agente comercial (1), publicitário (1), alfaiate (1), soldadores (3), médico (1), garçons (2), desenhistas de projeto (2), desenhistas (2), técnico de manutenção de aviões (1), bate chapa (1), chefe de departamento (1), arquitetos (2), recencionista (1), artista de variedades (1), metalúrgico (1), examinador de seguros (1), fisioterapeuta (1), lanterneiro (1), cabeleleira (1), pescador (1), viajante (1), correspondente (1), pedreiro (1), técnicos de máquina (2), operador de máquinas (1), auxiliar de escritório (1), auxiliares técnicos de pecuária (2), canalizador (1), modista (1), funcionário público (1), empregado de armazém (1), empregado agrícola (1), auditor (1), pilotos comerciais (7), pintores (6), técnico de vendas (1), sacerdote (1), prospector de vendas (1), inspetor de vendas (3), recepcionista (1), física (1), técnico

agrícola (1), técnico de produção de petróleo, técnico vinhos (1), técnico refrigeração (1), representante comercial (1), programador (5), auxiliar de enfermagem (1), chefe de armazém (1), trabalhador do ramo industrial (1), industriais (10), agente de viagens (1), supervisor da TAP (1), aeroviário (2), comerciantes (11), secretárias (3), agente técnico (1), telefonista (1), primeiro escriturário (8), comissário de bordo (1), contabilista (3), contador (3), engenheiros (36), sapateiro (1), topógrafo (2), costureira (1), ajudante de farmácia (1), eletricitista mecânico (1), eletricitista (13), administrador bancário (1), empregado bancário (6), empregado fabril (1), mecânico de automóveis (1), técnico de rádio (1), mecânico de rádio (1), mecânico de máquina de escritório (1), mecânico dial (1), mecânico tel. (1), mecânicos (6), eletro mecânicos (2), gerente industrial (4), agrimensor (1), cafeicultor (1), química farmacêutica (1), manicure (1), economista (2), marítimo (1), mestre de obras (2), química (1), almoxarifado peças (1), serralheiro mecânico (4), professores (8), vendedor (1), torneiro mecânico (2), gerente comercial (11), agricultor (8), montador eletricitista (1), técnico de manutenção eletrônica (1), guarda livros (2), hotelaria (4), técnico de sistema mecanógrafo (1), mecanógrafos (2), despachante (1), domésticas (53), ramo comercial (61), motoristas (4), serralheiros (4), enfermeira (1), empregados de escritório (14), estudantes (40), empregado de companhia marítima (1), outras (4). Além desses informaram não ter profissão (5) e não informaram suas profissões (3).<sup>545</sup>

Assim sendo, no tocante ao nível de formação, tem-se pessoas de todos os níveis, do primário ao ensino superior. Declararam ter ensino superior (84) migrantes. Este número é acompanhado de perto por aqueles que declararam ter o primário (77) migrantes. Há quem tenha declarado ter 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> classe. Sendo essas parte do curso primário, temos que este número sobre para 115. Esse total sobe mais se contabilizarmos quem declarou ter o 1<sup>o</sup> grau (24). Sendo assim, o total passou para (139), o que faz com que os migrantes com curso superior não sejam a maior parte dos que aqui chegaram. Se somarmos a esse número aqueles que declaram ter o curso dos liceus, o equivalente ao segundo grau, a diferença continua a aumentar, visto que declaram ter o curso do Liceu, completo ou não, (18); 2<sup>o</sup> grau (81), ensino médio (9) e Curso Secundário (16). Os migrantes com segundo grau somaram (124). Há ainda aqueles que declararam ter o curso industrial (6), Curso Comercial (13). Houve quem não declarasse o nível de instrução (22). Houve, ainda quem o informasse de forma muito vaga. Exemplos do que queremos dizer são: ciclo preparatório (1), 1<sup>o</sup> ano (1), 2<sup>o</sup> ano (9), 3<sup>o</sup> ano (5), 4<sup>o</sup> ano (2), 5<sup>o</sup> ano (25), 6<sup>o</sup> ano (2), 7<sup>o</sup> ano

<sup>545</sup> As profissões aqui elencadas estão transcritas tal como constam das fontes.

(9), 1º ciclo (9), 2º ciclo (9). Há também (1) analfabeto, colegial (2), magistério (1). Percebemos assim que, embora tenha havido um número elevado de mão-de-obra qualificada, esta foi suplantada pelos demais níveis de formação, prevalecendo entre esses o primário e o segundo grau. Tal fato mostra que, apesar das medidas do governo interessado em atrair sobretudo profissionais qualificados, estes foram atraídos, mas não superaram o número de profissionais de baixa qualificação.

No que se refere ao estado civil, a grande maioria, 382 migrantes, não o informaram. Dos que fizeram, 57 eram casados e 31 solteiros. No que se refere à situação legal, 434 pessoas entraram no país com visto de turista, 22 com visto de imigrantes e houve 12 que não informaram o tipo de documentação. Quanto aos exames médicos, 439 pessoas tiveram encaminhamento, o que não ocorreu com três pessoas. Não há informação sobre a questão em 28 fichas.

Entre os bairros para os quais tais pessoas se dirigiram ao chegar estão Flamengo (1), Botafogo (3), Copacabana (2), Ipanema (1), Leblon (1), São Cristóvão (3), Senador Camará (1), Bonsucesso (2), Jacarapaguá (1), Jardim Botânico (1), Rio Comprido (2), Queimados (1), Lins de Vasconcelos (1), São Gonçalo (1), Penha (1), Centro (2), Jardim América (1), Glória (1) e Vigário Geral (1). Tal fato indica que os migrantes da descolonização se espalharam após a chegada por toda a cidade e suas adjacências. As fontes, entretanto, não especificam a razão pelo qual foram residir nesses bairros. A escolha pode ter diferentes fatores como razão: local da residência de um parente, instituições da comunidade portuguesa, hospedagem em um hotel até encontrarem residência fixa, empréstimo de moradia até encontrarem uma outra residência. Tais possibilidades são baseadas nos trajetos dos informantes ouvidos. Ao desembarcarem na cidade, como vimos, os locais para onde se dirigiram obedeciam esses critérios.

Segundo Rafael, além do acolhimento nas associações, os migrantes eram também acomodados em hotéis, já que as associações acolhiam grupos de acordo com as suas capacidades. Ele esclarece ainda que tal estrutura era voltada para aqueles que chegavam da África e não para quem vinha de Portugal. Estes últimos ou já tinham parentes na cidade ou vinham com posses para alugar um apartamento. O MAEP também teve um papel na acomodação dos que chegavam:

aquelas casas que tinham melhores condições foram as que deram acolhimento. Sendo que o MAEP (...) chegou a acolher também pessoas, chegou a conseguir alguns donativos, algumas verbas que permitiriam colocar (*sic*) nessas pensões populares, mais

baratas e ficavam algum tempo até o pessoal conseguir emprego.<sup>546</sup>

Quanto às fontes da Fraternidade Ultramarina (FRAUL), foram enviados 94 cartas de apresentação que acompanhavam os boletins de inscrição, citados anteriormente. Dessas, 9 não estão com os boletins anexados. Diferentemente da amostra das 471 fichas acima analisadas, todos os postulantes à migração que preencheram os boletins estavam em Portugal. Sendo assim, o critério aqui era o de naturalidade. A maior parte dos migrantes declararam serem naturais de Portugal (42), seguidos de Angola (23), Moçambique (1), Cabo Verde (1). Havia, até mesmo quem declarasse ser natural do Brasil (1). Os demais, 17, não declararam naturalidade. Entre aqueles que nasceram em Portugal, entre os que declararam a cidade onde nasceram, temos que, seus locais de origem eram Lisboa (5), Porto (3), Viseu (1), Vila Nova de Ourém (1), Caramulo (1), Vila Nova de Gaia (1), Sabugal (1), Orca Fundão (1), Vila Pouca de Aguiar (1), Gouveia (1), Bombarral (1), Vila Lenha de Ródão (1), Mortagua (1), Belas Águas (1), Castelo Paiva (1) e Vila Seca (1), Aldeia das Dez (1), Bodiosa (1), Valpaços (1), Midões (1), Vilas (1), Trancoso (1), Ovar (1) e Mortagua (1). Dos procedentes de Angola, as origens variam entre Zanga (1), Luanda (3), Benguela (1), Malange (1), Nova Lisboa, atual Huambo (3), Cacusó (1), Lobito (3), Porto Amboim (1), Sá da Bandeira, atual Lubando (1), Moçâmedes (1) e Luso, Moxico (1). O único migrante procedente de Moçambique era originário de Lourenço Marques.<sup>547</sup>

Profissionalmente, o quadro se repete. Há profissões das mais variadas, desde aquelas que não necessitam de qualificação, profissões da área técnica e as de nível superior. Há entre elas, também, como nas 471 fichas de inscrição, profissões sem correspondentes no Brasil. O quadro dessa forma é o seguinte: operador de motoniveladoras (1), delegado informação médica (1), datilógrafa (1), torneiro mecânico (1), Piloto aviador (1), eletricista (2), bancário (4), regente agrícola (1), geofísico (1), assistente de geólogo (1), motorista (3), gerente comercial (1), mestre traineira (1), instrutor auto (1), contador (1), hoteleiro (1), veterinário (1), economista (3), tesoureiro de serviço público (2), agricultor e industrial (1), guarda-livros (1), professor (2), engenheiro (11), promotor de vendas (1), empregado comercial (3), comércio/agricultura (2), agricultor de café (1), comerciante (8), industrial (2), técnico agrícola (3), mestre de armação (1), montador de células (1), empregado de escritório (1), comércio/motorista (1), mecânico (3),

<sup>546</sup> Entrevista com Rafael, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2012.

<sup>547</sup> Fichas de candidatos a imigração da Fraternidade Ultramarina. Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras.



Tipógrafo (1), técnico de minérios (1), cortador de carne (1), serralheiro (1), técnico de contas (1), topógrafo (2). Onze indivíduos não informaram a profissão. Em duas fichas, as mesmas estavam ilegíveis.<sup>548</sup> O cruzamento das informações dadas pelas fichas de inscrição com as fornecidas pelos boletins de emigração mostra que havia uma variedade de níveis de formação entre os migrantes. Se houve uma migração de mão de obra qualificada, a mão de obra de baixa qualificação não cessou de chegar.

A maior parte deles era casada (64), havia também solteiros (13) e apenas um era viúvo. Os outros 10 não informaram seu estado civil. Uma minoria dos migrantes tinha algum tipo de recurso próprio, ou seja, meios de sustento (16). A maior parte deles não dispunha de meios para se manter no Brasil (60). Havia ainda quem não tenha declarado ter ou não recursos financeiros (10). Em uma das fichas o dado estava ilegível. A maior parte dos postulantes à migração informou necessitar do apoio inicial dos centros de acolhimento (65). Os que declararam não necessitar de tal auxílio eram 10. A informação não consta em 14 fichas. A maior parte das pessoas informou ter como pagar a passagem de vinda (45). Declararam não poder arcar com seus custos 30 indivíduos. A informação não consta em 12 fichas. Entre aqueles que não tinham essa facilidade, um informou que teria a passagem paga pelo IARN. Os boletins de inscrição foram preenchidos majoritariamente no ano de 1976 (77). Dos restantes, 12 chegaram em 1975. Todos os boletins de emigração foram preenchidos na sua totalidade em Lisboa. Esses dados indicam que aqueles naturais de Angola, Moçambique e Cabo Verde estiveram residindo em Portugal antes de migrarem para o Brasil. O que não pode ser afirmado daqueles que preencheram as fichas de inscrição da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras. Neste último caso, o preenchimento foi feito já no Brasil.<sup>549</sup> Mostram, ainda, que o auxílio prestado pela Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras estendeu-se pelo primeiro semestre de 1976.

É possível perceber, dessa forma, que o perfil desses migrantes era diverso. Se cruzarmos esses dados com os fornecidos pelos Anuários Estatísticos do Brasil de 1976, veremos que, para 1975, dos 959 portugueses entrados em caráter permanente, 559 eram do sexo masculino, 400 do sexo feminino. Quanto à idade, 55 tinham de 0 a 6 anos, 57 tinham de 7 a 11 anos, 107 tinham de 12 a 17 anos, 718 tinham entre 18 e 59 anos e 22 tinham 60 anos ou mais. Quanto a profissão, 16

---

<sup>548</sup> As profissões aqui elencadas estão transcritas tal como constam das fontes.

<sup>549</sup> Fichas de candidatos a imigração da Fraternidade Ultramarina. Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras.

eram agricultores, 246 se dedicavam a atividades domésticas, 27 eram comerciantes, 81 eram engenheiros, 175 eram estudantes, 36 eram executivos, 27 operários qualificados, 4 operários não qualificados, 44 com profissões de nível universitário, 126 com profissões diversas, 3 religiosos, 45 técnicos diversos e 129 sem profissão (menores ou aposentados). Quanto à instrução, 363 tinham instrução primária, 316 tinham nível secundário, 182 tinham nível superior e 98 tinham a escolaridade não esclarecida, incluindo menores. Por fim, no que se refere ao estado civil constam 506 casados, 406 solteiros, 37 viúvos e 10 desquitados, divorciados, separados.<sup>550</sup>

Para o ano de 1976, esses dados não estão disponíveis, visto que o Anuário Estatístico do Brasil republica as estatísticas de 1975. Mas, é possível perceber que, embora o país tenha recebido mão-de-obra qualificada, predominaram profissionais sem nível superior, com nível de instrução primário seguido de perto pela instrução secundária. Esses dados, entretanto, se referem apenas aos que entraram com visto de permanência, não contando aqueles com visto de turistas. Esse dado reforça o quadro que mostramos ao analisar as 471 fichas de inscrição da Sede da federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras. Apesar da intenção do governo de atrair mão-de-obra qualificada e da procura de quadros qualificados por colocação no Brasil, aqueles que chegaram não tinham majoritariamente formação superior. Isso explica a extensão da estrutura montada pela comunidade portuguesa, tanto da Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras quanto do MAEP.

#### **4.2. A inserção na sociedade brasileira**

A inserção na sociedade brasileira foi vivenciada diferentemente pelos imigrantes. Como vimos no capítulo anterior, as redes de apoio, seja por meio de familiares, de desconhecidos, da comunidade portuguesa ou do governo federal, tiveram papel importante no apoio, mas também na inserção dos migrantes da descolonização que chegaram no país. O apoio recebido e a inserção têm relação direta. Henrique, por exemplo, conseguiu colocação profissional como advogado. Sua inserção se deu a partir dos contatos feitos aqui no período de residência anterior no país. Pelo fato de já ter residido aqui anteriormente, de ser casado com uma brasileira, não teve dificuldades:

---

<sup>550</sup> Tabela 2.2.3.1 – Imigrantes Entrados no Brasil, em caráter permanente, segundo vários aspectos – 1975, In: Anuário Estatístico do Brasil 1976. Ano 1, Rio de Janeiro: IBGE. Centro Editorial, 1976, p. 142. (Disponível em: [http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1976/populacao\\_m\\_1976aeb\\_084.pdf](http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1976/populacao_m_1976aeb_084.pdf)). Acesso em: 25 ago. 2013.

Não tive grandes dificuldades de adaptação nem de emprego no Rio de Janeiro em razão da minha permanência anterior no Brasil. Meus amigos me ajudaram. Obviamente, os primeiros anos foram difíceis mas eu e minha mulher conseguimos superar os problemas. (...) Sempre trabalhei e vivi da advocacia. Minha mulher é pedagoga e trabalha há muitos anos no Colégio Pedro II.<sup>551</sup>

Já Fernanda tem um histórico totalmente diferente. Nunca tinha vindo ao Brasil. Não tinha parentes aqui. Tudo era novo. Chegou ao Brasil em abril de 1977, um ano após o marido, Nelson. Desligou-se do trabalho no IARN para vir. Chegou ao Brasil com duas filhas pequenas.

e aí começamos a vida num meio completamente novo para mim. Eu com as duas filhas pequenas. A coisa mais difícil foi tentar ficar em casa com as crianças, que eu nunca fiquei em casa. (...) tive que começar uma vida completamente nova, num mundo novo, que fala a mesma língua, mas há muitas diferenças entre Portugal e Brasil, não é?<sup>552</sup>

Logo que chegou, sendo uma pessoa muito ativa, sentia dificuldade de permanecer em casa. Quis começar a trabalhar mas, para tanto, precisava encontrar um colégio para as filhas. Sua fala também é interessante, pois demonstra uma flexibilização e capacidade de inserção em uma sociedade que lhe era desconhecida. Logo que chegou procurou "encaixar as meninas num colégio e começar a saber quem era a sociedade brasileira, quem era a sociedade montes clarense".<sup>553</sup> Após um tempo, Fernanda frequentou um colégio por três meses. Após esse período, fez contatos com outros estabelecimentos de ensino, inclusive aquele onde suas filhas estavam matriculadas. Buscou fazer trabalhos voltados para a sua área profissional, o Serviço Social. Com isso, estava tentando conhecer o cotidiano dos habitantes de Montes Claros: "esses primeiros anos foram de estudo, digamos".<sup>554</sup> Conseguiu fazer contatos que lhe renderam colaboração com instituições como o SESC, por exemplo, onde chegou a dar palestras, "então ia me envolvendo (...) aprendendo e ao mesmo tempo dando aquela experiência que eu já tinha".<sup>555</sup> Segundo ela foi perceber na área educacional as grandes diferenças entre a sociedade onde se estabeleceu e as sociedades portuguesa e angolana.

Para Carlos, a inserção demorou um pouco. Trabalhava com o pai de 3 às 6 da manhã fazendo lotada numa kombi até a hora de ir para a escola. Na escola municipal onde foi estudar,

<sup>551</sup> Entrevista com Henrique, Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2012.

<sup>552</sup> Entrevista com Fernanda, Montes Claros, 13 de outubro de 2012.

<sup>553</sup> Op. Cit.

<sup>554</sup> Ibidem.

<sup>555</sup> Ibidem.

como chegaram sem nenhum tipo de documentos, fez uma prova de nivelamento. Foi matriculado na terceira série, na qual estudou a metade do ano letivo. Foi, então, transferido para a quarta série, que se mostrou muito puxada. As diferenças entre os dois sistemas de ensino contribuíram para tal. “Demorou um pouco pra se adaptar, até porque lá ainda era aquela escola que dava palmada na mão (...) e aqui não. Aqui já era diferente”.<sup>556</sup> Carlos conta que seu pai sempre fez questão dos filhos estudarem. Ao mesmo tempo que auxiliavam economicamente em casa. Seu irmão, cinco anos mais velho, travou conhecimento com muitos portugueses que se instalaram no Brasil naquele momento. Uns, com situação econômica melhor que sua família. Alguns tinham adquirido estabelecimentos comerciais no centro de Campo Grande. Seu pai, Bruno, foi pedir emprego para o filho a esses comerciantes. Estes ofereciam trabalho de oito da manhã às seis da tarde. Entretanto, o filho estudava à noite. Caso o dono do estabelecimento não aceitasse uma flexibilização de horário, seu filho mais velho não ficava com o emprego.

Há, entretanto, histórias de estranhamento. Estas tinham origem em diferenças culturais e na história das relações luso-brasileiras, nem sempre amistosas. Júlia e Catarina são dois exemplos. Júlia, após uma semana, deixou o hotel na Praça Mauá. Foi viver no bairro do Catumbi. Após o Catumbi, a família se mudou para Laranjeiras. Além da má impressão inicial, havia questões de costumes religiosos como, por exemplo, oferendas a orixás, que lhe causaram uma sensação de estranhamento. Além da religiosidade afro-brasileira, a quantidade de lixo nas ruas também lhe era incômoda. As diferenças de significado de algumas palavras entre o português falado no Brasil e o português falado em Portugal foi outra questão que lhe causou problemas no início. Do ponto de vista econômico, passados alguns anos, Júlia e seu marido compraram um açougue no bairro da Tijuca, para onde se mudaram quando compraram o primeiro apartamento. Hoje, são proprietários de um quiosque de lanches em um shopping da zona oeste.

Quanto à opinião pública e como esta encarava a chegada dos milhares de migrantes, para Júlia, a visão das pessoas era de pena: “nossa, (...) deve ser difícil você largar tudo”.<sup>557</sup> Apesar das dificuldades iniciais, para Júlia, o brasileiro é um povo receptivo e o Brasil, uma Angola em proporções maiores “Brasileiro é um povo muito, muito receptivo, em tudo. O país é rico, um país que dá oportunidade, um país que dá tudo. Você tem tudo aqui nesse país, tudo. Isto aqui é Angola, nós temos uma Angola em proporções maiores. Sabe?”. Ainda assim ela critica os

---

<sup>556</sup> Entrevista com Carlos, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2010.

<sup>557</sup> Entrevista com Júlia, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2010.

brasileiros e opina que os brasileiros não conhecem o próprio país e que o povo espera tudo do Estado ao invés de agir de livre iniciativa:

Porque o Brasil tem um potencial que eu, como leiga acho que 90% dos brasileiros não sabem o que é o Brasil. Não sabem o que é. Não sabem o país que tem na mão, a riqueza que tem na mão, e tudo o que oferece e eu vejo isso. Tudo o povo daqui espera que o governo faça. Tudo. (...) Agora, o povo daqui é um povo como é que eu vou falar assim, pacato de mais até pra muitas coisas muito pacato, pra outras é um troço doido e se acomodam muito. Muito acomodados, sabe?<sup>558</sup>

Ainda que estabelecida, Júlia continuava olhando o país de moradia e acolhimento de fora. Outra questão que Júlia aponta é a relação nem sempre amistosa entre portugueses e brasileiros. A visão pejorativa de certos brasileiros a respeito dos portugueses foi tema de desentendimentos entre ela e pelo menos um cliente do seu antigo açougue, ele próprio filho de portugueses.

Uma visão semelhante a esta é a de Alice. Ela faz referência às riquezas do país, à quantidade de recursos que o país oferece, à criatividade do brasileiro para ganhar a vida. Essa visão vem acompanhada daquela de que há possibilidades de se construir uma vida, se não de riqueza, pelo menos com um certo conforto material. Em suma, o que ambas defendem é uma espécie de progresso individual baseado em algo semelhante a filosofia do *self made man*, aquele que tem condições de progredir pelos seus próprios esforços, o que nos faz retomar a questão da valorização do trabalho por parte dos migrantes da descolonização:

Aqui qualquer coisa que você pensa em fazer você ganha dinheiro, só não ganha dinheiro e não sobrevive, - pode não ficar rico - , mas com uma sobrevivência digna quem não quer, porque você faz qualquer coisa, você tá vendendo na esquina e todo mundo tá comprando, você paga uma pessoa e tá vendendo. Você não encontra isso em país nenhum você não tem essa flexibilidade em país nenhum. Entendeu? Aqui na primeira oportunidade você vê uma bijuteria na televisão, no outro dia você vai na rua da Alfândega, você tá fazendo e tá vendendo. Aonde é que existe isso? você não tem nem matéria-prima pra fazer isso em outro país. Você não tem isso. Você não tem essa facilidade.<sup>559</sup>

Quem também aborda a questão e as dificuldades inerentes às diferenças linguísticas como fator para a dificuldade de inserção é Catarina. Às vezes, em conversas, diziam aos brasileiros que não estavam conseguindo se adaptar por diferentes motivos, ao que ouviam indagações sobre porque não deixavam o país. Segundo ela, “às vezes a gente ouvindo, ouvindo essa piada a gente

<sup>558</sup>Op. Cit.

<sup>559</sup> Entrevista com Alice, Rio de Janeiro, 31 de Março de 2011.

se sentia como que levando um empurrão”.<sup>560</sup> Devido a essas questões, muitos que chegaram deixaram o país e retornaram para Portugal. As pessoas “Gostavam, mas não se adaptavam. Eu fui uma das pessoas que custei a adaptar”.<sup>561</sup>

Paulo, Bianca e Henrique abordaram também a receptividade brasileira. A forma como Paulo conseguiu emprego, como conseguiram o primeiro apartamento e aquele para o qual se mudaram em seguida, como vimos no capítulo anterior, são destacados por ambos, como exemplo da boa receptividade do brasileiro. Para Bianca, sua esposa, "a chegada ao Brasil foi muito amável. Não só pelo clima, pela paisagem, o Rio de Janeiro é exuberante, é maravilhoso".<sup>562</sup> "Todo mundo sempre muito gentil onde quer que fôssemos (...)".<sup>563</sup> Paulo, após se instalar no Rio de Janeiro, encontrou muitos amigos que para cá também vieram "entretanto já tinha muita gente de Angola aqui conosco, amigos. Todos os meus amigos vieram também. Ao longo do tempo "íamos encontrando era a única maneira". Fora essas pessoas que foram reencontrando ao longo do tempo, não conheciam ninguém: "em Luanda eu ia ao cinema e não havia ninguém que não conhecesse (...) aqui era o inverso".<sup>564</sup> Já Henrique chama a atenção para a formação da sociedade brasileira como motivação para o bom acolhimento dado aos que chegaram. Henrique destaca a cordialidade do brasileiro, que não discriminaria o outro

Poucas sociedades no mundo têm esse espírito ecumênico que permite se dar bem com todos e receber qualquer um. O brasileiro não é xenófobo. Nunca sofri qualquer discriminação neste país.<sup>565</sup>

Há, entretanto, os que voltaram a migrar por um período. É o caso de Nelson, Fernanda e Augusto. Nelson, Fernanda e os três filhos, o terceiro e último nascido no Brasil, deixaram o país por alguns anos. Em 1981 Nelson teve a oportunidade de retornar à África. A família viveu três anos na Nigéria. O trabalho foi resultado de um contrato, mas devido a problemas de segurança no país, a família retornou antes do seu término. Nelson voltou primeiro sozinho. Foi trabalhar em Belém onde ficou por um ano. Após esse período, não se adaptou à empresa em que foi trabalhar, então retornou a Montes Claros contratado pela mesma empresa que lhe deu seu primeiro emprego no Brasil. A decisão de retorno ao Brasil esteve calcada na boa experiência que

<sup>560</sup> Entrevista com Catarina, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

<sup>561</sup> Op. Cit.

<sup>562</sup> Entrevista com Paulo e Bianca, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2011.

<sup>563</sup> Op. Cit.

<sup>564</sup> Ibidem.

<sup>565</sup> Entrevista com Henrique, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009.

teve no país, na rede de conhecimento que construiu, no apoio que tinha recebido. Não fazia sentido retornar a Portugal, onde Nelson não se sentia mais à vontade:

o melhor tempo que eu passei aqui foi esse enquanto teve a obra que tava fazendo ali que era uma ampliação da fábrica de cimento. Tinha esse tal carioca, Álvaro, lá do Rio de Janeiro, tinha vários indivíduos, que acabou foram embora. Aí eu fiquei sozinho, já ficou ruim de novo pra mim. Tá entendendo? Por isso talvez é que eu voltei para a África". Não fazia sentido retornar a Portugal, onde Nelson não se sentia mais à vontade.<sup>566</sup>

Fernanda vê essa experiência na Nigéria como tendo sido "muito boa, contatando com muitos que estavam na mesma situação, portanto, técnicos altamente qualificados que iam para as indústrias da Nigéria, os ingleses, tinha portugueses, tinha brasileiros, tinha alemão, tinha, sei lá japoneses".<sup>567</sup> O ponto de reunião era a Aliança Francesa. As mulheres estavam acompanhando seus maridos empregados no país e se dedicavam a atividades ligadas a serviço social. Para ela "foi uma experiência muito interessante com francesas, japonesas, alemãs, norte americanas. Eu era a única portuguesa". Exerceu atividades em hospitais e no colégio do filho mais novo. Após voltarem para o Brasil, em 1985, foram para Belém, onde Nelson conseguiu uma colocação na empresa *Só Coco*. Regressaram a Montes Claros no final daquele ano. Na nova fase em Montes Claros Fernanda abriu uma loja de roupas.<sup>568</sup>

Na década de 1980, Augusto também deixou o Brasil. Viveu no Rio de Janeiro de 1975 a 1982, aproximadamente. Ao deixar o Rio de Janeiro, onde deixou uma filha, fruto do seu primeiro casamento, foi viver em Salvador. Naquela cidade ficou por um ano. No tempo em que esteve vivendo no exterior, esteve em Portugal, Macau, Hong Kong e na Austrália. Retornou ao Brasil em 2005, quando foi residir em Natal. Naquela cidade permaneceu por cinco anos. Retornou ao Rio de Janeiro em 2010. Augusto não especificou o porque da volta para o Brasil. Como foi mostrado anteriormente, ele teve uma experiência positiva quando chegou em 1975. Além disso, sua filha permaneceu no país enquanto ele esteve no exterior. É possível que esses dois fatores contribuam para explicar o seu retorno.

O único relato publicado no Brasil por uma migrante da descolonização ao qual tive acesso, o livro *Sabor de Maboque*, da autoria de Dulce Braga,<sup>569</sup> mostra o exemplo de sua estratégia de

<sup>566</sup> Entrevista com Nelson, Montes Claros, 12 de outubro de 2012.

<sup>567</sup> Entrevista com Fernanda, Montes Claros, 12 de outubro de 2012.

<sup>568</sup> Op. Cit.

<sup>569</sup> BRAGA, D. *Sabor de Maboque*, Campinas: Pontes Livros, 2009.

inserção. Embarcada em um dos primeiros voos da Varig para auxiliar na ponte aérea, em 26 de Setembro de 1975, a autora desembarcou no aeroporto de Viracopos. Foi recebida junto com familiares por parentes que fretaram um ônibus e se instalou em Campinas. Nos primeiros dias, sua família e a de um tio se instalaram na casa de parentes. Dois meses após chegarem, seu pai foi a Portugal, pois ainda não havia decidido se fixaria residência definitiva no Brasil e, também, para saber notícias dos pertences da família, embarcados no porto do Lobito para Lisboa. Os pertences nunca chegaram à capital Portuguesa. Quando seu pai retornou, alugaram uma casa. Enquanto isso, a estratégia seguida por Dulce para procurar não pensar no que acabara de ocorrer com a família era, paulatinamente, perder seu sotaque, pois não desejava que percebessem que era estrangeira. Juntamente com o sotaque “soterrei lembranças, vivências, palavras em umbundo, sabores, amizades e um amor. Nada podia ficar de fora dessa exclusão, pois, um elemento puxaria o outro”.<sup>570</sup> Percebe-se, assim, que sua estratégia foi a de forçar um esquecimento de suas origens.

Os relatos das diferentes impressões pessoais a respeito das dificuldades ou facilidades de se inserirem devido a costumes muito diferentes, nos conduz ao conceito de sociabilidade. Ângela de Castro Gomes o entende a partir de uma dupla dimensão: de um lado, há a ideia de redes, que são estruturas organizacionais criadas para servirem de lugares de aprendizagem e troca. Nestes havia espaço para circulação de ideias. Por outro lado havia, também, o que a autora define como “microclimas”, ou seja: nessas redes de sociabilidade haveria relações pessoais e profissionais.<sup>571</sup>

As histórias narradas quanto à inserção mostram, como vimos, o apoio recebido de diferentes instâncias. Estas tiveram ou não um efeito duradouro, após o estabelecimento de residência e o encontro de trabalho. Do ponto de vista cultural, não houve trocas significativas com a colônia portuguesa. Aqueles que receberam auxílio para sua inserção em grande parte não criaram vínculos com suas instituições.

Como vimos através das informações presentes nos Anuários Estatísticos do Brasil que abrem esse capítulo, grande parte daqueles que chegaram imigraram novamente. As razões para tanto foram: 1) não conseguirem se inserir quando chegaram, 2) a estabilização da conjuntura política em Portugal ou 3) a crise em que entrou a economia brasileira passado o período do

---

<sup>570</sup> BRAGA, D. Op. Cit., p. 226.

<sup>571</sup> GOMES, A. de C. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.



“milagre econômico”, pois, muitas expectativas se frustraram.<sup>572</sup> Rafael nos falou a esse respeito: “a grande maioria retornou (...) na década de 80 começaram a voltar para Portugal e hoje, [os que] ficaram mesmo no Brasil, com a colônia tradicional foram muito poucos”.<sup>573</sup>

A literatura a respeito da inserção de imigrantes e o papel do associativismo para tal é vasta. A estrutura de apoio criada para auxiliar a inserção dos migrantes da descolonização se insere historicamente em um movimento típico de comunidades para auxiliar seus patrícios nos novos contextos. O Brasil foi, durante muito tempo, um dos principais destinos da imigração portuguesa. Em fins do século XIX e início do XX, por exemplo, ocorre um fluxo imigratório, considerado um dos maiores da história brasileira, caracterizado pela historiografia como imigração em massa. É neste contexto, que ocorre a formação de uma das colônias de imigrantes mais numerosas e bem integradas no Rio de Janeiro, por exemplo.<sup>574</sup>

No processo de inserção de um migrante, as associações são instituições importantes. Atendem às necessidades dos recém-chegados, seja de ordem cultural, econômica e/ou política. No caso da imigração portuguesa ao longo do século XX para o Brasil, essas características são bem visíveis. Dentre as instituições fundadas, um tipo que se tornou mais numeroso, é o das casas regionais. Algumas delas são: A Casa do Minho, a Casa da Vila da Feira e das Terras de Santa Maria, A Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Casa das Beiras. Tais instituições são formas de agregação social, que se apoiam ou surgem a partir de redes familiares, redes de vizinhança, de conhecimento ou profissionais.<sup>575</sup>

Maria Beatriz Rocha-Trindade chama atenção para as etapas do processo migratório. A primeira delas é a intensão de partir, para qual contribuem vários fatores, entre eles informações a respeito do país de destino, a insatisfação com a situação presente, a análise das alternativas para tomar uma decisão definitiva. Em seguida, a viagem propriamente. Esta é seguida pela instalação, de caráter transitório e duração muito variável. Logo depois, tem-se a fase da fixação, que não exclui uma naturalização. Por fim há o regresso, que pode ser definitivo, esporádico ou mesmo nunca acontecer.<sup>576</sup>

---

<sup>572</sup> LOBO, E.M.L. Ibidem, p. 240.

<sup>573</sup> Entrevista com Rafael, Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 2012.

<sup>574</sup> TRICHES, R.P. Os sentidos do Atlântico: a revista *LUSITÂNIA* e a colônia portuguesa do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, 249 f., Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 28.

<sup>575</sup> SOUZA, R.R. de. Imigração portuguesa, identidade e representação geográfica: o lugar da Casa Regional no movimento Associativo luso-brasileiro, Espaço e Cultura, UERJ, n. 22, jan/dez. de 2007, p. 54-55.

<sup>576</sup> ROCHA-TRINDADE, M.B. Associativismo em contexto migratório, In: HORTA, Ana Paula Beja (org.). Revista

Um exemplo do que pondera a autora é Nelson. Quando chegou ao Brasil, Nelson estava passando por um processo de desilusão "me sentia desenraizado, porque, realmente meu lugar de morar, até hoje, né, eu fui infeliz por não estar morando em Angola e, na época, eu me sentia perdido no mundo."<sup>577</sup> Só veio para o Brasil porque um amigo seu deixou a África do Sul para trabalhar na *Só Coko* em Maceió. A passagem para o Brasil tinha sido comprada na Rodésia. Naquele momento, Nelson não tinha intenção de buscar emprego no Brasil. Nessa época, diz ele, "fiz tudo para voltar para Angola nessa época."<sup>578</sup> Contatou amigos que faziam parte do governo angolano, havia também a própria empresa onde ele trabalhou, tentou voltar e reassumir o emprego. "Se eu não tivesse vindo para o Brasil tinha insistido e tinha ... e talvez eu tivesse voltado. Essa era a minha intenção. Já depois de estar aqui, eu estava aqui eu tentei voltar, já daqui do Brasil, mas também não deu certo".<sup>579</sup> A inserção foi facilitada pela boa recepção no ambiente de trabalho "a maneira de ser aqui do Brasil, tanto de empresa quanto dos companheiros de trabalho totalmente diferente de lá [de Angola] e eu encaixei bem, gostei demais. (...) Era amigo de todo mundo, todo mundo [era] meu amigo, todo mundo ajudou".<sup>580</sup>

Acabou permanecendo no Brasil. Enquanto estava em Maceió, ficou hospedado com este mesmo amigo. Permaneceu na cidade por um mês. Ao fim desse período foi para Belo Horizonte, onde seu tio vivia. Ao chegar na capital mineira ficou hospedado na sua casa. E enquanto esteve lá, começou a procurar emprego. Nesse período ainda estava sem documentos. Sem carteira de trabalho, travou contato com um dos donos de uma fábrica de cimento com sede no Estado chamada *Matsulfo*. Teve uma oferta de trabalho e, com uma carta da empresa, conseguiu tirar a carteira de trabalho "Era fácil. Eles estavam facilitando a vida para quem tinha vindo de Angola". Foi com essa oferta que se mudou para Montes claros. "Eu cheguei aqui, eu quase chorei. Eu passei a gostar dois ou três dias depois por causa de um carioca".<sup>581</sup>

Caroline Brettell, ao refletir sobre a imigração portuguesa, aponta que esta é um caso paradoxal. Paradoxal pela distinção entre o objetivo de retornar e o retorno de fato. A última é uma variável afetada por questões como as políticas de imigração da sociedade de acolhimento, as políticas imigratórias da sociedade de origem, as possibilidades de encontrar emprego na

---

Migrações - Número Temático Associativismo Imigrante, Abril, 2010, n. 6, Lisboa, ACIDI, p. 42-44.

<sup>577</sup> Entrevista com Nelson, Montes Claros, 12 de outubro de 2012.

<sup>578</sup> Op. Cit.

<sup>579</sup> Ibidem

<sup>580</sup> Ibidem.

<sup>581</sup> Ibidem.

sociedade de origem após o retorno e outras condições sócio econômicas. Em suma, a migração de retorno é afetada pela forma como a sociedade de acolhimento encara o migrante e a forma como o migrante encara ambas, a sociedade de acolhimento e a de origem. A autora problematiza tal distinção a partir do que chama “ideologia cultural portuguesa da migração de retorno”.<sup>582</sup> Todo o migrante tem ideias quanto aos objetivos e à natureza da sua migração. Há uma distinção entre aqueles que passam a estar totalmente comprometidos com a sociedade que os acolhe e aquelas que permanecem comprometidos com a sociedade de origem.

A autora prossegue sua reflexão sobre o migrante português explorando o arquétipo do *brasileiro*, nesse caso o migrante português instalado no Brasil, que enriquece e retorna a Portugal para ostentar o seu sucesso. A vitalidade desse arquétipo pode ser encontrada em escritos históricos, filosóficos e literários. Tal arquétipo é fundamental para se compreender o caráter de nação de emigrantes que Portugal detém. Esta corporifica tanto a esperança quanto a nostalgia da noção de emigrar para voltar.<sup>583</sup> Os que ficam, como foi demonstrado em outro capítulo, têm uma série de expectativas relacionadas aos parentes que migram, sobretudo no que tange ao envio de recursos. Os migrantes aqui estudados fogem à lógica desse arquétipo. Ao contrário dos migrantes de primeira geração, não mencionaram mandar dinheiro para suas famílias em Portugal. Sua relação com o país, sobretudo os luso-angolanos, é marcada por rancor.

As mesmas questões são objeto de reflexão para Abdelmalek Sayad, que reflete sobre o fenômeno migratório e a relação entre ambos os lados. Imigrar é deslocar-se no espaço físico. É uma relação que interfere tanto no lugar de partida quanto no de chegada. Emigrar e imigrar são as duas faces de um mesmo fenômeno, determinado por um conjunto de fatores. Ao refletir sobre a imigração, o autor caracteriza-a como podendo ser provisória ou durável. A permanência leva à conquista de direitos. Estes têm origem no reconhecimento por parte das sociedades que os recebem do valor social dos imigrantes.<sup>584</sup> No caso em questão, esses direitos foram garantidos logo a chegada, pois o decreto n. 70.391 de 12 de Abril de 1972, que promulgou a Convenção para Igualdade de Direitos entre Brasileiros e Portugueses, garantia logo no seu artigo primeiro que “Os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal gozarão de igualdade de direitos e

---

<sup>582</sup> BETTRELL, C. *Anthropology and Migration: Essays on Transnationalism, Ethnicity and Identity*, New York, Altamira Press, 2003, p. 59.

<sup>583</sup> BETTRELL, C. Op. Cit., p. 60-62.

<sup>584</sup> SAYAD, A. *L’immigration ou les paradoxes de l’auterité*, Paris: Éditions Raisons D’Agir, 2006, p. 21, 22, 23, 32.

deveres com os respectivos nacionais”.<sup>585</sup>

Ainda que muitos tenham retornado a Portugal, outros tantos ficaram no Brasil. Tal decisão foi tomada tendo em conta o poder de atração do retorno, mas também as condições da fixação. Nesse caso, a segunda opção teve como grande apoio a comunidade portuguesa então residente. Foi nas casas regionais que os recém chegados que receberam apoio da Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras foram instalados ao chegar. Tais instituições contribuíram com as etapas da instalação e da fixação. A estrutura montada também contou com a ação de voluntários.

Uma carta anônima encontrada na Sede da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras mostra a ação de uma dessas voluntárias e reforça o que apontamos no capítulo anterior a respeito do apoio da opinião pública à chegada desses imigrantes. Tal fato se expressa, por exemplo, na doação de carne e pão por um açougue e uma padaria a essa voluntária para serem levadas à Casa da Vila da Feira e das Terras de Santa Maria. O açougue lhe doou 50 kg de carne e, a padaria, 200 pães. Esta mesma voluntária levou da Casa da Vila da Feira para a Casa de Portugal mais de 150 pessoas que estavam doentes. Junto com o marido e uma terceira pessoa, foi responsável pelo alojamento do Orfeão Português entre 29 de novembro de 1975 a 7 de abril de 1976. Em abril, esta voluntária passou a atuar na Banda Lusitana e dirigiu o alojamento até 11 de junho de 1976. Consta dessa fonte uma lista de itens que auxiliaram no abrigo emergencial dos migrantes: talheres, fogões, tanques de lavar roupa, panelas, pratos e toalhas. Muito provavelmente, utensílios doados pela comunidade portuguesa residente no Rio de Janeiro e, quem sabe, por outros cariocas chamados a ajudar. Além desses itens, havia também dados sobre doações em dinheiro. De 29 de novembro de 1975 a 11 de junho de 1976, foram recolhidos Cr\$ 128.000,00. Dessa quantia, foram gastos Cr\$ 127.850,04.<sup>586</sup>

### **4.3. A sociabilidade do grupo**

Os portugueses e luso-angolanos que aqui permaneceram chegados naquela época não constituíram associações de qualquer tipo. Nesse sentido diferem de muitos daqueles que, em décadas anteriores, se estabeleceram nas antigas metrópoles, criaram associações, passaram a

---

<sup>585</sup> Decreto n. 70.391 de 12 de Abril de 1972. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D70391.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D70391.htm). Acesso em 21 mar. 2014.

<sup>586</sup> Nota encontrada na Sede das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, datada de de 14 jun. 1976.

viver nos mesmos bairros e, ainda hoje, frequentam os mesmos espaços. Para Rui Pena Pires, os laços de identidade construídos em torno do êxodo foram efêmeros e estavam atados pela sensação de perda. Esse é o referencial de formação da Associação dos Espoliados de Angola e da Associação dos Espoliados de Moçambique (AEANG e AEMO), respectivamente criadas e sediadas em Portugal. O objetivo central de ambas são indenizações governamentais.<sup>587</sup>

Outro exemplo de inserção na antiga sociedade metropolitana é o dos ex-colonos ingleses que se estabeleceram na Inglaterra após retornar das antigas colônias. Muitos ex-colonos construíram uma auto-representação de exilados que passou a moldar suas atitudes políticas e culturais. Muitos, ao chegar, experimentaram hostilidade da parte da população metropolitana, para quem ser um branco vindo da África equivalia a algo negativo. A sensação de estarem fora do lugar, levou à sua concentração no bairro de *Earls Court*, a oeste de Londres, por exemplo. Ali, criaram também locais de reunião como o *Overseas Visitor's Club*, um local de encontro para aqueles que viveram nas antigas colônias. Estar junto a outros migrantes da descolonização amenizava a sensação de estranhamento. Demarca também uma certa resistência coletiva à adaptação a uma sociedade multicultural. Por outro lado, permite a manutenção de atitudes e crenças da época do império, bem como o cultivo de uma cultura da vitimização. A saída encontrada por muitos foi migrar novamente para algum dos antigos territórios. Os destinos preferencialmente escolhidos foram a África do Sul e a Austrália.<sup>588</sup>

A sociabilidade entre os portugueses e luso-angolanos que saíram de Angola e que estão no Brasil, quando há, é feita de duas formas pelo que averiguamos. Encontram-se em almoços anuais ou frequentam as casas uns dos outros. Há casos em que não se verificam nenhuma das duas situações. Nesses, a vivência é feita apenas entre a família. Não costumam frequentar as instituições da comunidade portuguesa. Uma vez acolhidos com o auxílio inicial, não houve retorno. Ao terem moradia e trabalho garantidos o contato foi terminado. Um exemplo é a família de João. Tendo ido viver em São José dos Campos, a família não frequentava as instituições da colônia portuguesa. A única exceção era o Clube de Campo Luso-Brasileiro, "mas apenas por ser o mais barato da cidade".<sup>589</sup> A convivência, quando houve, foi feita com casais que tiveram vivência em Angola ou em Moçambique "Dois desses casais moravam em São José dos Campos e o outro em Belo Horizonte. Não eram muito comuns os encontros. Me lembro de alguns natais

---

<sup>587</sup> PIRES, R.P. Ibidem, p. 184.

<sup>588</sup> BOUCHER, E. Op. Cit., p. 250, 255-257.

<sup>589</sup> Entrevista com João, por e-mail, 30 de julho de 2012.

e outras festas".<sup>590</sup> Após um período de tempo, os três casais deixaram o Brasil: “Um dos casais voltou para Portugal, depois o outro e depois o outro, quando eu ainda tinha uns 16 anos”.<sup>591</sup>

Aqueles que estão em Portugal, para manterem uma sociabilidade em torno da memória desse passado que os une, encontram-se em almoços que reúnem anualmente milhares de pessoas. Dois desses exemplos são o portal SanzalAngola e os ex-alunos do Liceu Salvador Correia de Sá, em Luanda. No almoço, comparecem ex-alunos que residem em diferentes países no hemisfério norte, por exemplo, Estados Unidos, Canadá e também outros países da Europa. Ocorre todos os anos em maio. Essa data não tem nenhum motivo específico. Pelo que pudemos averiguar, o mês de maio é uma época do ano em que muitos tem disponibilidade de tempo. Os almoços de confraternização dos ex-alunos deste liceu tem reflexos no Rio de Janeiro. O conhecimento do almoço veio através de Henrique, nossa primeira entrevista. Os presentes daquela ocasião eram predominantemente de Luanda e da cidade do Lobito. Um *laptop* com o *skype* ligado fazia a conexão entre o Brasil e Portugal.

Há também um encontro de migrantes da descolonização no Rio de Janeiro. Ocorre a cada ano com um número menor de pessoas. No almoço ao qual comparecemos, conversando com alguns dos presentes, pudemos perceber certas questões que envolvem a construção da identidade desse grupo. Uma primeira questão é a comparação da sua saída de Angola com a partida dos *pieds-noirs* da Argélia.

Claudia Castelo aborda o povoamento europeu na Argélia como um entre três casos paradigmáticos. É o que envolve maior volume populacional e o que apresenta maior crescimento. A maior parte da comunidade de origem francesa era nativa da Argélia. A Argélia, entretanto, recebeu um contingente muito variado de migrantes europeus. Contava com espanhóis, italianos, malteses, alemães, suíços, luxemburgueses, escandinavos. Havia ainda uma comunidade judaica. Fato semelhante não aconteceu em Angola. A fusão desses diferentes grupos resultou no surgimento de uma comunidade *pieds-noire* única. Esta tinha uma identidade construída a partir da hostilidade em relação aos árabes e uma ligação idealizada à França, esta que era a pátria supervalorizada de exilados e “a pátria imaginada dos naturalizados”.<sup>592</sup> Tendo sido, nas suas pátrias de origem, considerados cidadãos de segunda categoria, migrantes de outros grupos nacionais tornaram-se, em virtude da dominação colonial, cidadãos de primeira categoria

---

<sup>590</sup> Op. Cit.

<sup>591</sup> Ibidem.

<sup>592</sup> CASTELO, C. 2007, Ibidem, p. 28.

comparativamente aos indígenas. No que se refere ao trabalho, havia uma divisão e uma hierarquização que obedecia a critérios raciais e culturais. Havia especializações profissionais de acordo com o grupo étnico, os nativos da França ocupando posições de autoridade. No que se refere à distribuição da população branca pelo território, ela foi predominantemente urbana.

A respeito do êxodo de colonos ocorrido na Argélia, Jean-Jacques Jordi mostra que, embora o processo tenha começado em 1956, é inegável que a grande maioria deixou a África em 1962. Em poucos meses, um milhão de pessoas cruzou o Mediterrâneo. Sessenta por cento do total que chegava da Argélia desembarcou na cidade de Marselha, que conta com o maior porto do país e tinha uma estreita relação com a presença francesa no norte da África. No início de maio de 1962, não havia nenhuma estrutura para recebê-los. A partir da metade daquele mês, foi montado pelo Estado um centro de recepção para prestar auxílio. Organizações privadas também contribuíram. Entre essas estavam a Cruz Vermelha, a Sociedade Católica de Assistência, o Fundo Social Unificado Judeu, a Sociedade de Assistência Protestante e o Exército da Salvação. Tais organizações, juntas, formaram os chamados Comitês de Contato que, por sua vez organizaram transporte, alimentação, alojamento temporário e auxílio financeiro.

Em junho, o número dos que chegavam era muito superior à estrutura montada. Muitos dos que chegaram, ali permaneceram. Entre 18 de março e 22 de junho, aos 770 mil habitantes da cidade, somaram-se 194.117 repatriados que decidiram ali fixar residência. Em julho, a oferta de moradias disponíveis na cidade havia esgotado. Situação essa, que poderia levar a um conflito. A tensão entre repatriados e a população de Marselha crescia progressivamente. Os repatriados que chegaram com uma sensação de terem sido "abandonados" pela França, tinham uma impressão negativa da cidade.<sup>593</sup>

Se, em um primeiro momento, o sentimento predominante era o de resignação, este foi paulatinamente substituído por raiva, irritação e uma crescente amargura. Houve, então, restrição governamental à fixação de mais migrantes. Essa migração, entretanto, não era novidade para a sociedade francesa. Na década de 1950, cerca de meio milhão de indivíduos chegaram de outras antigas colônias como o Egito, o Marrocos, a Tunísia e a Indochina. Com relação aos *pieds-noir*, durante meses o governo francês se negou a reconhecer que estava diante de um êxodo de grandes proporções. Só o admitiu em novembro.<sup>594</sup> É possível perceber, à luz do capítulo

---

<sup>593</sup> JORDI, Jean-Jacques. The creation of the pied-noirs: arrival and settlement in Marseilles, In: SMITH, A.L. (Ed.). *Europe's Invisible Migrants*, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003, 62.

<sup>594</sup> JORDI, Jean-Jacques. Op. Cit., 67.

anterior, que há pontos de semelhanças, mas também de diferenças relevantes entre ambos os casos.

Começando pelas diferenças, uma questão que salta logo aos olhos é o fato de que, em Angola não havia uma diversidade de migrantes europeus como a que se instalou na Argélia. Os migrantes eram maciçamente portugueses e o êxodo, no caso angolano, contou com mestiços e negros, em menor número. Uma outra diferença era a questão da assistência recebida. Como a comunidade *pied-noire* era mais heterogênea, tiveram auxílios de diferentes instituições. No caso português, pelo que vimos no capítulo 2, a estrutura de recepção ficou a cargo do governo e de familiares. Quanto à concentração dos migrantes da descolonização se, na França, uma concentração expressiva se deu em Marselha, em Portugal, aqueles que não tinham família ou o contato com a mesma foi negativo, foram fixados nas periferias das principais cidades, sobretudo a capital, Lisboa. Uma semelhança foi a predominância de sentimentos como raiva, amargura e o inconformismo com a perda de seus bens. Acreditamos que a comparação com o êxodo da antiga colônia francesa esteja calcada na forma como esse se deu e no volume de indivíduos envolvidos, embora, no caso dos *pieds-noire*, o volume de migrantes da descolonização tenha sido bem maior.

Uma outra questão levantada, é o que dá aos migrantes coesão. Segundo Henrique, todos os que estavam no almoço perderam algo. Perderam suas raízes, o chão pois, ou nasceram em Angola ou lá passaram muitos anos. A presença de Angola podia ser notada no uso do quimbundo em alguns momentos. Acreditamos que as reflexões de Edward Said a respeito de suas inquietações identitárias podem ser úteis para a compreensão da questão.<sup>595</sup> O intelectual palestino nascido em Jerusalém era filho de pais árabes cristãos. Tinha cidadania estadunidense. Viveu no Egito e no Líbano. Estudou em instituições britânicas. Em suas memórias, Edward Said problematiza seu pertencimento a uma nacionalidade sólida. Devido à sua história de vida, preferia a sensação de estar fora do lugar à relação sólida com a identidade. Said era um intelectual exilado, em constante deslocamento, desenraizado, que não tinha uma identidade nacional fixa.

No caso do grupo aqui estudado, mais especificamente no caso dos luso-angolanos, o que muitos deles afirmam é a possibilidade de existência de uma identidade, ainda que separada da cidadania. Ao contrário de Said, há a reivindicação de uma angolanidade, que marca um

---

<sup>595</sup> SAID, E. *Fora do lugar: memórias*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 429.



pertencimento a um lugar. No entanto houve, conforme mostramos, a possibilidade de renunciarem à sua nacionalidade portuguesa e escolherem a nacionalidade angolana. Não o fizeram. Legalmente entraram no país como migrantes portugueses. Hoje, há quem tenha também cidadania brasileira, mas não foi raro encontrarmos quem tenha cidadania portuguesa, tendo nascido em Angola. Assim sendo, essa difusa e distante ideia de uma identidade angolana está presente como uma ligação afetiva ao local de nascimento. Local de nascimento este, para o qual a maioria nunca mais retornou.

Esse sentimento de pertencimento é contestado por Nelson. Na sua perspectiva, devido ao fato de a grande maioria da minoria branca em Angola ser "apolítica", inclusive ele próprio, não havia coesão no grupo "se a gente tivesse uma formação política, de repente a gente tinha aderido a um partido, a um movimento e ficava com eles, assumia né, mas ninguém assumiu. O pessoal se dispersou".<sup>596</sup> Segundo ele isso se deu porque "as pessoas não se interessaram por um país como sendo o país deles, a verdade é essa (...)". Hoje em dia, continua

tem muita gente que diz 'não, sou angolano', 'eu sou não sei o quê', é nada. Angolano é o que ficou lá e que aguentou a parada. Quem não aguentou tá fora, né? E são muito poucos. Tem os oportunistas que depois, hoje, dizem ser angolanos. São nada, porque fugiram.<sup>597</sup>

Nelson é português, mas gostava de viver em Angola "eu gostava de lá, mas também não assumi, né? Então, me sinto até mal em pensar desse jeito, mas é verdade".<sup>598</sup> Na sua visão é muito cômodo para aqueles que escolheram deixar a África, sustentar um discurso de angolanidade tendo optado pela nacionalidade portuguesa. Quanto a questão identitária, o próprio Nelson não se identifica mais com Portugal. Considera-se uma pessoa sem referências, um apátrida "continuo me considerando um apátrida sem referências, a verdade é essa, só que, entretanto, tenho filhos, tenho netos e é isso que segura, se não acho que já tinha ido embora para outro lado qualquer, para a África talvez. Dava para ir. Agora dava".<sup>599</sup>

Stuart Hall, ao refletir sobre identidade nacional e sua ligação com a identidade cultural, defende que, ao refletirmos sobre a última, o fazemos como se fosse uma parte essencial da nossa natureza. A partir disso, a cultura é entendida pelo autor como um sistema de representação, um

---

<sup>596</sup> Entrevista com Nelson, Montes Claros, 12 de outubro de 2012

<sup>597</sup> Op. Cit.

<sup>598</sup> Ibidem.

<sup>599</sup> Idem.

discurso, uma forma de construir sentido. Esta influencia, organiza as ações dos indivíduos e as concepções que têm deles mesmos.<sup>600</sup>

Há, entretanto, aqueles que têm uma identidade partida, como Alice. Embora viva no Brasil desde 1976, para ela sua pátria é Portugal. Para lá viaja constantemente, pois ainda tem familiares. Considera Angola como uma segunda pátria. Para lá foi quando era criança, aos seis anos de idade. Quando veio para o Brasil estava com 23 anos. Angola, devido ao tempo em que lá viveu, tem um peso pois, se Portugal é a sua pátria de nascença, em Angola “me desenvolvi, consegui a minha vida financeira, o meu trabalho e a minha vida familiar e os meus filhos”. Quanto ao Brasil, o país onde se estabeleceu, também tem um peso porque é onde ela está desde a segunda metade da década de 1970. Devido a essa tripla relação, Alice se considera “do mundo”, “Eu sou o tipo de pessoa do mundo, é, do mundo, espírito cigano. Então, se hoje você me der um bom emprego no Quênia, eu vou pra lá. (...) Eu não me apego”.<sup>601</sup>

Não é uma coincidência que Nelson e Alice digam que gostariam de voltar para a África e que ambos se sentem desenraizados. Tendo passado um longo período no continente africano, ele ainda se faz presente. Foi lá que passaram seus anos de formação. Tal fato levou à criação de uma identidade. Isso ficou atestado acima quando mostramos que Nelson de fato retornou à África por alguns poucos anos. Esse sentimento de pertença prevaleceu. O fato do Quênia ter surgido no relato de Alice, indica o mesmo.

Merece ainda destaque no tocante ao tema das sociabilidades o emprego do conceito de diáspora por parte dos migrantes da descolonização. A construção de uma identidade diaspórica pode ser notada também em portais da internet. No portal SanzalAngola, por exemplo, é possível ver textos que fazem referencia ao termo ao destacar o fato de que aqueles que tiveram vivencia em Angola estão espalhados por diferentes países.<sup>602</sup> O sociólogo Bernardo Sorj (s/d), ao refletir sobre o conceito, propõe seu estudo não como

um conceito normativo ou tipo ideal, mas como um campo de análise comparado de **diásporas**, no qual nenhuma diáspora em particular representa um modelo ideal - seja do ponto de vista empírico ou normativo. Diásporas são, portanto, todos aqueles grupos que se auto definem como tais; o papel da teoria social é a análise comparada da gênese e de suas estruturas sociais e institucionais. As diásporas são tantas e tão diversas como as que existem, existiram e venham a existir. Isso não significa, contudo, definir a diáspora como um conceito identitário fluido, aberto, em constante mutação, sem referencial

<sup>600</sup> HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 47 e 50.

<sup>601</sup> Entrevista com Alice, Rio de Janeiro, 31 de março de 2011.

<sup>602</sup> Ver, por exemplo [http://www.sanzalangola.com/arq0107\\_hponte.php](http://www.sanzalangola.com/arq0107_hponte.php) e <http://www.sanzalangola.com/index.php>.

fixo.<sup>603</sup>

O autor salienta ainda que a produção intelectual acerca desse conceito, o reduz a uma questão de representação e construção de identidades coletivas, sua definição "está longe de ser clara".<sup>604</sup> Diásporas têm, como uma de suas consequências, a construção de uma identidade através da criação de instituições. Uma das várias críticas feitas pelo autor à produção intelectual sobre o conceito é que esta não faz referências explícitas às suas condições políticas de existência.<sup>605</sup> Kachig Tölölyan (1996), ao fazer um balanço da produção acadêmica sobre o conceito, expõe dúvidas quanto à generalização de sua empregabilidade para todo grupo que está fora do local de origem. Para ser uma diáspora, a dispersão de um grupo deve estar associada a instituições e práticas precisas.<sup>606</sup> Para Stuart Hall, outro dos teóricos que pensam o conceito, a diáspora é caracterizada por um duplo sentido, longe e perto. "Longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda, perto o suficiente para entender o enigma de uma 'chegada' sempre adiada".<sup>607</sup>

Tendo em conta essa ideia de duplo sentido defendida por Stuart Hall, é interessante ressaltar que, entre aqueles que ouvimos, apenas Lorena retornou a Angola mais de uma vez, já como médica. Os demais nunca mais lá estiveram, embora alguns, como Carlos, Alice e Lucia tenham dito que gostariam de voltar de férias, para visitar o país. Carlos tem um primo nascido em Angola, que está no país e tem uma empresa do ramo da construção civil. Henrique, por sua vez, nunca mais retornou e não deseja retornar:

Se você me perguntar “você tem vontade de voltar a Angola?”, direi: não! Certamente iria defrontar-me com uma nova realidade, oposta à que conheci. Novas decepções iria colher. Então, é melhor olhar para a frente e caminhar para outros horizontes.<sup>608</sup>

Evidentemente, tais indivíduos não esqueceram Angola. Cada um, a seu modo, mantém-se informado a respeito do que lá acontece. Assim, cada um encontra uma forma de estar perto ao mesmo tempo que está longe mas, apesar disso, com base no que é problematizado por Bernardo

<sup>603</sup> SORJ, B. Diáspora, judaísmo e teoria social, p. 19. <Disponível em: [http://www.bernardosorj.com.br/a\\_judaismo.shtml](http://www.bernardosorj.com.br/a_judaismo.shtml)>. Acesso em: 15 mar. 2014.

<sup>604</sup> SORJ, B. Op. Cit., p. 6.

<sup>605</sup> SORJ, B. Ibidem, p. 8-9.

<sup>606</sup> TÖLÖLYAN, K. Rethinking Diaspora(s): Stateless power in the transnational moment, *Diaspora*, 5: (1), p. 3-36. 1996.

<sup>607</sup> HALL, S. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 393.

<sup>608</sup> Entrevista com Henrique, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009.

Sorj e Kachig Tololyan, acreditamos não ser possível empregar o conceito de diáspora para se referir aos migrantes da descolonização. S, uma das características das diásporas é a criação de instituições, isso dificulta a sua caracterização como tal, pois não tivemos notícia da criação de, por exemplo, associações de qualquer tipo por membros desse grupo. As únicas das quais tivemos notícias foram a AEANG e a AEMO que, como vimos, são centradas na reivindicação de compensações das perdas materiais que tiveram e foram fundadas em Portugal.

É possível perceber, por tudo o que foi ponderado até aqui, com relação às memórias dos imigrantes que, assim como os entrevistados por Zeila Demartini (2006), cruzam-se em suas lembranças três contextos: 1) o contexto colonizador como referência, 2) o contexto africano e 3) o contexto brasileiro. Foi possível perceber como os relatos orais reconstróem o momento da partida, da chegada e da inserção. E mais, como esses imigrantes lidam com essas questões no presente. Através dos relatos foi possível perceber que há uma diversidade de emoções envolvidas, que remetem aos conflitos, a separações e perdas. Memórias, que segundo Zeila Demartini são "para além de traumáticas, doídas".<sup>609</sup> Abdelmalek Sayad chamou atenção para essas questões ao ponderar que não se vive em uma outra sociedade sem que algo permaneça do local que se deixou de forma mais ou menos intensa.<sup>610</sup> As reticências, as desconfianças, a vontade de falar por ver-se diante de alguém interessado nas suas histórias de vida, a raiva, a mágoa, o silêncio motivado pela dificuldade de falar em um passado traumático.

#### 4.4. A construção de lugares de memória

Ao ouvir nossos informantes, um traço que salta aos olhos é o ressentimento. A rememoração dos fatos que cercam o processo de transferência de poder e o êxodo são perpassados por esse sentimento, o que leva à rememoração. Assim sendo, registram em documentários<sup>611</sup>, websites, blogs e páginas em redes sociais como o Facebook<sup>612</sup>, a memória de um tempo que não volta mais. Nesses espaços, há o registro de fotos das cidades, da

<sup>609</sup> DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Op. Cit., 139, 141.

<sup>610</sup> SAYAD, A. O Retorno, Revista Travessia, edição especial, jan., 2000, p. 14.

<sup>611</sup> BRITO, Mário (dir.). Angola, no outro lado do tempo, Documentário, Comsom Ltda, direção Mário Brito, Portugal, 1996, 2 cassetes VHS, 133'40', cor.

<sup>612</sup> Entre eles destacamos os seguintes:

<http://www.sanzalangola.com/>, <http://www.mazungue.com/angola/>, <http://cidadelobito.ning.com/>,  
<http://www.nossoskimbos.net/galeria.htm>, <http://cidadedolobito.com/links.htm>,  
<http://www.oliveirasalazar.org/default.asp> (último acesso em 24 de fev. 2012)

biodiversidade, dos diferentes grupos étnicos de Angola. Há, portanto, uma valorização desse passado. No nosso entender, esses espaços podem ser compreendidos como uma espécie de lugares de memória, no sentido empreendido por Pierre Nora (1984), ou seja, são simultaneamente lugares materiais, onde a memória social está ancorada e é apreendida; lugares funcionais que alicerçam memórias coletivas e são lugares simbólicos, onde a memória coletiva e sua identidade se expressam e se revelam. São uma construção e têm valor como documentos e monumentos que revelam processos sociais, conflitos que adquirem uma função icônica. São restos. Rituais de uma sociedade desritualizada, sacralidades passageiras, ilusões da eternidade.<sup>613</sup> Há aqueles que, apesar disso, vislumbrando o passado hoje, reconhecem a injustiça, a exploração, o racismo, a diferenciação na qual se baseava aquela sociedade.

Para muitos, os anos em Angola, foram “os melhores anos” de suas vidas. A Angola anterior a 1975 é identificada como um paraíso, por alguns, como a terra da lembrança e da saudade. É possível perceber isso em documentários, livros de memórias, entrevistas, e nos próprios websites na internet. Examinando o conteúdo dessas fontes, é possível perceber o que tais indivíduos escolhem lembrar. Ao selecionarem as memórias daquele tempo salta aos olhos uma vida próspera e confortável. Jacques Le Goff, no que se refere à relação entre história e memória afirma que:

(...) não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: 'Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória'.<sup>614</sup>

Do exame das fontes, também podemos destacar aquela que, no caso português é mais do que uma simples palavra que se refere a um sentimento, mas um conceito sociológico/literário: *saudade*. Pode-se dizer que ela está ligada ao culto português do passado. Segundo o crítico literário Eduardo Lourenço, o português, enquanto povo, buscaria no passado uma segurança. Voltam-se para um passado entendido por eles como grandioso e a relação que mantém com esse passado idealizado é mitológica. O olhar do português para si é exaltado. Este passado, entretanto, é uma ilusão. Então só resta ao português a saudade:

<sup>613</sup> NORA, P. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Le lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, vol. 1, La République, p. VII – XLII.

<sup>614</sup> LE GOFF, J. *História e Memória*, Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 473-474. (Coleção Repertórios)

Com a *saudade* não recuperamos apenas a saudade como paraíso, inventamo-lo. Nosso povo, imemorialmente rural, absorvido por fora em afazeres desprovidos de transcendência, mas levados a cabo como uma epopeia, com o seu talento do detalhe, da miniatura, é um povo sonhador. Não especialmente por ter cumprido sonhos maiores do que ele, mas porque, no fundo de si, ele recusa o que se chama a realidade. Ou, se se prefere, a ordem do tempo, rio sem regresso. (...) A saudade, descida no coração do tempo para resgatar o tempo - o nosso, pessoal ou coletivo - , é como uma lâmpada que se recusa a apagar-se no meio da noite (...).<sup>615</sup>

Outra autora que reflete sobre o peso do conceito de saudade na cultura lusitana é Bela Feldman-Bianco (2007). Segundo ela, no surgimento do Portugal pós-colonial, o conceito de saudade continua a estar na base da identidade nacional. Seu foco, entretanto, sofreu um deslocamento. A autora, que emprega o conceito de diáspora para se referir à realidade social inaugurada com o fim do império, defende a tese da criação de uma nação global enraizada na memória coletiva da saudade. Essa diáspora, segundo ela, substituiu as colônias como a (re)imaginação espacial do império. Usando a imagem de um barco abandonado numa praia portuguesa como uma metáfora para o fim do império colonial, Bela Feldman-Bianco sinaliza as contradições, as ambiguidades e os dilemas que vieram à tona com a dissolução do sonho imperial e a reconfiguração de Portugal como uma nação europeia que favorece os laços de sangue e o direito às raízes.<sup>616</sup>

Os indivíduos que vivenciaram aquela experiência colonial e o fim do império são o reflexo de um período que não pode ser analisado de forma simplista. No nosso entender, não podem ser compreendidos, assim como as memórias elaboradas, dissociados da sociedade colonial na qual viveram e do processo de descolonização. Estamos aqui diante da relação entre indivíduo e sociedade e, com relação a essa questão, a tese de Norbert Elias, de que a vida dos indivíduos (e a visão que têm dela) não pode ser compreendida sem que se leve em conta essa relação, nos parece bastante apropriada.<sup>617</sup>

Os discursos desses migrantes sobre o período perpassam a bipolaridade quanto às ideias políticas, tão característica da conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial, os conflitos entre metrópole e colônia, os conflitos entre imigrantes de primeira geração e aqueles cujas famílias

<sup>615</sup> LOURENÇO, E. *Portugal como destino seguido de Mitologia da saudade*, Lisboa: Gradiva, 2012, p. 93-94.

<sup>616</sup> FELDMAN-BIANCO, B. Empire, postcoloniality and diasporas: the Portuguese case, *Papers - Universidad Autonoma de Barcelona*, v. 85, p. Outubro, 2007, p. 44.

<sup>617</sup> ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

estavam lá estabelecidas há gerações, a relação entre ambos os grupos e os povos nativos, a crítica ao processo de descolonização. Enfim, diversas faces do colonialismo em toda a sua complexidade. Tais evocações permitem perceber como tais visões se reconfiguraram ou permanecem ao longo do tempo, estando ainda bastante presentes. Sua relação com essa nação pós-colonial, sobretudo aqueles que aqui estão, é de mágoa e rancor como já dissemos outras vezes ao longo deste trabalho. Ainda assim, visitam Portugal. Ato descrito quase sempre acompanhado pela afirmação de que o fizeram para ver parentes próximos e amigos.

## Conclusão

O século XX, marcado por inúmeras guerras e massacres, gerou uma plêiade de testemunhos. Estes, tornaram-se uma forma crucial de relação com os acontecimentos do nosso tempo. Na visão de Jean-Pierre Azéma, a guerra tem uma função social. Ela é geradora de memória.<sup>618</sup> Segundo Shoshana Felman, o testemunho é uma forma de relação com os eventos vividos, "parece ser composto de pequenas partes de memória que foram oprimidas pelas ocorrências que não tinham se assentado como compreensão ou lembrança (...)."<sup>619</sup> Giorgio Agamben sinaliza, recorrendo a Primo Levi, que há dois tipos de testemunhas: aquelas que dedicam-se a falar do que sofreram e aqueles que preferem o silêncio. Como Primo Levi, os indivíduos ouvidos neste trabalho são aqueles que viveram algo, atravessaram um evento e podem, portanto, falar do que se passou.<sup>620</sup>

A história de vida é dessa forma "o relato de um narrador sobre sua experiência através do tempo". A partir dele, o narrador tenta "reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu". Desvendam-se assim relações sociais.<sup>621</sup> A história de vida é suscetível a muitas formas de apresentação em função do contexto no qual são contadas. Essas variações, entretanto, não são ilimitadas. E é a partir delas que um indivíduo constrói a sua identidade. Esta, por sua vez, ordena os acontecimentos que constituem uma experiência vivida. As dificuldades, os bloqueios com relação à contar a própria vida, têm como questão de fundo a reflexão sobre a utilidade de se contar a própria história de vida.<sup>622</sup>

Assim, os testemunhos relatados neste trabalho são produto de um entre os diversos conflitos armados que marcam a identidade do século passado. São produzidos à partir de memórias de um êxodo causado pela convulsão de um período chave, que marcava o fim do império português na África. Divergências políticas, insegurança quanto ao futuro, sentimento de

---

<sup>618</sup> AZÉMA, J.P. A Guerra, In: REMOND, R. (org.). *Por uma História Política*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 430.

<sup>619</sup> FELMAN, S. Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar, In: SELIGMAN-SILVA, M.; NESTROVSKI, A. *Catástrofe e Representação*, São Paulo: Escuta, 2000, p. 18.

<sup>620</sup> AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*, São Paulo: Boitempo, 2008, p. 26-27.

<sup>621</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do "Indizível" ao "dizível". In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, M. Cristina Siqueira de Souza; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri, (orgs). *Presquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. São Paulo, CERU, Humanitas: 2008, p. 37, 43-44.

<sup>622</sup> POLLACK, M. La gestion de l'indicible, in: PLAACK, M. 1993, p. 145-146.



abandono pelo Estado português devido à retirada paulatina de tropas, medo da violência que explodia entre movimentos de libertação rivais, - sem que se aborde a violência causada por setores de extrema direita entre os colonos - a crítica quanto à não convocação de eleições gerais.

são três partidos que querem governar, vamos ver, vamos fazer umas eleições e ver, o partido que ganhar é o partido que vai governar. Mas não, Portugal deixou a gente no meio daquela guerra, deixou a gente sem nada. A tropa portuguesa era quem nos defendia, porque estávamos ainda sob o domínio português.<sup>623</sup>

Há, entre aqueles que ouvimos, a percepção de que Angola foi entregue ao MPLA e a população de origem europeia foi abandonada. A percepção de que o processo de transição foi feito às pressas "para ter se dado a independência para eles eu acho que deveria ter sido feito um trabalho anterior, né, criar uma estrutura pra isso, se não ... ah toma, agora é teu ! E eles não sabiam o que fazer".<sup>624</sup> A memória construída é, portanto, uma memória de vitimização que não considera o papel de setores da minoria branca como protagonistas da desagregação conjuntural que contribuiu para o êxodo.

Por outro lado, sabemos que, em Angola, a opinião pública era amplamente favorável à independência, porém havia discordâncias em torno dos projetos de construção do Estado pós-colonial. Em Portugal, os diferentes projetos de como descolonizar se chocavam. O Movimento das Forças Armadas estava longe de ser homogêneo. Tendo saído da clandestinidade, o Partido Socialista e o Partido Comunista Português tinham também as suas divergências. As defesas da criação de uma *Commonwealth* feita, por exemplo, pelo General Antônio de Spínola, e da independência rápida e imediata, se chocaram, com a última tendo prevalecido. Uma das questões que contribuiu para isso foi a pressão da opinião pública portuguesa pelo fim da guerra. A própria vedação à participação de movimentos políticos criados pela minoria branca (que deveria se filiar a um dos três movimentos de libertação caso quisesse tomar parte no processo) levou à reação de setores que defendiam uma descolonização à rodesiana. O fechamento da possibilidade de participação desse grupo em partidos próprios também contribuiu para o êxodo.

Estas foram algumas das causas do deslocamento de centenas de milhares de pessoas, que, ao contrário de outros deslocamentos em massa que marcaram o século XX, não foram expulsas, mas fizeram uma escolha. O êxodo foi o resultado, portanto, de uma variedade de fatores. O impulso de salvar a própria vida falou mais alto que o sentimento de pertencimento àquele lugar

<sup>623</sup> Entrevista com Catarina, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

<sup>624</sup> Entrevista com Carlos, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2010.

que muitos viam como sua terra:

Então quando deu-se o 25 de abril as pessoas começaram a fugir. No mato onde elas moravam, nas cidades até, a ir pra fora, comprar passagens, tirar os dinheiros dos bancos, arranjaram as comidas pra pôr nos trailers e depois se mandaram, tanto que uns, uns foram com a tropa portuguesa sempre ali nos acompanhando. Eram comboios de carros e sempre que a tropa portuguesa acompanhava esse comboio de carros na frente, no meio e atrás. Ia sempre um ou dois carros, jipe com a tropa portuguesa acompanhando essa caravana, o comboio de carros até a fronteira da África do Sul.<sup>625</sup>

O fato de que houve escolta de migrantes em fuga por parte do exército, de certa forma põe em cheque a visão de alguns de que teriam sido abandonados. Estamos aqui diante de um território complexo, caracterizado por memórias em disputa. Alguns esperavam um dia voltar, outros nunca levantaram tal hipótese. Há quem, de fato, tenha retornado, não definitivamente, como profissionais e o fizeram mais de uma vez. Há aqueles que, embora nunca tenham voltado, acompanham via imprensa, através de sites de notícias, o dia-a-dia angolano. Há outros que fazem planos de um dia voltar, mas para passar férias, não estabelecer residência. A literatura angolana também faz parte do universo daqueles que mantém algum tipo de contato com o país. Para esses indivíduos, Angola está longe de ser parte do passado. É um passado que está muito presente. Há outros que conhecem quem nunca tenha saído apesar de tudo.

Os que deixaram Angola espalharam-se por diferentes países. A maioria dos migrantes da descolonização da mais importante colônia portuguesa no século passado encontram-se na antiga metrópole. Lá, ao chegarem, foram hostilizados. A conjuntura da chegada era marcada por conflitos. Estes tinham como fatores principais a crise econômica, o reduzido auxílio governamental e divergências em família ou com a comunidade de onde saíram os migrantes de primeira geração. Apesar de terem lá se fixado, se sentiam desenraizados, à semelhança do que ocorria com outros grupos que retornavam à Europa com a descolonização.<sup>626</sup> Hoje, as tensões na sociedade portuguesa arrefeceram, mas o sentimento de pertença daqueles que nasceram em Angola e estão em Portugal ou dispersos por vários países ainda pode estar na África.

Os que escolheram o silêncio ao invés de contarem sua história, o fizeram por desconfiança de como trataríamos o tema ou devido ao desejo de não lembrar, seja da guerra de independência (alguns dos nossos informantes nela lutaram), seja das circunstâncias do êxodo.

<sup>625</sup> Entrevista com Catarina, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

<sup>626</sup> BOUCHER, E. *Ibidem*, p. 249.

Com relação ao primeiro caso, pesa a memória, construída em Portugal de que se tratava de um grupo de "exploradores de negros", o que desagrada ainda hoje àqueles que se dizem longe dessa postura ou mesmo contrários a ela, mas que pela sua posição na sociedade colonial eram parte do "time", para usar a expressão de Frederick Cooper.<sup>627</sup>

Mesmo entre aqueles que não concordavam com a dominação colonial, como vimos, havia diferentes posicionamentos diante dessa questão. Todos acabariam englobados em um único grupo: os colonos. A população metropolitana, sem conhecimento das clivagens internas que caracterizavam esse grupo social, o encarava homogeneamente. Os conflitos entre portugueses e luso-angolanos eram desconhecidos dos que nunca deixaram Portugal. É certo afirmar que o colonialismo não é um sistema binário. Interpretações a partir de dicotomias dominados/dominadores, explorados/exploradores devem ser superadas e a categoria de colono deve ser repensada, como defende Adelino Torres:

a sua generalização abusiva distorce, até à caricatura, um fenómeno de muito maior complexidade do que as análises apressadas deixam antever. O "colono" das últimas décadas, estava longe de se resumir simplesmente à "*image d'Épinal*" do amarve do capacete colonial e chicote na mão. Milhares de brancos nascidos no país (mesmo se alguns extratos sociais se atolavam em preconceitos irredutíveis de outras eras) estavam disponíveis para aderir a uma causa e servi-la se a oportunidade lhe fosse oferecida.<sup>628</sup>

No caso aqui estudado, pode-se constatar uma importante diferença entre aqueles que estão em Portugal e aqueles que estão no Brasil. Enquanto em Portugal há uma variedade de obras lançadas sobre o tema, ou seja, há um movimento no sentido de lembrar, ainda que seja lembrar um determinado aspecto da vivência na África, a vida confortável, não desfrutada por todos os brancos que lá viviam, ou ainda a convivência entre brancos, negros e mestiços no ambiente escolar e no trabalho, como forma de rebater aqueles que enfatizam o racismo na sociedade colonial. No Brasil esse movimento não encontra paralelo. Entre os migrantes da descolonização que se encontram aqui a lembrança é cultivada no ambiente familiar, em contatos com quem está em outros países ou em encontros periódicos. Não há associações ou clubes, não frequentam instituições da comunidade portuguesa.

O governo brasileiro, ao aceitar fazer parte dos esforços de evacuação e de recepção da minoria branca vinda de Angola, se apresentou como colaborador na solução de um difícil

<sup>627</sup> COOPER, F. 2003, Ibidem, p. 176

<sup>628</sup> TORRES, A. Preâmbulo, In: DÁSKALOS, S. Ibidem, p. 11.

problema português. As razões para tanto, como mostramos, não tinham como fundamento razões exclusivamente humanitárias. Como pano de fundo, havia interesses estratégicos. Estes eram acompanhados por dificuldades práticas, referentes à tentativa de aproximação diplomática com Angola e com Portugal. Ao receber técnicos qualificados, tanto vindos de Portugal quanto de Angola, a administração Geisel equilibrava-se numa situação difícil. Isto porque as economias portuguesa e angolana sofreriam um duro golpe com a saída em massa desses profissionais.

O temor tinha fundamento, ao menos na visão de António de Almeida Santos, Ministro português da Coordenação Inter territorial do I e do IV Governos Provisórios. A experiência econômica adquirida pelos migrantes da descolonização na África, a partir de certo momento gerou empresas nas áreas de comércio, agricultura, pecuária e hospedagem. Regiões onde “retornados” se instalaram tiveram um desenvolvimento econômico acentuado, sobretudo no interior do país. Houve também o CIFRE, crédito especial para “retornados”, que totalizou 18 milhões de contos, doado pelo governo da Suécia. Para recebe-lo, os beneficiários tinham que “apresentar projectos sólidos e viáveis”, já que o dinheiro era liberado por bancos privados. Sua fala conclui que, na atualidade, “há um contraste entre o que é a memória do sofrimento pessoal e o reconhecimento à distância histórica do sucesso global da integração”.<sup>629</sup>

Quanto a Angola, tendo se visto desprovida de mão-de-obra qualificada, teve que lançar mão de contatos com seus aliados, como Cuba, por exemplo, para conseguir técnicos para manter sua economia em funcionamento. Entre os países que contribuíram neste quadro está, mais uma vez o Brasil. Em 1975, começaram os contatos para a cooperação. Esta permanece até os dias atuais. Não foi encontrada nenhuma avaliação angolana a respeito da absorção desses profissionais da minoria branca pelo Brasil. O que sabemos é que a reação pública de Agostinho Neto era desfavorável ao êxodo, encarando-o como parte dos esforços de desestabilização do novo país.

Não se pode esquecer de mencionar que, em meio a essa vaga migratória, vieram, ainda que em menor número, negros e mestiços, também atendidos pela estrutura montada pela comunidade portuguesa e pelo governo brasileiro, ao contrário da política imigratória promovida pelo governo venezuelano, que assumidamente só receberia migrantes se estes fossem brancos, configurando uma política eugenista de imigração. Não foi possível verificar se, uma vez no Brasil, este grupo menor de migrantes teve as mesmas oportunidades de inserção da qual se beneficiaram

---

<sup>629</sup> ALMEIDA, S.J. Os últimos filhos do Império. Disponível em: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/os-ultimos-filhos-do-imperio-1632525>. Acesso em: 23 abr. 2014

portugueses e luso-angolanos. A verificação de trajetórias de inserção desse grupo, pode, entretanto ser o mote de futuras pesquisas que visem comparar os dois processos.

Portugueses e luso-angolanos que tomaram a decisão de se instalar no Brasil não tinham ideia da complexidade do jogo político e dos interesses estratégicos dos diferentes países envolvidos nessa situação. Sua preocupação imediata era encontrar uma alternativa à guerra em Angola e à crise em Portugal. Além disso, havia todo o contexto de descontentamento referente à condução do período de transição por Portugal. O Brasil era uma opção a considerar por uma plêiade de fatores. Alguns deles são: o histórico suporte ao Estado Novo português e ao colonialismo, a mesma língua, o cenário econômico, uma rede de parentesco já instalada no país, a existência de uma comunidade portuguesa com boas relações com o governo federal e contatos tanto em Portugal quanto na África.

O primeiro destes trouxe para o país indivíduos com ligações efetivas com o regime deposto em Portugal ou, simplesmente, que lhe eram favoráveis ideologicamente. Dentro deste grupo havia políticos, militares, empresários, funcionários públicos, profissionais liberais, entre outros que não necessariamente tiveram uma experiência de vivência na África. Buscavam no Brasil um refúgio pelo fato de o país, naquela conjuntura, ser governado por uma ditadura militar. Encontraram colocação profissional, sobretudo no setor privado.

De fato, o empresariado brasileiro absorveu muitos dos portugueses e luso-angolanos que aqui aportaram, não só o brasileiro como também o empresariado português radicado no país. Um exemplo disso foi a criação do Movimento de Auxílio ao Emigrante Português, MAEP. Com amplos contatos tal movimento teve uma função importante na inserção dos que chegavam. Devido ao grande contingente de mão-de-obra qualificada que chegava, é possível dizer que o país se beneficiou estrategicamente desse fluxo. Além da iniciativa privada há um outro ator a ser levado em consideração, pelo menos no contexto de inserção na cidade de São Paulo: a Igreja Católica que, liderada por Dom Paulo Evaristo Arns, participou do processo a pedido do governo daquele Estado.

A língua comum, o fato de contarem com familiares aqui instalados e a economia serviram de chamariz para aqueles que não necessariamente tinham o fator político como principal motivo para a escolha do país, mas por ele optaram como destino de uma segunda ou terceira migração. Dentro desse quadro, estão aqueles que, antes de se estabelecer na América Latina, estiveram ou em algum país da África, sobretudo a África do Sul, tendo ou não ido para Portugal e aqueles que

deixaram Angola diretamente para a Europa. Pesaram como fatores da escolha a vida precária em Portugal e a hostilização daqueles que nunca deixaram o velho continente - que se referiam pejorativamente aos que chegaram como "retornados" ou "brancos de segunda"- este último sendo uma referência àqueles que nasceram nas antigas colônias.

Suas estratégias de inserção foram variadas. Para isso, contribuiu o apoio da opinião pública à política de recepção a esses migrantes. Este elemento pode ser compreendido à luz do apoio da sociedade civil ao regime, fator importante para a sua sustentação ao longo do tempo. A opinião pública, movida pelos laços históricos a Portugal e sensível ao discurso da imprensa que noticiava o êxodo, mostrou-se solidária, em grande parte. Houve, entretanto, dificuldades. Essa mesma língua comum é, ao mesmo tempo muito diferente nos dois contextos. As diferenças desempenharam um papel que não pode ser desprezado nos casos em que a inserção mostrou-se difícil, pelo menos em um primeiro momento. Juntamente com uma valorização da influência cultural lusitana, havia o anti-lusitanismo, expresso em um tratamento pejorativo. Ambos andavam juntos. Apesar disso, do ponto de vista oficial, por conta da cooperação com o governo de Lisboa e com a comunidade lusitana no Brasil, sobressaía o primeiro aspecto.

Ainda assim, o projeto para reconstruir a vida nem sempre teve sucesso. As relações familiares, quando envolveram trabalho, podiam sofrer abalos e os familiares separarem-se, tomando rumos independentes. Em outros casos, a existência de parentes no país pouco ou nada influenciou na escolha do destino final. Para aqueles que não contavam com tal facilidade, a então boa situação econômica do país, que ainda não estava enfrentando o fim do "milagre econômico", foi um fator que facilitou a inserção.

O auxílio prestado pelo Estado, através da força-tarefa, e o diálogo de cooperação do governo federal com as lideranças da comunidade portuguesa, também foi um fator chave na inserção dos migrantes. A força-tarefa forneceu documentos de permanência e empregos. Ao fim de suas atividades, a inserção dos recém chegados ficou a cargo da comunidade portuguesa, mobilizada nacionalmente. As diversas casas regionais abrigaram temporariamente quem não tinha moradia, foi organizada toda uma estrutura para oferecer-lhes abrigo, recursos financeiros, exames médicos, suporte para tirarem os documentos de permanência e empregos. Os contatos das lideranças da comunidade portuguesa englobavam pessoas físicas e jurídicas, até mesmo políticos. Tal estrutura funcionou por meses, adentrando o ano de 1976. Muitos, portugueses e luso-angolanos, indistintamente, beneficiaram-se dessa estrutura. Uma questão a ser considerada

é o tratamento igual recebido pelos dois grupos. Da parte da comunidade portuguesa, não havia classificação entre "brancos de primeira" e "brancos de segunda". Todos eram portugueses, tratados como patricios. Isso, apesar dos estreitos laços entre os portugueses residentes no Brasil e o regime deposto em sua terra natal.

A rede de contatos que culminou com a inserção por todo o território brasileiro desses migrantes, tinha a participação, em Portugal, da Fraternidade Ultramarina, movimento de auxílio aos "retornados". Dadas as questões já mencionadas, muitos resolviam imigrar novamente e o Brasil figurava como um destino possível. A rede de contatos unia o Brasil, a África e Portugal. Tal fato mostrou como as relações que dinamizaram o atlântico sul se reconfiguraram ao longo do tempo. Apesar de toda a estrutura montada de apoio para recebê-los, houve aqueles que deixaram o país, pois não conseguiram se inserir. Dos que permaneceram, poucos foram os que criaram raízes. Na década de 1980, quando o Brasil entrava em gravíssima crise econômica, fruto do "milagre" e seu país natal ou de nacionalidade entrava em uma fase de desenvolvimento dada a viragem para a União Europeia, a grande maioria retornou à Europa.

Entre aqueles que permaneceram, foi possível verificar a criação de laços com a constituição de famílias, mas permaneceram também a raiva e a mágoa com a condução de todo o processo. A ida a Portugal se dá principalmente com a finalidade de visitar amigos e familiares. Alguns tiveram mais sucesso do que outros. O microcosmo representado pelos nossos interlocutores permite perceber a heterogeneidade socioeconômica da minoria branca residente em Angola: ouvimos desde membros de famílias proprietárias de terras e indústrias a uma família de um trabalhador rural assalariado, passando por migrantes oriundos de famílias proprietárias de pequenos negócios a famílias de classe média. Entre aqueles cujas famílias eram proprietárias de grandes ou pequenos negócios, foi possível verificar o ressentimento pela perda da vida confortável de que desfrutavam. Uma vez no Brasil, o projeto de vida tendo sido bem sucedido ou não, não conseguiram reconstruir a vida material da qual desfrutavam. Os bem sucedidos se tornaram donos de pequenos negócios, empresários, funcionários públicos, profissionais liberais. Hoje, desfrutam de uma vida de classe média.

Se, com relação a Portugal, a memória que se construiu e os sentimentos a ele associados são, em geral, "ruins", não se pode dizer a mesma coisa do que se construiu em relação à África e a Angola. Há um saudosismo no que se refere a ambos. De forma mais ou menos intensa, sempre estiveram presentes em suas vidas. As contradições e as desigualdades são reconhecidas. O

racismo, que ainda hoje há quem negue que tenha existido, quando evocam que negros, mestiços e brancos conviviam sem problemas no ambiente escolar, também é reconhecido por tantos outros que lá viveram. O conforto dos "melhores anos" de suas vidas, porém, sobressai na memória construída acerca daquele período e lugar.

Para lembrar um período e uma sociedade que não mais existem, proliferam no mundo virtual diferentes endereços destinados a deixar marcadas versões de portugueses e luso-angolanos, migrantes da descolonização hoje espalhados, em Portugal, no Brasil e em outros países. O mercado editorial português também está repleto de obras autobiográficas e jornalísticas que se debruçam sobre a vida cotidiana, a fuga e a chegada a Portugal. Reúnem-se em almoços anuais, que entre outras funções demarcam a memória que se quer construir:

Como já disse, todo ano, em Junho ou Julho, há uma reunião de todos os que saíram das colônias portuguesas. Reúnem-se durante 3 ou 4 dias no Pinhal do Leiria que foi plantado pelo rei D. Dinis. Acampam ali e fazem festas, encontros, palestras e trocam informações, mantendo viva a memória dos tempos coloniais. Os movimentos políticos do centro e da direita portuguesas têm forte apoio entre esses grupos.<sup>630</sup>

O que tentamos fazer nesse trabalho foi contribuir para o campo de estudos da descolonização, mostrando que a conjuntura e o grupo estudado não podem ser compreendidos a partir de uma dicotomia simplista. Havia muitos interesses políticos e econômicos estratégicos em jogo por parte dos atores envolvidos, sejam eles Estados Nacionais, movimentos de libertação ou a própria comunidade branca. O embate ideológico, característico da época, por si só não explica o desenrolar dos acontecimentos. A memória coletiva construída sobre a guerra civil e o êxodo auxilia no entendimento das consequências daquele período divisor de águas, tanto para a história de Portugal quanto para a história de Angola. Mais do que isso, no entanto, ela demonstra que, longe de estarem superados os conflitos que marcaram aquela conjuntura, estes ainda encontram ecos na vida de muitos dos indivíduos que os vivenciaram.

---

<sup>630</sup> Entrevista com Henrique, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009.



## Anexo

### Perfil dos informantes

Alice é portuguesa, nasceu no norte do país. Filha de um policial e de uma dona de casa. Chegou em Angola entre 1950 e 1952. Viveu os primeiros anos em Angola em Novo Redondo, atual Zumbe, capital da província de Cuanza-Sul. Mudou-se para Lisboa para estudar no Liceu Salvador Correia de Sá. Ao casar, mudou-se para Benguela. Seu marido era também português, da região sul. Teve uma filha. Ao deixar Angola, a família se dirigiu para a África do Sul, onde seu marido tinha parentes. De lá foi para Portugal. Após um período de meses, imigra para o Brasil, onde tinha parentes: o tio que era também seu padrinho e primos. Ao chegar, vai viver em Bangu. Aqui cursou faculdade de Administração. Trabalha como funcionária pública municipal. Naturalizou-se brasileira após 1988.

Augusto nasceu em Angola, em 1951. Seu pai era contador, sua mãe era doméstica. Viveu no Huambo até os sete anos, quando os pais se separaram. A mãe começou a trabalhar no ramo da estética. Mudou-se depois para o Lobito, onde viveu até os vinte anos. A última cidade na qual viveu em Angola foi Luanda. É neto de portugueses que migraram no princípio do século XX. Cursou ensino industrial. É projetista. Chegou ao Brasil entre setembro e outubro de 1975 de avião. Viveu no Rio de Janeiro até 1982. Mudou-se para Salvador. No Brasil casou e teve uma filha. Anos depois mudou-se do Brasil. Viveu em Portugal, onde conheceu sua segunda mulher, nascida em Moçambique. Viveu em Portugal, em Macau, em Hong Kong e Austrália. Retornou ao Brasil em 2005. Se estabeleceu em Natal, Rio Grande do Norte. Retornou ao Rio de Janeiro em 2010.

Bianca é portuguesa. Nascida em 1947. Casada com Paulo. É dona de casa. migrou para Angola criança. Seu pai trabalhava no ramo da pesca. Mudou-se para Angola em 1950 com um ano e meio de idade. Ao chegar em Angola, a família se estabeleceu em Moçâmedes. Anos depois, mudou-se para Luanda, onde conheceu Paulo. Ao deixar Angola se dirigiu primeiramente para Portugal em maio de 1975. Chegou ao Brasil em Dezembro de 1975 de avião. Ao chegarem, se estabeleceram no bairro da Tijuca. Além do Rio de Janeiro viveu também em Teresópolis. Atualmente reside na Barra da Tijuca. Tem um filho nascido em Angola, em 1969.

Bruno é português, nascido em 1936. Camponês, imigrou para Angola em 1966. Sua instrução é inferior à quarta classe. Trabalhou todo o tempo em que viveu em Angola, até 1975, como empregado agrícola. Viveu em Bula Atumba, distrito do Bengo. Tinha irmãos vivendo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Chegou no Brasil em avião da Varig em junho de 1975, vindo de Luanda. Adquiriu a passagem com recursos próprios. Estabeleceu-se no Rio de Janeiro, em Campo Grande, com a esposa e os dois filhos. Viveu na casa do irmão durante dois anos e meio. Teve várias ocupações informais trabalhando para o irmão ou por conta própria. Passado esse período, conseguiu comprar um pequeno comércio, que hoje não existe mais. Ainda reside em Campo Grande.

Carlos é português e filho de Bruno e Márcia. Nascido em 1966. Viveu em Angola entre 1972 e 1975 em Bula Atumba, distrito do Bengo. Chegou no Brasil em avião da Varig em junho de 1975 vindo de Luanda. Possui ensino superior em matemática. É professor da rede estadual de ensino. Reside em Campo Grande. Casado com uma brasileira, tem um filho.

Catarina nasceu em Angola, em 1958. Morou em mais de uma cidade em Angola. Bisneta de portugueses originários da Ilha da Madeira, sua família imigrou para Angola na década de 1880. Seus pais foram proprietários de hotéis em diferentes cidades angolanas. Morou, assim, em Nova Lisboa, atual Huambo, para onde mudou aos quatro anos, lá viveu até os oito ou nove anos. A partir de então viveu em Sá da Bandeira até deixar Angola. Estudou no Liceu Diogo Cão. Tem ensino liceal completo. Chegou ao Brasil de avião em março de 1976. Trabalha como autônoma. Tem um filho nascido no Brasil.

Fernanda é portuguesa. Nascida em 1941. Possui ensino superior completo em Serviço Social. Viveu em Angola entre 1971 e 1975. Lá, foi funcionária da Junta Provincial de Povoamento, casou e teve a primeira filha. Ao retornar a Portugal, em 1975, estabeleceu-se em Braga, onde tinha uma irmã. Enquanto estava em Portugal, trabalhou por um período de um ano para o Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais, IARN. Em Portugal, teve a segunda filha. Em abril de 1977, imigrou para o Brasil onde já se encontrava seu marido, Nelson. Chegou por via aérea. Radicou-se em Montes Claros, Minas Gerais.

Gláucia nasceu em Angola. Nascida na cidade do Lobito em 1951. Filha de um português e uma angolana. Seu avô materno era português. Seu bisavô materno era da marinha mercante. Quando este se estabeleceu em Angola, trabalhou numa indústria de transformação de pescado. Seu pai, quando chegou em Angola, trabalhou para uma companhia de café, em Gabela no norte.

Seu segundo emprego foi em uma refinaria de Petróleo. Casada com Ricardo, tem três filhas, duas das quais nascidas em Angola. Viveu no Lobito e em Cabinda. Chegou a iniciar os estudos de medicina em Portugal em 1969. Retornou a Angola em 1971 e continuou seus estudos superiores em Luanda por mais um ano. Não completou o ensino superior. Casou-se em 1973. Foi professora de ciências. Deixa o país em 1975 não tendo completado os estudos. Chegou ao Brasil em outubro daquele ano de avião. Tendo se estabelecido aqui, cursou o ensino superior não em medicina, mas em Administração de Empresas. É funcionária pública estadual. Naturalizou-se brasileira após 1988.

Henrique nasceu em Angola em 1938 na freguesia da Humpata, conselho do Lubango. Sua família tem origem em camponeses madeirenses que imigraram para Angola na década de 1880. Se estabeleceram na região sul, na Serra da Cela. A segunda geração de sua família dedicou-se ao comércio. A terceira ao funcionalismo público. Foi um dos dois primeiros membros da família a ter ensino superior. Iniciou o curso de Direito na Universidade de Lisboa em 1956. Tendo se envolvido em atividades políticas contrárias ao Estado Novo, deixa o país em 1965. Não retorna a Angola. Imigra para o Brasil, onde chega de avião em abril. Aqui termina os estudos de Direito e se casa. Retorna a Angola em 1969. Se estabelece na cidade do Huambo, antiga Nova Lisboa. Lá tem seus dois filhos. Retorna ao Brasil com a família em Dezembro de 1974, de avião. Estabeleceu-se no bairro da Tijuca. Hoje vive em Copacabana. Atualmente é advogado aposentado, mas continua exercendo a profissão.

João chegou ao Brasil em janeiro de 1976 vindo de Angola. Os pais deixaram Angola quando a guerra civil se agravou. Seu pai era técnico aeronáutico e conseguiu um emprego na Embraer em São José dos Campos. Tem ensino superior completo. É historiador. Leciona no ensino superior no estado de São Paulo.

Júlia é portuguesa. Nasceu no norte de Portugal. Migrou ainda criança para Angola. Seu pai, que originalmente era camponês, em Angola chegou a ser proprietário de três fazendas. Júlia é casada e tem dois filhos. O mais velho nascido em Angola. Ao chegar no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1976, após um curto período na Praça Mauá, instalou-se no Catumbi. Começou a trabalhar fazendo trabalhos domésticos. O marido, como motorista de caminhão. Posteriormente conseguiu comprar um açougue. Hoje é dona de um pequeno comércio em um shopping center da zona oeste do Rio de Janeiro.

Lorena nasceu na cidade do Lobito em Angola, em 1951. Filha de um economista e de uma administradora de empresas. O pai foi diretor do Instituto de Educação Superior do Bié. Seus pais eram ambos portugueses e foram para Angola entre 1947 e 1948. Iniciou seus estudos de medicina em Angola. Devido ao início da guerra civil, já casada e com uma filha de um ano, decide se mudar para o Brasil. Seu marido era engenheiro civil. Instalou-se em Curitiba. Porém, ao chegar por via aérea, desembarcou no Brasil em São Paulo. Concluiu os estudos de medicina na Universidade Federal do Paraná. Já retornou a Angola mais de uma vez.

Lucia é mãe de Catarina. Viúva. Nascida em Angola em 1927. Trabalhava com o marido nos hotéis dos quais eram proprietários. Antes de imigrar para o Brasil viveram por um ano na África do Sul. Chegaram ao Brasil em março de 1976, de avião. Ao chegarem no Brasil, contavam com meios financeiros. Ela e seu marido, juntamente com o cunhado e a esposa deste, abriram um restaurante. Ao chegarem se estabeleceram no bairro do Flamengo.

Márcia é portuguesa. Nasceu em 1938. Mãe de Carlos. Viveu em Angola entre 1972 e 1975. Viveu em Bula Atumba, distrito do Bengo. É doméstica. Chegou no Brasil em avião da Varig, em junho de 1975, vindo de Luanda. Adquiriu a passagem com recursos próprios. Trabalhou em uma granja montada pelo cunhado. Depois, no pequeno negócio comprado pela família.

Nelson é português. Nasceu em 1945. Migrou para Angola com a mãe entre 1953 e 1955. Foram residir no Huambo, antiga Nova Lisboa. Seu pai fixou residência em Angola em 1950 e foi trabalhar na Secretaria de Obras Públicas. Posteriormente, foi trabalhar em uma empresa de mineração, de minério de ferro. Nelson viveu em Cuimba, na província do Zaire, Jamba, na província de Cuando - Cubango, mas mantinham casa no Huambo. cursou a Escola Industrial e Comercial. De lá, foi para a universidade, em Angola, onde cursou engenharia. Quando deixou Angola, Nelson tinha um cargo de chefia na hidrelétrica do Alto Catumbela. ao deixar Angola, antes de vir para o Brasil, esteve na África do Sul, na Rodésia e em Portugal. Deixou a Rodésia em fevereiro de 1976. Em Abril, estava chegando de avião em Maceió, onde tinha amigos. De Maceió, dirigiu-se a Belo Horizonte, onde tinha um tio. Na capital mineira, conseguiu um emprego a ser exercido em Montes Claros. Radicou-se na cidade.

Paulo é português. Nascido em 1939. Filho de um funcionário da Shell, mudou-se para Angola aos 13 anos de idade. Viveu em Luanda e em Silva Porto, atual Cuito e em Nova Lisboa, atual Huambo. Estudou no Liceu Salvador Correia de Sá e no Colégio Marista, um colégio

interno. Serviu ao exército por pouco tempo durante a guerra de independência. Ao dar baixa, em 1964, foi trabalhar em uma agência de navegação inglesa, chamada Casa Inglesa, onde trabalhou até sair de Angola em outubro de 1975. chegou ao Brasil por via aérea. Tem um filho nascido em Angola em 1969. Ao chegar no Brasil, continuou trabalhando no ramo da navegação.

Rafael é Português. É formado em Ciências Econômicas. Membro ativo da comunidade portuguesa no Brasil. Testemunhou o período estudado nesse trabalho.

Ricardo nasceu em Angola, na cidade do Lobito em 1948. Seu pai também nasceu em Angola. Seu avô, português, foi exilado para Angola no princípio do século XX. Seu avô e seu pai trabalharam como despachantes aduaneiros. Possui ensino liceal completo. Estudou em colégio interno em Portugal. Ao terminar o liceu, serviu o exército português na guerra de independência. Serviu em Cabinda. Deu baixa em 1974. Viveu o último ano em Angola em Luanda. Chegou ao Brasil com a esposa em outubro de 1975, mesmo ano em que deixou Angola de avião. Trabalhou no comércio.

Tomás é brasileiro nascido em Niterói em 1948. Filho de portugueses, era neto de um industrial português do ramo da pesca. Mudou-se para Angola em 1955. Viveu em duas cidades, Lobito e Benguela. Terminou o ensino liceal e foi convocado para servir ao exército na guerra de independência. Retornou para o Brasil brevemente em 1972. Ao chegar no Brasil desembarca no aeroporto de Vitória, Espírito Santo. Retorna a Angola, mas deixa Angola novamente em 1975.

## Fontes e Bibliografia

### **Fontes Primárias**

#### **Arquivo Nacional**

Coordenação de Documentos Escritos. Setor de Documentos Administrativos e Legislativos. Serviço de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras (SPMAF) RJ e MG.

#### **Arquivo Histórico do Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores**

Pasta Territórios não Autônomos Portugal/Angola

Telegramas Lisboa – Brasília (1974-1975)

Telegrama Luanda – Brasília (1975-1977)

Ofícios (1975)

Correspondência Especial – Série Chanceler (1974)

#### **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**

Arquivo Pessoal de Antônio Azeredo da Silveira

#### **Coordenação Regional do Arquivo Nacional (COREG) – Brasília**

##### **Acervo da Divisão de Segurança e Informações (DSI)**

Dossiê O movimento “Viva Portugal” e a Imprensa brasileira.

##### **Federação das Associações Portuguesas e Luso Brasileiras**

Arquivo privado da instituição

#### **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

Anuários Estatísticos do Brasil 1972 – 1981

Censo Populacional 1970, 1980, 1991

### **Biblioteca do Congresso**

Historical Journals, Newspaper and Current Periodical Reading Room

Los Angeles Times. 1975

The Guardian. 1975

The Hartford Courand. 1975

The New York Times. 1975

The Sun. 1975

The Washington Post. 1975

Boston Globe. 1975

### **Real Gabinete Português de Leitura – Rio de Janeiro**

Acto Colonial, In: Coletânea de Legislação Colonial, Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1948.

CAETANO, Marcello. *Os nativos na economia africana*, Coimbra: Coimbra editora, 1954.

Carta Orgânica do Império Colonial Português, In: Coletânea de Legislação Colonial, Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1948.

Código do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África, In: Coletânea de Legislação Colonial, Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1948.

Portaria n. 7:062 (B.O., 1a série, n. 3, 18 de Janeiro de 1950), In: Coletânea da Principal Legislação de Angola, vol.1, s/l, s/n., 1950.

FREYRE, G. *Aventura e Rotina*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.

Regulamento de Construções Escolares, In: Coletânea da Principal Legislação de Angola, vol.1, s/l, s/n., 1950.

SALAZAR, Oliveira. *Discursos e Notas Políticas (1935-1943)*, Vol. III, Coimbra Editora, Coimbra, 1967.

\_\_\_\_\_. *Discursos e Notas Políticas (1943 – 1950)*, Vol. IV, Coimbra: Coimbra editora, 1967.

\_\_\_\_\_. *Discursos e notas políticas: (1951 - 1958)*, Vol. V, - Coimbra: Coimbra editora, 1959.

\_\_\_\_\_. *Discursos e Notas políticas (1959-1966)*, Vol. VI, Coimbra Editora, Coimbra, 1967.

\_\_\_\_\_. *Antologia: discursos, entrevistas, artigos, teses, notas e relatórios - 1909 - 1966*; - 3. ed. - Coimbra: Coimbra editora, 1966.

### **Periódicos**

Jornal de Angola. Luanda. Novembro de 1953 – Dezembro de 1961. Acervo Pessoal de Marcelo Bittencourt

A Província de Angola. Luanda. 1974-1975. Acervo Pessoal de Marcelo Bittencourt.

Revista Notícia. Luanda. 1974-1975. Acervo Pessoal de Marcelo Bittencourt.

*O Estado de São Paulo*, 21 Fev. 1975. Coordenação Regional do Arquivo Nacional (COREG)

Jornal O Globo. 1975. Sala de Leitura de Periódicos. Biblioteca Nacional.

*Jornal de Brasília*. 14 fev. 1975. Coordenação Regional do Arquivo Nacional (COREG)

Jornal do Brasil. 1975. Sala de Leitura de Periódicos. Biblioteca Nacional.

*Jornal da Tarde*. 14 Fev. 1975. Coordenação Regional do Arquivo Nacional (COREG)

Revista Veja. 1975



**National Archives and Record Administration - NARA**

Telegramas confidenciais (1975)

Telegramas secretos (1975)

Telegramas de uso oficial limitado (1975)

**Websites consultados**

Agência das Nações Unidas Para Refugiados (ACNUR) - <http://www.acnur.org/t3/>

Arquivo Nacional - <http://www.arquivonacional.gov.br/>

Associação dos Espoliados de Angola (AEANG) - <http://www.aeang.com/>

Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -  
<http://biblioteca.ibge.gov.br>

Blog pessoal de Joel Neto - <http://joelneto-outros.blogs.sapo.pt/>

Bravos “retornados”, Espoliados, Deslocados... - <http://retornadosdafrica.blogspot.com/>

Cidade do Lobito - <http://cidadelobito.ning.com/>, <http://cidadedolobito.com/links.htm>

Cruz Vermelha Internacional - <http://www.icrc.org/eng/>

Fundação 25 de Abril - <http://www.25abril.org/a25abril/>

Fundação Mário Soares - <http://www.fmsoares.pt/>

Mazungue - <http://www.mazungue.com/angola/>

Ministério das Relações Exteriores - <http://www.itamaraty.gov.br/>

National Archives and Record Administration (NARA) - <http://aad.archives.gov/aad/>

Nossos Kimbos - <http://www.nossoskimbos.net/galeria.htm>

SanzalAngola - <http://www.sanzalangola.com/>

Organização Internacional para as Migrações -

<http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/about-iom-1/mission.html>

Organização das Nações Unidas (ONU) - <http://www.un.org/en/>

Revista Veja Acervo digital - <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>

Reportagem Os últimos filhos do Império, Jornal Público -

<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/os-ultimos-filhos-do-imperio-1632525>

Salazar O Obreiro da Pátria - <http://www.oliveirasalazar.org/default.asp>

[http://ultramar.terraweb.biz/memoriafutura\\_Angola\\_e\\_nossa.htm](http://ultramar.terraweb.biz/memoriafutura_Angola_e_nossa.htm)

### **Entrevistas**

Alice, Rio de Janeiro, 31 de março de 2011.

Augusto, Rio de Janeiro, 5 de Junho de 2011.

Bianca e Paulo, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2011.

Bruno, Márcia e Carlos, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2010 e 25 de fevereiro de 2012.

Catarina e Lucia, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010.

Fernanda, Montes Claros, 13 de outubro de 2012.

Gláucia e Ricardo, Rio de Janeiro, 05 de maio de 2011.

Henrique, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009 e 22 de março de 2010.

João, entrevista por e-mail, 30 de julho de 2012.

Julia, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2010.

Lorena, Rio de Janeiro, 03 de julho de 2011.

Rafael, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2012.

Tomás, Niterói, Maio de 2011.

## Bibliografia

- ADAMOPOULOS, S. *Voltar: memória do colonialismo e da descolonização*, Lisboa: Grupo Planeta, 2011.
- ALENCASTRO, L.F. de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Origens do Colonialismo Português Moderno*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1979.
- ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas*, Lisboa, Edições 70, 2005.
- \_\_\_\_\_. – “Introdução”. In: BALAKRISHNAN, G. (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.
- ANDERSON, P. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- ANSART, P. História e Memória dos Ressentimentos, In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 15-36.
- APPIAH, K.A. *Na Casa do meu Pai: África na Filosofia da Cultura*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*, São Paulo: Boitempo, 2008.

AZÉMA, J.P. A Guerra, In: RÉMOND, R. *Por uma História Política*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 401-439.

BANTON, M. *A Ideia de Raça*, Lisboa, Edições 70, 1977.

BAUER, O. “A Nação”. In: BALAKRISHNAN, G. (org.) – *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, p. 45-83.

BETTRELL, C. *Anthropology and Migration: Essays on Transnationalism, Ethnicity and Identity*, New York, Altamira Press, 2003.

BITTENCOURT, M. *Dos Jornais às armas: trajetórias de contestação angolana*, Lisboa, Vega, 1999.

\_\_\_\_\_. - *Estamos Juntos: o MPLA e a Luta anticolonial (1961-1974)*, 2002 Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense.

BOAS, F. *The Mind of Primitive Man*. New York, Free Press, 1965.

\_\_\_\_\_ – “Race and Progress”. In: *Race, Language and Culture*. New York, Free Press, 1966.

BOSSLETT, J. C. de F. *A cidade e a guerra: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda*. 2014. 237 f. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2014.

BOTT, E. *Família e Rede Social*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.

BOUCHER, E. *Empire's Children: Child Emigration, Welfare, and the Decline of the British World, 1869-1967*, Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

BRAGA, D. *Sabor de Maboque*, Campinas: Pontes Livros, 2009.

BRASÃO, I. Serviço doméstico em Portugal: lugares de origem, êxodo e itinerários urbanos (anos quarenta a sessenta), In: DOMINGOS, N.; PEREIRA, V. (dir.). *O Estado Novo em Questão*, Lisboa, Edições 70, 2010, p. 81 - 110.

BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica, In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. Usos & Abusos da história oral, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 183 - 191.

CABRAL, João de Pina. Galvão na terra dos Canibais: a constituição emocional do poder colonial, In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V. de; FELDMAN-BIANCO, B. (coords.), *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, p. 93 – 116.

CARDOSO, C. R. E. *Diáspora e Regresso: os imigrantes luso-angolanos no Brasil*, 2008, 245 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTELO, Cláudia. *Passagens para a África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento, 1998.

CANN, John P. *Contra-insurreição em África 1961-1974: o modo português de fazer a guerra*, São Pedro do Estoril, Edições Atena, 1998.

CLARENCE-SMITH, G. *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema, 1990.

COOPER, F. Conflito e Conexão: representando a História Colonial da África, In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 21-73, jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Postcolonial Peoples: a commentary, In: SMITH, A.L. (Ed.). *Europe's Invisible Migrants*, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003, p. 169 - 185.

\_\_\_\_\_. *Colonialism in Question: theory, knowledge, History*, Berkeley: University of California Press, 2005.

CORREIA, P.P. *Descolonização de Angola A jóia da Coroa do Império Português*, Lisboa: Editorial Inquérito, 1991.

DÁVILA, J. *Hotel Trópico: Brazil and the challenge of African Decolonization, 1950 – 1980*, Durham: Duke University Press, 2010.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Reconstruindo identidades múltiplas: imigrantes portugueses e luso-africanos em São Paulo, *Athenea Digital*, v. 10, p. 137-153, 2006.

DEMARTINI, Z de B.F.; CUNHA, D. de O. Os colonos da África Portuguesa sob o regime colonial e seu deslocamento para o Brasil no pós-independência, *Cadernos CERU*, série 2, v. 19, n.1, p. 121-137, junho 2008.

DEMARTINI, Z. B. F. ; CUNHA, D. O. ; DOPPENSCHMIT, E. C. S. Desafios da pesquisa com fluxos migratórios recentes: portugueses e luso-africanos em São Paulo. *Cadernos CERU (USP)*, São Paulo, v. 16, n.16, p. 41-54, 2005.

DEMARTINI, Z. B. F.; LANG, A. B. S. G. Imigrantes portugueses em São Paulo: história oral. In: MATOS, M. Izilda; SOUZA, Fernando; HECKER, Alexandre. (Org.). *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008, p. 211-223.

DOMINGOS, N. Desproletarizar: A FNAT como instrumento de mediação ideológica no Estado Novo, In: DOMINGOS, N.; PEREIRA, V. (dir.). *O Estado Novo em Questão*, Lisboa, Edições 70, 2010, p. 165 - 196.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Mozart, sociologia de um gênio*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995.

FELDMAN-BIANCO, B. Empire, Postcoloniality and Diasporas: The Portuguese Case. *Papers - Universidad Autonoma de Barcelona*, v. 85, p. 43-56, Outubro, 2007.

FELMAN, S. Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar, In: SELIGMAN-SILVA, M.; NESTROVSKI, A. *Catástrofe e Representação*, São Paulo: Escuta, 2000, p. 13 – 71.

FERREIRA, M.M.; AMADO, J. Apresentação, in: \_\_\_\_\_. *Usos & Abusos da História Oral*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERRO, M. *História das Colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FILHO, S.A. de C. *As relações étnicas em Angola: as minorias branca e mestiça*. (Disponível em: [http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r\\_etnicas.htm](http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r_etnicas.htm))

FIGUEIREDO, L. *Ficheiros Secretos da Descolonização de Angola*, Lisboa: Alêtheia, 2009.

FONSECA, Ana Sofia. *Angola terra prometida, a vida que os portugueses deixaram*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.

GELLNER, E. *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1993.

GLEJESES, P. *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*, Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 2002.

GLUCKMAN, Max. *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Métodos*. São Paulo, Global, 1987.

GOMES, A. de C. (org.), *Histórias de Imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GONÇALVES, W.; MIYAMOTO, S. Os militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n.12, 1993, p. 211 – 246.

GONTIJO, M. M. dos S. Da Rodésia ao Zimbábwe: a transmutação de culturas políticas e identidade dos colonos, in: Anais do XI Encontro da Associação Brasileira de História Oral, 2012, p. 1-16. Disponível em:

[http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1330812076\\_ARQUIVO\\_TRAB\\_ALHOCOMPLETO\\_XIENCONTROABHO2012\\_DOC.pdf](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1330812076_ARQUIVO_TRAB_ALHOCOMPLETO_XIENCONTROABHO2012_DOC.pdf). Acesso em: 16 jul. 2014

HALL, S. A questão multicultural. In: \_\_\_\_\_. *Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003, p. 51-100.

HEIMER, F. W. O Processo de descolonização em Angola, 1974 - 1976, Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

HENRIQUES, Isabel de Castro. A sociedade colonial em África. Ideologias, Hierarquias e quotidianos, In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Circulo de Leitores, vol. V. 1999, p. 216-274.

HOBBSBAWN, E.J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_; RANGER, T. *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra – Uma História da Europa desde 1945*, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2008.

LABORIE, P. Memória e Opinião, In: AZEVEDO, C.; ROLLEMBERG, D.; KNAUSS, P.; BICALHO, M.F.; QUADRAT, S. *Cultura Política, memória e Historiografia*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Disponível em:



[http://www.historia.uff.br/nupehc/files/LABORIE\\_Cap\\_4\\_-\\_Memoria\\_e\\_opinioao.pdf](http://www.historia.uff.br/nupehc/files/LABORIE_Cap_4_-_Memoria_e_opinioao.pdf). Acesso em 15 nov. 2014.

LE GOFF, J. *História e Memória*, Campinas, Editora da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios)

LÉONARD, Y. O Ultramar Português, In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (Dir.). *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. V, 1999, p. 31-50.

LOBO, E.M.L. *Imigração Portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: Hucitec, 2001.

LOURENÇO, E. *Portugal como destino seguido de Mitologia da saudade*, Lisboa, Gradiva, 2012.

LUBKEMANN, S.C. Unsettling the Metropole: Race and Settler Reincorporation in Postcolonial Portugal In: ELKINS, C.; PEDERSEN, S. (ed.). *Settler colonialism in the twentieth century: projects, practices, legacies*, New York: Routledge, 2005, p. 257-270.

LOZANO, J.E.A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea, In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. *Usos & Abusos da história oral*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 15-25.

MAC QUEEN, Norrie. *A Descolonização da África Portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do império*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1998.

MALIK, K. *The Meaning of Race*. Londres, Mac Millan, 1996.

MAMDANI, M. *Citizen and Subject: contemporary Africa and the legacy of the late colonialism*, Princeton, Princeton University Press, 1996.

MAUSS, M. "La Nation". In: *Oeuvres*, v. 3. Paris, Minuit, 1969.

MAXWELL, K. *O Império derrotado: Revolução e Democracia em Portugal*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

MAYER, A. A importância dos 'quase-grupos' no estudo das sociedades complexas". In: FELDMAN-BIANCO, Bela Corg.) *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Sr, Global, 1987, p. 127-158.

MEMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

MESSIANT, C. 1961. *L'Angola colonial, histoire et société Le prémisses du mouvement nationaliste*, Bâle, P. Schlettwein Publishing, 2006.

MILZA, P. Política Interna e Política Externa, In: REMOND, René (org.). Por uma História Política, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 365-399.

MITCHELL, J.C. *Social Network in Urban Situations*. Manchester University Press, 1969.

MOURÃO, F.A.A. O espaço urbano no contexto colonial: o caso de Luanda, In: África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 24-25-26: 175-192, 2002/2003/2004/2005.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, etnicidade e etnia. Disponível em :<http://geraufms.blogspot.com.br/2011/06/kabengele-munanga-uma-abordagem.html>. Acesso em: 17 de Nov. 2013.

NETO, M.C. Ideologias, Contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. Paris, Lusotopie, 1997, p. 327-359.

\_\_\_\_\_. Do passado para o futuro - Que papel para as autoridades tradicionais? In: FORUM CONSTITUCIONAL – HUAMBO NDI (National Democratic Institute)/FES (Fundação Friedrich Ebert) Universidade Católica de Angola e ADRA-Huambo (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) 20-22 de Março de 2002, p. 1-12. (Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/neto.pdf>

NORA, P. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Le lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, vol. 1, La République.

OLIVEIRA, W. F. Revista *Áfro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia, Ano 1, n. 1, 1965, p. 33-39.

OVALLE-BAHAMÓN, R. E. The wrinkles of decolonization and nationess: white Angolans as retornados in Portugal, In: SMITH, A.L. (Ed.). *Europe's Invisible Migrants*, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003, p. 147-168.

PAULO, J.C. Da “Educação Colonial Portuguesa” ao ensino no ultramar, In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (Dir.). *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, vol. V, p. 304-333.

PEIXOTO, C.B.T. *Limites do Ultramar Português possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial ( 1951 – 1975)*, Dissertação de Mestrado, Niterói, 2009.

PELS, P. *The Anthropology of Colonialism: Culture, History, and the Emergence of Western Governmentality*, In: DANIEL, E.V.; DURHAM, W. H.; SCHIEFFELIN, B.B. *Annual Review of Anthropology*, 1997, 26, p. 163-183.

\_\_\_\_\_.; SALEMINK, O. *Colonial Subjects: essays on the practical history of Anthropology*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 2000.

PEREIRA, V. “Ainda não se sabe qual é o pensamento de Sua Excelência Presidente do Conselho”. O Estado Português perante a emigração para a França (1957-1968). In: DOMINGOS, N.; PEREIRA, V. (dir.). *O Estado Novo em Questão*, Lisboa, Edições 70, 2010, p. 42-79.

PIMENTA, F. T. *Angola no Percurso de um nacionalista: conversas com Adolfo Maria*, Porto, Edições Afrontamento, 2005.

\_\_\_\_\_. *Angola, os Brancos e a Independência*, Porto: Edições Afrontamento, 2008.

PINHEIRO, L. "Ao vencedor as batatas": o reconhecimento da independência de Angola, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, jan./jun. 2007, p. 83 – 120.

PINTO, António Costa. Portugal e a resistência à descolonização, In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1999, p. 51-64.

POLLACK, Michael; HEINICH, Nathalie. Le témoignage. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 62-63, juin 1986, p. 3-29.

POLLACK, M. Memória e Identidade Social, In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3 – 15.

\_\_\_\_\_. *Une identité blessée: etudes de sociologie et d'histoire*, Paris: Métailié, 1993.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “Indizível” ao “dizível”. In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, M. Cristina Siqueira de Souza; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri, (orgs). *Presquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. São Paulo, CERU, Humanitas: 2008, p.35 - 78.

PORTO, N. O museu e o arquivo do império (o terceiro império português visto do Museu do Dundo, Companhia dos Diamantes de Angola), In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V. de; FELDMAN-BIANCO, B. (coords.), *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, p. 117-132.

RAMOS do Ó, Jorge. As circunstâncias ocorrentes: notas para a compreensão do pragmatismo político de Oliveira Salazar, In: PINTO, Antônio Costa. *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989, p. 189-218.

RENAN, E. “What is a Nation?” In: BHABHA, H.K. (ed.) *Nation and Narration*. Londres, Routledge, 1990, 8-22.

RIBEIRO, M. C. *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Imperialismo*, Porto: Edições Afrontamento, 2004.

ROBINSON, R. “Non-European Foundations of European Imperialism” in: OWEN, E. R. J.; SUTCLIFFE, R. B. *Studies in the Theory of Imperialism*, London: Longman, 1972.

ROCHA, E. Angola: Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (período 1950-1964) testemunho e estudo documental, Luanda, Kilombelombe, 2003.

ROCHA-TRINDADE, M.B. Associativismo em contexto migratório, In: HORTA, Ana Paula Beja (org.). *Revista Migrações - Número Temático Associativismo Imigrante*, Abril, 2010, n. 6, Lisboa, ACIDI, p. 42-44.

ROLLEMBERG, D. *Exílio: entre raízes e radares*, Rio de Janeiro, Record, 1999.

ROSAS, Fernando. Salazar e o Salazarismo: um caso de longevidade política, In: PINTO, Antônio Costa (org.). *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, p. 13-31.

SAID, E. *Fora do lugar: memórias*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, L.C.M. dos. As relações Brasil-Portugal: do tratado de amizade e consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975). 2011. 324 f. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SAYAD, A. O Retorno, Revista Travessia, edição especial, jan., 2000.

\_\_\_\_\_. SAYAD, A. *L'immigration ou les paradoxes de l'auterité*, Paris: Éditions Raisons D'Agir, 2006.

SILVA, D.M. *Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil. Formação e Transferência Cultural, Século XX*, 2007, 334 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, M.D.; MOREIRA, P. R. “O essencial e o acessório”: práticas e discursos sobre a música ligeira nos primeiros anos da Emissora Nacional de Radiodifusão, In: DOMINGOS, N.; PEREIRA, V. (dir.). *O Estado Novo em Questão*, Lisboa, Edições 70, 2010, p. 111 - 130.

SIRINELLI, J.F. A Geração, In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. *Usos & Abusos da história oral*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

SMITH, A.L. (Ed.). *Europe's Invisible Migrants*, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003.

SORJ, B. Diáspora, judaísmo e teoria social. <Disponível em: [http://www.bernardosorj.com.br/a\\_judaismo.shtml](http://www.bernardosorj.com.br/a_judaismo.shtml)>.

SOUZA, R.R. de. Imigração portuguesa, identidade e representação geográfica: o lugar da Casa Regional no movimento Associativo luso-brasileiro, Espaço e Cultura, UERJ, n. 22, jan/dez. de 2007, p. 54-55.

SPEKTOR, M. *Azeredo da Silveira: um depoimento*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

THOMAZ, O. R. *Ecos do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

\_\_\_\_\_. “O Bom povo português”: antropologia da nação e antropologia do império, In: L'ESTOILE, B.; SIGAUD, L.; NEIBURG, F. (Org.). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*, Rio de Janeiro, Relume Dumará/ FAPERJ, 2002, p. 95-123.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

TÖLÖLYAN, K. (1996) 'Rethinking diaspora (s): stateless power in the transnational moment',. *Diaspora: a journal of transnational studies*, 5(1): 3–36.

TRICHES, R.P. Os sentidos do Atlântico: a revista *LUSITÂNIA* e a colônia portuguesa do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, 249 f., Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2011.

VANSINA, J. *Oral Tradition as History*, Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1985.

VELHO, G. Projeto e metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas, 3a. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

VENÂNCIO, R.P. Presença Portuguesa de colonizadores a imigrantes. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: 2000.

VOLDMAN, D. Definições e usos, In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. *Usos & Abusos da história oral*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 33-40.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, s/d.